

BRASIL PARTICIPATIVO

UM PAÍS COM A CARA DO SEU POVO



RELATÓRIO DA PLATAFORMA

Processo digital do PPA Participativo
11 de maio a 16 de julho

2023

**A VOZ DO POVO
ESTÁ AQUI**

**BRASIL
PARTICIPATIVO**

UM PAÍS COM A CARA DO SEU POVO

gov.br/brasilparticipativo

“Pela primeira vez, a gente está colocando o povo para dizer o que quer que a gente faça no governo e onde a gente aplica o dinheiro. E, quando tem o dedo do povo, é preciso respeitar.”

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente do Brasil
11 de maio de 2023, Salvador (BA)



Ficha Técnica

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Presidente da República – Luiz Inácio Lula da Silva
Vice-Presidente da República – Geraldo Alckmin

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministro de Estado – Márcio Macêdo
Secretária Executiva – Maria Fernanda Ramos
Coelho

SECRETARIA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Secretário Nacional de Participação Social

Renato Simões

Secretário-adjunto

Valmor Schiochet

Chefe de Gabinete

Marcilene Ferreira

Diretoria de Educação Popular

Pedro de Carvalho Pontual

Diretoria de Participação Social

Paulo José de Oliveira

Diretoria de Planejamento e Orçamento Participativo

Ubiratan de Souza

DIRETORIA DE PARTICIPAÇÃO DIGITAL E COMUNICAÇÃO EM REDE (Elaboração do Relatório)

Diretora de Participação Digital e Comunicação em Redes – Laila Bellix

Coordenador Geral de Participação Digital

Mário Sérgio

Coordenador Geral de Comunicação em Redes

Danilo Castro

Camila Antonelli Ribeiro Pires
Carmen Bittencourt
Dannyytha Rayres Lopes Câmara
Dayana Oliveira
Gisele Cavalcanti Brito
Janaina dos Santos Melo
José Carlos Angst
Nilo Marques
Romulo de Oliveira Azevedo

Equipe de Pesquisa, Comunicação e Desenvolvimento (Elaboração do Relatório/Universidade de Brasília)

Adriana Veloso Meireles
Ana Laura Naoum Menezes
Ana Paula Martins Tarchetti
Bruna Pinos de Oliveira
Carla Silva Rocha Aguiar
Carlos Wender Sousa Silva
Diego Silva Araújo de Faria
Eduardo Nunes Neiva
Efraym Gomes Dias Alves
Giovanna Carvalho Thé Carpaneda
Giovanni Alvissus Camargo Giampauli
Henrique Carlos Parra Parra Filho
Isaque Alves
Igor Marques Caldas Machado
Jader Ribeiro Gama
João Paulo Domingueti Barreto
Laura Pinos de Oliveira
Loana Nunes Velasco
Leonardo da Silva Gomes
Lucas Sousa
Maria Clara Cerqueira Andrade
Michele Botelho da Silva
Millena Gomes
Pamela Kletlinger
Rafael Brito Bosi Rodrigues
Ranielder Fábio de Freitas
Renato Coral Sampaio
Ricardo Augusto Poppi Martins
Victor Jorge da Silva Gonçalves

Agradecimentos

A Diretoria de Participação Digital e Comunicação em Rede (SNPS/SGPR) agradece a todas e todos que construíram o processo da plataforma Brasil Participativo, em especial às trabalhadoras e trabalhadores de todas as diretorias da SNPS; agradece também aos times do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), da Secretaria de Comunicação Social (Secom), da assessoria de comunicação e demais áreas da SGPR de todos os ministérios que se somaram às ações de mobilização da plataforma, às assessoras e assessores de participação social do governo federal, à Dataprev e às voluntárias e voluntários da comunidade Decidim Brasil.

Brasília, julho de 2023

www.gov.br/brasilparticipativo

Sumário

Apresentação	7
Introdução	8
Metodologia	9
PARTE 1:	11
Análise Geral do Processo	11
Visão Geral	12
Perfil das(os) participantes	16
Ranking dos Programas	20
TOP 50 Propostas Mais Votadas no Geral	21
Análise Qualitativa das Propostas	33
Análise de Acessos	37
PARTE 2:	39
Top 20 Propostas por Ministério	39
Advocacia Geral da União	40
Ministério da Agricultura e Pecuária	44
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	51
Banco Central	58
Casa Civil	64
Ministério das Cidades	71
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	79
Ministério das Comunicações	86
Controladoria Geral da União	93
Ministério da Cultura	99
Ministério da Defesa	106
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	113
Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	121
Ministério da Educação	128
Ministério do Esporte	136
Ministério da Fazenda	143
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	150
Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	156
Ministério da Igualdade Racial	164
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	171
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	178
Ministério da Justiça e Segurança Pública	186
Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima	194
Ministério de Minas e Energia	201
Ministério das Mulheres	208
Ministério da Pesca e Aquicultura	216

Ministério do Planejamento e Orçamento	223
Ministério de Portos e Aeroportos	230
Ministério dos Povos Indígenas	237
Ministério da Previdência Social	244
Ministério das Relações Exteriores	251
Ministério da Saúde	256
Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República	264
Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República	271
Secretaria Geral da Presidência da República	277
Ministério do Trabalho e Emprego	284
Ministério dos Transportes	291
Ministério do Turismo	298

Apresentação

O governo federal deve enviar ao Congresso Nacional a proposta de Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988. Este valioso instrumento de planejamento oferece uma oportunidade única para a construção de uma visão de futuro, definição de valores, diretrizes e programas que moldarão o destino do país nos próximos quatro anos.

Para que esse plano reflita os anseios e desejos da sociedade, o governo federal buscou envolver as organizações, redes e movimentos sociais, conselhos e entidades representativas em um amplo esforço de escuta e diálogo das demandas da população.

O processo do PPA Participativo contou com 3 dimensões de participação que se conectaram e retroalimentam: Fórum Interconselhos, que articulou os diferentes conselhos nacionais de políticas públicas; 26 plenárias estaduais e 1 distrital que mobilizaram mais de 32 mil pessoas e a Plataforma digital do [Brasil Participativo](#) que permitiu que as pessoas cadastrassem propostas e votassem nos programas e propostas prioritárias para a sua região.

Especificamente em relação à participação digital, o Brasil Participativo já pode ser considerado a maior experiência de participação digital do governo federal. Com a marca histórica de mais de 4 milhões de acessos, a plataforma contou com 1,4 milhões de pessoas participando ativamente do planejamento governamental.

Para chegarmos nesses resultados, vimos amplas mobilizações por parte da sociedade convocando votos para suas propostas, a partir do engajamento digital de conselhos participativos e redes diversas de comunicadoras(es), ativistas, parlamentares, movimentos sociais e influenciadoras(es). Ao mesmo tempo, o governo viveu ativamente a participação com o engajamento das assessorias de participação social e diversidade e as assessorias de comunicação em cada Ministério.

Após árduos anos de enfraquecimento do direito à participação social, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS/SGPR) seguirá trabalhando firme pela reconstrução daquilo que está garantido pela Constituição de 1988. As portas da participação social estão abertas novamente e o povo brasileiro é muito bem-vindo para entrar e construir com o governo. Só assim vamos conquistar o país que sonhamos: um Brasil com a cara do seu povo.

Renato Simões
Secretário Nacional de Participação Social

Introdução

Mais de 1,4 milhão de sonhos, ideias e prioridades chegaram ao governo

A Plataforma Brasil Participativo é o novo espaço digital do governo federal, construída para que a população possa contribuir com a criação e melhoria das políticas públicas.

De responsabilidade da Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República (SNPS/SGPR) e com a parceria fundamental do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a plataforma foi desenvolvida com o apoio e infraestrutura da Dataprev, da comunidade Decidim-Brasil e da Universidade de Brasília (UnB).

A primeira iniciativa digital de participação foi o Plano Plurianual Participativo, assinado pela SGPR e pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Entre os dias 11 de maio e 16 de julho, a plataforma possibilitou a coleta de propostas da sociedade e a priorização de programas e propostas para o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

Ao todo, mais de um milhão e 400 mil pessoas participaram ativamente da etapa digital do PPA, o que deu ao Brasil Participativo o título de maior experiência de participação social na internet já realizada pelo governo federal.

Com o objetivo de apresentar os resultados deste processo, o presente relatório sistematiza as propostas mais votadas e elenca os programas priorizados pela população. Para isso, o relatório está dividido da seguinte forma: Parte 1, que concentra uma análise geral do processo participativo digital do PPA; e Parte 2, que apresenta as propostas mais votadas por Ministério.

Por meio do Brasil Participativo, o Governo Federal está garantindo, em larga escala e pela internet, que o direito à participação social, previsto na Constituição de 1988, seja de fato uma prática e conquista das pessoas.

Boa leitura!

Metodologia

O presente relatório concentra informações gerais sobre o processo de participação digital no PPA, ocorrido por meio da Plataforma [Brasil Participativo](#).

Em relação ao conteúdo, o documento apresenta o ranking dos 28 programas priorizados, as 50 propostas mais votadas no geral, uma análise qualitativa sobre propostas e perfis dos participantes, além das 20 propostas mais votadas de cada Ministério.

Para a elaboração deste relatório, foram utilizadas diferentes bases de dados: a) Painel de Administrador da Plataforma, que fornece dados sobre propostas (título e descrição), número de votos e informações quantitativas de participantes; b) Data Platform da Dataprev, que apresenta as informações sobre acesso à plataforma; c) Estudo qualitativo da Dataprev, que apresenta o cruzamento das bases do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e Cadastro Único (CADÚnico) que possibilitam traçar o perfil de participação e dos votos mobilizados..

Sobre os dados de perfis (localidade, sexo, faixa etária, raça-cor, pessoa com deficiência, faixa de renda e escolaridade), vale ressaltar que foram obtidos no formato das bases de dados existentes. Informações sobre raça-cor, pessoa com deficiência, faixa de renda e escolaridade possuíam um alto percentual de ignoradas nessas bases de dados, o que poderia induzir ao erro. Por tal razão, não foram incluídos neste relatório.

Quanto ao método, importante pontuar que as propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente; O texto das propostas não foi alterado; Propostas com zero votos não foram incluídas; Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Este relatório foi elaborado entre os dias 17 e 19 de julho e conta com dados extraídos da plataforma após o encerramento do processo (22h do dia 16 de julho).

Importante pontuar que, no início do processo, ocorreu uma intercorrência relacionada ao cadastramento via gov.br, resultando em uma inconsistência na tabela de pessoas usuárias (users) do Decidim. Essa tabela foi utilizada pela Dataprev na elaboração do estudo dos dados. Entre 11/05/2023 e 30/05/2023, foram registrados 1.725 CPFs vinculados a 777 user_id duplicados. Em 30/05/2023, a plataforma foi atualizada para evitar novos cadastros com e-mails já registrados, resolvendo o problema. Isso apresentou uma diferença de 1.538 votos (0,1% do total) no estudo realizado pela Dataprev (item c das fontes de dados), devido aos CPFs com user_id duplicados. Contudo, essa discrepância não afeta o ranking de

propostas do PPA Participativo, pois todas as votações e propostas foram recebidas e integraram o processo de definição do PPA.

Este relatório foi encaminhado ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), que deverá compartilhar com os demais Ministérios para análise incorporação das propostas vindas da participação social.

As propostas, mesmo as que não se encontram no escopo do PPA, servirão de subsídio para elaboração dos instrumentos de planejamento, resultando em metas e indicadores ou demais qualificadores. Ao final do processo, será divulgado um Relatório de Devolutiva, apontando o que foi incorporado e de que forma e o que não foi com justificativa.

Ao fim da análise pelo governo, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) disponibilizará a devolutiva na plataforma para a população e apresentará o resultado no 3º Fórum Interconselhos como medida de transparência e prestação de contas da participação social.

PARTE 1:

Análise Geral do Processo

Visão Geral

Participantes

1.419.729

Propostas

8.254

Votos

1.529.826

Acessos únicos¹

4.087.540

Taxa de Conversão²

34,7%

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo

¹ O número de acessos únicos contabiliza apenas a primeira vez que uma pessoa acessa a plataforma.

² Taxa de conversão é a relação entre acessos à plataforma e usuárias(os) participantes (que logaram no gov.br).

Figura 1: Total de usuários diários

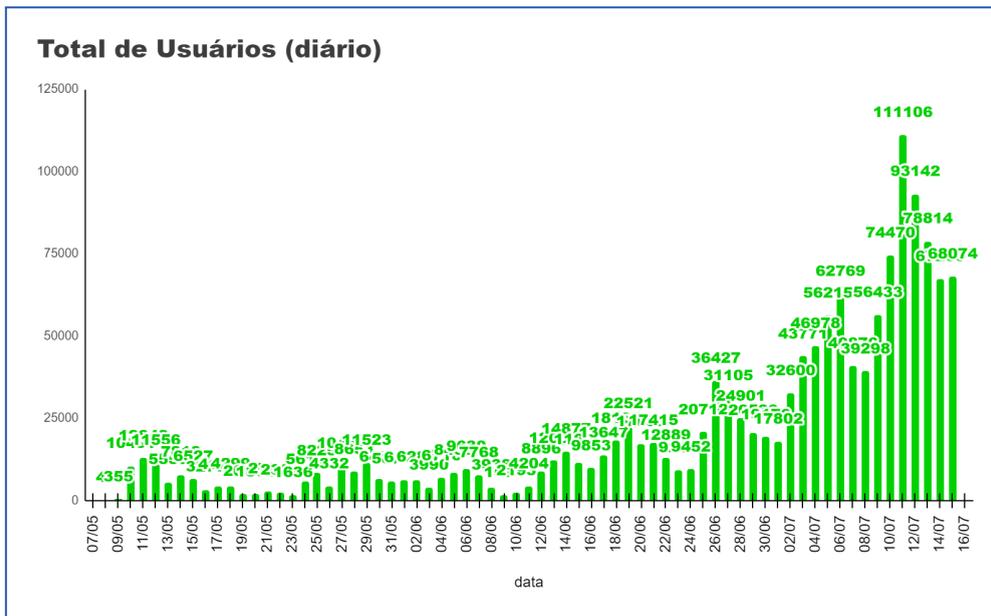


Figura 2: Total de usuários semanal

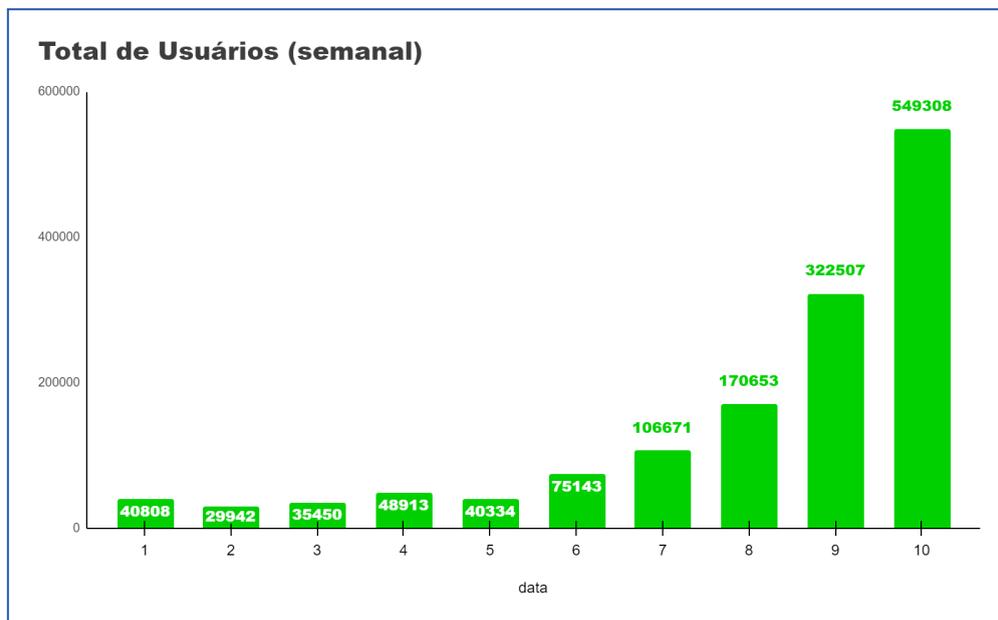


Figura 3: Total de propostas diário

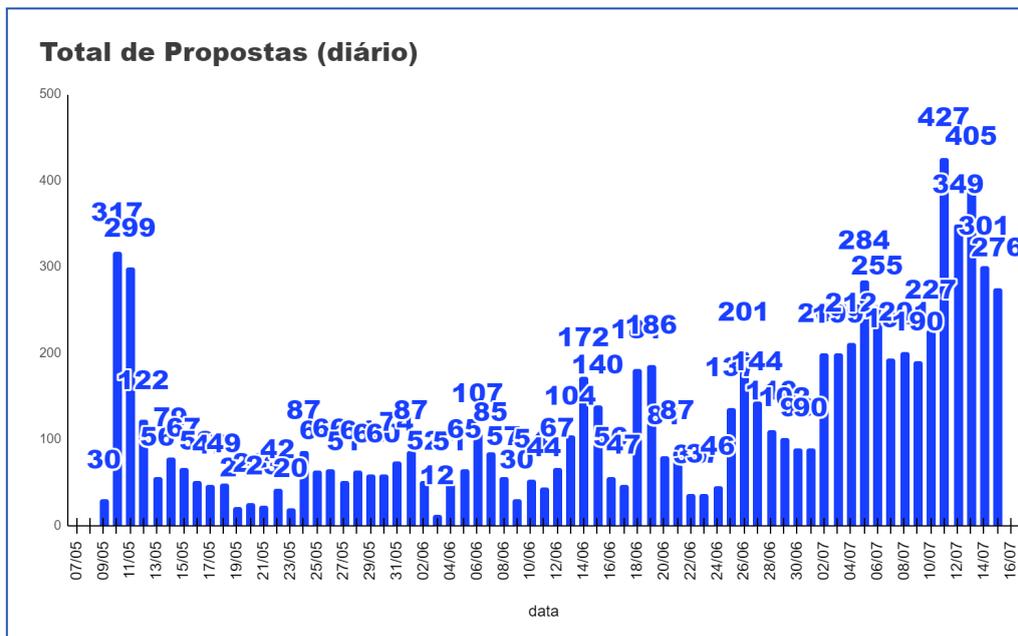


Figura 4: Total de propostas semanal

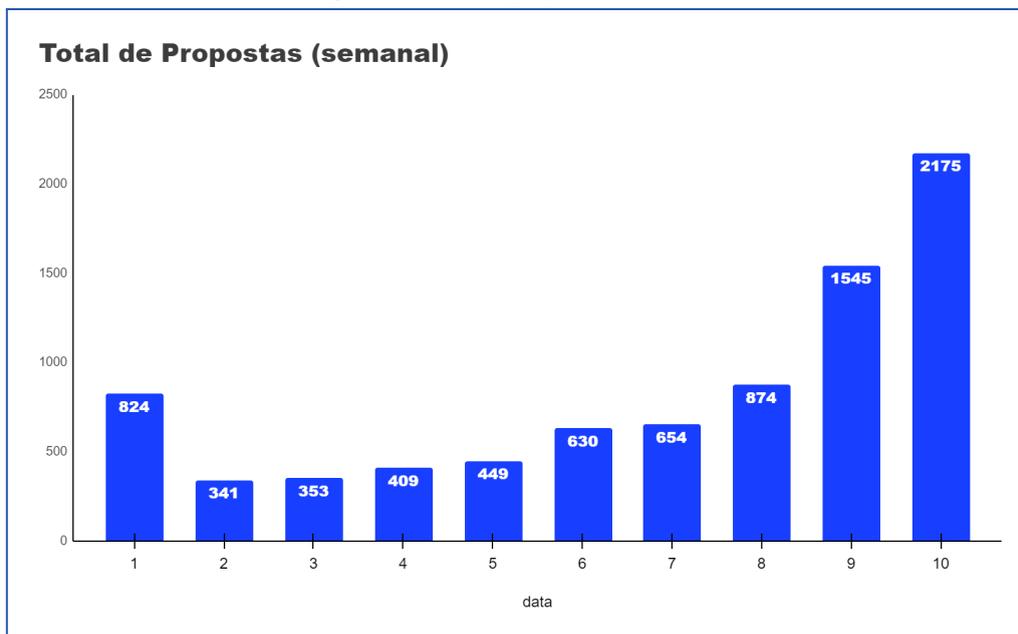


Figura 5: Total de votos diário

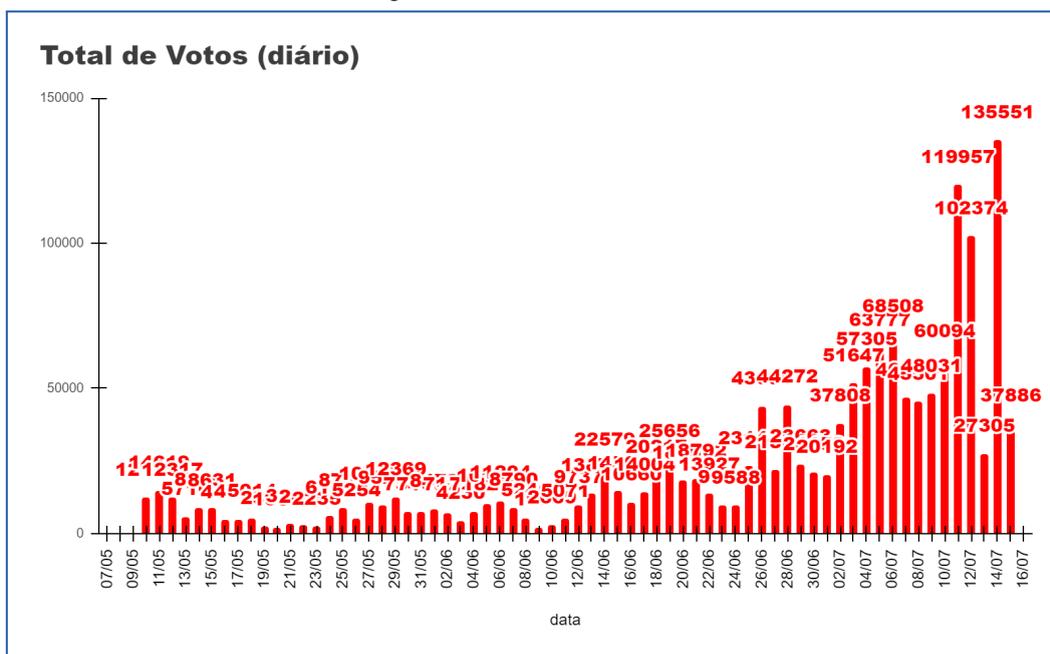
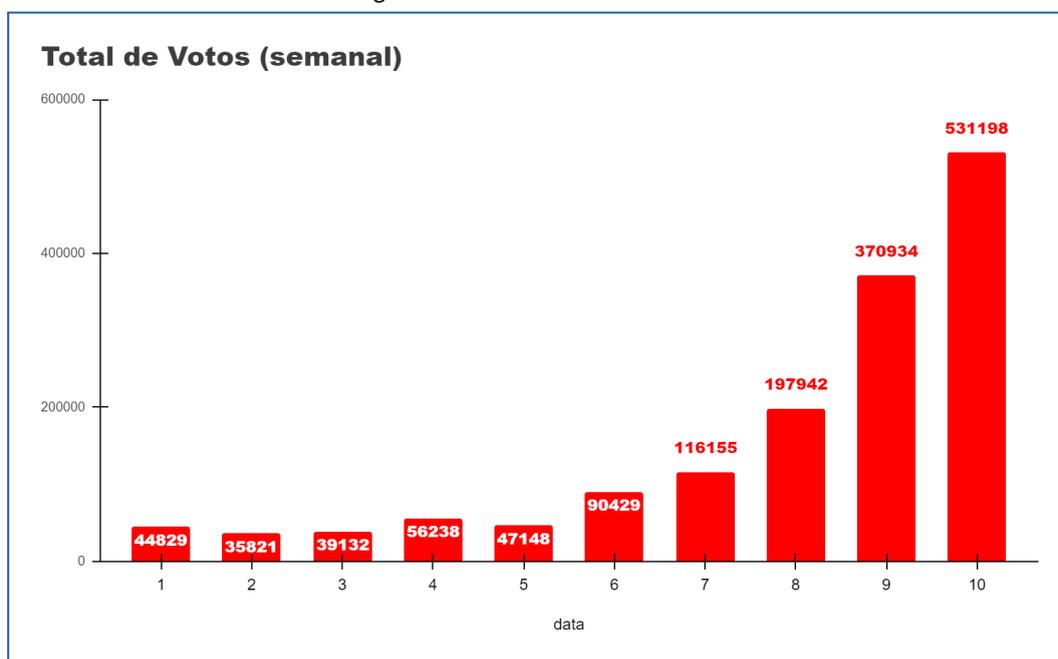


Figura 6: Total de votos semanal



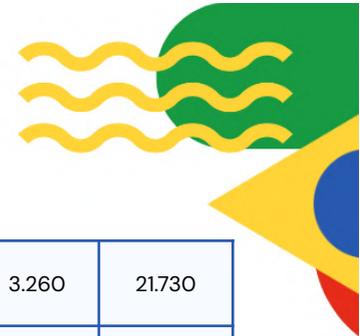
Perfil das(os) participantes

Sobre os dados de perfis (localidade, sexo, faixa etária, raça-cor, pessoa com deficiência, faixa de renda e escolaridade), vale ressaltar que foram obtidos no formato das bases de dados existentes. Informações sobre raça-cor, pessoa com deficiência, faixa de renda e escolaridade possuíam um alto percentual de ignoradas nessas bases de dados, o que poderia induzir ao erro. Por tal razão, não foram incluídos neste relatório.

- **Por região do país**

Região	População	%	Participante ³	%	Proponente	%	Votos	%	Votos Programa	Votos Proposta
NORTE	19.353.062	8,95	101.118	7,11	801	9,54	111.230	7,26	21.378	89.852
Rondônia	1.851.491	0,86	10.780	0,76	45	0,54	11.152	0,73	1.185	9.967
Acre	931.268	0,43	6.047	0,43	66	0,79	6.931	0,45	893	6.038
Amazonas	4.391.960	2,03	16.307	1,15	109	1,30	17.202	1,12	3.197	14.005
Roraima	683.769	0,32	4.765	0,33	48	0,57	6.282	0,41	929	5.353
Pará	8.945.219	4,14	40.153	2,82	322	3,84	43.098	2,81	6.205	36.893
Amapá	908.689	0,42	11.048	0,78	144	1,72	14.269	0,93	7.767	6.502
Tocantins	1.640.666	0,76	12.018	0,84	67	0,80	12.296	0,80	1.202	11.094
NORDESTE	58.223.677	26,92	442.757	31,12	2.476	29,50	462.133	30,18	53.556	408.577
Maranhão	7.227.850	3,34	45.728	3,21	252	3,00	46.231	3,02	5.607	40.624
Piauí	3.302.519	1,53	27.265	1,92	162	1,93	28.568	1,87	3.217	25.351
Ceará	9.342.908	4,32	63.072	4,43	337	4,01	65.526	4,28	7.841	57.685
Rio Grande do Norte	3.612.280	1,67	40.217	2,83	211	2,51	42.699	2,79	4.159	38.540
Paraíba	4.099.203	1,90	36.449	2,56	195	2,32	38.649	2,52	3.974	34.675
Pernambuco	9.786.666	4,52	77.670	5,46	418	4,98	81.740	5,34	9.299	72.441
Alagoas	3.391.204	1,57	19.450	1,37	134	1,60	20.701	1,35	2.517	18.184
Sergipe	2.376.447	1,10	16.917	1,19	102	1,22	17.636	1,15	2.283	15.353
Bahia	15.084.600	6,97	115.989	8,15	665	7,92	120.383	7,86	14.659	105.724
SUDESTE	90.806.278	41,98	533.454	37,50	3.250	38,72	575.016	37,55	103.911	471.105
Minas Gerais	21.634.690	10,00	135.458	9,52	771	9,19	142.625	9,31	18.183	124.442

³ Participante é aquele que acessa a plataforma e faz o login no gov.br



Espírito Santo	4.194.227	1,94	23.569	1,66	156	1,86	24.990	1,63	3.260	21.730
Rio de Janeiro	17.644.073	8,16	145.242	10,21	899	10,71	158.485	10,35	37.616	120.869
São Paulo	47.333.288	21,88	229.185	16,11	1.424	16,96	248.916	16,26	44.852	204.064
SUL	30.801.938	14,24	236.936	16,66	1.195	14,24	266.009	17,37	39.987	226.022
Paraná	11.751.111	5,43	64.644	4,54	351	4,18	69.088	4,51	9.974	59.114
Santa Catarina	7.504.322	3,47	48.263	3,39	233	2,78	51.085	3,34	6.187	44.898
Rio Grande do Sul	11.546.505	5,34	124.029	8,72	611	7,28	145.836	9,52	23.826	122.010
CENTRO-OESTE	17.099.314	7,91	107.965	7,59	670	7,98	116.555	7,61	17.516	99.039
Mato Grosso do Sul	2.896.624	1,34	16.992	1,19	111	1,32	19.054	1,24	3.077	15.977
Mato Grosso	3.646.630	1,69	14.137	0,99	110	1,31	14.847	0,97	2.108	12.739
Goiás	7.388.558	3,42	36.065	2,54	203	2,42	37.534	2,45	5.062	32.472
Distrito Federal	3.167.502	1,46	40.771	2,87	246	2,93	45.120	2,95	7.269	37.851
Ignorada⁴	-	-	299	0,02	2	0,02	338	0,02	82	256
BRASIL	216.284.269	100	1.422.529	100	8.394	100	1.531.281	100	236.430	1.294.851

Fonte: Estudo elaborado pela Dataprev com base nos dados do CadÚnico, CNIS e RAIS
Data: 16/07/2023

⁴ Ignorada são informações que não foram identificadas na base de dados. Foram 19 casos de estados não reconhecidos.

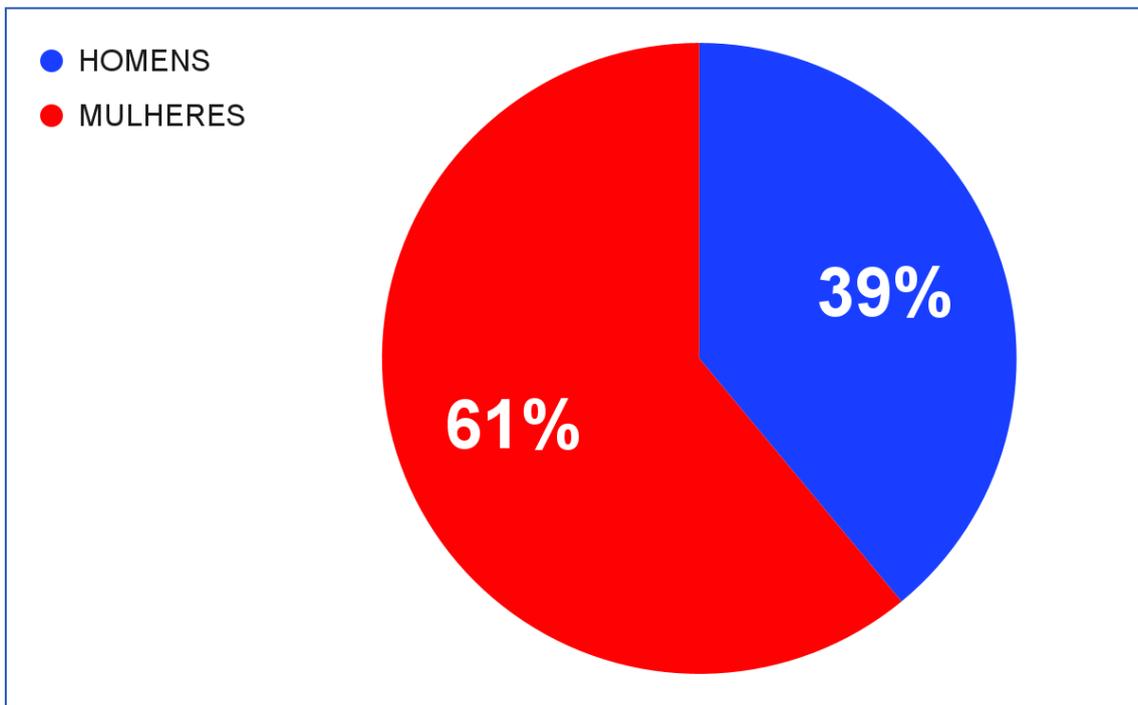


- **Por sexo**

Sexo	Participantes	%	Propostas	%	Votos	%	Votos Programa	Votos Proposta
Masculino	558.702	39,28	4.238	50,49	609.420	39,8	91.804	517.616
Feminino	863.827	60,72	4.156	49,51	921.861	60,2	144.626	777.235

Fonte: Estudo elaborado pela Dataprev com base nos dados do CadÚnico, CNIS e RAIS
Data: 16/07/2023

Figura 7: Percentual de participantes homens e mulheres

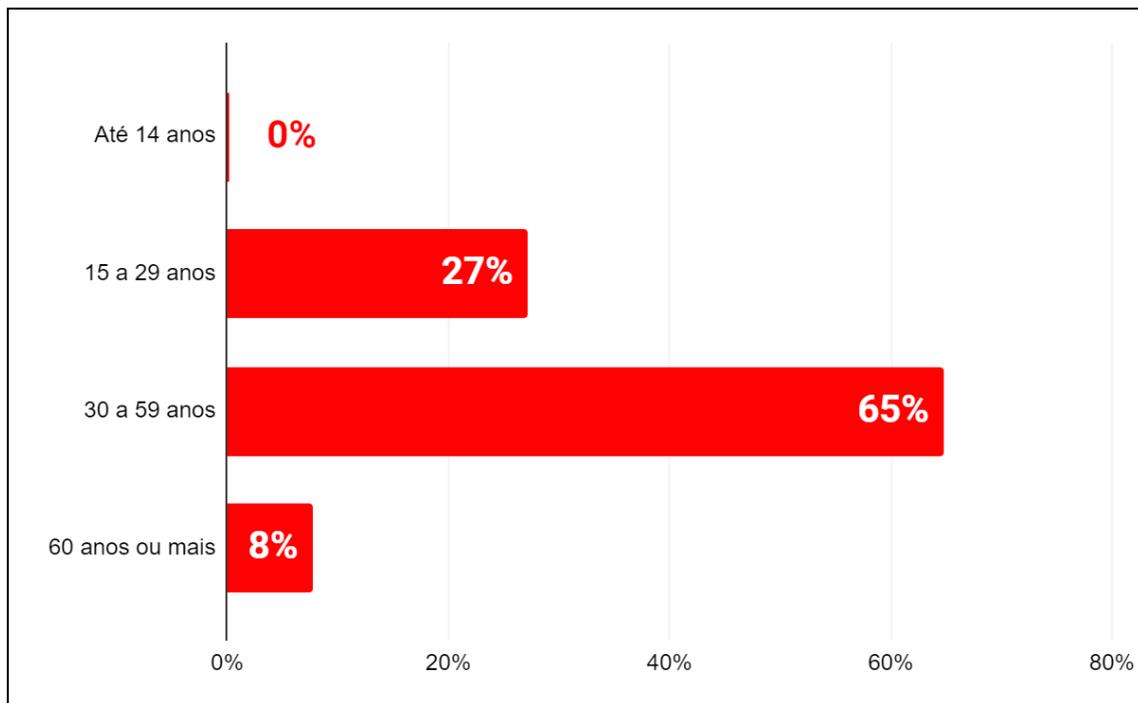


● **Por Idade**

Grupo de idade	Participantes	%	Propostas	%	Votos	%	Votos Programa	Votos Propostas
Até 14 anos	1.981	0,14	10	0,12	1.985	0,13	206	1.779
15 a 29 anos	387.483	27,23	1.202	14,32	396.304	25,88	68.454	327.850
30 a 59 anos	922.353	64,85	5.945	70,82	1.010.609	66,00	143.382	867.227
60 anos ou mais	110.712	7,78	1.237	14,74	122.383	8,00	24.388	97.995

Fonte: Estudo elaborado pela Dataprev com base nos dados do CadÚnico, CNIS e RAIS
Data: 16/07/2023

Figura 8: Percentual de participantes por grupo de idade



Ranking dos Programas

	Programa	Temas	Nº de votos
1	Enfrentamento da Emergência Climática	Meio Amb. e Mudança do Clima	20.534
2	Atenção Primária à Saúde	Saúde	20.427
3	Atenção Especializada à Saúde	Saúde	18.786
4	Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	Trabalho e Emprego	16.316
5	Turismo, esse é o Destino	Turismo	15.246
6	Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	15.161
7	Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo	Igualdade Racial	12.477
8	Agricultura Familiar e Agroecologia	Desenv. Agrário e Agricult. Familiar	10.964
9	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	Educação	9.192
10	Juventude: Direitos, participação e bem viver	Presidência da República	9.099
11	Mulher: Viver sem Violência	Mulheres	7.766
12	Direito à Cultura	Cultura	7.489
13	Moradia Digna	Cidades	6.451
14	Educação Superior: qualidade, democracia e sustentabilidade	Educação	6.428
15	Promoção da Cidadania, Proteção, Defesa de Direitos Humanos e Reparação a Violações	Direitos Humanos e Cidadania	6.163
16	Economia Popular, Solidária e Sustentável	Trabalho e Emprego	6.000
17	Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNTCI	Ciência Tecnologia e Inovação	5.705
18	Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5.025
19	Mobilidade Urbana	Cidades	4.955
20	Política Econômica para o Crescimento e Desenv. Socioeconômico Sustentável e Inclusivo	Fazenda	4.381
21	Segurança Pública com Cidadania	Justiça e Segurança Pública	4.283
22	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para a cidadania e o bem viver dos Povos Indígenas	Povos Indígenas	4.106
23	Comunicações para Inclusão e Transformação	Comunicações	4.082
24	Esporte para Vida	Esporte	3.422
25	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	Pesca e Aquicultura	3.245
26	Neoindustrialização	Desenv., Ind., Comércio e Serviços	3.168
27	Transição Energética	Minas e Energia	2.773
28	Produção Agropecuária Sustentável	Agricultura e Pecuária	2.460
Total			215.570

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo

Data: 16/07/2023

TOP 50 Propostas Mais Votadas no Geral

	Proposta	Tema	Descrição	Nº de Votos
1	Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS. dos	Saúde	Objetivo: investimentos na qualificação técnica, na capacitação continuada, na valorização profissional e em equipamentos necessários, para o desempenho das atividades de agente comunitário de saúde (ACS) e de agente de combate às endemias (ACE) com vistas à oferta e a ampliação dos serviços na estratégia saúde da família na atenção básica e de vigilância epidemiológica e ambiental, mediante a participação social, com educação popular em saúde.	95.731
2	Aumento do Piso da Enfermagem	Saúde	Aumento do valor referente ao piso salarial nacional dos profissionais de enfermagem (enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras)	92.502
3	Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	Educação	O papel da Educação para o desenvolvimento do país é inquestionável e perpassa pela valorização dos servidores que fazem a Educação. Esta é urgente para um real desenvolvimento desta área tão sensível ao crescimento de uma nação. Os servidores TAE que fazem as IFEs possuem a PIOR REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, sendo necessária uma reestruturação e recomposição salarial (no vencimento ou outro meio) que torne digno o exercício dos TAE e estimule a fixação de profissionais de excelência.	77.066
4	Segurança Pública Cidadã - Segurança jurídica para os guardas municipais.	Justiça e Segurança Pública	Incluir as Guardas Municipais no inciso VII do Caput do artigo 144 da CF/88, para dar Segurança Jurídica para a atuação dos Guardas Municipais no patrulhamento preventivo no âmbito das cidades brasileiras. Atualmente, os guardas municipais representam o segundo maior efetivo entre as categorias da Segurança Pública, em torno de 120 mil profissionais, presentes em mais de 1.256 Municípios. Segurança Pública começa nos Municípios.	75.382
5	Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	Justiça e Segurança Pública	Estudo do TCU de 2006 sinalizava que o efetivo ideal da PRF naquele ano era de 18 mil policiais. Atualmente temos um efetivo máximo de	73.173



6			13.098, todavia a malha rodoviária mais do que dobrou no mesmo período, além do aumento dos crimes nas regiões de fronteira, desmatamento, tráfico de drogas entre outros. Nossa proposta visa corrigir o déficit histórico de agentes da PRF, bem como recompor de forma imediata o efetivo com a convocação de todos os 1.455 aprovados do último concurso.	
	Criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Estética e Cosmetologia (URGENTE - Lei 13.643/2018)	Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	A Lei 13.643/2018 regulamentou as profissões de Esteticista e Técnico em Estética no Brasil. No entanto, ainda não existe um Conselho Federal e Conselhos Regionais de Estética e Cosmetologia, o que causa graves problemas. De acordo com a Constituição Federal, é competência exclusiva do Presidente da República apresentar projetos de lei para criar ou extinguir ministérios e órgãos da administração pública, como conselhos de classe (art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e" c/c Art. 84, inciso III).	67.487
7	Inclusão das pessoas com Fibromialgia, Lúpus, Anemia Falciforme e doenças correlatas como PcD's.	Direitos Humanos e Cidadania	A inclusão se faz necessária para reconhecimento dos direitos humanos básicos para as pessoas com as patologias acima citadas. Afinal, conviver e viver com essas patologias dolorosas, desgastante fisicamente e mentalmente não é fácil para ninguém. É através desta justificativa e necessidade popular brasileira que clamo aos órgãos competentes uma análise minuciosa desse tema para efetivação do nosso pleito.	66.261
8	Cumprimento dos Pisos Salariais de todos os profissionais da Odontologia de todo o território Nacional	Saúde	Garantia do Piso Salarial dos Trabalhadores de Saúde Bucal Cirurgiões(ãs)-Dentistas com aprovação do PL 1365/2022 tendo com base a Lei n 3.999/1961 e aprovação do PL 2504/2019 para Tecnicos em Saúde Bucal, Auxiliares de Saúde Bucal, Tecnico em Prótese Dentária e Auxiliares em Prótese Dentária	52.840
9	Política Nacional de Controle Populacional de Cães e Gatos	Meio Ambiente e Mudança do Clima	Política Nacional de Controle Populacional de Cães e Gatos	39.980
10	Aposentadoria Especial para os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate	Previdência Social	Os agentes de combate as endemias e os agentes comunitários de saúde são profissionais imprescindíveis para o	19.842





11	as Endemias		<p>atendimento primário do SUS, visitando todas as famílias brasileiras para promover saúde pública.</p> <p>São expostos a toda sorte de agravos à saúde já merecendo na Constituição Federal a aposentadoria especial, agora falta a regulamentação da Emenda Constitucional 120/22, para que possam exercerem este direito aos 25 anos de exercício de atividade profissional com integralidade e paridade</p>	
	Unificação do auxílio alimentação no serviço público federal.	Gestão e Inovação em Serviços Públicos	<p>A adoção do valor único para o Auxílio-Alimentação de todo o Serviço Público Federal propiciará a restauração e respeito ao Princípio da Igualdade e garantirá uma postura sem favoritismos na política alimentar para os servidores.</p>	17.328
12	Proposta de enquadramento da Carreira do Seguro Social como Carreira Típica de Estado	Previdência Social	<p>Visando o fortalecimento da carreira e a retenção dos profissionais altamente capacitados na Instituto, uma vez que esta possui relevante papel social, econômico e fiscal no Estado brasileiro, tanto como responsável pelo reconhecimento de direitos, como pela fiscalização e apuração de irregularidades e pela gestão dos benefícios sociais federais, de caráter contributivo ou não, cumprindo a finalidade de atender ao interesse público e possibilitar a melhoria da qualidade dos serviços prestados.</p>	16.986
13	Justiça aos Aposentados e Pensionistas	Previdência Social	<p>Revogação da carta-branca, dada aos Estados e Municípios com a reforma previdenciária de Temer, para confiscar aposentadorias e pensões ferindo os princípios da constituição federal e imputando o caos financeiro na fase em que esse público mais precisa de cuidados para sua saúde física e mental.</p> <p>Rogamos pela revogação da redação dada ao artigo 149 da C.F. através da E.C. 103/19. Nada obstante, outras medidas não cumpridas pelos estados e municípios deterioram ainda mais seus parques salários.</p>	15.405
14	Reforma Agrária para Desenvolver o Brasil e Combater a Fome	Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	<p>Planejar, organizar e desenvolver um amplo processo de Reforma Agrária no Brasil, regularizando todas as famílias Sem Terra, desenvolvendo os Assentamentos, incentivando a partir do acesso à terra e o cumprimento da</p>	13.384





			função social as condições para o bem viver no campo, com saúde, educação, cultura e sociabilidade. Infra estrutura e estímulo concreto à produção de alimentos saudáveis e em larga escala, a partir do desenvolvimento de Agroecologia, com tecnologia e assistência técnica.	
15	Polícia Científica no Art. 144 da Constituição Federal.	Justiça e Segurança Pública	Aprovar a PEC 76/2019, que inclui a Polícia Científica nos órgãos de Segurança Pública. É a ciência iluminando a Justiça Criminal! A Polícia Científica é responsável pelos exames de corpo de delito, realizados pelos Peritos Oficiais de Natureza Criminal, que são os Peritos: Médico-Legistas, Odontologistas e Criminais. Via de regra, os exames são solicitados por Delegados (Civil e Federal), Polícia Militar, Magistrados, Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados (via Magistrados), etc.	12.928
16	Implementar a Política Nacional de Cuidados Paliativos integrada às RAS e como componente de Cuidado na APS, com garantia de financiamento	Saúde	Cuidados paliativos é uma estratégia que deve ser ofertada precocemente à todas as pessoas que apresentam doenças que ameaçam à vida, com objetivo de melhorar a Qualidade de Vida através do alívio de sofrimento de ordem física, emocional, social e espiritual, cuidando de pacientes e familiares, estendendo a fase de luto (OMS). No Brasil, 7% das pessoas que precisam recebem Cuidados Paliativos, A Frente PaliATIVISTAS defende: Cuidados Paliativos como Um direito Humano – Políticas Publicas JÁ.	11.419
17	Equiparação do Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica (QESA) com o Quadro de Taifeiros da Aeronáutica (QTA).	Defesa	Submeter projeto de Lei para corrigir injustiças com Cabos e Sargentos da Aeronáutica, militares da Ativa, inativos e pensionistas da Força Aérea Brasileira. Esta medida de tratamento equânime, com igualdade de oportunidades para as carreiras de Cabos e Sargentos, integrantes de um mesmo círculo hierárquico em isonomia com o Quadro de Taifeiros (QTA) que teve sua situação corrigida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a Lei nº 12.158/2009.	11.309
18	Duplicação BR 290 – Rodovia do Mercosul – Trecho RS	Transportes	Como coordenador da FRENTE PARLAMENTAR PELA DUPLICAÇÃO DA BR 290, propomos a duplicação da BR, no trecho Eldorado do Sul a	9.100





19			Uruguaiana. Rodovia do Mercosul. Realçamos sua importância estratégica para a região, para o país e fundamentalmente para o Mercosul. A referida obra está incluída nos acordos internacionais do país com a Argentina desde 2004,	
	Fim da contribuição previdenciária incidente sobre aposentadorias de servidores públicos e seus pensionistas.	Gestão e Inovação em Serviços Públicos	Sobre as aposentadorias de servidores públicos e sobre as pensões incidem contribuição previdenciária em decorrência da EC 103/2019. O servidor público trabalha por 30 anos, se mulher, e 35 anos, se homem, e mensalmente paga contribuição previdenciária a alíquotas muito superiores ao regime geral do INSS para ter direito a aposentadoria integral. Depois de aposentado é obrigado a continuar pagando. Pedimos a aprovação da PEC 555 pelo fim dessa cobrança incidente sobre aposentadorias e pensões	8.989
20	FURB Federal - Implantação da Universidade Federal do Vale do Itajaí por meio da federalização da FURB, incorporando o câmpus da UFSC/Blumenau.	Educação	A luta em prol da federalização da FURB é um movimento que remete a 2002. Em 2008, um plebiscito e abaixo-assinados foram organizados expressando a vontade popular da região em torno do tema. Em 2013, o engajamento trouxe uma extensão da UFSC para Blumenau. A expansão do ensino superior gratuito no Vale do Itajaí exige a criação de uma nova universidade federal que contemple a FURB e o câmpus da UFSC, formando uma única universidade, pública, gratuita e de qualidade. Junte-se à nossa luta!	8.580
21	Aprovação da PEC 14.	Saúde	PEC 14/2021 Altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.	8.407
22	Novo Hospital Escola da UFPel	Saúde	Referência em oncologia, cuidados intensivos adulto e neonatal, tratamento de HIV e gestação de alto risco. O projeto da sede própria é composto de 3 blocos, numa área de mais de 33 mil metros quadrados, com espaço para 250 leitos de internação clínica, projetado para promover a integração de ensino, pesquisa e	7.408





			assistência e a consequente prestação de modernos serviços à população. Ensinar para transformar o cuidar! Apoie este projeto de ensino e assistência à saúde da população da metade Sul!	
23	Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social - 1 Arquiteto Urbanista para cada 20 mil habitantes.	Cidades	A proposta consiste na criação e implantação de Escritórios de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, e na contratação de um Arquiteto Urbanista para cada 20 mil habitantes, no intuito de planejar e promover a evolução das cidades brasileiras através da ATHIS, democratizando o acesso aos serviços de Arquitetura e Urbanismo à população e ao município como um espaço vivo em transformação.	7.180
24	Criação do Estatuto da Polícias Penais - Lei Geral da Polícias Penais	Justiça e Segurança Pública	A criação do Estatuto das Polícias Penais ou Lei Geral das Polícias Penais possibilitará resguardar minimamente direitos, além de prever deveres gerais, princípios de atuação e outras prerrogativas. A uniformização de carga horária de trabalho, grade curricular mínima de formação, princípios de atuação e até mesmo um piso salarial irá beneficiar o sistema penitenciário brasileiro no que tange a valorização dos servidores e execução dos serviços penais de segurança e reintegração da pessoa presa.	7.042
25	Criar um hospital federal, regional, transfronteiriço, 100% SUS em rede, para atender média/alta complexidade em saúde na fronteira, em Uruguiana.	Saúde	Regiões de fronteira, como a região 3 de saúde do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 500 mil habitantes, estão muito desassistidas em relação ao acesso a média e alta complexidade em saúde, ferindo os princípios de equidade, descentralização e regionalização do SUS. Agrega-se isso a distância de até 640 km para os centros maiores a que estes municípios são referenciados. O Município citado justifica-se em razão do amadurecimento da Unipampa, com 5 cursos de saúde, incluindo medicina, ativos.	6.927
26	Enquadramento e equiparação de direitos e salários das docentes de primeira infância, na carreira do Magistério.	Educação	Reconhecimento da função docente e enquadramento como Professor, unificando a denominação, uma vez que, no país há uma variedade com cerca de 50 nomenclaturas diferentes para o cargo . Acesso ao piso nacional do magistério,	6.791





			<p>inclusão na carreira do Magistério .</p> <p>Direito à lei 11.738/08 com reserva de 1/3 da jornada para planejamento, reunião, avaliação e formação continuada</p> <p>Direito à aposentadoria especial</p> <p>Direito a férias e recesso de acordo com o calendário escolar.</p>	
27	Agenda Nacional de Proteção, Defesa e Direitos Animais	Meio Ambiente e Mudança do Clima	Agenda Nacional de Proteção, Defesa e Direitos Animais	6.131
28	Produção animal sem Gaiolas	Agricultura e Pecuária	<p>A produção animal no Brasil, em sua maioria, utiliza-se de confinamento extremo, como por exemplo, gaiolas para galinhas poedeiras e gaiolas de gestação para porcas.</p> <p>Estudos mostram que animais confinados são possuem sistemas imunológicos mais frágeis devido ao intenso stress causado pelo confinamento aumentando o risco de doenças como a Influenza Aviária e novas pandemias.</p> <p>Além disso, sistemas de confinamento são dependentes do uso de antibióticos contribuindo para a resistência antimicrobiana</p>	5.262
29	Reposição emergencial do quadro de Técnicos do Seguro Social do INSS	Previdência Social	<p>O INSS perdeu mais de 50% do quadro de servidores desde 2016. A fila de espera e o indeferimento de benefícios feito pelo sistema automatizado crescem cada dia mais, ultrapassando 5 milhões. O gasto na justiça pelo INSS em 2022 foi de 4,8 bilhões , em contrapartida, a contratação de novos servidores seria cerca de 5% desse total. O INSS necessita urgentemente da reposição do quadro de Técnicos do Seguro Social, a fim de propiciar um atendimento digno a população.</p>	4.978
30	Jornada de 40 Horas Semanais para todas as categorias	Trabalho e Emprego	<p>Hoje o país permite jornadas de até 44horas semanais. Este tempo impossibilita o trabalhador de buscar uma formação continuada ou se dedicar mais a sua família. Com uma jornada universalizada de 40 horas poderemos contribuir para uma melhor qualidade de vida da população.</p>	4.914
31	Aprovação do mínimo de 1% para o financiamento do SUAS.	Desenvolvimento e Assistência Social,	<p>Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 383/2017 que garante o mínimo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida do respectivo exercício</p>	4.854



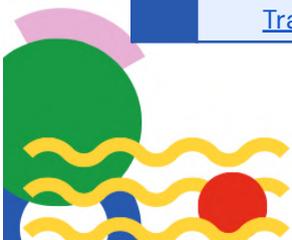


		Família e Combate à Fome	financeiro no financiamento do Sistema Único de Assistência Social –SUAS.	
32	Duplicação da BR-304	Transportes	A BR 304 é uma rodovia federal que desempenha papel fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte em razão da integração regional. Dos mais importantes corredores logísticos do Estado, é necessário para o acesso a destinos turísticos, para o transporte de produtos agrícolas, comerciais e industriais fundamentais para a economia potiguar e interligação com outros estados do Nordeste. Sua duplicação qualifica a segurança e otimiza o tempo de deslocamento, promovendo desenvolvimento.	4.775
33	Inserção do Nutricionista na equipe Basica da ESF	Saúde	Considerando o aumento das DCNT, da vulnerabilidade da população, da situação do país voltando ao mapa da fome, a inserção do Nutricionista (profissional diretamente envolvido com as políticas de SAN) vai garantir acesso e resolutividade na APS. Alguns municípios, como Cabedelo/PB, que já tem este profissional nas USFs, são um exemplo para o Brasil. Sem definição pelo MS os municípios não irão aderir e a Segurança Alimentar corre o risco de não ser atendida	4.651
34	Proteção dos jumentos	Meio Ambiente e Mudança do CLima	Proibição do abate dos jumentos em todo o território nacional e criação de mecanismos de proteção, garantindo recursos e suporte para evitar a extinção desses animais e promover a conscientização a cerca de sua preservação.	4.298
35	2% do orçamento federal para a Cultura	Cultura	Alcançar 2% do orçamento federal em 4 anos de PPA para o setor cultural fortalecerá importante vetor de desenvolvimento. A economia da cultura e da indústria criativa (ECIC) movimentou R\$ 230,14 bilhões, equivalente a 3,11% do PIB. A ampliação gradual e escalonada do investimento em cultura também em Estados e Municípios através do SNC ampliará seu retorno, benefícios gerados no próprio setor. O setor é estratégico e e configura alto grau de geração de trabalho e renda para 7% da pop. brasileira	4.229





36	Lei orgânica da Polícia Penal ou lei geral da Polícia Penal	Justiça e Segurança Pública	Esta lei geral dispõe sobre princípios, diretrizes, competências, atribuições, garantias, direitos, deveres e prerrogativas dos policiais penais, como normas gerais de organização e funcionamento das Polícias Penais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, disciplinando o parágrafo 5º-A do art. 144 da Constituição Federal e sua Emenda Constitucional nº 104, de 4 de dezembro de 2019.	4.206
37	Título: Implantação da Universidade Federal da Chapada Diamantina (UFCD) no estado da Bahia	Educação	Descrição: A presente proposta trata da implantação da Proposta da UFCD construída desde os anos de 2012. A UFCD terá uma estrutura multi-campi e se constitui numa demanda de um conjunto de territórios Bahia de reconhecida importância social, econômica, ecológica, cultural e reconhecimento internacional. Atualmente, o projeto da UFCD tem mobilizado a sociedade civil e lideranças políticas do território em busca de apoio na efetivação da importante iniciativa na promoção da educação superior.	4.074
38	Alimentação Escolar para os alunos dos Institutos Federais	Educação	Atualmente não existe rubrica nem orçamento para o custeio da alimentação Estudantil nos Institutos Federais o que leva os nossos alunos a sofrerem com a fome e ao aumento da evasão, sendo um obstáculo para a permanência e êxito. Assim proponho a criação de uma rubrica orçamentária específica para a alimentação Estudantil na rede federal.	4.021
39	Programa Periferia Viva	Cidades	A Secretaria Nacional de Periferias propõe o Programa Periferia Viva, para articular todas as políticas públicas do Estado nos territórios periféricos e garantir a participação popular nas decisões. Nas periferias, não basta só um tipo de intervenção do Estado. São décadas de abandono, carências e vulnerabilidades. E também décadas de organização popular para exigir os direitos e criar soluções. O Periferia Viva é uma inovação do governo Lula para mudar a vida do povo das periferias do Brasil.	3.952
40	Aprovação do Plano Especial de Cargos do Ministério do Trabalho e Emprego:	Trabalho e Emprego	O novo Plano Especial de Cargos do Ministério do Trabalho e Emprego (formada por Analistas e Técnicos do Trabalho), exigirá dos servidores	3.919





	instrumento de governança e fortalecimento da capacidade institucional		administrativos novas competências técnicas, criatividade e inteligência emocional para a melhor condução de processos operacionais e tomada de decisões. A carreira é orientada pelo mérito, entregas e resultados produzidos pelo servidor com potencial para ser utilizada como instrumento de governança de pessoal e fortalecimento da capacidade institucional.	
41	Reajustes das Bolsas de Estudo, Pesquisa e Pós-graduação	Educação	Assegurar um mecanismo anual de reajuste das bolsas de estudo, pesquisa e pós-graduação no país e no exterior, usando como referência indicadores que possibilitem a recuperação do valor frente a inflação e com ganhos reais ao longo do período 2024-2027.	3.739
42	Pibid e Residência Docente como políticas de Estado de formação docente.	Educação	Os Programas PIBID e Residência Pedagógica, se inserem na política nacional de formação de professores, tendo sua área de atuação em escolas por todo o território nacional. As ações desses programas, se coadunam oportunizando a estudantes de cursos de Licenciatura, de universidades públicas e privadas, uma maior aproximação teórico/prática com o cotidiano da escola, sendo partícipes na elaboração de metodologias de ensino, e na construção de uma formação humana e para a autonomia.	3.688
43	Carreira do Magistério Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Magistério Superior no Orçamento	Educação	O papel da Educação para o desenvolvimento do país é inquestionável e perpassa pela valorização dos servidores que fazem a Educação, e dentre eles está a figura do Docente. Nos últimos anos acumulamos grandes perdas salariais. É urgente uma valorização da carreira docente. Que ela venha por meio de uma reestruturação, que permita a valorização da dedicação exclusiva, mais enxuta e com menos tempo para chegar ao topo e que recupere as perdas salariais.	3.659
44	Inclusão do Sistema Socioeducativo no art 144 da CF	Justiça e Segurança Pública	Incluir o Sistema Socioeducativo no Caput do artigo 144 da CF/88, para dar Segurança Jurídica para todo um sistema, que lida com menores e jovens adultos que cometeram crimes, onde estar figurando entre os órgãos de Segurança Pública na CF é promover um olhar profissional para um tema muito negligenciado e que influencia diretamente em toda a	3.619





			Segurança Pública e Defesa Social do país	
45	Construção do Hospital Universitário da UFT	Saúde	A realidade tocantinense (1,5 mi de habitantes) clama por um novo hospital de grande porte. O único que atende todo o estado (HGP) segue lotado e atendendo acima do limite. Ademais, os cursos da saúde da UFT, que há anos tem formado médicos, enfermeiros, nutricionistas e psicólogos, não possuem um hospital próprio para formação e estágio. Assim, além de oferecer uma melhor formação técnica, também auxiliará o atendimento da população tocantinense, bem como das regiões Norte e Nordeste do Brasil.	3.502
46	Reestatização da Eletrobrás	Minas e Energia	A privatização reduz a segurança energética do país. Os "jabutis" acrescentados à lei de privatização e o desejo de recuperar o mais rápido possível o que pagaram levará a aumento significativo das tarifas, comprometendo o acesso a energia aos mais carentes e áreas de maior custo pra levar a energia como áreas rurais. Com o controle dos nossos rios, ameaça comunidades ribeirinhas. A experiência internacional mostra que a ausencia de manutenção e investimento gera o risco inclusive de apagões .	3.473
47	Conservação, proteção e restituição do patrimônio cultural brasileiro	Cultura	Promover a conservação, proteção e restituição do patrimônio cultural brasileiro em todas as suas manifestações, com ênfase no patrimônio arqueológico, paleontológico e etnográfico. Toda iniciativa deve ser formulada e executada com participação democrática (em especial, da população local) e com fundamento em evidências científicas e no respeito aos direitos humanos. Todos os benefícios econômicos, culturais, educacionais e turísticos devem ser compartilhados com as comunidades locais.	3.454
48	Reinclusão do Sistema Socioeducativo como órgão operacional do SUSP	Justiça e Segurança Pública	Reincluir o Sistema Socioeducativo como órgão operacional no SUSP pois segurança pública abarca todo o cinturão de defesa social e tratar de maneira profissional a ressocialização de menores e jovens adultos que cometeram crimes é trazer justiça social paz a sociedade.	3.365
49	Consolidação do desenvolvimento da UFABC, UFSCar, Unifesp e do IFSP	Educação	Consolidação do desenvolvimento institucional da UFABC, UFSCar, Unifesp e do IFSP, considerando as condições para a expansão	3.040





50			necessária ao pleno cumprimento dos respectivos projetos pedagógicos, a saber, ampliação de infraestrutura, de pessoal e do número de cursos e vagas, assegurando a contribuição das instituições na ciência e tecnologia de excelência e na inclusão e permanência de jovens no ensino superior e técnico de qualidade no país.	
	Universidade Federal no Município de Camaquã/RS	Educação	O Município de Camaquã, situado na Região Costa Doce, no Estado do Rio Grande do Sul, conta com atualmente 62.200 habitantes, cidade polo para 11 Municípios, não possui Ensino Superior Federal em nosso Município, nas modalidades licenciatura e bacharelado, onde os jovens se deslocam diariamente até as cidades de Pelotas ou Porto Alegre para cursar curso Superior de forma gratuita. Importante salientar que o Município dispõe da estrutura necessária para instalação de um campus, junto a FUNDASUL.	3.005
Total				928.255

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023



Análise Qualitativa das Propostas

Ranking com número de propostas e votos mobilizados por tema

Temas	Votos Mobilizados	Propostas
Saúde	360.740	1.225
Justiça e Segurança Pública	193.828	322
Educação	190.654	1.225
Direitos Humanos e Cidadania	79.509	511
Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	69.822	115
Meio Ambiente e Mudança do Clima	66.946	469
Previdência Social	64.381	240
Transportes	38.694	444
Gestão e Inovação em Serviços Públicos	38.439	271
Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	24.295	249
Desenvolvimento e Assistência Social, Família e combate à Fome	24.024	405
Cidades	20.087	282
Trabalho e Emprego	17.516	363
Cultura	15.524	222
Defesa	12.482	60
Minas e Energia	9.641	97
Mulheres	9.451	182
Turismo	8.787	113
Agricultura e pecuária	8.594	101
Fazenda	7.875	124
Ciência, Tecnologia e Inovação	5.928	152
Integração e Desenvolvimento Regional	5.036	107
Igualdade Racial	3.940	89
Planejamento e Orçamento	3.890	125
Secretaria Geral da Presidência da República	2.434	86
Portos e Aeroportos	2.419	22
Esporte	2.168	89
Povos Indígenas	1.216	33
Comunicações	644	45
Pesca e Agricultura	601	29
Controladoria Geral da União	579	29
Comunicação Social	542	41
Relações Institucionais	466	29
Relações Exteriores	341	13
Banco Central	302	20
Segurança Institucional	267	24
Casa Civil	122	30

Advocacia Geral da União	18	12
Total	1.292.202	7.995

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo

Data: 16/06/2023

Análise das Propostas:

- Das 8.254 propostas recebidas, 296 delas apresentam votação acima de 300;
- 6.398 propostas estão com menos de 20 votos (77%);
- Todos os programas apresentam votação acima de 2.400;

Propostas por categoria:

Propostas	Retiradas ⁵	Rejeitadas ⁶	Denunciadas ⁷	Ocultadas ⁸
8.254	157	80	30	5

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo

Data: 16/06/2023

- As propostas rejeitadas pela moderação da plataforma consideraram os seguintes critérios de análise:
 1. Propostas contrárias a direitos assegurados pela Constituição Federal e/ou por outras leis que integram o nosso ordenamento jurídico;
 2. Propostas com pedidos pessoais; e
 3. Propostas sem conteúdos relativos à políticas públicas.

Propostas agrupadas por categorias temáticas

O gráfico abaixo apresenta um agrupamento das propostas a partir de categorias temáticas, isto é, dos conteúdos recorrentes que apareceram nas propostas. Como é possível observar, demandas por ensino fundamental e médio, propostas para o SUS, ampliação de infraestrutura, ações para universidades, ensino superior e habitação foram as que concentraram o maior número de propostas.

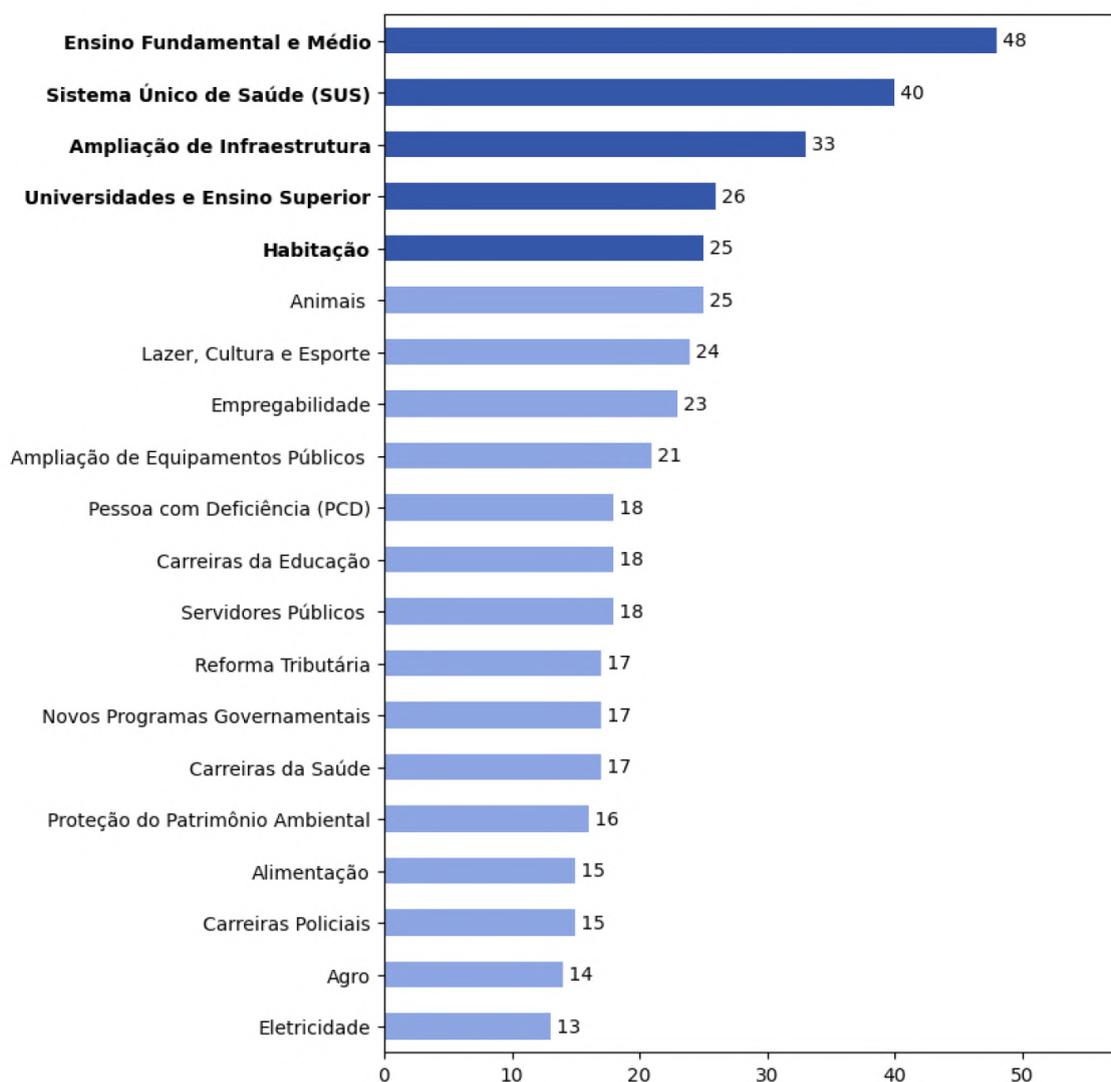
Essa análise foi realizada utilizando uma base de dados que contém todas as propostas, e foi elaborada a partir do agrupamento por palavras-chaves.

⁵ Propostas que são retiradas pelo proponente;

⁶ Rejeitadas por administradores da plataforma por violação de termo de uso e privacidade; por não configurar proposta de política pública;

⁷ Propostas denunciadas pelos usuários da plataforma, por diversos motivos;

⁸ Propostas ocultadas por administradores da plataforma por violação de termo de uso e privacidade. As propostas são excluídas da Plataforma;

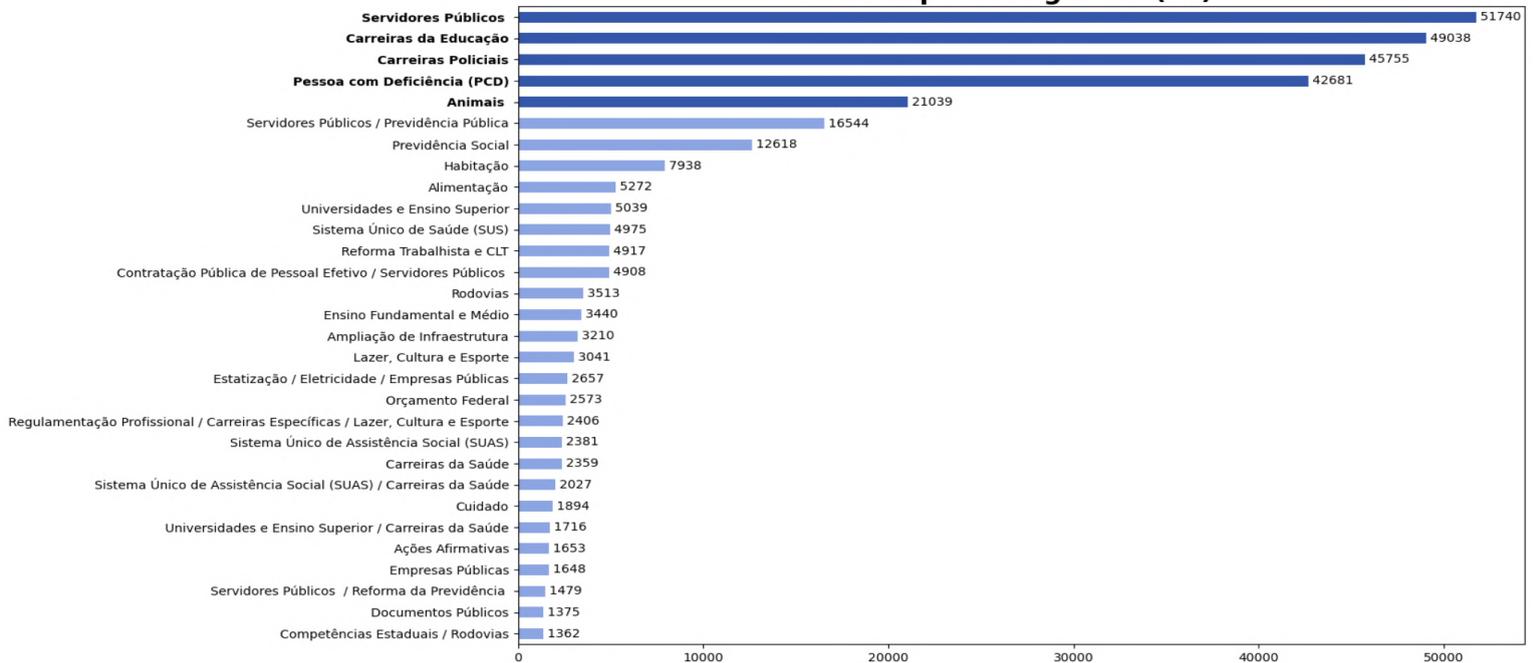


Votos agrupados por categorias temáticas

O gráfico abaixo apresenta um agrupamento com o número de votos relacionados às categorias temáticas, isto é, dos conteúdos recorrentes que apareceram nas propostas. Como é possível observar, demandas relacionadas a servidores públicos, carreiras de educação, carreiras policiais, pessoas com deficiência (PCD) e animais foram as que concentraram o maior número de propostas.

Essa análise foi realizada utilizando uma base de dados que contém todas as propostas, e foi feita a partir do agrupamento por palavras-chaves.

Votos por Categoria 1 (v2)



Análise de Acessos

- **Visão Geral das Visitas**

Número de Acesso Únicos	4.087.540
Duração Média de Visita	2min 31s
Visitas que ressaltaram (que saíram do site após uma página)	55%
Visualizações de páginas únicas*	10.474.927

*Contabilizada uma única vez independente do número de visualizações realizadas por usuário.

Fonte: Data Platform da Dataprev

Data: 16/07/2023

- **Tipos de Canais**

Tipo	Visitas	
Entrada Direta	3.540.297	54,5%
Sites	1.673.837	25,8%
<i>sso.acesso.gov.br</i>	<i>1.320.698</i>	<i>20,3%</i>
<i>cadunico.dataprev.gov.br</i>	<i>138.309</i>	<i>2,1%</i>
<i>linktree</i>	<i>70.282</i>	<i>1,1%</i>
Redes Sociais	1.124.417	17,3%
<i>Instagram</i>	<i>875.363</i>	<i>13,5%</i>
<i>Facebook</i>	<i>167.330</i>	<i>2,6%</i>
<i>Twitter</i>	<i>53.735</i>	<i>0,8%</i>

Fonte: Data Platform da Dataprev

Data: 16/07/2023

- **Mapa de visitantes - visão por localidade**

Região	Visitas ⁹	
Brasil	6.491.357	99%
São Paulo	1.874.543	28,9%
Rio de Janeiro	562.365	8,7%
Minas Gerais	545.009	8,4%
Bahia	457.926	7,1%
Paraná	352.714	5,4%

⁹ Visitas agregam o número de páginas acessadas pelos usuários.

Ceará	335.814	5,2%
Rio Grande do Sul	298.033	4,6%
Pernambuco	282.145	4,3%
Distrito Federal	224.734	3,5%
Santa Catarina	176.982	2,7%

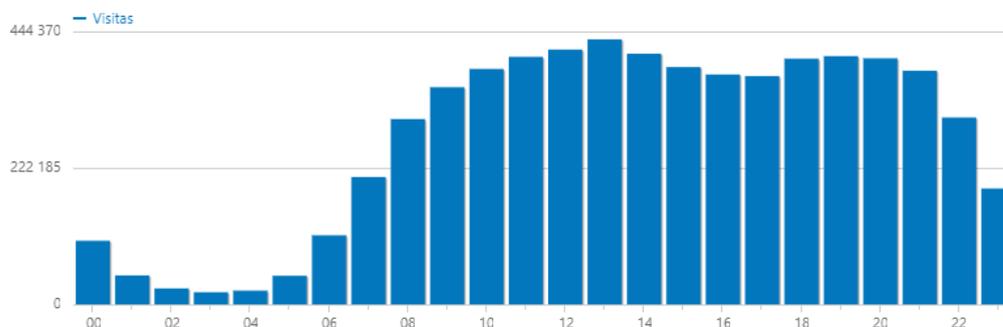
Fonte: Data Platform da Dataprev
Data: 16/07/2023

- **Tipo de Dispositivo**

Tipo	Visitas	
Smartphone	5.540.211	85,3%
Phablet	485.516	7,5%
Computador	447.561	6,9%

Fonte: Data Platform da Dataprev
Data: 16/07/2023

- **Visitas por hora local**



Fonte: Data Platform da Dataprev
Data: 16/07/2023

- **Páginas Acessadas**

URL da página	Visualizações	
programas	12.362.669	73,2%
termos e condições	2.038.421	12,1%

Fonte: Data Platform da Dataprev
Data: 16/07/2023

PARTE 2:

Top 20 Propostas por Ministério

Advocacia Geral da União

Esta seção é destinada à Advocacia Geral da União

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 12
- Número total de votos: 18



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Auxiliar em saúde bucal	Piso salarial equivalente a auxiliar de enfermagem	3	Ministério da Saúde
2	Aposentadoria aos profissionais da enfermagem	Tornem lei. O Profissional de enfermagem que atuou e continua atuando na profissão seja público ou privado os profissionais da área de enfermagem sejam tempo dos atendentes em enfermagem e auxiliares e técnicos e enfermeiros(as) que tenham 25 até 30 anos de atividade na enfermagem comprovadamente independente da idade do profissional seja homem ou mulher, solicitaria sua aposentadoria e consegue receber três salários mínimos líquidos de aposentadoria (CLT e Estatutário). Tem que sair da profissão.	3	Ministério da Saúde
3	Profissionais da enfermagem do Brasil inteiro.	Tornem lei. Todos os profissionais da enfermagem do Brasil inteiro, públicos e privados nos hospitais e estabelecimentos de saúde e cuidados e permanências que atuam 06 ou 07 dias por semana e 12 ou 16 ou 24 horas por dia ter a escala de plantão de 12x36 com duas folgas fixas obrigatórias por mês sem formarem banco de horas e sem pagarem em horas extras, sejam diurno e noturno. E os profissionais receberem horas extras de 100% por atuarem em transportes e transferências com ambulâncias.	3	Ministério da Saúde
4	Luta pela enfermagem	Reajuste anual do piso e que venha as 30 h	3	Ministério da Saúde
5	Custo Eleitoral reduzido	Impedir que as embaixadas do Brasil em outros Países sejam local de votação, assim como não mais promover o voto a brasileiros não residentes. Pontua-se que não é impedir o voto, direito universal a todo brasileiro, e sim o questionamento do impeditivo ao brasileiro residente no País, que não poder estar em outro município/ estado e exercer a cidadania, mas permitir a um brasileiro despatriado, a escolha de um político no Brasil. Se quiser votar que retornem a sua Pátria e cidadania.	1	
6	Como resolver o problema do catadores de lixo	Existem associações e cooperativas com boas estruturas de atendimentos aos catadores.	1	Secretaria Geral da





			Presidência da República
7	Habilitação CNH sem provas práticas e escritas e simulados.	O cidadão(a) que necessitar tirar ou aumentar a categoria ou ter uma categoria a mais de CNH (Habilitação) não precisa realizar provas e simulados somente fazer as 15 ou 20 horas aulas práticas e pronto recebe a CNH .Proibam as provas práticas/escritas não prova nada, O trânsito é diversificado em qualquer parte do Brasil ; requer atenção e não imprudências,Muitos rodam por coisas banais e nervosismos e sabem dirigir e custa caro pagar novamente.Melhorem a qualidade de vida e desenvolvimento.	1 Ministério dos Transportes
8	Criar obrigatoriedade de pagamento de Precatorios para trabalhador idoso/a	O pagamento devPrecatorios é km fireito dos contribuintes trabalhadores e muitos acabam morrendo antes de receber, solicito que seja criada uma Lei que obrigue o pagamento de Precatorios para os trabalhadores idosos e inclusive quando os Municípios, Estados e União tiverem.um aumento na arrecadação, vimos é o caso do município de São Paulo hoje, em 2022/2023.	1 Ministério da Fazenda
9	Calote na Dívida Interna	Esta dívida já foi paga a muito tempo. É preciso parar de dar estes Bilhões aos bancos.	1 Ministério da Fazenda
10	Revogação do Parecer Normativo 001/2017/GAB/CGU/AGU.	O Parecer Normativo 001/2017/GAB/CGU/AGU estabelece, no âmbito da Administração Pública Federal, a tese do Marco Temporal como diretriz no processo de demarcação de Terras Indígenas O normativo impõe à Administração Pública que, no processo de demarcação de TIs, sejam observadas as condicionantes do caso Raposa Serra do Sol e a tese do “marco temporal”. O parecer é inconstitucional e conflitante com o entendimento já fixado, inclusive, pelo STF, além de conflitar com os interesses dos indígenas,	1
Total			18

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023



Ministério da Agricultura e Pecuária

Esta seção é destinada ao Ministério da Agricultura e Pecuária

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 101
- Número total de votos: 8.594

Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Produção animal sem Gaiolas	A produção animal no Brasil, em sua maioria, utiliza-se de confinamento extremo, como por exemplo, gaiolas para galinhas poedeiras e gaiolas de gestação para porcas. Estudos mostram que animais confinados são possuem sistemas imunológicos mais frágeis devido ao intenso stress causado pelo confinamento aumentando o risco de doenças como a Influenza Aviária e novas pandemias. Além disso, sistemas de confinamento são dependentes do uso de antibióticos contribuindo para a resistência antimicrobiana	5262	
2 Fortalecimento das Carreiras Federais da Defesa Agropecuária	Valorizar e fortalecer as carreiras federais de Defesa Agropecuária, em especial o Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária – PCTAF, de que trata o art. 47 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016, por meio da recomposição remuneratória e realização de concursos públicos para recomposição do quadro, a fim de propiciar ao Estado os meios para uma efetiva def	517	Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
3 Fortalecimento dos Orgânicos no MAPA	Estruturação física e orçamentária no Ministério da Agricultura e Pecuária, para melhor controle e operacionalização do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; fomento à agricultura orgânica; e para a execução do PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.	452	
4 Programa Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Agropecuária	Fortalecer a capacidade do setor produtivo agropecuário na superação dos desafios de produção sustentável por meio da geração, compartilhamento e da aplicação do conhecimento científico.	334	
5 Defesa Agropecuária	Atuação do ministério da agricultura e pecuária para Assegurar a sanidade vegetal e a saúde animal, a qualidade , as práticas leais de produção e de comércio de produtos agropecuários, visando contribuir para a promoção da saúde pública e o desenvolvimento do setor agropecuário em benefício da sociedade brasileira, por meio da regulamentação, certificação, auditoria e fiscalização agropecuária.	243	
6 Proibição do uso de	Diversos agrotóxicos cancerígenos foram	234	

7	agrotóxicos cancerígenos	liberados no governo anterior. Um absurdo, que causará lá na frente um aumento expressivo de casos de câncer e alergias e outras doenças na população. A proposta é proibir o uso desses agrotóxicos no Brasil, seguindo o padrão da europa e países que se preocupam com a saúde da população. Incentivar a agricultura orgânica para baratear os preços.		
	Melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares.	A agricultura familiar é fundamental é peça chave na economia brasileira e produz mais de 85% do alimento que chega à mesa do brasileiro. No entanto, esses agricultores enfrentam diversos desafios para manter suas atividades econômicas e garantir a subsistência de suas famílias. Para solucionar isto, é necessário investimento em capacitação técnica através da ampliação do serviço de ATER, o acesso a tecnologias e mercados, além da melhoria das condições de trabalho.	204	
	Desenvolvimento da agricultura e desenvolvimento sustentável com a aquisição de máquinas pesadas	Todas as cidades do Brasil necessitam de incentivo do governo federal para garantir o desenvolvimento do país. As cidades do Brasil necessitam de renovar a frota de máquinas pesadas como tratores, caminhões caçambas e retroescavadeiras. A cerca de 10 anos, o governo federal investiu nessa temática. No entanto, há que se renovar as máquinas, pois as que foram utilizadas nesse período já estão muito desgastadas ou não estão dando conta dos serviços necessários para o desenvolvimento das cidades.	186	
	Áreas demonstrativas de agricultura sem veneno, custeadas pelo governo	Minha proposta, parte do pressuposto que os agricultores não sabem produzir alimentos sem venenos e adubos químicos. Necessitando formação teórica e prática. Fazendo o acompanhamento de uma área demonstrativa de Agrofloresta e Silvopastoril, feita junto com a população e especialistas na técnica. Para aprender fazer e ter a segurança necessária para fazer a transição agro-ecológica em sua propriedade sem o risco de prejuízo financeiro, por fazer errado e não conseguir sucesso na produção. 🌱🌳🌹	172	
10	Brasil + Orgânico	O Programa Brasil + Orgânico, consiste na promoção e fortalecimento da produção	133	Ministério do

		<p>sustentável de produtos orgânicos, com foco em ampliar a oferta de alimentos saudáveis para a sociedade, promovendo a segurança alimentar;</p> <p>Implantar a Rota do Orgânico;</p> <p>Ampliar o número de produtores com Certificado Orgânico;</p> <p>Aumentar a área destinada a produção orgânica no Brasil;</p> <p>Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica – NEAs;</p> <p>ATER + Crédito Rural;</p> <p>Fomentar a Produção Orgânica e a Agroecologia.</p>		Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
11	Projeto Público de Convivência com o Semiárido para fortalecimento da agricultura familiar no estado de Pernambuco	<p>Fortalecer comunidades rurais da região do Sertão, onde vivem povos tradicionais (quilombolas, indígenas) e agricultores familiares, a partir da garantia de políticas públicas de acesso à água, de segurança alimentar e nutricional e de geração de trabalho e renda para famílias agricultoras da região semiárida de Pernambuco.</p> <p>#PropostaColetiva (Link externo)</p>	80	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
12	Fortalecimento das pesquisas agropecuárias: uma corrida contra o tempo	<p>Os resultados das pesquisas agropecuárias são de longo prazo. A corrida contra o tempo é tentar garantir a segurança alimentar do país, ou seja, alimentar a todos. Se a pesquisa agropecuária for impedida de cumprir a sua missão por falta, bloqueios e contingenciamentos de recursos e cortes orçamentários como garantir esse direito?</p> <p>Os três principais elementos para a vida (AR, ÁGUA e ALIMENTO) estão presentes nos resultados das pesquisas, logo, o assunto é de soberania alimentar.</p>	73	
13	Reestruturação Sócio Produtiva da Zona da Mata	<p>Garantia de trabalho, crédito, infraestrutura e renda para assegurar uma vida digna para trabalhadores e trabalhadoras que representam a força da produção de alimento, geração de trabalho, renda e desenvolvimento, onde vivem e produzem em assentamentos, comunidades rurais e ribeirinhas, e precisam melhorar as condições produtivas, a agregação de valor e renda e a inserção nos diversos mercados.</p> <p>#PropostaColetiva (Link externo)</p>	61	
14	Transição Produtiva de Sistemas de Produção Animal Livre de	<p>Por meio dessa proposta sugere-se que o Governo Federal inclua no orçamento um plano para banir o confinamento extremo de todas as cadeias produtivas de origem animal e defina um</p>	59	

15	Confinamento Extremo	prazo para adequação de todos os produtores.		
	Agricultura Familiar e Juventudes	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos com infraestrutura para as juventudes produzir; - Espaços para os jovens comercializar os produtos excedentes e assim gerar renda; - Assessoria técnica para incentivo a produção Agroecológica. 	45	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
16	Incentivo à agricultura regenerativa, agrofloresta.	É importantíssimo e urgente que o governo adote políticas de incentivo à agricultura sintrópica/agricultura tiva, o incentivo pode vir com programas que ensinem as técnicas e complementado com financiamento que conceda descontos para o agricultor familiar que adotar práticas de cultivo que recuperam o meio ambiente. A agrofloresta é a maior e mais urgente prática de cultivo a ser adotada. A Agrofloresta (agricultura sintrópica) é a salvação da agricultura e conseqüentemente, do nosso planeta.	32	
17	Crédito para agricultura familiar	Crédito para agricultura familiar, dando mas tempo de carência e um desconto maior no pagamento das parcelas.	29	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
18	Proibir o uso de agrotóxicos, defensivos agrícolas, veneno, pesticida em alta escala; fomentar agricultura familiar agroecológica	Proibir o uso de quaisquer tipos de defensivos agrícolas/agrotóxicos/veneno/pesticidas em quaisquer propriedades rurais com mais de 2 hectares. Adequar o uso de elementos não naturais aos permitidos em agências reguladoras europeias. Fomentar a agricultura familiar agroecológica focada na produção de alimentos para a população brasileira Eliminar subsídios de qualquer espécie para monocultivo ou criação de animais, principalmente com intuito de exportação Base protéica vegetal	26	
	Repasser regulares de recursos fundo a fundo para as agências estaduais de defesa agropecuária executarem os programas os	As agências estaduais de defesa e inspeção agropecuária executam todos os programas de sanidade e inspeção instituídos pelo Ministério da Agricultura, entretanto não há repasse regulares de recursos do Governo federal ocasionando problemas nos serviços executados especialmente nos estados em que a agropecuária não tem importância econômica.	26	
19				

	programas sanitários			
20	Ampliar as políticas habitacionais para o homem do campo	Ampliar os recursos e as políticas públicas para o homem do campo.	24	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Total	20		8192	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Selo Vegano/Vegetariano	Comunicação Social da Presidência da República

**Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome**

Esta seção é destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 405
- Número total de votos: 24.024

	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Aprovação do mínimo de 1% para o financiamento do SUAS.	Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 383/2017 que garante o mínimo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro no financiamento do Sistema Único de Assistência Social –SUAS.	4854	
2	Nutricionistas nas equipes do SUAS	Inserção de nutricionistas nas equipes do SUAS para a acompanhamento periódico do perfil nutricional das pessoas que serão beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e de outros programas de assistência social em prol da Segurança Alimentar e Nutricional da população.	2602	
3	Educação Alimentar e Nutricional nos equipamentos de SAN	Implantação de programas de Educação Alimentar e Nutricional nos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e condução das atividades educativas por nutricionistas da equipe do Sistema Único de Assistência Social.	2209	
4	Programa de Incentivo à proteína vegetal – Viva o feijão!	Criação de um programa de alimentação que contribua para a segurança alimentar e nutricional, promovendo as proteínas vegetais, conhecidas como leguminosas/feijão. O consumo do feijão é essencial ao combate à fome já que é produzido em todas as regiões do Brasil, possui alto valor proteico, é acessível, baixo custo de armazenamento e perecibilidade, fomenta produtores familiares e reduz o impacto ambiental, construindo um sistema alimentar que seja mais justo, saudável, sustentável e resiliente.	2209	
5	Benefício assistencial ao responsável cuidador da pessoas com deficiência independente de BPC	Muitas mulheres abandona o mercado de trabalho para se dedicar exclusivamente ao filho com deficiência. Em muitas famílias essas mulheres são mãe solo e a única responsável e cuidadora da pessoa com deficiência. Lutar por uma renda onde elas poderão ter um ganho para cuidar da sua saúde mental e elevar sua autoestima é o mínimo que o governo federal pode fazer: tendo em vista que muitas mulheres entram em depressão pelo abandono da família e sociedade. Independente de já receber BPC.	1023	Ministério das Mulheres Ministério da Previdência Social



6	Por um Semiárido vivo	Garantir recursos para políticas de convivência com o Semiárido, incluindo o Programa Cisternas, que assegura descentralização da água para consumo humano e produção de alimentos no Semiárido brasileiro, melhorando a qualidade de vida de milhões de famílias, especialmente crianças, mulheres e idosos; bem como a criação e implementação de um Programa Nacional de Saneamento Rural no Semiárido, com vistas a garantir sanidade e promover a fazer reuso de águas após tratamento de esgoto doméstico.	1006	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
7	Valorização do salário mínimo e redução de impostos	1º Reajuste real do salário mínimo para 1.500,00 2º Redução de impostos dos alimentos, combustíveis e gás de cozinha. 3º Reforço escolar para todas as séries. 4º Aulas avançadas de inglês e espanhol, para todos os estudantes da rede.	795	
8	PAA OVO CAIPIRA - Incentivo a produção de Ovos Caipira para Combater a Fome e Desnutrição no Brasil	Criação do PAA Ovo Caipira em moldes semelhante ao PAA Leite. O objetivo é gerar a inclusão socioprodutiva dos agricultores familiares e colaborar no combate a fome e desnutrição, com a doação de uma bandeja de ovos caipira por semana para famílias que estão cadastradas no CadÚnico e em vulnerabilidade nutricional. O Ovo Caipira é considerado um dos melhores alimentos do mundo, por ter grande valor nutricional e biológico, podendo ser consumido em todas as fases da vida.	781	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
9	Brasil Sem Fome! 🌱🌟	Instituir o Programa Brasil Sem Fome Constituir um Programa centrado no combate à fome e a insegurança alimentar, através de ações integradas que contribuam para a produção, armazenamento, arrecadação e distribuição de alimentos, bem como para a busca ativa e o acompanhamento das famílias em situação de insegurança alimentar, convocando a sociedade civil a se somar nesse esforço através da organização comunitária e da participação social. #CozinhaPopular (Link externo) #BancoDeAlimentos (Link externo) #SolidariedadeAtiva (Link externo)	370	



10	Políticas pobre de combate A fome fortalecendo as cozinhas solidária.	Promover o combate à fome fortalecendo Cozinhas Solidárias Implementar uma política nacional de Cozinhas Solidárias, como forma de enfrentamento à fome e fortalecer a organização comunitária nas periferias e junto a segmentos vulneráveis.	356	
11	Distribuição de moradia gratuita/a preço popular	Apropriação de casas, terrenos e prédios abandonados para a construção de locais de moradia de qualidade a preço popular ou gratuita, para que pessoas em situação de rua e pessoas de baixa renda possam ter acesso a moradia digna sem ter perigo de despejo por falta de pagamento. É interessante que essa política seja estuda com finalidade de garantir moradia gratuita e de qualidade a todos os brasileiros, começando pelas pessoas que mais precisam no momento.	287	Ministério das Cidades
12	Política de acolhimento e restauração da cidadania de pessoas em situação de rua	O aumento da miséria levou milhões de brasileiros a viverem nas ruas, principalmente nas grandes cidades. São pessoas em altíssima vulnerabilidade cujos direitos básicos à saúde, moradia, educação e emprego são negados. Resolver esse problema passa por uma ação multidisciplinar de assistência social e jurídica, que prevê o acolhimento, recuperação da cidadania e disponibilidade de moradia através do cumprimento da leis acerca de imóveis abandonados e endividados.	285	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
13	PROTEÇÃO DOS ÓRFÃOS DA COVID-19: Garantia de auxílio financeiro às crianças e adolescentes órfãos de vítimas da COVID-19 e a seus cuidadores.	PROTEÇÃO DOS ÓRFÃOS DA COVID-19: Garantia de auxílio financeiro às crianças e adolescentes órfãos de vítimas da COVID-19 e a seus cuidadores, através da inclusão destes no Benefício de Prestação Continuada (BPC), tendo como fonte de financiamento a taxação em 1% (um por cento) da riqueza dos denominados super-ricos, assim classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). OBS.: Proposta aprovada na Conferência Livre das Vítimas da Covid-19 (preparatória da 17ª Conferência	259	

14	Periferia viva	<p>PERIFERIA VIVA:</p> <p>Nas periferias, não basta apenas um tipo de intervenção do Estado. Estamos há décadas nos organizando para cobrar dos governos que todos os direitos e políticas públicas cheguem nos nossos territórios. Queremos saúde, educação, alimentação saudável, segurança, cultura, enfim, dignidade de vida. Queremos ter protagonismo nas decisões do que o Estado vai fazer onde a gente vive. É preciso garantir moradia popular de qualidade, mas mais que isso, que elas sejam acompanhadas .mtst</p>	257	
15	Criação de um programa de restaurantes populares e apoio a cozinhas comunitárias	<p>Criação de um programa ou política pública a nível nacional que possibilite o investimento sistemático na construção de restaurantes populares e o apoio a cozinhas comunitárias e outras iniciativas similares, como forma de assegurar o acesso de famílias de baixa renda, estudantes e trabalhadores a alimentos saudáveis e de qualidade, provenientes principalmente da agricultura familiar, garantindo o seu direito humano à alimentação e reduzindo carências nutricionais.</p>	246	
16	Aprovação do Piso Salarial Nacional dos Assistentes Sociais	<p>Precisamos de mais reconhecimento e grandiosidade na relação com os profissionais do Serviço Social, profissionais que trabalham em prol dos direitos e viabilização de toda população vulnerabilizada! Com Relação aos direitos constitucionais, temos uma lei que foi aprovada em Maio de 2023 Lei 1827/2019 referente ao valor de R\$ 5.500 de autoria do deputado Célio Studart. Que possa ser aprovado em todas as instâncias o tão importante Piso Salarial Nacional dos Assistentes Sociais,</p>	245	
17	Piso salarial do/a assistente social	<p>Piso salarial do/a assistente social</p>	235	
18	Criação da Lei Miriam Morata que visa garantir direitos para o Cuidador Familiar	<p>Criação da Lei Miriam Morata que visa garantir direitos para o Cuidador Familiar</p>	226	Ministério das Mulheres

19	No mínimo 1 Bilhão de reais por ano de 2024 para o PAA Doação Simultânea	O maior programa de inclusão socioproductivo do país e quiça do Mundo, o Programa de Aquisição de Alimentos é a maior ferramenta de Combate a Fome e a Desnutrição, e de geração de trabalho, emprego e renda no campo. Por isso, o PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea deve ter os seus recursos garantidos e ampliados anualmente. Com ajustes adequados na Tabela de Preços da CONAB. Sugerimos o aporte de 1 Bilhão de reais para o PAA CDS em 2024, o acréscimo de 200 milhões por ano do PPA.	207	
20	Proteção as crianças, adolescentes e idosos	Assegurar que os SCFV (serviços de convivência e fortalecimento de vínculos) sejam ampliados e participem de forma ativa na busca e apoio das crianças, jovens e idosos em situação de vulnerabilidade social.	203	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
Total	20		18655	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Casas populares gratuitas para o bolsa família Dianópolis-To	Casa Civil
2	Moradia Rural para Famílias de Baixa Renda	Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
3	Isenção do passaporte	Direitos Humanos e Cidadania
4	Renda Básica de Cidadania para todo cidadão do Brasil	Fazenda
5	Renda mínima universal	Planejamento e Orçamento
6	Apoio e Fomento a Bancos Comunitários e Moedas Sociais	Trabalho e Emprego

Banco Central

Esta seção é destinada ao Banco Central

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

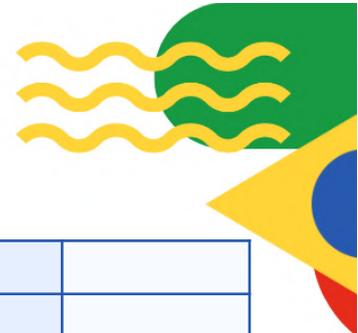
Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 20
- Número total de votos: 302



Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Conhecendo o dinheiro	Levar o conhecimento financeiro a população mais carente, desde a e i o u.....o que é uma conta bancária, conta salário, conta corrente, o que é uma poupança, como funciona as tarifas, e tudo que TODOS são obrigados a ter e infelizmente são usados pelas instituições financeiras. Educar para importância de ter uma reserva financeira (desde um cofrinho até uma previdência.	68	
2 O Brasil é um país do século XXI. Não do atraso... Já estamos ficando atrasados de muitos países.	Liberdade ao mercado de investimento, com menos impostos. Dar incentivos aos alunos em sala de aulas, pra aprenderem como ganhar é gerir seus próprios recursos ao decorrer de sua existência, sem que o governo seja o seu primeiro cangote de apóio. Liberdade de expressão... Não ao PL da mordaga.	51	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
3 Piso e teto para os juros do BC	Piso 5% ; teto 10%	49	
4 Atualização dos Protocolos bancários no Brasil	A minha proposta é que o Banco Central atualize os protocolos bancários do Brasil. Estamos aqui apenas com o SWIFT, em outros países existem o MT 103/202 com manual download, FX4, SEPA, DTC, L2L , IPIP, IPID, nós estamos de fora do bilionário mercado financeiro de prestação de serviços porque estamos bem desatualizados quanto aos protocolos de transferências internacionais de grandes valores. Trabalho com isso fora do Brasil, muitas grandes empresas querem iniciar suas operações no aqui.	38	
5 Redução da taxa de juros e fim da autonomia do Banco Central	A alta taxa de juros reduz o crescimento econômico do Brasil. Desde 2021, o Banco Central deixou de fazer parte do guarda-chuva do Ministério da Fazenda e sua diretoria é aprovada pelo Congresso, com autonomia para interferir na aplicação de percentuais de inflação e taxas. Isso prejudica os trabalhadores, as políticas de emprego e renda e crédito mais acessível. lembrando que o que é bom para o mercado financeiro, nem sempre será bom para o restante da	30	





		população. Silvana Piroli – CUT/RS		
6	Economia brasileira	Redução de juros do banco central...os ricos tem paga mais....encentiva o pruduto rurais ele q vai crencer o Brasil	21	
7	Autonomia do Banco Central	Elaborar Projeto de Lei que busque revogar o atual marco legal que auferiu autonomia ao Banco Central do Brasil. Feito isso, propor novo marco legal que aumente o controle social e a participação popular na administração da política econômica em geral e na política monetária e de juros em particular.	14	
8	Internacionalização do PIX: Transformando o Real em Moeda de Referência Regional	Busca impulsionar a internacionalização do PIX, o comercio e estabelecer o Real como uma moeda de referência regional na América Latina. O Real já é reconhecido como uma das moedas mais fortes e estáveis na região, e diversos países, como a Argentina, consideram utilizá-lo como uma alternativa para estabilização da inflação. Além disso, empresas estão adotando o PIX como meio de pagamento em outros países, e há interesse de não residentes em ter contas e investir em nossos títulos.	11	
9	Manter Autonomia do Banco Central	O BC independente é um instrumento importante para manter a estabilidade da moeda do país. Deve ser mantido desta forma	6	
10	Não cobra taxa do Pix	Não cobra taxa do Pix pq as vezes vc só tem aquele total e se cobra vai ficar ruim, vc vai ter q colocar mais dinheiro pra pode fazer a transferência e se não tiver mais um pouco de dinheiro não faz a transferência	4	
11	Proposta de criação da Bolsa Nacional de Precatórios e Dívidas	Estabelece-se a obrigatoriedade de todas as transações de precatórios públicos e dívidas particulares ocorrerem por meio da referida bolsa, especialmente quando estas forem vendidas a terceiros. Determina-se que o polo devedor seja notificado com antecedência mínima de 90 dias da venda, facultando-lhe a quitação da dívida pelo mesmo valor pelo qual será cedida a terceiro. A notificação deverá ser realizada por meio dos aplicativos bancários, conforme direcionamento do Banco Central.	3	
12	Criação moeda única Brasil e África do Sul	Brasil e a África do Sul atuam em conjunto no Sul Global e BRICS. Duas economias que devem se unir	2	





		para conseguirem maior protagonismo dentro do promissores continentes da América do Sul e África.		
13	Sigilo Absoluto dos Dados Pessoais Dos Clientes de Instituições Financeiras	Sigilo absoluto dos dados pessoais (CPF, números de telefones (fixo e móvel), Email, endereço,) qualquer meio utilizados para identificar os clientes das instituições financeiras principalmente os beneficiários de seguridade social, para diminuir as possibilidades de empréstimos sem autorização dos clientes, onde os menos favorecidos culturalmente são alvos. Responsabilizar a instituição.	2	
14	Recuperação de Cédulas de Real Morto	Recuperação de Cédulas (moeda) de Real Morto representa o ressuscitar de dinheiro perdido, queimado, destruído e outros ao longo do tempo desde a criação do Real, com a criação de uma nova moeda de Real com novas estampas para substituir as atuais, onde todas as possuem seu código de identificação e que por inúmeros fatores não estão em circulação podendo ser recuperado pelo Governo e reaproveitado em programas sociais, além de contribuir com a fiscalização da Receita Federal e o Banco Central.	1	
15	Boletos Pagos Confirmados na Hora	Ao gerar um boleto é possível pagá-lo na hora em qualquer lugar do Brasil, ou seja a existência dele se propaga na hora, já a informação de que ele foi pago leva até 72h, a proposta é que o banco central crie um método onde a confirmação de pagamento de um boleto seja instantâneo.	1	
16	Implantação de Novos Protocolos Bancários	A minha proposta é para que o Brasil atualize os seus protocolos bancários. O Brasil está fora desse imenso mercado financeiro. Poderíamos estar captando milhões se nós tivéssemos aqui: MT 103/202 MANUAL DOWNLOAD, L2L, DTC, IPIP, IPID, FX4 e outros tantos, utilizados nos EUA, Canadá, Europa, Ásia, Países Árabes. O meu projeto já foi aprovado pelo JUNTOS PELO BRASIL desde 2022. Estamos prontos para apresentar para a equipe econômica. O JUNTOS PELO BRASIL já tem o nosso projeto.	1	
Total				



Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Zona Proc. Exp. de Barcarena-PA	Integração e Desenvolvimento Regional
2	Criação da Rota Internacional Integrada do Turismo no âmbito do MERCOSUL denominada "Mundo Gaúcho"	Turismo

Casa Civil

Esta seção é destinada à Casa Civil

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 30
- Número total de votos: 122



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Menos estado mais Brasil	Banir toda e qualquer tipo de corrupção, reforma tributária(menos encargos mais e mais eficiência no uso do dinheiro público) Reforma política: diminuir regalias de políticos e juízes entre outros...	25	
2	Inclusão das MPMEs no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (Conselhão)	As micro, pequenas e médias empresas são essenciais para a economia brasileira. Elas geram emprego, renda e inovação. Mas elas enfrentam muitos desafios para se desenvolverem e competirem. Por isso, propomos que o governo federal inclua representantes das MPMEs no Conselhão, o órgão que assessorava o presidente na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento do país. Assim, as MPMEs poderão ter voz nas decisões que afetam elas, além de cooperar com o governo e a sociedade civil..	16	
3	Líderes brasileiros, para brasileiros - Crime de Lesa-pátria para políticos eleitos que lucram no exterior	Um dos caminhos que um político pode seguir é o da irresponsabilidade, onde o mesmo toma ações que são prejudiciais pra o estado mas lucrativo para si mesmo (como privatizações). Ministros lucraram com a política de preço danosa da Petrobras, enquanto o povo empobrecia - Esse mecanismo sequer devia existir mas já que existe tem que ser considerado pelo que é: um crime de Lesa-pátria. O político que cometer isso deve ter ao menos o seu mandato cassado.	10	
4	O Petróleo, água e minérios são dos brasileiros	Autonomia total no controle, produção e benefícios de toda a bacia petrolífera e demais fontes de energia a exemplo das hidrelétricas, com balanceamento no uso e disponibilização de água á população brasileira. Esta proposta visa proteger as fontes naturais brasileiras, proporcionando a geração de emprego no país. Para o pleno desenvolvimento, será proibido a participação de qualquer tipo de entidade ligada ao terceiro setor, tipo ONGs, sejam brasileiras ou estrangeiras.	9	Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas





5	<p>Fortalecimento do Controle Social na Construção e Efetivação das Políticas Públicas de Seguridade Social</p>	<p>Criar a CONTROLADORIA GERAL DA SEGURIDADE SOCIAL (SUS, SUAS, PREVIDÊNCIA), órgão civil, autônomo, independente do governo, de atuação no Território Nacional, garantidor da infra estrutura (física, material, humana, técnica e tecnológica) para a plena atuação dos Conselhos Sociais no cumprimento do seu papel proponente e fiscalizador definidos pela CF. Cabendo este ser administrado por um Coletivo indicado pelos próprios Conselhos afins oriundos do Seguimento Usuários. A CGSUS.</p>	8	Secretaria-Geral da Presidência
6	<p>Aposentadoria parlamentar.</p>	<p>Nenhum parlamentar em hipótese alguma, terá direito a aposentadoria por tempo de serviço prestado para o Brasil, assumindo o cargo de parlamentar, ficará caracterizado como serviço voluntário a pátria. Tendo direito somente a sua remuneração de cargo, auxílio transporte de acordo com lei vigente pela CLT, auxílio saúde proporcional e tendo gozo de férias de 30 dias de acordo com a lei a vigênte no país.</p>	7	
7	<p>Igualdade com equidade transformam a pluralidade de uma sociedade</p>	<p>A cultura de uma sociedade que se baseia na confiança mútua e na baixa desigualdade são essenciais para que as Instituições Públicas se tornem fortes, e que, por sua vez, cria um Estado fortalecido em suas bases sociais, com pouco ou quase nenhum fator corruptor. Para tanto, é preciso um olhar político criterioso em 5 fatores: processo eleitoral com pluralismo, liberdade civil, funcionalidade do governo, participação política da sociedade que agregue uma cultura política correta na Sociedade.</p>	6	
8	<p>BrasilMaisDiverso</p>	<p>Devido a alta defasagem de trabalhadores LGBTQIAPN+ empregados em regime CLT ainda existente no país, muitos casos com qualificação, não sendo aceitos por motivos não muito bem explicados, dando margem a ser atribuído única e exclusivamente pelo fato de "fazer parte da diversidade", urge que se crie uma Lei que obrigue as empresas a ofertarem vagas exclusivamente para pessoas LGBTQIAPN+ assim como já existe para PCDs, pois nota-se que somente de forma impositiva poderá mudar essa realidade.</p>	6	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania





9	Programa do Artesanato brasileiro !#proposta coletiva	#proposta (Link externo) coletiva!Recuperar o PAB criado por Lula, valorizar saberes históricos, mestres, reconhecer artesanato brasileiro patrimônio imaterial material.Criar políticas específicas na cultura,educação,comércio,indústria, sancionar homologar,lei do Artesão com fundos,reconhecer artistas sacros, tecelãs,ceramistas,ferreiros de forja, trab..em prata e metais,trab. em couro, látex , balata, miriti,cestarias,todx outros oriundas do trabalhos que deram identidade ao Brasil.	4	
10	Áreas estratégicas da economia nacional	Promulgação de lei que estabeleça o status de "estratégico" para determinadas áreas da economia, observando os critérios de preservação da soberania nacional e do estado democrático de direito, do desenvolvimento sustentável, e da inclusão social. Definição de normas a regerem as atividades no âmbito dos referidos setores, condizentes com os critérios mencionados. Implementação do correspondente aparelho de fiscalização.	4	Ministério da Fazenda
11	Plano de Saúde para servidores	Prezados Atualmente os servidores de nível médio com um vencimento básico na faixa de R\$ 2.400,00 e com idade superior a 45 anos não tem as mínimas condições de contratar um Plano de Saúde para família este servidor que está solicitando a proposta tem 63 anos, deficiente físico e caso o servidor contrate um Plano de Saúde está em torno de R\$ 1.900,00. Pergunto como poderemos pagar um plano familiar.	4	Ministério da Gestão e Inovação
12	Retomar o Projeto de Super Universidade dos BRICS	Reativar o diálogo em torno ao Projeto de Super Universidade, iniciativa proposta nos BRICS, lançada e paralisada em 2016. Trata-se de política de internacionalização do conhecimento - por meio de acordos, intercambios, mobilidades, orçamentos, infraestruturas, entre outros-, e de avançarmos na produção científica por Sínteses Mais Complexas, capazes de dar respostas, transfronteiriços, aos velhos dilemas e às novas problemáticas de nossos tempos.	3	Ministério da Educação





13	Pedido de efetivação	<p>Trabalho no cargo de ACS mas sou contratada pela prefeitura como serviços operacionais</p> <p>Peço para que seja vista minha situação</p> <p>Tenho curso técnico</p> <p>Faço todo serviço de ACS mas só recebo salário mínimo</p> <p>Fiz o processo seletivo mas ainda. Não me efetivaram</p> <p>Me ajuda por favor</p>	3	
14	Governança Forte nas Instituições Públicas	<p>Boas práticas de Governança favorecem a entregas públicas de qualidade agregando valor público.</p>	3	
15	Este País tem nome: Brasil.	<p>Autoridades públicas, ao fazerem menção ao Brasil em seus discursos e pronunciamentos, devem chamar nossa Pátria pelo seu nome: Brasil.</p> <p>Sugiro a criação de normas que proíbam autoridades públicas de fazer uso de expressões que não contribuam para a dignidade do Brasil, como por exemplo, "este País", "neste País", "deste País", etc. O uso de palavras e expressões como essas são desrespeitosas para o nosso Brasil.</p> <p>Brasil é Brasil.</p> <p>Vamos chamar nossa Pátria, o nosso Brasil, de Brasil.</p>	3	
16	Ferramenta de denuncia universal	<p>Disponibilizar uma ferramenta para todo publicação, comercial, anúncio e etc. Ou um mecanismo de comunicação com as autoridades policiais para análise de credibilidade dos msm.</p>	3	
17	Meu carro minha vida	<p>Financiamento de carro para quem ganha até R\$7.000,00 , o financiamento concedido pelo banco nacional do desenvolvimento economico e social (BNDES) com juros fixo de 1,27%a.m + selic (se possivel) , quem ganha até R\$2.480,00 com subsidio de R\$26.540,00 como entrada no carro livrando o individuo de dar entrada e está conseguindo o financiamento mais facilmente pelo o banco da concessionaria , beneficiarios do bolsa familia terão direito a carro OKM gratuitamente (1 por familia)</p>	2	





18	Programa de Metas Governamentais	<p>O Programa de Metas Governamentais (PMG), seria um órgão não governamental e teria o papel de estipular metas gerais obrigatórias para todos os chefes do executivo eleitos.</p> <p>Esse programa de metas seria progressivo primeiramente tendo posto 5 metas gerais baseadas na melhora de índices como: Saúde, Educação, Segurança, Infraestrutura, Transporte, Combate a fome, ao desemprego e etc...</p> <p>Com o objetivo de assegurar o desenvolvimento do estado brasileiro, independentemente do candidato eleito.</p>	2	Ministério do Planejamento e Orçamento
19	Participação Popular	<ul style="list-style-type: none"> - Criar a Secretaria de Participação Popular - Criar conselhos regionais de participação popular, que tem como objetivo o fomento e educação sobre os mecanismos de participação popular. - Com os conselhos criar grupos de trabalho para divulgação dos mecanismos de participação para incentivar a população a se organizar e participar politicamente. - Fomentar a criação de secretarias municipais de participação popular que irão fomentar as associações comunitárias de bairro e materiais de edu. 	1	Secretaria-Geral da Presidência
20	Casas populares gratuitas para o bolsa família Dianópolis-To	Distribuição de casas populares por meio de sorteios pelo cadastro único. No qual o sorteado ganharia a casa completa, com água e energia, esse sorteio seria municipal, sendo mensalmente e a quantidade de casas sorteadas ficaria a critério do município.	1	Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome
Total			50	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023



Ministério das Cidades

Esta seção é destinada ao Ministério das Cidades

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

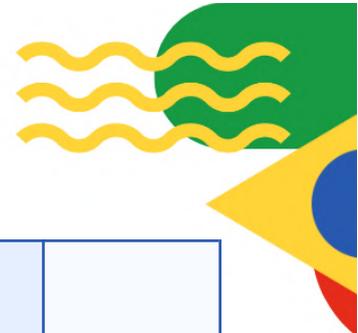
Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 282
- Número total de votos: 20.087



Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social - 1 Arquiteto Urbanista para cada 20 mil habitantes.	A proposta consiste na criação e implantação de Escritórios de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, e na contratação de um Arquiteto Urbanista para cada 20 mil habitantes, no intuito de planejar e promover a evolução das cidades brasileiras através da ATHIS, democratizando o acesso aos serviços de Arquitetura e Urbanismo à população e ao município como um espaço vivo em transformação.	7180	
2 Programa Periferia Viva	A Secretaria Nacional de Periferias propõe o Programa Periferia Viva, para articular todas as políticas públicas do Estado nos territórios periféricos e garantir a participação popular nas decisões. Nas periferias, não basta só um tipo de intervenção do Estado. São décadas de abandono, carências e vulnerabilidades. E também décadas de organização popular para exigir os direitos e criar soluções. O Periferia Viva é uma inovação do governo Lula para mudar a vida do povo das periferias do Brasil.	3952	
3 Construção do BRT Luziânia/GO e Distrito Federal (DF)	O projeto beneficiará diretamente mais de 720 mil cidadãos da Região Metropolitana do Entorno do DF (RME) com ganho médio per capita de 45 minutos por dia. Além disso deixará um importante legado de infraestrutura de transporte com potencial para geração de novas oportunidades de geração de emprego e renda e atração de investimentos importantes para uma das Regiões mais carentes do Estado de Goiás.	939	Ministério do Transporte
4 Moradia Digna, direito à cidade e economia popular por meio da Assistência Técnica gratuita em Habitação de Interesse Social (ATHIS. Lei 11.888/2008)	Garantir moradia digna, saúde do habitat e a ampliação da economia popular com projetos e reformas de moradias precárias (25 milhões no país). O programa viabiliza investimento público e privado que fica nas comunidades pobres, fortalece a capacidade institucional dos municípios,	864	





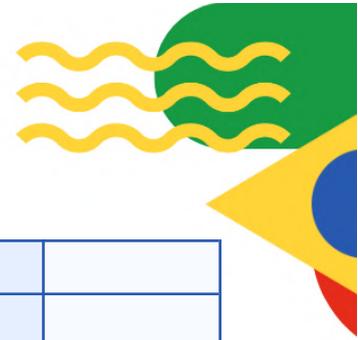
5		capacita profissionais e assegura a participação social. Uma reforma custa em média 10% de uma nova casa, e pode impactar em até 10% do PIB, além de melhorias na saúde, e efetivas contribuições para o alcance dos ODS.		
	Moradia Digna para Movimentos Sociais	Desapropriar e promover a regularização fundiária de interesse social dos imóveis ocupados pelos movimentos sociais.	496	
6	Rede de equipamentos públicos para a cultura, o esporte, o lazer e o acolhimento de vulneráveis	Que equipamentos sociais e políticas compõem a Nova Rede? Equipamentos e políticas para a cultura, o esporte e o lazer para a juventude: Auditórios multiuso (cinema, apresentações escolares, teatro); Bibliotecas (midiotecas, infotecas); Campos desportivos (ginásios, pistas de skate, pistas de atletismo); Piscinas públicas; Brinquedotecas comunitárias; Escolas (música, dança artes cênica e visuais) e Centros culturais; Museus (ecológico, de memória da comunidade); Centros de convivência e lazer.	427	
7	Minha Casa Minha Vida aumentando subsídio para área central	Aumentar o subsídio se o terreno e o empreendimento for CENTRAL (até 10km do centro da cidade) para que a Faixa 1 seja feita em locais com boa infra estrutura urbana (escolas, creches, hospitais, ônibus, teatros, etc).	349	
8	Regulamentar o Programa Bicicleta Brasil (Lei 13.724/18)	Regulamentar o PBB, intensificando a implantação de infraestrutura para bicicleta e sua integração aos sistemas de transporte. Implementar infraestrutura para bicicletas, ciclovias, ciclofaixas e sinalização vertical e horizontal; readequar velocidades levando em conta o uso das vias por ciclistas e pedestres, garantindo sua segurança. Além disso, investir na integração dos sistemas de transportes, com bicicletários e subsídio a sistemas de bicicletas compartilhadas, com integração tarifária.	342	





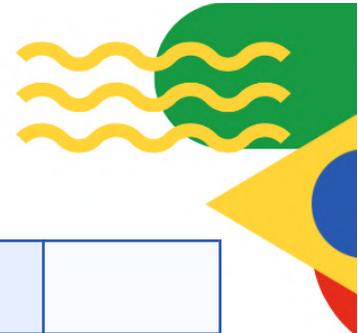
9	Políticas públicas para habitação social.	Habitação de Interesse Social e Fortalecimento das Organizações Populares Garantir o direito à moradia, priorizando os investimentos no Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades para a faixa 1, promover moradia popular adequada, bem localizada e integrando as políticas e os serviços no território.	329	
10	Favela é potência, Parque União é referência..	O Parque União vem se destacando em meio as associações de moradores com o seu trabalho. Gerando emprego e capacitando os trabalhadores da construção civil como trabalhar de uma maneira mais assertiva o presidente senhor Roberto Estácio junto com o comércio local se orgulha em amostrar o projeto do jovem arquiteto Armando Gonçalves para o espaço lazer do Parque União projeto de iniciativa própria da ampu e dos Comerciantes locais sem apoio do poder público.	282	
11	Saneamento Básico	Programa do Ministério das Cidades para ampliar o acesso e melhorar a qualidade do saneamento básico para todos nas áreas urbanas e rurais. O que faz: - Abastecimento de água (urbana e rural) - Esgotamento Sanitário (urbano e rural) - Drenagem urbana e manejo de águas da chuva (enchentes, enxurradas e inundações) - Drenagem para controle de doenças - Resíduos sólidos (redução, não geração, reutilização, reciclagem, coleta e tratamento do lixo) - Planejamento e gestão da política de saneamento	249	
12	Habitação Social Sustentável para todos	Construção de moradia a partir de um sistema de instrumentalização e capacitação da população brasileira, para difundir a autoconstrução e autogestão de obras, a partir de técnicas construtivas de baixo impacto ambiental e social. Integrando as práticas de construção de	246	





		moradias do Minha Casa Minha Vida.		
13	Moradia digna através da Autogestão	<p>Projetos através do Minha Casa Minha Vida Entidades, trabalhando a qualidade de sua Moradia junto com as famílias beneficiárias do programa junto com a sociedade civil organizada sem fins lucrativos. . Traz aprimoramento no tamanho e qualidade do ambiente sustentável e principalmente a garantia de seu direito a sua moradia. Sendo produzida democraticamente através das práticas garantindo a lei. Com possibilidade da propriedade coletiva. A própria comunidade gerindo todo o processo de solução.</p>	179	
14	Moradia Popular para Pirenópolis	<p>Pirenópolis -GO, conta com 30% da população com baixa renda sem moradia. Em virtude do turismo que gerou emprego, porém a maioria ganha salário mínimo e os preços de aluguéis e imóveis subiram enormemente deixando a população de baixa renda em situação precária. Muitas famílias pagam de 70 a 80% do que ganham em aluguel, restando pouco para alimentação. O problema só será resolvido se houver vontade política. A APHC luta por moradia há anos!</p>	167	
15	Programa Federal de Ônibus Elétricos nas Cidades	<p>Programa de investimento federal para melhoria do transporte coletivo nas cidades, acelerando a modernização da frota, com redução das emissões de poluentes e ajudando os municípios a reduzir a tarifa do transporte. O programa consistiria no aluguel federal de ônibus para municípios credenciados, a ser executado pelo Ministério das Cidades. Dessa forma o apoio financeiro aos transportes locais teria impacto direto na gestão e na qualidade do serviço, além de transparência dos custos envolvidos.</p>	162	
16	Melhorias habitacionais	<p>Criar um programa de melhorias habitacionais, urbanização e regularização fundiária que atenda 30 milhões de pessoas até 2027.</p>	153	





		(Proposta feita pela Central de Movimentos Populares - CMP)		
17	Urbanizador social	A seguinte proposta consiste em planejamento e execução de loteamentos urbanos de interesse social pela entidades sem fins lucrativo de defesa por moradia, no contexto da viabilidade de moradia digna social. A proposta é válida tanto pra aquisição de novas áreas pelas entidades para novos loteamentos em parceria com o poder Público Municipal, Estadual e Federal. Quanto para regularizar com anuência do poder municipal Loteamentos criados pelas próprias comunidades e ou abandonadas por empresas.	145	
18	#PropostaColetiva Ampliação da linha 1 do metrô BH-Contagem	Ampliar a linha 1 da CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), na cidade de Contagem, até o bairro Beatriz, com a construção de duas novas estações, Novo Eldorado e Beatriz.	142	Ministério do Transporte
19	Moradia através do autogestão	Prioridade de Investimentos na Construção de novas Moradia através de AUTOGESTÃO para a população Brasileira que ganham até 03 salário mínimos. União Nacional por Moradia Popular (UNMP)	141	
20	Habitação um direito de todos	Fortalecimento e ampliação do programa minha casa minha vida para pessoas de baixa renda.	137	
Total	20		16881	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023



Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Distribuição de moradia gratuita/a preço popular	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
2	Novas propostas para moradia	Direitos Humanos e Cidadania
3	Sistema de Esgotamento Sanitário da Ilha de Fernando de Noronha	Integração e Desenvolvimento Regional
4	Acesso a primeira residência própria na juventude – Interiores Nordestinos	Secretaria Geral da Presidência da República

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Esta seção é destinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 152
- Número total de votos: 5.928



Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Inovação e Liberdade no Serviço Digital Brasileiro: Soluções Livres para Desafiar BigTechs com Ancestralidade, Solidariedade e Felicidade para TODOS	<p>Criação do Serviço Digital Brasileiro, para provimento de Plataformas Digitais de Interesse Público como alternativas nacionais às BigTechs.</p> <p>Baseadas em softwares livres, arquitetura distribuída e colaborativa, garantindo privacidade, segurança e controle dos dados.</p> <p>Promove a economia solidária, a inclusão digital, a autonomia tecnológica e a inovação GLocal, fortalecendo a ancestralidade, a diversidade e a emancipação de todos os seres.</p> <p>Vem pra Rede https://t.me/ComunidadeSoftwareLivre (Link externo)</p>	932	
2 Criação do centro de pesquisa de saúde humana e animal	<p>A criação do Centro de Inovação em Saúde Única justifica-se primordialmente pela sua atuação ampla na área de saúde humana e animal. A região da Serra Gaúcha necessita urgentemente de uma unidade de referência em inovação com atuação nas mais diversas áreas (Médica Humana, Veterinária e Ambiental). O Centro de Inovação em Saúde Única tem como meta ter um papel de protagonismo no diagnóstico e vigilância epidemiológica molecular de doenças humanas e animais.</p>	655	
3 Valorização da Carreira Científica	<p>Formalização da profissão de cientista em nosso país, garantindo todos os direitos trabalhistas e previdenciários a esta categoria, e planos de cargos e carreiras, para que possam se dedicar exclusivamente a investigação e produção científica sem a necessária vinculação ao cargo de professor em Universidades, a fim de que tanto a atividade docente de Professores exclusivos como a atividade científica de Pesquisadores exclusivos seja desempenhada com qualidade e dedicação</p>	621	Ministério da Educação





4	<p>Fortalecimento dos sistemas estaduais de CT&I visando o atendimento de prioridades regionais e locais</p>	<p>Descentralização de recursos federais para execução pelas fundações estaduais de amparo à pesquisa, mediante à existência ou criação de um conselho estadual de CT&I, da existência ou criação de um fundo financeiro de CT&I em nível estadual, da existência ou criação de vinculação constitucional de um percentual mínimo de investimento em CT&I, da alocação de contrapartida financeira e da apresentação de uma proposta alinhada à política nacional de CT&I, a ser executada por edital.</p>	575	
5	<p>Criação do laboratório de terapia de células tronco</p>	<p>A terapia celular avançada será aplicada no tratamento aos pacientes com patologias tais como: doenças musculoesqueléticas e trauma articular em profissionais de alto rendimento; doenças crônicas (diabetes, autoimunes) e àquelas relacionadas ao envelhecimento (câncer e doenças degenerativas). O objetivo da terapia celular avançada será a de promoção da saúde, melhora da qualidade de vida, diminuição no tempo de afastamento por acidente ou invalidez e retorno precoce ao trabalho.</p>	539	Ministério da Saúde
6	<p>Dinheiro Público, Código Público: Inovação e Soberania Tecnológica para o Brasil</p>	<p>O futuro do Brasil está nas mãos da inovação e do conhecimento. "Dinheiro Público, Código Público" busca impulsionar nosso desenvolvimento tecnológico através do uso de código aberto e software livre. Essa abordagem promove colaboração, transparência e democratização do conhecimento. Ao investir em soluções de código público, garantimos a soberania tecnológica, permitindo que o Brasil crie, adapte e aprimore tecnologias de acordo com nossas necessidades e valores. Por um futuro digital inclusivo</p>	497	
7	<p>Fomento à Economia Popular Solidária e Tecnologia Social nas instituições de ensino superior, técnico e tecnológico</p>	<p>Financiar o fomento à Economia Popular e Solidária nas instituições de ensino técnico e superior, a partir do ensino, pesquisa e extensão, promovendo a ciência e tecnologia para a Economia Solidária com diferentes sujeitos, organizações e temáticas, por meio da articulação em rede organizada pela Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Rede Unitrabalho, Associação Brasileira</p>	270	Ministério da Educação





		de Tecnologia Social e Rede dos Institutos Federais e Economia Solidária.		
8	Descriminalização e regulamentação da Cannabis para uso médico, adulto e industrial.	A Cannabis, além de ser um remédio poderoso para diversas doenças, tem um amplo poder industrial, tendo uma das fibras mais resistentes podendo gerar diversos subprodutos industriais. Fica claro que a visão sobre a Cannabis está ultrapassada e que podemos nos beneficiar em diversos campos como Economia, Saúde, Indústria entre outros.	121	Ministério da Justiça e Segurança Pública
9	Aulas de astronomia nas escolas públicas	Implantar aulas de astronomia na rede pública de ensino para o incentivo dessa ciência que infelizmente em nosso País é tão inacessível.	102	Ministério da Educação
10	Coworking Público	Implantação de Coworking Público com infraestrutura para receber microempreendedores individuais e micro empresários com objetivo de fomentar negócios inovadores e criativos. O espaço deverá ter acesso universal mediante cadastramento prévio e disponibilidade. A ação é desenvolvida em parceria com estados e municípios, universidade e a sociedade civil organizada, podendo qualquer deste, conjuntamente ou separadamente requerer sua implantação.	95	
11	Serviços Públicos Digitais	Ampliar a oferta de Serviços Públicos Digitais, fortalecendo políticas públicas de e-gov, de forma que todas as políticas e serviços públicos do futuro sejam natos digitais, sem esquecer dos excluídos digitais, fortalecendo as Empresas Públicas de TI.	76	
12	Fortalecimento da ciência, perspectivas de longo prazo e institucionalização de Centros Nacionais de Referência em Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Que os INCTs - Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - sejam consolidados, através da sua transformação em instituições autônomas e dotadas de caráter jurídico próprio; - Fortalecer a inclusão de doutores sênior (aposentados) e júnior nesses Centros; - Articular científicos e políticos no debate institucional sobre o país, através da participação de membros dos INCTs em espaços dos Poderes do Estado; 	75	
13	Inclusão digital	Levar banda larga para todo o estado da Bahia, principalmente para a zona rural.	72	Ministério da Integração e do





				Desenvolvimento Regional
14	Senso sobre doenças e doentes raros no Brasil por meio de um painel interligado a uma plataforma online e mídias sociais	Será criado um painel de inteligência de negócios voltado à mensuração e mapeamento de dados online com interação entre as redes de pessoas com doenças raras, familiares e comunidades envolvidas para elaborações de pesquisas qualitativas e quantitativas, para questões referentes à rede. Este painel proporcionará aquisição de dados para ações imediatas e promoção de políticas públicas guiadas para soluções de curto, médio e longo prazo.	63	
15	Plano Confluência Tecnológica Amazônica	Plano Confluência Tecnológica Amazônica, que garanta internet aos povos da região e promova uma economia da fronteira do conhecimento técnico científico e ancestral com respeito à integridade ambiental dos territórios. Com ações orientadas para uma política de desalienação técnica, educação tecnológica crítica, criação de infraestruturas de dados nas comunidades que contribuam para melhoria de vida das pessoas. Leia mais: https://plantaformas.org/assemblies/culturadigital (Link externo)	58	
16	Conectar as mães dos doentes raros no Brasil e os próprios pacientes através de uma plataforma online	Somos mais de 13 milhões de doentes raros inhos e isolados, vivendo, em sua grande maioria, os mesmos desafios e dificuldades em um caminho que, há 12 anos, eu já conheço e que quem está por adentrar no meu diagnóstico, possivelmente, irá passar. Meus conhecimentos do dia-a-dia, da rede, dos processos são de valores imensuráveis para que exista uma qualidade de vida melhor. Além disso, possibilitará a redução dos custos rotineiros com locomoção, alimentação e também desgastes físicos emocionais.	55	
17	Plano Nacional de Valorização ao Pesquisador	Conjuntos de ações no intuito de formar uma base para uma geração de conhecimento tecnológico, científico, econômico e social.	53	Ministério da Educação
18	Prêmio anual nos moldes do prêmio Nobel – Para cientistas Brasileiros	Criar um prêmio no estilo prêmio Nobel, para os cientistas brasileiros com maior contribuição em suas respectivas áreas, seria um prêmio anual de grande valor assim como uma medalha, seria uma forma de valorizar os nossos talentos científicos e	52	





		reter estes talentos, para impulsionar a invasão brasileira a novos patamares.		
19	Fundo de Apoio à Pesquisa para o Resgate, Caracterização, Conservação, Multiplicação e Melhoramento de Ecótipos e Raças Crioulas de Animais	Os ecótipos e as raças crioulas de animais têm maior capacidade adaptativa às mudanças climáticas e graças às famílias agricultoras têm sido conservadas, contudo é necessário políticas de apoio, com orçamento, à pesquisa multidisciplinar sobre raças crioulas, com consentimento prévio e autorizado e participação da agricultura familiar, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das comunidades tradicionais. Redes: Criação Animal – ASA PB; Recursos Genéticos Animais – NE; Conbiand – BR.	49	
20	Implementação de novos institutos de pesquisa e apoio/estruturação dos já existentes. Além da abertura de concursos públicos a novos profissionais	Os institutos de pesquisa são a base dos conhecimentos científicos do país, com o apoio, ampliação e estruturação toda a população será beneficiada em inúmeras áreas como saúde, alimentação, educação entre outras.	42	
Total	20		5002	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023



Ministério das Comunicações

Esta seção é destinada ao Ministério das Comunicações

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

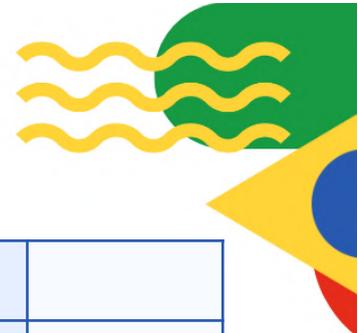
Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 45
- Número total de votos: 644



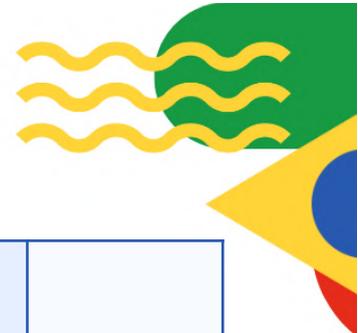
Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Política nacional de conectividade significativa	Política nacional de conectividade significativa, com avaliação periódica, para 1. Universalizar o acesso à banda larga fixa de qualidade adequada para grupos vulnerabilizados, com apoio do FUST e Telebrás, a fim de promover apropriação tecnológica que fortaleça direitos humanos. 2. Acesso contínuo à internet móvel com maior investimento em infraestrutura, fiscalização das obrigações das operadora e uso do recursos de bens reversíveis. Reconhecer a ilegalidade da franquia com acesso patrocinado	144	
2 Política de universalização da internet fixa: banda larga ilimitada, acessível e significativa para a população de baixa renda.	Criação de uma política estruturada de banda larga fixa com investimentos robustos em infraestrutura e em ofertas de última milha para a população de baixa renda, negra e em áreas rurais, tendo a apropriação tecnológica e a educação midiática como eixos transversais, com: - Projetos que assegurem pacotes a preços populares, com qualidade e velocidades mínimas, e estímulo ao acesso via equipamentos de tela grande; - Previsão explícita do acesso móvel contínuo como modalidade complementar.	75	
3 Concurso público para contratação de servidores efetivos para os Correios	Importante empresa nacional, presente em 5.565 municípios do país, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos está sofrendo com o grande déficit de pessoal no seu quadro, que é de cerca de 15 mil empregados, visto que o último concurso realizado foi no ano de 2011, portanto, a reposição dessas vagas se faz urgente, pois os funcionários estão muito sobrecarregados, visto que o serviço de entregas de encomendas teve um aumento considerável na demanda desde o início da pandemia.	75	
4 Inclusão Digital e Acesso Significativo: Direito e Desenvolvimento para Todos!	Acreditamos que a inclusão digital é essencial à cidadania e propomos que as redes comunitárias, atores que garantem a sustentabilidade, acesso significativo e desenvolvimento local, devem ser incentivadas via políticas públicas de longo prazo. As escolas podem também ser nós conectados às redes comunitárias promovendo a autonomia	60	





		identidades, e conteúdo local, fortalecendo territórios e populações vulnerabilizadas.		
5	Pontos de Comunicação	Implantar Pontos de Comunicação – Baseados na experiência exitosa dos Pontos de Cultura, sugerimos criar os Pontos de Comunicação. Os Pontos de Comunicação seriam vinculados a associações ou fundações mantenedoras de rádios comunitárias FM, rádios web, agências de comunicação alternativa, emissoras de alto-falante ou via cabo e terá como objetivo a formação, capacitação e treinamento de comunicadores populares.	34	
6	PPP de cidades inteligentes para municípios de até 20 mil habitantes com recursos do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Comunicações)	A internet pode proporcionar diversos benefícios para as pessoas mais pobres, incluindo acesso à educação, informação, comunicação, entretenimento e oportunidades de emprego. A proposta visa o desenvolvimento de projetos de PPP (participação público-privada) com o intuito de assegurar infraestrutura de fibra ótica para o 5G, internet pública com pontos de Wi-Fi, câmeras, central de operação com datacenter e iluminação inteligente para cidades de até 20 mil habitantes com recursos do FUST.	29	
7	Criação de uma PLATAFORMA DIGITAL de governança e educação popular de políticas públicas de Transição Ecológica e Humanista das cidades brasileiras.	O Estado Mundial de Emergência Climática e Humanitária exige urgência de soluções éticas, estéticas e estratégicas à Transição Ecológica e Humanista das Cidades. A participação popular através do exercício direto da democracia com uma PLATAFORMA DIGITAL DE GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO POPULAR DE POLÍTICAS PÚBLICAS, agregará conhecimentos, experiências, culturas, práticas e diálogo na construção e gestão de um mundo melhor, mais justo, pacífico, belo, resiliente e reconciliador do humano com a natureza.	24	Presidência da República
8	Publicar editais de rádios comunitárias para comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais e assentamentos	Priorizar a publicação do Plano Nacional de Outorga – PNO para os 2.000 (dois) mil municípios brasileiros que ainda não têm uma rádio comunitária, esses municípios fazem parte do que denominaram chamar de “desertos de notícias” e editais de rádios comunitárias nas comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais e assentamentos. (MCom)	22	
9	Mídia sociais com análise de veracidade	Solicitar que toda rede social tenha uma inteligência artificial que deve rever e aconselhar sobre a informação colocado para auxiliar o leitor sobre a	21	





	de dados	veracidade ou se é a opinião pessoal do publicador. Exemplo desse tipo de tecnologia já vemos no Twitter. Responsabilizar plataforma de conversa sobre qualquer tipo de má conduta de seus usuários em crimes legais como homicida, ataques, pedófilos, abuso, extorsão e entre outros.		
10	Inclusão Escolar como foco midiático de conscientização	A presença da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, seus pressupostos, diretrizes e sua filosofia de valorização das diferenças precisa ser presença constante na rotina midiática Brasileira. Acredito que quando institucionalizarem a perspectiva da inclusão como objetivo central da educação do País, as experiências educacionais de todos os alunos, com ou sem deficiência, tendem a melhorar de forma exponencial.	19	Ministério da Educação
11	Jornalismo nas ondas do transporte público: Combate à desinformação e credibilidade em movimento	Implementar um programa que leva a produção de boletins de rádio elaborados por estudantes de comunicação ao transporte público. Esses boletins seriam transmitidos ao longo do dia, fornecendo informações confiáveis e atualizadas aos passageiros. Essa iniciativa busca combater a desinformação, promover a credibilidade do jornalismo e oferecer aos estudantes uma oportunidade de ganhar experiência prática.	17	
12	Financiamento da Mídia Comunitária e Popular	Fomentar, via Fundo Público e editais, a produção de conteúdo, bem como a manutenção de veículos de mídias comunitárias, populares e livres, com inserção nas cidades e no campo em todas as regiões do Brasil, os quais devem ser legitimados por mecanismos de controle social como conselhos e comitês de acompanhamento da gestão.	14	
13	Pisa Salarial Nacional para Jornalistas	Piso Salarial Nacional para os Jornalistas valor mínimo 10 mil reais. Os Jornalistas precisa urgentemente ter um piso Nacional em todo Brasil. Os Jornalistas são fundamental para o desenvolvimento de um país. Proposta Oficial do Jornalista Libório Lacerda dos Santos CPF:98945556168 E-mail liborio.lacerda@yahoo.com.br 83 993118833 Watssap	12	Ministério do Trabalho e Emprego
14	"Edital de Jornalismo	PROJETO PARA CRIAÇÃO DE EDITAL JORNALISMO	11	



	Independente San Juan	INDEPENDENTE SAN JUAN Captar recursos financeiros para apoiar as mídias independentes selecionadas, permitindo melhorias estruturais e tecnológicas. Promover o desenvolvimento de conteúdo de alta qualidade e originalidade nas mídias independentes. Oferecer suporte técnico, mentoria e capacitação para os jornalistas e equipes selecionadas. Estimular o debate saudável e a pluralidade de opiniões na sociedade através do jornalismo independente. Fortalecer.		
15	Comunicação para tod@s	Sugiro que o governo selecione jovens pobres que estão ociosos nas periferias do Brasil e monte um equipe para que esses jovens criem memes, charges, short videos para comunicar todas as população brasileira de todas as ações que o Governo Federal está fazendo. Se o governo federal não se comunicar com as novas linguagens de modo direto de uma forma que os trabalhadores compreendam, correremos o risco de perder novamente a narrativa para a extrema direita. O Janones poderá coordenar essa ação.	11	
16	Eventos obrigatórios de transmissão pública	Tornar obrigatória em televisão e rádio a transmissão integral de determinados eventos para todo o país, como eventos esportivos (Copas do Mundo de Futebol, Masculinas e Femininas, com todos os jogos de ambas transmitidos, por exemplo), culturais, e de extrema importância social.	11	
17	Rede Social Brasileira e Segura	Criação de rede(s) social(is) nacional(is) e segura(s). É inaceitável o Banco do Brasil considerar o WhatsApp como canal oficial de comunicação.	10	
18	Retomar e/ou construir um plano nacional de comunicação cultural Brasileiro	Construir uma rede popular de Comunicação e Divulgação da Arte e cultura brasileira por meio de uma rede de TVs reunindo TVs públicas e constituição de TVs Comunitárias dirigidas por produtores e realizados da Cultura Nacional.	9	
19	Rede de comunicação sustentável	Criação de um rede de comunicação pela sustentabilidade, pelo clima, pela água e pela segurança alimentar interligando fóruns de entidades ambientais a veículos e plataformas de comunicação para dar mais velocidade as informações. Nós moldes da Rede clima, Água, Sustentabilidade e Segurança alimentar Brasil. Hoje a Rede clima já desenvolve uma plataforma de	9	





20		comunicação onde tem uma rádio comunitária NB FM 98,5 Mhz Zyl 917, uma web rádio e site núcleo Barreto.com.br, uma revista mensal digital		
	Aumentar a percepção social sobre os interesses nacionais e o que significa soberania nacional	Institucionalizar o uso de campanhas regularmente veiculadas e programas explicativos, bem como o uso de influenciadores, de forma a criar uma consciência nacional que guie a nação brasileira ao próximo passo. Além disso é necessário, sempre que houver um tema importante em votação no congresso ou em debate nacional, que o presidente se pronuncie em todos os meios possíveis a fim de elucidar a importância e o que significa para o nosso futuro.	6	
Total				

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo

Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Realização das Conferências em Comunicação – Confecoms	Comunicação Social
2	Reinstalação do Conselho Curador da EBC	Comunicação Social
3	Novas Fontes de Receita para EBC	Comunicação Social
4	Programa de Inclusão Digital para Todos	Comunicação Social
5	Regulamentação da mídia	Comunicação Social



Controladoria Geral da União

Esta seção é destinada à Controladoria Geral da União

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

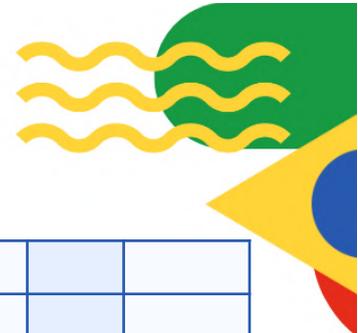
Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 29
- Número total de votos: 579



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Nomeação de todos Aprovados do Cadastro Reserva do Concurso CGU 2021	<p>A CGU tem enfrentado um aumento significativo de responsabilidades, no entanto, a força de trabalho do órgão está em uma situação crítica, que tende a piorar devido às demandas da sociedade e às futuras vacâncias.</p> <p>A convocação de todos os aprovados no cadastro reserva do concurso é fundamental para garantir a continuidade dos serviços da CGU, bem como a eficiência e eficácia do controle interno do governo federal.</p> <p>Estima-se 110 auditores e 100 técnicos no cadastro reserva.</p>	238	
2	Fiscalização anual de prefeituras	<p>A Proposta visa criar um órgão ou instituição Municipal que fiscalize as contas aprovadas por vereadores para com seus respectivos prefeitos.</p> <p>Também visa em segundo plano combater o nepotismo onde muitas pessoas são beneficiadas com cargos públicos por terem parentes influentes em meio político. Em terceiro plano a proposta prevê o fim dos contratos públicos municipais, visando apenas o concurso público, dessa forma podemos acabar com o voto de cabresto.</p>	131	
3	Departamento de Defesa do Usuário do Serviço Público - Garantia de excelência	<p>Implantação de DDUSP nas prefeituras e estados, com auxílio da DPUSP da União, acompanhando execução geral dos serviços e contratos, avaliando atendimento e fiscalizando o cumprimento integral dos mesmos. Em parceria com as pastas, mapear serviços e gerir a execução dos mesmos, em conjunto com a Ouvidoria Geral local, para assim, cumprir os prazos e entregar um serviço de excelência a população, zelando pela efetividade da Carta de serviço, disposta na lei 13460/17.</p>	106	
4	Fortalecer a estrutura de enfrentamento da corrupção	<p>Investir em infraestrutura e formação continuada nas instituições de enfrentamento da corrupção, tornando-as estruturas permanentes e de caráter de Estado, com atuação abrangente que envolva a prevenção, a educação e a repressão de forma integrada e equilibrada.</p>	19	
5	Cumprimento das vagas de cotistas nos concursos públicos	<p>Precisamos cobrar o cumprimento da proporcionalidade nas convocações dos aprovados negros, percebe-se que não está sendo cumprido nem a proporcionalidade e muito menos a percentualidade e em alguns concursos</p>	11	Ministério da Igualdade e Racial





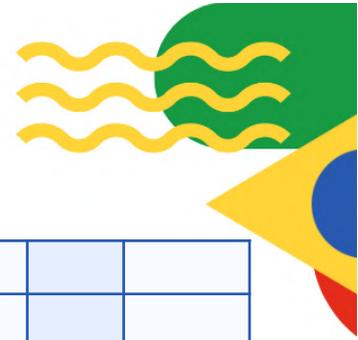
		nem existe vaga para negros .		
6	Programa de Formação de Auditores Sociais	Fortalecer o controle social e popular das políticas públicas para mitigar os efeitos da corrupção em sua efetividade.	10	
7	Monitoramento de Políticas Públicas	Criação de portal de dados governamentais abertos e didáticos sobre políticas públicas com indicadores e metas para acompanhamento dos cidadãos e link para projetos em execução nos municípios para controle social.	8	
8	Lei de responsabilidade de participação social	Responsabilização pessoal do gestor públicos que não apoiar, incentivar e garantir a efetividade dos conselhos de acompanhamento e controle social dos recursos da educação, saúde e assistência social.	8	
9	Fortalecimento do Portal Nacional de Contratações Públicas	Fortalecer o PNCP de forma a assegurar efetividade na transparência para controle social das contratações públicas.	7	
10	Autonomia Administrativa e financeira através de dotação orçamentaria para os conselhos de saúde	Criar através de normativas jurídicas a autonomia administrativa e financeira com função programática específica dos Conselhos de Saúde nos três níveis de gestão, como ferramenta democrática da independência do controle social em saúde nas suas ações e deliberações, garantindo assim um maior intercâmbio entre os conselhos de saúde na troca de experiências, conhecimentos e saberes nos instrumentos de gestão	7	Ministério da Saúde
11	Distribuição dos Recursos Públicos	Criação de uma lei, ou fiscalização eficaz e eficiente no combate a má ou não distribuição dos recursos públicos pelos governantes, destinado principalmente aos municípios de estados onde há um auto índice de pobreza, déficit na educação, saúde e moradia das populações.	6	
12	Isenção e cancelamento dos débitos com os Conselhos Profissionais, Conselhos Regionais e demais Conselhos, para quem não atua ou nunca atuou na área	Projeto que cancela as cobranças de todos os Conselhos Profissionais, Conselhos Regionais e demais Conselhos, para quem emitiu a carteira da classe, não atua, nunca atuou, tem débitos no nome e não conseguiu cancelar, independente do ano do débito. Criar uma porcentagem específica para quem emitiu a carteira e atua, até porque tem momentos que a pessoa está desempregada, não atuando na área e é obrigada a pagar ou cancelar o registro.	4	





13	Nivelamento nas diárias e ou Autonomia Administrativa e financeira para os conselhos de saúde.	<p>1 - Autonomia Administrativa e financeira através de dotação orçamentaria para os conselhos de saúde.</p> <p>2 - A Secretária de saúde é também uma conselheira da saúde, os conselheiros são co-gestor e para não haver discriminação social e econômica, as diárias dos conselheiros em viagem, deverá ser equiparado ao da secretária.</p> <p>3 - Garantir e efetivar o reajuste considerando o índice inflacionário dos últimos dez anos da tabela SUS nos exames laboratoriais bem como de exames e consultas especializados</p>	3	
14	Mas transparência	Garantir e efetivar uma auditoria do ministério da saúde em todas os Estados e Municípios sem aviso prévio trazendo assim mas traparencia nos recursos destinados para saúde de cada. enterederativos	3	
15	Programas direcionado pra deficientes físicos receberem aparelhos mecanismos como pernasmecanicas em todo Brasil participativo	Aparelho mecânico aos deficientes amputado	3	Ministéri o da Saúde
16	Fortalecimento da garantia de direitos	Fortalecimento e fiscalização das políticas públicas observando a diversidade no âmbito da sociedade brasileira especificamente a população negra, LGBTQIA+, mulheres, quilombola, pessoa com deficiência, idosos, pessoa indígena e juventude.	2	
17	Queremos um governo sem corrupção	Que o governo federal possa criar um órgão ou um ministério que possa fiscalizar o dinheiro gasto pelos ministérios, queremos transparência no nosso dinheiro de impostos pagos por nós o povo !	2	
18	Fiscalização e monitoramento de receitas com a venda de imóveis dos órgãos previdenciários das três esferas: município, estado e união	Para que haja o fortalecimento do erário e órgãos previdenciários , sem risco de falta de caixa na aposentadoria dos servidores do município, estado e união, uma vez que esses imóveis, após restauração, via PACS e empreiteiras, estão sendo vendidos por valor financiado e bem maior do que o valor presente, de sorte a não haver risco de desvio de receita para outra finalidade: "rachadinhas", propinas e outros gastos públicos com comissionados ou publicidade, entre outros.	2	
19	Cobrar e fiscalizar políticas públicas	Entenda que não basta só apertar os botões na urna e esquecer, mas sim cobrar nossos representantes por	2	





		atitudes no dia a dia		
20	Transparência Municipal para aumento da efetividade do Controle Social.	Objetivo: Aprimorar o conteúdo e o arranjo de informações da transparência ativa municipal para aumentar a participação da sociedade local no conhecimento e nas melhorias dos serviços públicos. Método: demonstrativos administrativos em repositório digital para apresentar as metas físicas previstas e realizadas no quadriênio (PPA), as metas físicas previstas e realizadas no ano (LDO) e os serviços e produtos previstos e realizados por mês (por equipamento público e por unidade administrativa).	1	
Total	20		555	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
 Data: 16/07/2023



Ministério da Cultura

Esta seção é destinada ao Ministério da Cultura

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 222
- Número total de votos: 15.524



Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 2% do orçamento federal para a Cultura	Alcançar 2% do orçamento federal em 4 anos de PPA para o setor cultural fortalecerá importante vetor de desenvolvimento. A economia da cultura e da indústria criativa (ECIC) movimentou R\$ 230,14 bilhões, equivalente a 3,11% do PIB. A ampliação gradual e escalonada do investimento em cultura também em Estados e Municípios através do SNC ampliará seu retorno, benefícios gerados no próprio setor. O setor é estratégico e configura alto grau de geração de trabalho e renda para 7% da pop. brasileira	4229	
2 Conservação, proteção e restituição do patrimônio cultural brasileiro	Promover a conservação, proteção e restituição do patrimônio cultural brasileiro em todas as suas manifestações, com ênfase no patrimônio arqueológico, paleontológico e etnográfico. Toda iniciativa deve ser formulada e executada com participação democrática (em especial, da população local) e com fundamento em evidências científicas e no respeito aos direitos humanos. Todos os benefícios econômicos, culturais, educacionais e turísticos devem ser compartilhados com as comunidades locais.	3454	
3 Política Nacional para a Cultura Hip Hop	Destinar percentual no PLOA e no PPA para criar o Plano de Política Nacional para Cultura Hip Hop de 2023 a 2027. A Cultura Hip Hop, a mais poderosa linguagem para prática cultural da Juventude operária, tem amplo acolhimento aos recortes – étnicos, culturais, sociais e territoriais. Abrange temáticas de criação, formação, fruição, difusão, memória, inclusão digital, periférica, rural e indígena. Os milhares de Coletivos da Cultura Hip-Hop formam a cidadania cultural e desenvolvimento econômico.	1247	





4	<p>Criação de políticas públicas no setor de games</p>	<p>Propomos a priorização da área de games, com participação de profissionais do setor, com a criação de políticas públicas federais que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fomentem diversas áreas associadas aos games: <ol style="list-style-type: none"> a. cultura, b. esporte, c. geração de empregos, d. evolução tecnológica, e. promoção de diversidade. 2. Garantam a participação social com comitês representativos (votados por cada setor). 3. Estruturem a produção e regulamentação do setor. 4. Combatam assédio e discriminação. 	1147	
5	<p>Política Nacional Cultura Viva/PNCV – Pontos de Cultura – META 23 do Plano Nacional de Cultura #propostacoletiva letiva</p>	<p>Destinar 0,02% no PLOA/ano e no PPA para implementar a Lei 13.018/14. A PNCV é uma referência em 17 países na promoção do maior movimento intercultural de articulação de redes de diversidade étnico cultural, territorial e temáticas de criação, formação, fruição, difusão, memória, inclusão digital, periférica e rural de base comunitária sustentável. Os milhares de Pontos de Cultura geram cidadania cultural, desenvolvimento econômico e garantia de direitos culturais para mais de 8 milhões de pessoa</p>	1087	
6	<p>Cultura, Arte Tecnologia e Inclusão Digital, Diversidade, Acessibilidade e Sustentabilidade Territorial #propostacoletiva</p>	<p>Criar Programas no PPA e destinar 0,50% do Orçamento na LOA/Ano para consolidá-los. Distribuir o valor: 1-Cadastro Único, 2-Regulamentação das Profissões da Cultura, Linguagens e Técnico@s, 3-Política Nacional Cultura Viva, 4-Política Nacional Aldir Blanc, 5-Política Nacional Arte Tecnologia e Inclusão Digital, 6-Fundo a Fundo, 7-Plano Nacional de Cultura, 8-Fomento às Artes, Diversidade, Patrimônio, HiP-Hop e Manifestações Culturais, 9-Vale-Cultura, 10-Bolsa pesquisa, 11-Comitês e 27 Regionais.</p>	927	
7	<p>Nomeação dos 1.020 excedentes do último concurso do IPHAN</p>	<p>O IPHAN passa por um processo crítico de falta de pessoal. Há apenas 822 cargos efetivos, na instituição, de acordo com dados do Portal da Transferência. O IPHAN comporta 27 Superintendências Estaduais e 28 Escritórios Técnicos, além de 6 Unidades Especiais. O último concurso da autarquia ocorreu no ano 2018, todavia, o número de nomeados não foi suficiente para</p>	274	<p>Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos</p>





		suprir as inúmeras demandas. Constatam ainda 1.020 aprovados, no cadastro de reserva, prontos para contribuir no fortalecimento do órgão.		
8	IPHAN - considerar fiscalização (poder de polícia) como carreira típica de Estado.	A atuação de fato já seria caracterizada como Carreira Típica de Estado, atuam em fiscalizações no âmbito do licenciamento ambiental e crimes contra lavagem de dinheiro, além da atuação como fiscais de instrumentos cautelares de proteção, com imposição, inclusive, de multas. Há déficit funcional na instituição motivada por má remuneração e ausência de plano de cargos e carreiras, além dos riscos físicos inerentes à atuação. O déficit de concursos chega a 60% de desistências.	246	Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
9	(Povo Caiçara) Patrimônio Material / Imaterial	Reconhecimento do (POVO CAIÇARA) pelo IPHAN, como Patrimônio Material / Imaterial cultural brasileiro. Seus Hábitos: pescas artesanais, gastronômias, danças, músicas, artesanatos e etc... Os povos Caiçaras, são os povos originários das Regiões Litorâneas que trazem as Histórias, Memórias e Tradições locais que devem ser preservadas nas cidades e no imaginário das populações locais. É a preservação da história das cidades litorânea e da identidade cultural do Brasil.	210	
10	Secretaria de Cultura e Arte para a Infância e Juventude	Sou Márcio Coelho, secretário de Cultura do PT de Ribeirão Preto - SP. Minha proposta é inspirada no México, que tem um cuidado especial com a cultura infantil dedicando-lhe, inclusive, um departamento específico para isso: a Coordinación Nacional de Desarrollo Cultural Infantil (CDNCI), que funciona no Ministério da Cultura daquele país. Estou de posse de documentos, por meio do qual compreenderemos melhor a atuação desse órgão que cuida da cultura infantil. Estou à disposição para ajudar.	183	
11	CULTURA PARA PERIFERIAS - programa de incentivo e patrocínio a cultura em bairros periféricos com organização pelas comunidades e votação popular	Ações que viabilizem e patrocinem eventos culturais periódicos nas periferias, envolvendo música para novos talentos; artes plásticas (desenho, pintura, escultura, grafite, etc); artes cênicas; dança, literatura (poesia, repente, cordel, etc). Os eventos seriam amplamente divulgados e organizados para inscrição dos interessados com incentivos financeiros para produção e premiação dos	160	



		inscritos. As apresentações e exposições seriam avaliadas por meio de votação popular.		
12	Pontos de Culturas	Retomar e fortalecer os pontos de culturas sobretudo nos municípios de até 50 mil habitantes	114	
13	Sambação: samba de amor, solidariedade e amizade	Criado em 2022, o SAMBAÇÃO, tem intuito de promover ações sociais por meio da música. Amigos músicos e intérpretes do samba e do choro de Curitiba sobem em um palco generoso e democrático para divulgar esta manifestação da cultura popular que une nossos iguais tão diferentes. Hoje, apresentações locais e, amanhã, itinerantes, arrecadam alimentos, roupas, livros, dentre outros. Esse evento acontece uma vez por mês e alimenta corpo e alma das comunidades mais carentes. Pertencimento!	103	
14	Inclusão da Capoeira com Orçamento Específico nos Ministérios da Cultura, da Educação, da Igualdade Racial e do Esporte	Reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil pelo IPHAN e como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, a Capoeira tem proteção do Estado de acordo com o Art. 216 da Constituição Federal, portanto, para o exercício de nosso Ofício e para a proteção e fomento de nossas Rodas de Capoeira; para inclusão da Capoeira nas Escolas em atendimento ao que prevê o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei 10.639/2003 faz-se necessário ORÇAMENTO próprio nos Ministérios do Governo Lula. CUMPRA-SE!	101	
15	Biblioteca pública	Fortalecimento de políticas públicas para as bibliotecas para desenvolvimento cultural das cidades.	100	
16	Revitalização de patrimônio histórico da MAESA, em Caxias do Sul/RS	Essa ação visa a requalificação, operação e manutenção das edificações da antiga Metalúrgica Abramo Eberle S/A, (MAESA). A MAESA é um ativo de grande relevância histórica e cultural para Caxias do Sul, que por sua localização e dimensões apresenta enorme potencial para variados modelos de negócios e de atividades, tanto públicas quanto privadas, possibilitando o incentivo ao emprego, renda, cultura, lazer, entre outras que visem a qualidade de vida da população e a conservação do patrimônio.	79	

17	Custo Amazônico	Observância do “custo amazônico” na formulação de políticas públicas culturais, bem como no recurso destinado aos estados da Amazônia, considerando todas as variáveis que impactam realização de atividades culturais. Acesso à tecnologia, energia elétrica, infraestrutura de estradas e vicinais, clima, distancia, transporte, custo de vida, entre outras.	64	
18	Conexão Cultura: Promovendo Intercâmbio Cultural e Fortalecendo a Diversidade Criativa	Essa proposta visa promover o intercâmbio cultural no Brasil e no mundo, oferecendo bolsas e incentivos para fazedores de cultura de todas as áreas. Essa iniciativa valoriza a diversidade criativa e estimula o diálogo entre diferentes expressões artísticas. Através do intercâmbio, artistas, escritores, músicos e produtores culturais terão a oportunidade de compartilhar experiências, conhecimentos e perspectivas, enriquecendo nossa identidade cultural e fortalecendo os laços entre as comunidades.	64	
19	Projeto Crespinho	Título: PROJETO CRESPINHO : cultura , arte e educação como processo de transformação . Sinopse: Com vistas a desenvolver competências artísticas por meio da musicalização, o Projeto Crespinho nasceu com o propósito de transformar a vida e a realidade de crianças e adolescentes, integrando-os na sociedade e reduzindo o abismo social e cultural que atinge esses indivíduos. O Projeto leva o nome do idealizador “, o músico Rafael Crespo , que ensina o público infantil e juvenil a tocar cavaquinho.	64	
20	Fomento a estudios comunitarios	Editais para a criação de estúdios comunitários. Esses editais seriam direcionados para comunidades de baixa renda, ou seja, esses estúdios teriam que ter como sede esses locais, e além disso, teriam que praticar preços diferenciados em relação ao mercado, além de ser territorializado, com um mínimo, de acordo com a população, para cada região do país, não concentrando em apenas uma região. Objetivo é facilitar o acesso a produção de conteúdo pelas pessoas de baixa renda	62	
Total	20		13915	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Ministério da Defesa

Esta seção é destinada ao Ministério da Defesa

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 60
- Número total de votos: 12.482



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Equiparação do Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica (QESA) com o Quadro de Taifeiros da Aeronáutica (QTA).	<p>Submeter projeto de Lei para corrigir injustiças com Cabos e Sargentos da Aeronáutica, militares da Ativa, inativos e pensionistas da Força Aérea Brasileira.</p> <p>Esta medida de tratamento equânime, com igualdade de oportunidades para as carreiras de Cabos e Sargentos, integrantes de um mesmo círculo hierárquico em isonomia com o Quadro de Taifeiros (QTA) que teve sua situação corrigida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a Lei nº 12.158/2009.</p>	11309	
2	Revogação da MP 2.215-10/2001 e correções na Lei 13.954/2019	<p>A MP 2.215-10/2001 retirou direitos dos militares, causando, entre militares do mesmo grau hierárquico, distorções remuneratórias que jamais foram sanadas.</p> <p>A Lei 13.954/2019 agravou a situação, causando mais perdas: casos de militar mais antigo recebendo menos que os mais novos, afronta a direitos adquiridos e redução de rendimentos, entre outros.</p> <p>Proposta de solução completa, a ser encaminhada ao Sr. Presidente da República: https://binho.net.br/conteudos/legislador/visualiza.php?P=lrn (Link externo)</p>	792	
3	Fim de imposto na plr	Fim de impostos na participação de lucros e resultados!	38	Ministério da Fazenda
4	Impedir que os oficiais-generais recebam mais do que o correto	<p>Com a regulamentação de parte da Lei 13.954/2019 através do Decreto 11.002/2022, passou a ser possível que os oficiais-generais das Forças Armadas pudessem receber duas vezes a mesma gratificação em algumas situações, cumulação antes corretamente vedada pelo Decreto 8.733/2016. Trata-se da gratificação de representação.</p> <p>A solução é muito simples, como nessa redação já pronta, que pode ser usada pelo Sr. Presidente da República: https://binho.net.br/conteudos/legislador/visualiza.php?P=grtrep (Link externo)</p>	30	





5	Promoção dos Qesas à graduação à Sub-oficial conforme os taifeiros	Solicitamos nós os QESAS, equiparação com os taifeiros à graduação de Sub-Oficial. Conforme o Sr Exa Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, agradeceu nossos companheiros.	30	
6	Defesa da fronteira amazônica e pantaneira	Transferir quartéis das Forças Armadas, localizados no leste brasileiro, para a fronteira amazônica e pantaneira, deixando no leste brasileiro apenas os estritamente essenciais. Não há razão econômica, nem estratégica, para a grande maioria dos quartéis estarem no litoral, a exemplo do RJ.	18	
7	Retirada das carroças puxadas a cavalos.	Bom dia, não cabe carroças sendo puxadas por animais desnutridos em sofrimento espalhando doenças e tristeza nas grandes cidades do Brasil. É um sistema arcaico e desumano para com o animal e o condutor.	17	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
8	Otimização das Forças Armadas	Realocar os batalhões espalhados pelo Brasil nas fronteiras deixando apenas Tiros de guerras nas micro-regiões assim como adotar o sistema norte americano para concessão de aposentadorias e pensões o que irá reduzir o déficit da previdência assim como aprimorar a utilização de recursos para atividade finalística do órgão. Privatizar a IMBEL FI, JF, FPV e FMCE deixando apenas a REPI o que trará ganhos de produtividade e redução da folha de pagamento para cargos comissionados e similares.	16	
9	Lei 13954 sua reestruturação revisão da promoção dos daegetis QESAS	Promoção dos sargentos veteranos QESAS.	15	
10	Expansão e modernização das forças armadas brasileiras	Conforme a possibilidade de uma guerra de proporções globais se aproxima o Brasil não deve ficar indefeso, pois tal conflito inevitavelmente nos afetará caso não estejamos prontos, para a defesa de um país de dimensões continentais como o nosso se faz necessária uma força nacional maior e mais moderna.	14	





11	Posse e Porte de armas para todos os brasileiros	<p>Fim do Estatuto do Desarmamento e das proibições e limitações ao que se refere a comercialização e utilização de armas de fogo. Agentes de segurança públicos não são capazes de garantir a segurança da população em todos os momentos e em todos os lugares do país, sendo portanto imprescindível garantir que a própria sociedade possa exercer sua segurança livremente.</p> <p>Segurança é direito de todos e o acesso a armas de fogo é fundamental para que o cidadão atue em favor de si mesmo e da sociedade.</p>	13	Ministério da Justiça e Segurança Pública
12	Reforma na Previdência Militar	<p>O objetivo desta proposta é promover uma reforma na previdência militar, buscando garantir a equidade entre os diferentes grupos de beneficiários. Além disso, pretende-se alinhar as regras previdenciárias dos militares às dos trabalhadores civis, de forma a promover um tratamento mais igualitário, já que os gastos com militares cresceu mais que o dobro do que com civis no ano de 2022 e os mesmos militares ainda recebem vários benefícios próprios e para família.</p>	13	
13	Portaria 400.16/11/2009	<p>Que o Programa de Atenção à Pessoa Ostromizada seja garantida mediante suas finalidades propostas e que as Associações do Brasil que atuam na defesa dos direitos, possam participar dos grupos de trabalho relacionados a quaisquer intenções de alteração ou inclusão de propostas direcionada a Portaria 400 de 16/11/2009. Associação de Ostromizados de Goiás Brasil!</p>	12	Ministério da Saúde
14	Promoção do quadro especial da aeronautica	<p>Concordo com a promoção do quadro especial da aeronautica.mercedores</p>	12	
15	Cinturão de defesa tecnológica	<p>Usar e desenvolver tecnologia para proteção das fronteiras do Brasil. Fazendo da tecnologia de defesa o eixo de proteção dos nossos recursos naturais e minerais. Usar vasta capacidade tecnológica para garantir segurança à população, evitando contrabando de armas, drogas e roubos. A criação de uma base única de procurados e bens roubados</p>	10	Ministério da Justiça e Segurança Pública





		integrando todos os estados e suas forças policiais.		
16	Mais Segurança nas escolas	Mais seguranças nos colégios	10	Ministério da Justiça e Segurança Pública
17	Defesa pessoal nas escolas	Eu super acredito que nas escolas deveriam ensinar defesa pessoal, principalmente para as meninas,muito das vezes,as meninas já crescem sendo assediadas fisicamente dentro de casa,e não sabe como se defender,existe um medo muito grande. Então seria muito importante esse ato nas escolas,seria incrível, até mais para um empoderamento, fazer com que elas vejam como são fortes e podem ser capazes de se defenderem, crescerão sendo mulheres impecáveis,de alto ego respeitoso e confiante	8	Ministério da Educação
18	Capacitação em Defesa Cibernética para Governos Estaduais	Capacitar servidores para proteção de dados nos órgãos estaduais. Proteger as informações de servidores para que não sejam prejudicados em suas aposentadorias por perda de dados e incluir mulheres em todos os programas principalmente para que tenham oportunidade de continuar contribuindo até a idade exigida para contribuição e tratamento igual entre funcionários e terceirizados para recebimento de seus pagamentos.	8	Ministério da Ciência e Tecnologia
19	Concelho dos Esteticistas	Concencelho para os Esteticistas. Precisamos urgente!	8	Ministério da Saúde
20	Aulas de Defesa Pessoal (lutas) nas Escolas	Inserir nas escolas aulas de Defesa Pessoal(lutas/ Capoeira,jiu-jitsu) para crianças,jovens e adultas) mulheres. Fazendo com que elas estejam preparadas para evitar e se defender de qualquer tipo de violência masculina.	7	Ministério da Educação
Total	20		10501	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023



Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Promoção de quesa	Relações Institucionais

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Esta seção é destinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 249
- Número total de votos: 24.295



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Reforma Agrária para Desenvolver o Brasil e Combater a Fome	Planejar, organizar e desenvolver um amplo processo de Reforma Agrária no Brasil, regularizando todas as famílias Sem Terra, desenvolvendo os Assentamentos, incentivando a partir do acesso à terra e o cumprimento da função social as condições para o bem viver no campo, com saúde, educação, cultura e sociabilidade. Infra estrutura e estímulo concreto à produção de alimentos saudáveis e em larga escala, a partir do desenvolvimento de Agroecologia, com tecnologia e assistência técnica.	13384	
2	Governança Fundiária, Reforma Agrária e regularização de Territórios Quilombolas e de povos e comunidades tradicionais.	Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária, o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, indígenas, Quilombolas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações.	2042	
3	Criação do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural com Fundos Próprios e quadro funcional com carreira pública de extensionista rural	Para a implantação de todas as ações de desenvolvimento no campo, voltadas a agricultura Familiar, agroecologia e desenvolvimento é necessário que haja estruturação de um sistema nacional de ATER nos moldes do SUS, com carreira pública para extensionista e fundos para desenvolvimento de ações continuadas, como projeto de estado, e não apenas ações de governo.	1088	
4	PNAE 40% - Aquisição de no Mínimo 40% de produtos da Agricultura Familiar	Elevar o percentual mínimo de aquisição de produtos da Agricultura Familiar de 30 para 40% de todos os recursos destinados a Alimentação Escolar da União, Estados e Municípios. E punição para os gestores que não cumprirem. E criar mecanismo de fiscalização e realização de chamadas públicas transmitidas on-line e gravadas, para combater a corrupção. Hoja a Agricultura Familiar já evoluiu e pode fornecer diversos produtos tanto os "in natura", quanto os agroindustrializados.	517	

5	Plano de Carreiras da Reforma e Desenvolvimento Agrário.	Reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos da Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090, de 7/1/2005; da Carreira de Perito Federal Agrário de que trata a Lei nº 10.550, de 13/11/2002 e dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 12.702, de 7/8/2012.	443	
6	Barraginhas: para a recuperação e perenização hídrica	Reabastecer os lençóis freáticos com a implantação de barraginhas e outras ecotécnicas para contenção de águas da chuva, para recuperação e perenização de nascentes, gerando emprego, renda e cuidando da mãe terra. (Projeto Juntos Para Servir: Deputado Federal Padre João e Deputado Estadual Leleco Pimentel – PT/MG).	342	
7	Moradia Rural para Famílias de Baixa Renda	Morar na propriedade do empregador é a realidade da maioria dos trabalhadores rurais e suas famílias, situação que torna a relação de trabalho desigual e frequentemente entendida como parcela da remuneração. Proponho o "Minha Ecovila – Minha Vida" que ofereça essa modalidade de moradia rural próxima aos empregos com incentivo às atividades de subsistência comunitárias (hortas & cia). Trará + dignidade aos trabalhadores e fixará força de trabalho nas zonas rurais	322	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
8	Reforma Agrária e Inclusão Social	Criar novos Projetos de Assentamentos pelo PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRARIA, mais estruturantes, " Capacitação dos produtores e Agentes Técnicos" num modelo de Produção agropecuária sustentável com agregação de valores a matéria prima, conforme aptidão dos agricultores, seja em Grupos, associações ou individual.	290	
9	Reestruturação do Serviço Público de ATER para reduzir a fome e os efeitos das mudanças climáticas	Promover a reestruturação do serviço público de ATER reconhecendo as entidades estaduais de ATER como instrumentos essenciais para a execução das ações voltadas ao desenvolvimento rural, a soberania e segurança alimentar e nutricional, a erradicação da	253	



		pobreza, o enfrentamento às desigualdades e a promoção de resiliência dos agroecossistemas aos efeitos das mudanças climáticas. # Construída colegiado FASER		
10	Política de incentivo à Agricultura Sintrópica e técnicas afins para uma produção de alimentos livre de agrotóxicos	Incentivar financeiramente e por apoio técnico, e fiscalizar a aplicação de: – Sistemas produtivos sintrópicos e afins para a produção ecologicamente amigável de alimentos realizados por produtores da agricultura familiar; – Reflorestamento de áreas desmatadas ilegalmente por meio de princípios e técnicas da agricultura sintrópica, respeitando-se as espécies vegetais endêmicas de cada bioma; – Criação bovinos, caprinos, ovinos e galináceos por técnicas que respeitem o tempo natural dos animais.	251	
11	Sistema Único de Saúde para animais (SUS ANIMAL)	Dispõe sobre a instituição do Sistema Único de Saúde Animal (SUS ANIMAL) destinado à promoção, proteção e recuperação da saúde e do bem-estar animal.	231	Ministério da Saúde
12	Incentivo às cooperativas agroindustriais que valorizam a agricultura familiar e a produção com segurança alimentar	A agricultura familiar organizada em cooperativas agroindustriais viabiliza a produção de alimentos com segurança alimentar. O Brasil deve incentivar a agricultura familiar e a segurança alimentar, contando com o sistema cooperativo como um dos alicerces para tanto. As cooperativas agroindustriais que tem na sua essência as pequenas propriedades rurais e tem controles sanitários de produção e industrialização, devem ser incentivados para serem competitivos no agro nacional.	216	
13	Maior investimento para extensão Rural inclusiva	Destinar maior investimento para extensão Rural inclusiva, com objetivo de fomentar programas sociais como o programa agente rural do Ceará, que faz o processo de transferência tecnológicas, precisando de investimentos para desenvolver e otimizar o processo de transferência. Como também receber a proposta do programa a nível federal, viabilizando transferências de tecnologia em todo o país.	172	





14	<p>Fotovoltaica para todos: garantia de energia às famílias de baixa renda do campo e da cidade.</p>	<p>Disponibilizar a todas as famílias, do campo e da cidade, com CAF ou DAP, beneficiadas pelos programas institucionais de moradia popular, inscritas no CadÚnico, kit de geração de energia fotovoltaica e assim ter condições de conservar e beneficiar alimentos. Mais renda e emprego para todos. (Projeto Juntos Para Servir: Deputado Federal Padre João e Deputado Estadual Leleco Pimentel – PT/MG).</p>	168	Ministério de Minas e Energia
15	<p>Criação de um fundo para apoiar os sistemas alimentares e o abastecimento popular.</p>	<p>Criação de um fundo que possa receber recursos públicos do governo federal e doações internacionais para apoiar a produção de alimentos saudáveis, de forma associativa e ou cooperada, através de projetos que integrem fomento a produção e transição agro ecológica, produção de bio insumos, assistência técnica e pesquisa, processamento dos alimentos, armazenamento, centros de abastecimento e distribuição, logística, comercialização e o acesso aos alimentos pelas famílias de baixa renda,</p>	159	
16	<p>Fortalecer a agricultura familiar</p>	<p>Promover cursos de beneficiamento de produtos agrícolas como produção de geleia , mel, linguiça , presunto, queijo, iogurtes, sucos, polpa de tomate,, hamburger , molhos, azeites, coalhada, Promover cursos de alimentos a partir de tuberculos. Montar fábrica de farinha Promover curso de fabricação de chocolate .</p>	153	
17	<p>Promover o desenvolvimento regional sustentável com base na regularização fundiária e na ATER pública.</p>	<p>Proporcionando meios para: Fortalecimento de cadeias produtivas básicas assegurando melhor armazenamento e regulação de estoques públicos, equalizando a política de preços e compras institucionais, com educação sanitária regional e fronteira, apoiando investimento em pesquisa e na infraestrutura de dados para maior conectividade no campo, apoiando a segurança comunitária rural, com habitação, trafegabilidade e água para todo, além de projetos de polos irrigantes e de beneficiamento rural.</p>	148	



18	Participação Social nos Órgãos colegiados	Fortalecer a ANATER e a CONAB, no âmbito do MDA, orientadas para a agricultura familiar, garantindo o controle social a partir da participação das representações dos agricultores familiares e dos trabalhadores no serviço público de ATER nos órgãos colegiados voltados para o desenvolvimento rural sustentável e na formulação, avaliação, qualificação e financiamento das políticas públicas. # Elaborada no colegiado da FASER	129	
19	Programa de transição agroecológica para produção de alimentos saudáveis e diversificados	Implementar programa massivo de transição agroecológica para a produção de alimentos saudáveis e diversificados, com participação de jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária, agricultores familiares e camponeses, de forma a enfrentar a crise climática e combater a fome no campo e na cidade, contando com: - crédito e fomento produtivo; - ATER específica; - pesquisa e inovação tecnológica; - apoio à biofábricas; - apoio à logística e comercialização.	128	
20	Promover a agroecologia e a produção em sistemas de base ecológica	Implementar um amplo programa de transição agroecológica na agricultura familiar, garantindo assistência técnica e extensão rural, além de oferecer crédito rural com condições diferenciadas por meio do Pronaf a fim de fortalecer a agricultura familiar como estratégia de combate à fome. Também estabelecer uma estrutura de monitoramento para garantir a execução adequada e o cumprimento das regras dos programas de comercialização. #propostacoletiva (Link externo) #agriculturafamiliar (Link externo) #contrafrasil (Link externo) #fetrafrs (Link externo)	127	
Total	20		20563	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
 Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Brasil + Orgânico	Agricultura e Pecuária
2	Projeto Público de Convivência com o Semiárido para fortalecimento da agricultura familiar no estado de Pernambuco	Agricultura e Pecuária
3	Agricultura Familiar e Juventudes	Agricultura e Pecuária
4	Crédito para agricultura familiar	Agricultura e Pecuária
5	Ampliar as políticas habitacionais para o homem do campo	Agricultura e Pecuária
6	Por um Semiárido vivo	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
7	PAA OVO CAIPIRA – Incentivo a produção de Ovos Caipira para Combater a Fome e Desnutrição no Brasil	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
8	Desapropriação de terras que não cumprem a sua função social a fim de reforma agrária, habitação e desenvolvimento estatal	Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
9	Inserção dos produtos da pesca artesanal no PAA	Pesca e Aquicultura

Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Esta seção é destinada ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 511
- Número total de votos: 79.509

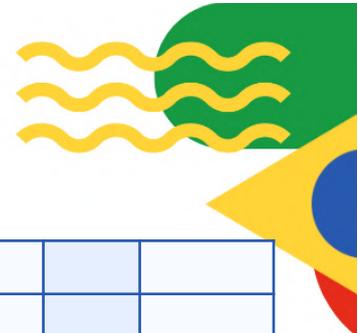


	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Inclusão das pessoas com Fibromialgia, Lúpus, Anemia Falciforme e doenças correlatas como PcD's.	A inclusão se faz necessária para reconhecimento dos direitos humanos básicos para as pessoas com as patologias acima citadas. Afinal, conviver e viver com essas patologias dolorosas, desgastante fisicamente e mentalmente não é fácil para ninguém. É através desta justificativa e necessidade popular brasileira que clamamos aos órgãos competentes uma análise minuciosa desse tema para efetivação do nosso pleito.	66261	
2	Promoção e Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Promover, com absoluta prioridade, políticas públicas intersetoriais e integradas para assegurar os direitos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária e à proteção integral, de modo a contribuir para a promoção da equidade. #PropostaColetiva (Link externo)	1574	
3	Esquizofrenia - uma deficiência que deve ser legitimada.	A esquizofrenia é uma doença mental grave e segundo a OMS está entre as 10 doenças mais incapacitantes do mundo. Segundo Romeu Sasaki, as deficiências psicossociais são as sequelas de transtornos mentais. Diferente de transtorno mental, as deficiências psicossociais são quando quadros psiquiátricos já estabilizados, acarretam limitações e prejuízos das funções mentais do indivíduo de forma permanente. Para isso, solicito que a esquizofrenia se enquadre como DEFICIÊNCIA e passe a ter direitos.	895	
4	Criação e implementação dos CENTROS de REFERÊNCIA de atendimento aos AUTISTAS nas principais cidades brasileiras	Criação e implementação dos centros de referência para atendimento aos AUTISTAS nas principais cidades brasileiras. Criar e implementar um local nas grandes cidades brasileiras onde os AUTISTAS poderão ser atendidos nas áreas de educação, saúde, assistência social, esportes, cultura e lazer, com profissionais especializados.	617	
5	Moradia em Primeiro Lugar para população de rua	Na proposta "Moradia em Primeiro Lugar para a População de Rua", a Pastoral Nacional do Povo da Rua defende que o acesso à moradia como direito humano não deve ser negado a ninguém. Independente das circunstâncias de vida e dos desafios enfrentados pelas pessoas em situação de rua, a "Moradia em	556	



		Primeiro Lugar" é considerada o ponto de partida, base para qualquer outro tipo de apoio, intervenção social e diretos.		
6	Efetivação legal do CNDDH População em Situação de Rua e Catadores/as de Materiais Recicláveis	A Pastoral do Povo da Rua propõe que o Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da população em situação de rua e catadores/as de material reciclável, contemplado no Decreto Presidencial Nº 7053 (dezembro/2009) passe a ser efetivado como política pública, com recursos próprios, em caráter permanente, para o enfrentamento às constantes violações dos Direitos Humanos sofridas e garantia de defesa dos seus direitos fundamentais como cidadãos/ãs participantes como poder nas decisões políticas.	384	
7	Criação da Rede Nacional de Monitoramento e Combate ao Lawfare	A Rede Nacional de Monitoramento e Combate ao Lawfare tem por objetivos: I - prevenir, detectar e neutralizar os casos de uso estratégico do Direito e da mídia, para deslegitimar e aniquilar inimigos políticos; II - promover o resgate e a reparação das vítimas de lawfare e a responsabilização dos agentes violadores; III - formular, promover, coordenar e articular políticas públicas pertinentes ao tema. Autoria: ABJD; CBJP; FENED; Rede Lawfare Nunca Mais; Transforma MP; Movimentos Populares DF.	291	
8	Criação do Conselho Nacional da Educação em Direitos Humanos	Propor a criação de um Conselho que tenha o objetivo de estruturar a educação em direitos humanos na educação básica, no ensino superior e nos espaços de educação não-formal do país. A criação desse conselho será fundamental para propor a implementação e avaliação das Diretrizes Nacionais de EDH, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura em Direitos Humanos no país, resgatando no âmbito nacional uma concepção positiva, a qual foi duramente atacada no último governo.	286	
9	Defesa dos direitos e vida da população LGBTQIAPN+	Criação de um programa Nacional de proteção e promoção dos direitos LGBTQIAPN+, transversalizado com as políticas governamentais; Criação e fortalecimento de Centros de promoção e defesa da população, fortalecimento dos Conselhos Estaduais e Municipais e das coordenações Estaduais de Políticas para população LGBTQIAPN+ dos Estados.	277	

10	Anistia para os empregados públicos perseguidos desde 2016	<p>Criar lei de anistia p/ empregados públicos concursados conf. art. 37, II, da CRFB, demitidos imotivadamente, ou anuentes de programa de incentivo coercitivo, ou transferidos, desde o ano 2016, delegar à Comissão de Anistia avaliação, anistiamiento e reintegração na administração pública federal direta ou indireta e ao plano de carreira de origem ou melhor, caberá ao tesouro nac. indenizar toda perda remuneratória retroativas e manter remuneração do anistiado e dependentes pensionados conf. lei.</p>	270	
11	Programa de Renda Básica às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	<p>O ingresso de pessoas autistas no trabalho ainda é muito difícil e existem atualmente poucas políticas públicas de assistência à renda das pessoas com TEA. O BPC é uma importante política, mas seu critério de renda impede o acesso de grande parte de idosos e pessoas com deficiência. Um programa específico de renda voltado à população autista, independente de renda e incondicional garantiria mais dignidade a essas pessoas e suas famílias.</p>	257	
12	INSPIRE Brasil: prevenção às violências contra crianças e adolescentes	<p>Programa multisetorial, baseado em evidências, com o objetivo de prevenir a ocorrência de violência institucional, psicológica, trabalho infantil, exploração e abuso sexual, tráfico, tortura e todas as formas de violência contra crianças e adolescentes. #propostacoletiva (Link externo)</p>	232	
13	Isenção do passaporte	<p>Criação de projeto que de isenção da taxa para passaporte para pessoas de baixa renda, dando assim oportunidade principalmente para estudantes concorrerem a vagas de bolsas de estudo no exterior tanto para suas inscrições como também a possibilidade de viajar. Além claro de outros motivos de um cidadão de baixa renda conseguir ter o seu direito de ir e vir</p>	232	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
14	Povos Tradicionais de Matriz Africana	<p>Fomento e criação de políticas públicas para os Povos Tradicionais de Matriz Africana. Principalmente nas áreas de desenvolvimento social, cultura, habitação e educação. Reconhecimento e inclusão no documento de identidade de nosso nome religioso/sacerdotal pois assim somos reconhecidos pela sociedade. Inclusão da tipificação do delito no sistema da polícia</p>	232	Ministério da Igualdade Racial



		civil do campo "racismo religioso",		
15	Pessoas Idosas no orçamento público. Garantia dos direitos e modalidades de serviços previstos PNI Estatuto Pessoa Idosa Convenção Interamericana	Pessoas Idosas e demais Gerações por uma Sociedade Digna e Cidadã. Implementação da Política Nacional do Idoso Lei 8442-94, Estatuto Pessoa Idosa-Lei 10741/2003 e Convenção Interamericana Pessoas Idosas-2015, assegurando-se recursos humanos e financiamento de Centros de Convivência, Centros Dia, Assistência domiciliar, Combate à Violência, dentre outros-parcerias SUAS, SUS, Universidades, e inserção de cuidadores e outras profissões de nível médio e superior na garantia de cuidados e proteção	231	
16	Repasse de prédios públicos ou privados abandonados para os muçulmanos brasileiros que buscam um local próprio para exercer sua fé e prática	Repassar prédios ou casas desativadas, abandonadas para as instituições de muçulmanos brasileiros que ainda não tenham local próprio ou adequados para exercerem sua fé e prática dentro do território brasileiro.	217	
17	Complexo pericial-IML	Construção de um prédio para atender o departamento de polícia técnica e científica, que inclui o Instituto de Criminalista, Instituto Médico Legal, Instituto Identificação e o Instituto de Análise Forense, o projeto visa melhorar a segurança orgânica, que trata da separação do atendimento de vítimas e agressores para locais distintos, bem como implementação da cadeia de custódia, que é o acondicionamento eficaz das provas materiais dos peritos. Esse prédio promoverá melhores condições.	206	
18	Implementar Uma politica de Justiça de Transição de Direitos Humanos na Hanseníase	Hanseníase historicamente foi cercada de estigma, discriminação e violações de direitos humanos. Muitas pessoas com Hanseníase foram isoladas em colônias ou sanatórios, separadas de suas famílias e comunidades, e enfrentaram a perda de seus direitos civis, sociais e econômicos. Embora o tratamento tenha avançado, essas violações passadas ainda têm consequências duradouras 1- reparar financeiramente os Filhos separados pela hanseníase 2- avançar no tombamento histórico destes locais e histórias	197	
19	Implementação do Programa Nacional de Casas de Acolhimento LGBTQIAPN+	Implementar o Programa Nacional de Casas de Acolhimento LGBTQIAPN+, em todos os Estados Brasileiros e em cidades com mais de 300 mil habitantes, por meio do fomento de centros de atendimento humanizado e especializado no atendimento à pessoas LGBTQIAPN+ em situação de	184	



		vulnerabilidade social, estruturado em frentes como alojamentos de passagem e núcleos especializados em atendimento psicossocial, assessoria jurídica, segurança alimentar, promoção cultural e autonomia econômica.		
20	Novas propostas para moradia	Construção de moradia popular em autogestão. Desapropriar prédios públicos municipal e estadual para fins de moradia popular para famílias sem-teto.	170	Ministério das Cidades
Total	20		73569	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Política de acolhimento e restauração da cidadania de pessoas em situação de rua	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
2	Proteção as crianças, adolescentes e idosos	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
3	BrasilMaisDiverso	Casa Civil
4	Mais benefícios para pessoas com deficiências	Previdência Social
5	Centro de Referência em Cidadania, Direitos Humanos, Políticas Públicas, Saúde, Educação e Economia Criativa LGBTQIAPN+ no Estado do Amazonas	Relações Institucionais

Ministério da Educação

Esta seção é destinada ao Ministério da Educação

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 1.225
- Número total de votos: 190.654



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	<p>O papel da Educação para o desenvolvimento do país é inquestionável e perpassa pela valorização dos servidores que fazem a Educação. Esta é urgente para um real desenvolvimento desta área tão sensível ao crescimento de uma nação.</p> <p>Os servidores TAE que fazem as IFEs possuem a PIOR REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, sendo necessária uma reestruturação e recomposição salarial (no vencimento ou outro meio) que torne digno o exercício dos TAE e estimule a fixação de profissionais de excelência.</p>	77066	
2	FURB Federal - Implantação da Universidade Federal do Vale do Itajaí por meio da federalização da FURB, incorporando o câmpus da UFSC/Blumenau.	<p>A luta em prol da federalização da FURB é um movimento que remete a 2002. Em 2008, um plebiscito e abaixo-assinados foram organizados expressando a vontade popular da região em torno do tema. Em 2013, o engajamento trouxe uma extensão da UFSC para Blumenau. A expansão do ensino superior gratuito no Vale do Itajaí exige a criação de uma nova universidade federal que contemple a FURB e o câmpus da UFSC, formando uma única universidade, pública, gratuita e de qualidade. Junte-se à nossa luta!</p>	8580	
3	Enquadramento e equiparação de direitos e salários das docentes de primeira infância, na carreira do Magistério.	<p>Reconhecimento da função docente e enquadramento como Professor, unificando a denominação, uma vez que, no país há uma variedade com cerca de 50 nomenclaturas diferentes para o cargo .</p> <p>Acesso ao piso nacional do magistério, inclusão na carreira do Magistério .</p> <p>Direito à lei 11.738/08 com reserva de 1/3 da jornada para planejamento, reunião, avaliação e formação continuada</p> <p>Direito à aposentadoria especial</p> <p>Direito a férias e recesso de acordo com o calendário escolar.</p>	6791	
4	Título: Implantação da Universidade Federal da Chapada Diamantina (UFCD) no estado da Bahia	<p>Descrição: A presente proposta trata da implantação da Proposta da UFCD construída desde os anos de 2012. A UFCD terá uma estrutura multi-campi e se constitui numa demanda de um conjunto de territórios Bahia de reconhecida</p>	4074	





		importância social, econômica, ecológica, cultural e reconhecimento internacional. Atualmente, o projeto da UFCD tem mobilizado a sociedade civil e lideranças políticas do território em busca de apoio na efetivação da importante iniciativa na promoção da educação superior.		
5	Alimentação Escolar para os alunos dos Institutos Federais	Atualmente não existe rubrica nem orçamento para o custeio da alimentação Estudantil nos Institutos Federais o que leva os nossos alunos a sofrerem com a fome e ao aumento da evasão, sendo um obstáculo para a permanência e êxito. Assim proponho a criação de uma rubrica orçamentária específica para a alimentação Estudantil na rede federal.	4021	
6	Reajustes das Bolsas de Estudo, Pesquisa e Pós-graduação	Assegurar um mecanismo anual de reajuste das bolsas de estudo, pesquisa e pós-graduação no país e no exterior, usando como referência indicadores que possibilitem a recuperação do valor frente a inflação e com ganhos reais ao longo do período 2024-2027.	3739	
7	Pibid e Residência Docente como políticas de Estado de formação docente.	Os Programas PIBID e Residência Pedagógica, se inserem na política nacional de formação de professores, tendo sua área de atuação em escolas por todo o território nacional. As ações desses programas, se coadunam oportunizando a estudantes de cursos de Licenciatura, de universidades públicas e privadas, uma maior aproximação teórico/prática com o cotidiano da escola, sendo partícipes na elaboração de metodologias de ensino, e na construção de uma formação humana e para a autonomia.	3688	
8	Carreira do Magistério Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Magistério Superior no Orçamento	O papel da Educação para o desenvolvimento do país é inquestionável e perpassa pela valorização dos servidores que fazem a Educação, e dentre eles está a figura do Docente. Nos últimos anos acumulamos grandes perdas salariais. É urgente uma valorização da carreira docente. Que ela venha por meio de uma reestruturação, que permita a valorização da dedicação exclusiva, mais enxuta e com menos tempo para chegar ao topo e que recupere as perdas salariais.	3659	





9	Consolidação do desenvolvimento da UFABC, UFSCar, Unifesp e do IFSP	Consolidação do desenvolvimento institucional da UFABC, UFSCar, Unifesp e do IFSP, considerando as condições para a expansão necessária ao pleno cumprimento dos respectivos projetos pedagógicos, a saber, ampliação de infraestrutura, de pessoal e do número de cursos e vagas, assegurando a contribuição das instituições na ciência e tecnologia de excelência e na inclusão e permanência de jovens no ensino superior e técnico de qualidade no país.	3040	
10	Universidade Federal no Município de Camaquã/RS	O Município de Camaquã, situado na Região Costa Doce, no Estado do Rio Grande do Sul, conta com atualmente 62.200 habitantes, cidade polo para 11 Municípios, não possui Ensino Superior Federal em nosso Município, nas modalidades licenciatura e bacharelado, onde os jovens se deslocam diariamente até as cidades de Pelotas ou Porto Alegre para cursar curso Superior de forma gratuita. Importante salientar que o Município dispõe da estrutura necessária para instalação de um campus, junto a FUNDASUL.	3005	
11	Criação do curso de Medicina no campus São Mateus da Ufes	A região de São Mateus possui uma baixíssima relação de médicos por mil habitantes que repercute num grande vazio assistencial. Além disso, no ES 90,9% das vagas são ofertadas em instituições privadas de ensino. A criação do curso de Medicina público gratuito e de excelência no campus São Mateus da Ufes garantirá a formação atrelada aos princípios do SUS, o ingresso de estudantes oriundos das camadas mais populares e a melhoria na qualidade e na oferta de serviços de saúde de São Mateus e região	2773	
12	Implantação da Universidade Federal do Nordeste da Bahia	Essa proposta foi elaborada em uma ampla discussão com a sociedade civil movimento social, é uma Proposta Coletiva ela foi elaborada em processos coletivos através de varias reuniões e audiências nos 04 territórios de Identidade da Bahia Implantação da Universidade Federal do Nordeste da Bahia muti-campus. Um Campus no Território Bacia do Jacuípe, Sisal, litoral Norte e Agreste Baiano e Semiárido Nordeste II	2172	





13	Bibliotecas escolares como equipamento cultural para a educação informacional e midiática	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar a educação informacional e midiática a partir das bibliotecas escolares, com base nos padrões estabelecidos pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, a American Library Association, Manifesto IFLA e recomendações da UNESCO – Media and Information Literacy; - Implementar ações em bibliotecas escolares em consonância com Lei 14.533/2023 –Política Nacional de Educação Digital (PNED) e Lei nº 12.244/20 – Biblioteca Escolar, - Garantir a formação de leitores críticos no âmbito escolar, 	2087	
14	Criação da Universidade Federal do Vale do Aço/MG e Expansão do Ensino Federal Técnico e Tecnológico	<p>Considerando a necessidade de democratizar o acesso à Universidade pública, bem como ampliar a oferta de formação profissional técnica e tecnológica, apresentamos a presente proposta no sentido de corrigir a ausência de oferta do ensino público federal na região do Vale do Aço/MG – expressa por uma das piores taxas do país de cobertura em número de habitantes por professor federal (11.000 hab/professor), e também de reduzir contradições sociais e econômicas cada vez mais profundas.</p>	2043	
15	Estruturação das Supernovas Universidades Federais criadas em 2018 e 2019	<p>As Universidades Federais de Catalão (UFCAT), de Jataí (UFJ), de Rondonópolis (UFR), do Agreste do Pernambuco (UFAPE), do Delta do Parnaíba (UFDPAr), e do Norte do Tocantins (UFNT), denominadas em conjunto pelo Ministério da Educação (MEC) como Supernovas. Sem condições adequadas para funcionamento solicitamos que sejam criados “Projetos de Implantação”, com a destinação de recursos Pessoal, Capital e Custeio para garantir às condições de implantação compatíveis com as demais Universidades.</p>	2033	
16	Criação da Universidade Federal África-Brasil (UFAB)	<p>A Universidade Federal África-Brasil baseia-se nos princípios de reparação histórica e solidariedade internacional. Sediada em São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano, cumprirá metas estipuladas no REUNI e estratégias brasileiras de relações exteriores com países integrantes da rota escravista colonial da África, Ásia e Américas. Fomentará o desenvolvimento do Brasil e das nações parceiras por meio do intercâmbio científico e de tecnologias que promovam inovação</p>	1967	





		baseada na sustentabilidade.		
17	Retorno da disciplina espanhol nas escolas	No primeiro governo do presidente Lula foi instituída a obrigatoriedade da disciplina espanhol nas escolas. No governo Temer a disciplina foi retirada. Queremos a volta da língua espanhola na educação básica, sobretudo no ensino médio. O aluno de escola pública se identifica mais com o idioma espanhol na hora de prestar concurso público e Enem.	1802	
18	Instalação do Hospital Federal Universitário da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	A implementação de um Hospital Universitário em Rondônia é fundamental por diversos fatores, destacamos: 1) garantir campo de prática para a formação de profissionais de várias áreas do saber; preparando-os para a atuação diretamente no SUS; 2) permitir mais programas de Residências, formando profissionais qualificados e fixando esses trabalhadores na região; 3) reforçar a rede de serviços de saúde pública local, ajudando a enfrentar os desafios sanitários dessa região da Amazônia brasileira.	1674	
19	Financiamento Estudantil Fies Medicina	Diante do atual cenário de saúde pública, em que a falta de profissionais na área de medicina é ainda realidade no Brasil, e que o Fies para Medicina ainda não é um programa social para todos, em virtude do teto de financiamento, e para alguns a cooparticipação endivida as famílias brasileiras. É necessário um financiamento total para Medicina, sem coparticipação, Fies para Todos. Fies sem Barreiras, Fies para os Brasileiros.	1667	
20	Criação do Campus Quilombo no âmbito do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, na cidade de Minas Novas no Vale do Jequitinhonha	A proposta de criação do IFNMG/Campus Quilombo em Minas Novas/MG surge como resposta às demandas históricas do Alto e Médio Vale do Jequitinhonha/MG. O projeto, que se coaduna com a luta da Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale (COQUIVALE), visa valorizar as comunidades quilombolas e enfrentar o racismo institucional, oferecendo educação profissional e formação de professores. O objetivo é assegurar os direitos de povos e comunidades tradicionais e a Educação Escolar Quilombola.	1630	
Total			137511	



Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Retomar o Projeto de Super Universidade dos BRICS	Casa Civil
2	Valorização da Carreira Científica	Ciência, Tecnologia e Inovação
3	Fomento à Economia Popular Solidária e Tecnologia Social nas instituições de ensino superior, técnico e tecnológico	Ciência, Tecnologia e Inovação
4	Aulas de astronomia nas escolas públicas	Ciência, Tecnologia e Inovação
5	Plano Nacional de Valorização ao Pesquisador	Ciência, Tecnologia e Inovação
6	Inclusão Escolar como foco midiático de conscientização	Comunicações
7	Defesa pessoal nas escolas	Defesa
8	Proposta Educacional Futebol de Base – Todos na Escola	Esporte
9	Esportes olímpicos/paralímpicos nas escolas	Esporte
10	Educação Ambiental no Delta do Parnaíba	Esporte
11	Construção de escola de ensino fundamental e médio junto com uma vila olímpica em Santa Rita	Esporte
12	Proposta especial, Escola Segura.	Segurança Institucional
13	Segurança nas Universidades	Segurança Institucional
14	Segurança nas escolas	Segurança Institucional
15	Adição de Libras como disciplina obrigatória em todas as escolas do Brasil	Comunicação Social
16	Sobre criança autista educação e segurança e saúde	Comunicação Social
17	Capacitação em direção defensiva para estudantes de escolas de tempo integral.	Trabalho e Emprego

Ministério do Esporte

Esta seção é destinada ao Ministério do Esporte

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 89
- Número total de votos: 2.168



Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Bolsa atleta para atletas guias e técnicos de atletas no ranking nacional	<p>Meu nome é Jorge Luiz, conhecido como chocolate, fui atleta guia durante 13 anos ao lado de diversos atletas paralímpicos e hoje atuando como um atleta deficiente de baixa visão.</p> <p>Minha proposta é modificar a legislação do bolsa atleta para que atletas guias e técnicos com atletas no ranking nacional possam receber do programa. Essa proposta asseguraria que esses profissionais tenham estabilidade e não passem as mesmas dificuldades que eu tive quando atuava como ATLETA-GUIA .</p>	485	
2 Casa do Torcedor: Uma abordagem socioeducativa de combate a violência nos futebol	<p>Desde meados dos anos 1980, a violência no futebol passou a figurar, no Brasil e no mundo, como um tema mais recorrente..</p> <p>A busca por soluções seguiu diferentes tendências. O projeto se inspira nas Fanprojekts (“Projeto Torcedor”) desenvolvidos na Alemanha, Este modelo socioeducativo, difere do sistema repressivo atual, A proposta da Casa é o de buscar mediar a relação de organizações torcedoras com as várias instituições presentes no futebol , apaziguando conflitos e valorizando a cultura.</p>	271	
3 Difundir o esporte Orientação por intermédio da estruturação de Pistas Permanentes em campus Universitarios Federais.	<p>Uma Pista Permanente de Orientação (PPO) é um ambiente destinado essencialmente à prática sistemática de Orientação como esporte e, também, a explorar as possibilidades didáticas, lúdicas, sociais e de desenvolvimento de atributos desta atividade esportiva.</p> <p>Uma boa PPO permite resolver completamente as grandes dificuldades operacionais de um evento de orientação: traçar um percurso adequado, lançar previamente os respectivos controles no terreno (materializados pelo prisma típico deste esporte.</p>	219	
4 Reativação da REDE CEDES como espaço-tempo de produção e socialização de conhecimento e formação de gestores em políticas públicas	<p>#Proposta (Link externo) Rede Nacional de Pesquisa. A REDE CEDES foi criada em 2004 no âmbito do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) do Ministério do Esporte.</p> <p>Objetiva produzir e difundir conhecimento em política pública de esporte e lazer e coordenar experiências formativas de gestores de políticas públicas federais, territoriais, estaduais, distrital e</p>	101	



	de esporte e lazer.	municipais de esporte e Lazer. Abrange cerca de 100 Instituições de Ensino Superior, dezenas de grupos de pesquisa e centenas de pesquisadores.		
5	Proposta Educacional Futebol de Base – Todos na Escola	PROPOSTA FUTEBOL DE BASE – TODOS NA ESCOLA tem como objetivo resgatar uma educação básica que seja capaz de unir a escola e a bola, no qual se faz necessária a construção de um sistema de ensino que atenda às necessidades reais do atleta e suas nuances específicas e que leve em conta a relação do calendário letivo X ao calendário das competições em geral que impacta na vida de um esportista e a partir disso também anexar o mesmo como aluno itinerante para que possa de fato atender esta demanda.	78	Ministério da Educação
6	Reestruturação do Projeto Centros de Iniciação ao Esporte – CIEs	Propomos a reestruturação do Projeto dos CIEs, baseados na Diretriz 27 do Programa de Governo Lula 2023–2026, com base em estudos (pesquisas) e experiência pessoal. O modelo atual do projeto cria empecilhos que contemplem a universalização e democratização do esporte e do lazer, previstos na CF, pois manifesta problemas estruturais, de falta de incentivo à iniciação, que visam a formação social e de novos atletas olímpicos e paralímpicos para o Brasil; de gestão. A proposta está em acordo o PNE.	73	
7	Esportes olímpicos/paralímpicos nas escolas	Se inspirar nos EUA e em outros países, e de fato incluir um programa forte de inclusão social e pedagógico através de oficinas e treinos de esportes olímpicos e paralímpicos, além do futebol feminino desde a infância nas escolas públicas brasileiras, não só focando no futebol masculino. Com isso, se cria atletas de alto rendimento, respeito, inclusão, qualidade de vida, integração educacional e social, promoção da equidade de gênero.	64	Ministério da Educação
8	1ª Olimpíada Nacional de Esportes da Terceira Idade	Realizar anualmente de 27 de setembro a 1º de Outubro um torneio nacional de esportes adaptados para a terceira idade. Hoje existem várias competições estaduais e regionais estimulando a participação das pessoas idosas. O período compreende a Semana de Valorização da Pessoa Idosa na maioria dos municípios	57	

		brasileiros. Assim, pode se transformar num evento que poderá ser acompanhado online. Pelo menos 14 modalidades são hoje disputadas nos torneios regionais, quase todas com regras comuns.		
9	Programa de incentivo ao esporte (Bolsa Podio)	Mediante ao Projeto de Lei 8906/17, do Deputado Felipe Carreras (PSB-PE), oferecer a Ministra do Esporte e ao Presidente da República a proposta de acelerar o andamento e a sanção do projeto de aumento do programa de incentivo ao esporte do mundo, levando em consideração que a proposta está em tramitação a muito tempo e o programa não sofre reajuste a mais de 8 anos, dificultando a vida de muitos atletas que tendem a trilhar grande escalão de competitividade e isso gera mais gastos ao Atleta.	57	
10	Fabrica de Campeão	Projeto Fabrica de Campeão visa a inclusão de crianças jovens e adultos com praticas esportivas cultural na escola ampliando o desenvolvimento nas escolas e recuperação das notas na educação , visando melhoria do aluno na escola e na sociedade como um todo e a integração na sociedade com qualidade de vida e saúde mental, aprimorando do seu âmbito familiar. com praticas empreendedorismo e oficinas financeiras e obtendo melhor entendimento de suas forças e fraquezas com novas habilidades futuro	52	
11	Educação Ambiental no Delta do Parnaíba	Aplicação e avaliação de Programas de Formação Regional em Educação Ambiental inclusiva para estudantes e professores da Rede Pública na região deltáica. Objetivando qualificação e atuação de estudantes (do 9º ao 3º ano do Ensino Médio) como guias ambientais locais de Ilha Grande/Parnaíba - Piauí e Ilha das Canárias - MA, através de aulas passeio no Delta do Parnaíba abrangendo toda planície litorânea.	48	Ministério da Educação
12	Lei de incentivo a esportes e modalidades não olímpicos	Há uma grande variedade de esportes como Críquete, lacrosse, baseball, futebol americano, que tem uma grande visibilidade no resto mundo mas é pouco divulgado no Brasil. fazer uma politica de desenvolvimento e incentivo dessas modalidades seria um grande ganho para a	45	

		diversificação do esporte Brasileiro.		
13	Esporte e lazer para a promoção da saúde de adolescentes em conflito com a lei	Realizar mapeamento dos espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer em bairros/comunidades com maior incidência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil, a fim de subsidiar a articulação e efetivação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde desses sujeitos e, conseqüentemente, quanto antecipação à conduta infracional.	45	
14	Proteção e incentivo às modalidades esportivas criadas no Brasil	É dever do Estado brasileiro proteger e incentivar as manifestações esportivas de criação nacional. Este é um direito constitucionalmente garantido no inciso IV do art. 217, porém nunca houve a criação de uma política pública para efetivar esse direito. É preciso que o Estado valorize a cultura esportiva genuinamente brasileira antes que outros países se apropriem das nossas modalidades, como aconteceu com o futsal, jiu jitsu brasileiro e MMA	43	
15	*Lazer ambiental em Ilha Grande Piauí: Esporte e recreação	Implantação de Programa Educacional que promova competições esportivas de férias com inclusão social nas modalidades de futsal, futebol de areia, futevôlei, golzinho e outros como fator de desenvolvimento humano na Planície Litorânea do Estado do Piauí.	37	
16	Política Nacional de Desporto para o desenvolvimento do Futebol e Futsal Feminino	Essa proposta busca realizar um Fórum Nacional de Políticas para o Desenvolvimento do Futebol e Futsal Feminino (da base ao rendimento), Serão realizadas discussões de propostas e projetos para desenvolvimento do Futebol e Futsal Feminino no país, desde a estimulação e facilitação da prática, à permanência e incentivo de criação de mais equipes que busquem desenvolver projetos para formação categorias de base ao profissional. Além de destinação prioritária de recursos do MESP para esse fim.	35	
17	Fábrica de Cultura, Esportes e Eco-cidadania	Apresentamos o projeto Greenplace Park, um empreendimento social que visa transformar espaços ociosos em ambientes multifuncionais, promovendo esportes de ação, educação e tecnologias sociais. Com impacto econômico e social positivo, o projeto atende diferentes públicos e fortalece a economia local. Solicitamos apoio	32	

		para implementação e expansão do Greenplace Park, impulsionando o desenvolvimento regional e contribuindo para criação de modelos de comunidade mais engajadas.		
18	Envelhecimento Ativo	O projeto visa é manter ativo aposentados da categoria bancária e afins em exercícios de mobilidade, equilíbrio e tonicidade. Com professor de educação física. As atividade seriam de caminhadas, corridas, circuito e alongamentos. Duas vezes por semana, ao ar livre, em locais variados, parques e praças das cidades do Rio Grande do Sul. Tendo o objetivo de agregar pessoas que tenham interesse em participar da atividade.	29	
19	Projeto Arte que Valoriza Vidas	O projeto visa o aprendizado do jiu jitsu e kickboxing para crianças, adolescentes, jovens e adultos. Observando as necessidades específicas de cada grupo etário. Além disso, devido a disciplina desenvolvida, visamos melhores cidadãos para a nossa sociedade.	27	
20	Construção de escola de ensino fundamental e médio junto com uma vila olímpica em Santa Rita	Atualmente não se criou nenhuma escola de ensino fundamental e médio para que atenda a população de do Plano de Vida, Jardim Europa, Marcos Moura, Heitel Santiago e Tibiri II, a população é atendida em vagas já existem e todas a mais de 1km de distância. Santa Rita atualmente não têm nenhum investimento em esporte, a vila olímpica além de poder descobrir novos talentos para o esporte brasileiro também tiraria essas crianças que estão na zona periférica das ruas dando uma qualidade vida melhor	27	Ministério da Educação
Total		20	1825	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Ministério da Fazenda

Esta seção é destinada ao Ministério da Fazenda

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 124
- Número total de votos: 7.875



Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Isenção do Imposto de Renda no pagamento de PLR – Participação nos Lucros e Resultados	Atualmente a Participação nos Lucros e Resultados tem incidência do IRRF, enquanto a distribuição de lucro para os acionistas tem isenção de tributação, é um tratamento diferente para a renda do capital e trabalho e precisa ser alterada, o rendimento do trabalho oriundo da distribuição do lucro e resultado fixado em Acordo Coletivos e Acordos tem que ter a isenção da tributação para incentivar os programas fixados nos mesmos, resultando em aumento da produtividade e seus resultados na economia.	2055	
2 Renda Básica de Cidadania para todo cidadão do Brasil	RENDA É DIREITO DE TODOS A dignidade humana será fortalecida através da Renda Básica de Cidadania como direito universal e incondicional de todas as pessoas. Todo cidadão receberá benefícios iguais ou maiores que R\$300. Em uma família com 4 pessoas, serão R\$1200,00. O dobro do Auxílio Emergencial. O orçamento virá da revisão de benefícios fiscais ineficientes, reforma tributária progressiva, racionalização de benefícios sociais ultrapassados e da revisão dos limites do regime fiscal vigente.	1917	Ministério do Desenvolvimento e Assistência, Família e Combate à Fome
3 Pagamento por serviços ambientais aos catadores de materiais recicláveis organizados nas associações e cooperativas solidárias.	Pagamento por serviços ambientais aos catadores, já que a categoria usa de suas forças para reciclar os resíduos gerados por toda a sociedade, Este serviços economiza recursos naturais e deveria ser revertido aos catadores, pois é injusto que os mesmos sejam explorados por realizarem um serviço essencial sem a devida valorização.	1504	Secretaria Geral da Presidência da República
4 Inserir o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) no PPA.	Alocar o Programa Nacional de Educação Fiscal-PNEF na estrutura do Ministério da Fazenda como unidade orgânica para implementar a política de cidadania fiscal no Brasil. O PNEF existe desde 1996, é coordenado pelo GT 66 Educação Fiscal/CONFAZ, constitui-se em tecnologia social para desenvolver a cidadania ativa, preparando o cidadão para a função social do tributo e o exercício do controle social do Estado. O cidadão participando, acompanhando e fiscalizando os recursos e as políticas públicas,	444	





5	Incluir os Ricos no Imposto de Renda para inserir os Pobres no Orçamento	<p>MEDIDAS DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aumentar a tributação sobre a renda dos mais ricos; - corrigir a tabela do IRPF e ampliar o número de faixas e alíquotas da tabela de incidência; - fim da isenção sobre as rendas advindas de lucro e dividendos distribuídos; - instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas. (Propostas do Instituto Justiça Fiscal em: https://ijf.org.br/campanha-tributar-os-super-ricos/ (Link externo)). 	254	
6	Auditoria da Dívida Pública	Auditoria popular e cidadã da Dívida Pública para diminuir os juros e amortizações.	243	
7	Isenção de impostos para alimentos e gêneros de primeira necessidade	Retirar os impostos sobre alimentos in natura e gêneros de primeira necessidade da cesta básica, a fim de possibilitar o acesso a alimentação saudável para todos os brasileiros. Implementar classificação de saúde para todos os itens alimentícios, de forma que, quanto mais nocivo, maior o imposto a ser taxado por todas as esferas governamentais. Revisar todos os subsídios dados a indústria alimentícia ou similares, em consonância a classificação de saúde.	139	
8	Fim das verbas indenizatórias no serviço público	Pelo fim das verbas indenizatórias, como auxílio-moradia, auxílio-creche, auxílio-paletó, auxílio-livro... no serviço público. Manter apenas o auxílio-alimentação para aqueles servidores que ganham pouco.	84	Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
9	Isenção de Imposto de Renda para Aposentados maiores de 60 anos.	Isentar todos os Aposentados maiores de 60 anos da contribuição do IRPF que contribuíram no mínimo com 30 anos para o INSS.	76	
10	Reajuste da tabela de imposto de renda.	Reajustar todas a faixas da tabela do imposto concedendo isenção até 6 mil reais, diminuindo a carga tributaria sobre a renda do pobre e da classe média. Criar também um mecanismo que reajuste a tabela do imposto de renda anualmente pelo IPCA.	75	
11	Isenção de Imposto de Renda para Professores da Educação Básica	Isentar os professores e professoras que atuam nas redes municipal, estadual, federal e privada do pagamento do IRPF, uma vez que o salário destes profissionais é baixo em relação às outras profissões de nível superior, a maior parte é mulher e única provedora do sustento de suas famílias. Como a tabela do IRPF está extremamente defasada,	74	



		aproximadamente 1/4 do salário é destinado ao seu pagamento. Outra questão é de que salário não é renda, e sim é o pagamento pela mão de obra prestada.		
12	Duplicar o Salário Mínimo.	Editar projeto ou emenda duplicando o valor do Salário Mínimo. Essa medida propiciará uma divisão de renda equitativa para o Povo Brasileiro.	69	
13	Por um Banco do Brasil público a serviço de todos! (Comitê de Luta em Defesa do BB)	A proposta é que ações e programas do BB sejam voltados para o desenvolvimento social e econômico do país, com mais investimentos nos pequenos agricultores, comerciantes, pequenos e médios empresários e ampliação do financiamento estudantil. Para isso, é preciso que a gestão do BB valorize os funcionários, garantido condições dignas de trabalho, respeito à saúde dos trabalhadores e o fim do assédio moral. Queremos um BB para todas as parcelas da população e com qualidade de vida no trabalho.	64	
14	Redução de Impostos	Diminuir os impostos para reduzir o valor dos produtos ofertados no mercado, e com isso incentivar o aumento do consumo o que irá melhorar os índices econômicos do país, além de gerar emprego e renda de qualidade. A famosa Curva de Laffer.	59	
15	Reforma administrativa possibilita a reforma tributária	É essencial uma reforma administrativa em todos os níveis e esferas da gestão pública nacional. Promovendo uma redução de custos por meio de cortes de benefícios desnecessários e salários que ultrapassam o significado de meritocracia. Com o Estado menor, e menos custos para mantê-lo, é possível uma reforma tributária que beneficiaria todas as parcelas da população: com a redução de impostos (que no Brasil são elevados até para países desenvolvidos), a economia se aqueceria e o PIB aumentaria.	48	
16	FPM estável para Municípios que comprovadamente dependam do mesmo para se manter	Todo município com menos de 50 mil habitantes, que comprovadamente dependa do FPM, tenha assegurado que valor do FPM anual seja igual ou superior ao ano anterior	47	

17	Reforma Monetária para acabar com a memória inflacionária do Plano Real	<p>Desindexação total , completa e irrestrita da economia brasileira. Todos os contratos em território nacional tem que ser denominados em Real, abolindo-se o uso de indexadores de qualquer tipo independente do seu prazo de maturidade.</p> <p>Estabelecer o papel do Real como unidade de conta dos contratos com prazo de maturidade superior a um ano, a grande lacuna do Plano Real.</p> <p>Reduzir gradualmente a emissão de dívida selicada para que num prazo de 3 a 4 anos as LFT's ou assemelhados desapareçam da DLSP</p>	42	
18	Salário Mínimo Forte	<p>O salário mínimo deve ter um aumento mínimo de 15% por ano, fazendo assim o salário mínimo de 2024 sair de R\$1320 para R\$1518.</p>	31	
19	Garantir que o valor de bens que foram furtados possam ser abatidos do imposto de renda.	<p>Visto que é um dever do estado proteger o cidadão e que esta função não é realizada de forma adequada, deveria ser possível realizar o abatimento do valor de bens que foram furtados do imposto de renda.</p>	25	
20	Diminuição de imposto tributário	<p>Proposta para diminuir os impostos tributários em empresas com até 5 anos de idade para diminuir a quantidade de falência.</p> <p>Definir intenção de impostos alinhados a contratação e retenção de funcionários com carteira assinada.</p> <p>Permitir o acompanhamento dessas empresas com fiscal com o foco em auxiliarem e sugerirem melhores maneiras de atuação para garantir a legalidade e a correta gestão da empresa dentro das leis brasileiras.</p>	25	
Total	20		7275	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Criar obrigatoriedade de pagamento de Precatórios para trabalhador idoso/a	Advocacia Geral da União
2	Calote na Dívida Interna	Advocacia Geral da União
3	Áreas estratégicas da economia nacional	Casa Civil
4	Fim de imposto na plr	Defesa
5	Mais tributos aos mais ricos, e menos aos mais pobres	Planejamento e Orçamento
6	Taxação para produção e exportação de alimentos básicos maior do que o consumo interno	Relações Exteriores
7	Pagamento por serviços ambientais aos catadores de materiais recicláveis organizados nas associações e cooperativas solidárias.	Fazenda
8	Auditoria da dívida pública interna e externa	Planejamento e Orçamento
9	Investimento: Uma criação de um mercado cannabico no Brasil!	Trabalho e Emprego

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Esta seção é destinada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 24
- Número total de votos: 267



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Guarda Municipal no 144 do rol	As guardas municipais precisa de ajuda para entra mo rol para ter mais apoio e combater o crime é ter seu espaço na constituição Federal que é merecimento pelo serviço que vem oferecendo a anos .	68	Ministério da Justiça e Segurança Pública
2	FIM do Art 29 VI. da Constituição	O Artigo 29 vi da CF é o que garante Alto salário aos Políticos Vereadores.. uma Vergonha para a população que ganha pouco pra se sustenta.. esse art precisa ser revogado nesses 4 anos	44	Secretaria de Relações Institucionais
3	Investimento em infraestrutura de segurança com câmeras	Usar a tecnologia à nosso favor com a solução de identificar crimes e punir os envolvidos com seriedade. Buscar parcerias com empresas chinesas com fornecimento de tecnologia suficiente para identificar por meio de mapeamento facial as pessoas igual fazem na china.	35	Ministério da Justiça e Segurança Pública
4	Piso para Policiais Militares	Criação de um piso salarial nacional para as Policias Militares no Brasil (praças e oficiais).	34	Ministério da Justiça e Segurança Pública
5	Escola Protegida	Criar um programa para custear o profissional de vigilancia, vigilante ou segurança, para que este venha a fazer parte do quadro de profissionais, das nossas escolas e creches. Para garantirmos a segurança dos nossos filhos, alunos, professoras e demais profissionais que ali estão lotados. Associação de Moradores do Bairro Vila Nova - Rio Maria / Pará.	12	Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério da Educação
6	Proposta especial, Escola Segura.	Olá! Me chamo Richard ,sou um novo empresário no ramo de terceirizações! Tenho muita experiência na área e gostaria muito de crescer prestando serviço para o governo federal,estadual ou para meu próprio município.	11	Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério



		Atualmente atuo colocando Vigias e porteiros em escolas de rede privada por um valor mais acessível, gostaria muito de atender algumas escolas públicas, assim gerando mais empregos, impostos e claro, deixando nossos pequenos seguros com ótimos profissionais da área da segurança privada.		da Educação
7	Guardas municipais	Inclusão no artigo 144 CF para reconhecimento	9	Ministério da Justiça e Segurança Pública
8	Fardamento com Câmera.	Tornar obrigatório que todas as forças militares que atuam em rua durante o horário de trabalho utilizem cameras junto ao fardamento. Esse item pode ajudar nos processos que os policiais são acusados falsamente de algum crime, ou algum cidadão que é apreendido incorretamente.	7	Ministério da Justiça e Segurança Pública
9	Segurança nas Universidades	Criação de Guarda Civil Universitária, tendo em vista que o cargo de Vigilante Federal encontra se extinto e/em extinção, urge a necessidade de profissionais para proteger e cuidar do patrimônio público, humano, e imaterial dos Campi universitários.	7	Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério da Educação
10	Criação do Ministério da Segurança Pública e Cidadania	O Brasil sempre cultivou a lógica do policiamento ostensivo, repressivo e patrimonialista. Com forte origem escravocrata e oligárquica, as nossas polícias, no seu conceito de atuação e pela lógica da CF, pouco ou quase nada trabalha na ótica da prevenção e respeito aos Direitos Humanos. O Capítulo da Segurança (art. 144, da CF), necessita de urgente reforma, temos duas meias policias (civil e militar), que não fecham o ciclo de atuação e a GCM tem	6	Ministério da Justiça e Segurança Pública

		importante contribuição a ser dada no SUSP.		
11	Segurança nas escolas	Implantar nas escolas os detectores de metais que existem em bancos e em aeroportos para que possamos nos tranquilizar com a segurança das crianças.	5	Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério da Educação
12	Projeto de lei complementar dos sindicatos, centrais, federações e confederações	Criação de um projeto de lei complementar para cobrir as despesas institucionais das entidades sindicais consoantes as taxas confederativas e assistencial para os sindicatos, centrais, federação e confederação	5	Secretaria Geral da Presidência da República
13	Segurança Pública	Aumentar o programa de controle do território e proteção dos cidadãos	5	Ministério da Justiça e Segurança Pública
14	Segurança digna	Segurança com dignidade, para todos	4	Ministério da Justiça e Segurança Pública
15	Recuperação de calçadas	Eu gostaria que fizesse uma restauração da calçada na Rua engenheiro Paul Werner. Porque lá é muito apertado se pudesse expandi um pouco e fazer uma passagem de bicicleta, porque muita gente caminha nessa rua e é capaz que uma pessoa sofre acidente. Eu gostaria que fizesse uma restauração na calçadas	3	Ministério das Cidades
16	Guarda municipal	A criação da guarda municipal em águas lindas de Goiás, com aproveitamento dos guardas patrimonial do município que já trabalha na mesma função das guardas municipais	3	Ministério da Justiça e Segurança Pública
17	Rondas Rurais e Vigilância Solidária	Ampliar as rondas rurais noturnas, e investir nos programas de vigilância solidária das áreas rurais, disponibilizando mais policiais	3	Ministério da Justiça e

		para os grupos. As rondas ajudam muito e a união do poder público com a comunidade através da vigilância solidária aproximam as bases e afastam os malfeitores.		Segurança Pública
18	Câmara corporal no uniforme de toda a força policial de todos os estados da federação.	Para salvar vidas, principalmente dos mais pobres em especial os moradores de comunidades periféricas e de negros: Câmara corporal no uniforme de toda a força policial de todos os estados da federação.	2	Ministério da Justiça e Segurança Pública
19	Mais rondas nas ruas	Mais rondas nas ruas nos horários das 4h da manhã e após as 22hs.	1	Ministério da Justiça e Segurança Pública
20	Desenvolvimento na Segurança	Desenvolver uma política de desarmamento, planejado. Formação iniciada e continuada para os policiais Política de incentivo através de remuneração.	1	Ministério da Justiça e Segurança Pública
Total	20		265	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Esta seção é destinada ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 271
- Número total de votos: 38.439

	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Unificação do auxílio alimentação no serviço público federal.	A adoção do valor único para o Auxílio-Alimentação de todo o Serviço Público Federal propiciará a restauração e respeito ao Princípio da Igualdade e garantirá uma postura sem favoritismos na política alimentar para os servidores.	17328	
2	Fim da contribuição previdenciária incidente sobre aposentadorias de servidores públicos e seus pensionistas.	Sobre as aposentadorias de servidores públicos e sobre as pensões incidem contribuição previdenciária em decorrência da EC 103/2019. O servidor público trabalha por 30 anos, se mulher, e 35 anos, se homem, e mensalmente paga contribuição previdenciária a alíquotas muito superiores ao regime geral do INSS para ter direito a aposentadoria integral. Depois de aposentado é obrigado a continuar pagando. Pedimos a aprovação da PEC 555 pelo fim dessa cobrança incidente sobre aposentadorias e pensões	8989	Ministério da Previdência Social
3	Valorização dos servidores públicos concursados	Revogação do §9 do Artigo 39 da Constituição Federal inserido pela Emenda Constitucional nº 103/2019 ou a sua alteração permitindo a autonomia de cada ente subnacional ou de cada poder. O referido §9º incluído ao art. 39 da Constituição Federal trata-se da vedação das incorporações aos servidores públicos nos diversos níveis que ocuparem função de confiança ou cargo comissionado. Trata-se de algo estranho que foi incluída na Reforma da Previdência e que gerou essa desvalorização dos servidores..	2156	Ministério da Previdência Social
4	Reinclusão dos concursados públicos federais: soldados especializados de 1994 a 2001 à Força Aérea Brasileira e Fuzileiros Navais à Marinha	Ex-Militares Concurados Federais, militares de carreira, foram desligados da Força Aérea Brasileira e da Marinha em desacordo com a Constituição Federal de 1988. Ex-militares soldados especializados e Fuzileiros Navais encontram-se com o vínculo 30 abertos no CNIS, CAGED e RAIS, portanto, são servidores estatutários e de carreira, onde jamais poderiam terem sido desligados através de BOLETIM INTERNO das Forças Armadas sem o contraditório, ampla defesa, ou seja, sem o devido processo legal.	1951	

5	<p>Absorção dos empregados das empresas privatizadas (em estatais ou no governo)</p>	<p>Cerca de 24 mil celetistas foram "desconcurados" da Administração Indireta em virtude da privatização de suas empresas (Sistema Eletrobras, BR Distribuidora, Liquigás, Codesa, CBTU-BH) e do fechamento de regionais do Dataprev. Eles respeitaram todas as regras do concurso público (CF, Art 37, II) e o TCU considerou legais suas admissões, mas sofreram demissão em massa. Por segurança jurídica, direito adquirido, economicidade e isonomia com a Infraero (Art 23 da Lei 13903), é preciso absorvê-los.</p>	1537	
6	<p>Garantia de recursos para o piso salarial profissional nacional dos profissionais da contabilidade na administração pública, direta e indireta.</p>	<p>Desde a Lei nº 4.320/64 a responsabilidade do acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros. Matérias sensíveis e monetariamente robustas já que se assume inteira responsabilidade pelos serviços técnicos realizados, além das orientações que prestar. Uma melhor entrega ao cidadão passa pela valorização do contador público.</p>	994	
7	<p>Aumento dos cargos nos tribunais federais. Liberação dos cargos vagos suspensos. Nomeação ou aproveitamento dos candidatos aprovados no concurso TRF1-17</p>	<p>Com base na Resolução 819 – CJF de 13/02/2023 – Plano Estratégico de Gestão de Pessoas da Justiça Federal. Um dos pontos fracos verificados na análise do cenário atual é o Baixo Quantitativo de Servidores, projeção de redução nos próximos 6 anos e a terceirização dos serviços. Além da criação do TRF6 que motiva ainda mais para a adequação da estrutura de pessoal, realocação de cargos e distribuição orçamentária.</p>	747	
8	<p>Criação de um Fundo Nacional de Arquivos para fortalecer a preservação e acesso à informação</p>	<p>A criação de um fundo visa fortalecer a preservação e acesso à informação. Os arquivos estaduais e municipais desempenham um papel essencial na transparência pública, exercício da cidadania e preservação da identidade coletiva. O fundo proposto superaria a vulnerabilidade financeira dos gestores, subsidiando a criação e manutenção desses arquivos, promovendo a adequada gestão dos documentos, fortalecendo a transparência, eficiência e proteção dos direitos e deveres dos cidadãos. #PropostaColetiva</p>	395	

9	Desprecarização de vínculo dos Agentes de Saúde e Agentes de Combate às Endemias	Aprovação da Desprecarização de vínculo dos ACS e ACE do Brasil. Vamos votar SIM a favor da Desprecarização de vínculo dos ACS e ACE do Brasil, Para fortalecer as negociações da nossa categoria no Poder Municipal, Estadual e Federal.	382	Ministério da Saúde
	Fomentar a criação e o desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais	Pela Constituição Federal de 1988 "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral". Os arquivos municipais são fundamentais para a garantia do acesso à informação, contribuindo para a transparência pública, tomada de decisão, exercício da cidadania e identidade de um povo. Os arquivos municipais são essenciais para a gestão e a inovação dos serviços públicos por meio da gestão dos documentos e preservação dos arquivos.	343	
	Reestruturação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais	As/os Analistas Técnicos de Políticas Sociais têm sido peças fundamentais na implementação e avaliação das políticas sociais do país (saúde, trabalho, educação etc.), conforme estabelecido pela Lei nº 12.094/2009. A carreira, composta por 66% de mulheres, não recebe a mesma valorização daquelas do chamado Ciclo de Gestão de Políticas da APF. Assim, urge uma reestruturação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, equiparando a remuneração com a média das carreiras do Ciclo de Gestão.	318	
	Implementar uma política de gestão de documentos arquivísticos (digitais e não digitais) efetiva no âmbito dos poderes públicos (§2º, art. 216 da CF)	A gestão de documentos arquivísticos (digitais e não digitais) – §2º art. 216 da CF – compreende uma ferramenta de gerenciamento e governança para o poder público. Os documentos arquivísticos devem ser considerados, organizados e tratados como recursos importantes e estratégicos para a administração das organizações. Eles são instrumentos que possibilitam a eficiência, atuação e transparência da ação dos poderes públicos. Também protegem os indivíduos, pois garantem e provam direitos e deveres.	288	
10				
11				
12				

13	Margem consignavel facultativa para servidores federais	Precisamos fazer com que a margem consignavel dos servidores federais prevista no artigo 2 da lei 14509 seja facultativa para empréstimos e não exclusiva para cartões de crédito cuja taxa de juros é bem mais elevada que o consignado tradicional.	285	
14	Criação do Órgão e Carreira – Contadoria Federal	Urge a necessidade do governo federal criar um órgão federal autônomo e principalmente independente responsável por elaborar o Balanço Geral da União e a prestação de contas do Presidente da Republica. Hoje esse papel é desenvolvido pela STN que é subordinada ao MF. Ou seja o lobo cuidando do galinheiro, sem independência. Junto com a criação da CONTADORIA FEDERAL deve-se criar a carreira transversal de contadores federais assegurando a eles Independência p/ registro dos atos e fatos da gestao.	191	
15	Aproveitamento de Funcionários Admitidos em Concursos Públicos	Com o intuito de promover a eficiência e o aproveitamento máximo dos recursos humanos no serviço público, é fundamental desenvolver estratégias que permitam a realocação de funcionários admitidos em concursos públicos, visando o melhor uso de suas competências e expertise. A presente proposta tem como objetivo destacar a importância do aproveitamento de funcionários Eletrobrás, considerando suas habilidades, e propor sua realocação em órgãos governamentais.	110	
16	Redução Salarial de TODOS os níveis políticos	A redução salarial dos políticos é uma medida importante para a gestão pública. Ao reduzir os altos salários, é possível economizar recursos que podem ser direcionados para áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura. Além disso, a redução salarial pode ajudar a reduzir a corrupção e a influência indevida dos políticos na tomada de decisões. Quando os salários são elevados, há uma tendência para que os políticos sejam mais suscetíveis a aceitar propinas e outras formas de corrupção	109	

17	Criação de Órgão de Governança Nacional da Geoinformação	A Geoinformação é indispensável ao processo decisório e à elaboração de políticas públicas. 80% de toda a informação pública no mundo pode ser georreferenciada. Ao contrário da maioria dos países desenvolvidos, o Brasil ainda não possui órgão central de governança da geoinformação, o que traz diversos problemas (desperdício de recursos, judicialização, desregulamentação, etc). É imperiosa a necessidade de uma agência reguladora. Não estamos preparados para as transformações que envolvem geoinfo.	106	
18	Governo Digital, Acesso à Informação e Acesso aos Serviços Digitais	Neste programa, o Governo Federal desenvolverá, em cooperação com Estados e Municípios, ações de desenvolvimento e financiamento de projetos para realizar a Transformação Digital do serviço público, ampliação da transparência e acesso à informação, e maior inclusão digital e acesso da população aos serviços digitais.	94	
19	Prestação de Contas Unificada	Sabemos que um dos grandes problemas nas prefeituras e governos são as mudanças de gestão e a perda dos dados quando ingressa uma nova gestão. A ideia consiste na criação de um aplicativo que congregue toda a estrutura de gestão, contratação e prestação de contas das prefeituras e governos estaduais. Facilitando as investigações e passagem do governo. As informações seriam facilmente auditadas e facilitaria na transparência da gestão. Todos os contratos, licitações seriam transparentes.	59	
20	Fortalecimento das carreiras do serviço público	Implantação de políticas públicas voltada ao fortalecimento e valorização dos servidores, combate ao absenteísmo e atenção a saúde mental dos servidores. Implantação de data base salarial, para evitar longos anos com acúmulo de perdas inflacionárias. Capacitação continuada para melhorar o atendimento dos serviços ao cidadão.	56	
Total	20		36438	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Fortalecimento das Carreiras Federais da Defesa Agropecuária	Agricultura e Pecuária
2	Nomeação dos 1.020 excedentes do último concurso do IPHAN	Cultura
3	IPHAN - considerar fiscalização (poder de polícia) como carreira típica de Estado	Cultura
4	Fim das verbas indenizatórias no serviço público	Fazenda
5	Aumento do quadro de pessoal da Caixa Econômica Federal	Planejamento e Orçamento
6	Redução de gastos com políticos.	Planejamento e Orçamento
7	Capacitação de Lideranças em Políticas Públicas para Cidades Inteligentes	Planejamento e Orçamento
8	Teto para salários públicos	Planejamento e Orçamento
9	Mais empregados	Relações Institucionais

Ministério da Igualdade Racial

Esta seção é destinada ao Ministério da Igualdade Racial

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 89
- Número total de votos: 3.940



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Plano Juventude Negra Viva	Ampliar o acesso da juventude negra a direitos fundamentais, por meio de políticas públicas multissetoriais para garantir a vida, a dignidade e as perspectivas de futuro desta população, com ênfase no acesso à justiça e segurança pública, geração de trabalho, emprego e renda, educação, saúde, democratização do acesso à cultura e à ciência e tecnologia e direito à cidade e valorização dos territórios.	1783	
2	II Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro	Promover a igualdade racial e combater o racismo, por meio da formulação, execução, articulação, monitoramento do II Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros em consonância a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT em articulação transversal, intersectorial, interministerial com governança interfederativa.	642	
3	Programa de combate ao racismo algorítmico	Políticas para reconhecimento e mitigação de impactos do racismo algorítmico, que pode penalizar minorias raciais devido a problemas na ideação, desenvolvimento ou implementação de sistemas algorítmicos, de aprendizado de máquina ou inteligência artificial em sentido amplo. Deve incluir programas para grupos interdisciplinares da academia, sociedade civil e governo para desenvolvimento, análise e auditoria de sistemas algorítmicos em conformidade com o Estatuto da Igualdade Racial.	155	
4	Políticas Públicas de Igualdade Racial e Ações Afirmativas de Inclusão	Políticas Públicas de Igualdade Racial e de combate ao racismo através da implementação de ações afirmativas e de equidade, para garantir oportunidades e ampliar a inclusão da população negra no mercado de trabalho. Atenção especial para as mulheres negras; tratando das questões políticas, econômicas e sociais sob as perspectivas de gênero e raça, focando e priorizando as medidas emergenciais e direcionando-as aos que estão à margem do mercado de trabalho e no âmbito social de forma geral.	125	



5	Promoção de práticas antirracistas	Implementar ações para promoção de práticas antirracistas em todos setores, com intensificação de atividades obrigatórias de Educação Permanente sobre racismo estrutural, sobre a necessidade das políticas de reparação social e outras temáticas afins.	86	
6	Priorizar a Moradia para as Mulheres Negras	Garantir prioridade as mulheres negras no acesso á moradia como formo cumprimento do Estatuto da Igualdade Racial. União Nacional por Moradia Popular (UNMP)	78	
7	Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena nas Escolas e Estruturação Escolar Quilombola	Implementação efetiva das Diretrizes Curriculares do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena nas escolas, promovendo uma formação antirracista na Educação Básica, bem como a estruturação escolar nos quilombos e a garantia de acesso e permanência dos quilombolas nas faculdades e universidades. Continuidade e ampliação das políticas afirmativas de cotas nas instituições de ensino, com a devida fiscalização dos processos seletivos, critérios equitativos e bolsistas.	76	
8	Regularização Fundiária dos Territórios Tradicionais dos Povos de Terreiros	A proposta busca lançar a atenção ao gestores de órgãos governamentais, do executivo, judiciário, universidade e organizações da sociedade civil que possuem por atribuição funcional ou operativo o acompanhamento da temática da regulação de Terras . Os Povos de Terreiro é um dos 28 segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais e que por falta da Regularização de seus Territórios e Espaços Sagrados veem vivenciando cotidianamente o Racismo Religioso e/ou Ambiental.	72	
9	Ingresso de mulheres negras no ensino superior	A maioria das mulheres na universidade são brancas. Assim, é necessário criar implementar programa de cotas raciais para mulheres negras em universidades públicas, independente da renda e se são de escola pública ou privada. Além disso, também é importante garantir a permanência dessas estudantes no ensino superior com outras ações afirmativas, como bolsas e auxílios, programas de saúde, alimentação, transporte, cultura e afins.	63	

10	Proposta Coletiva, MNU SC e Educadores Quilombolas. Licenciatura da Educação Escolar Quilombola	Licenciatura da Educação Escolar Quilombola, como compromisso das universidades publicas, é uma necessidade estrutural para as escolas nos territórios Quilombolas, Esta Licenciatura visa atender a formação de educadores, valorizando sua identidade e especificidades étnica, visões de mundo , memórias e heranças sociais e culturais, com vistas ao fortalecimento do processo luta pela titulação dos território quilombolas.	60	
11	Justiça Algoritmica : Pesquisa e Monitoramento de Desigualdades Tecnológicas	O objetivo desta política pública é investir em pesquisas e monitoramento contínuos para identificar e compreender as desigualdades raciais no acesso à tecnologia e sua utilização. Por meio da coleta sistemática de dados e análise aprofundada, busca-se fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e direcionadas, visando a promoção da equidade e inclusão digital.	53	
12	PROGRAMA ANCESTRALIDADE NEGRA -Programa nacional de enfrentamento ao racismo religioso contra os povos tradicionais de terreiros	O Racismo religioso contra as religiões de matriz africana no Brasil tem gerado uma crescente onda de violência e desestruturação do patrimônio cultural material e imaterial dessas comunidades.O estado brasileiro deve garantir a criação de um programa nacional de enfrentamento ao racismo religioso contra os povos tradicionais de terreiros de matriz africana e afrobrasileiros, visando a preservação de suas identidades e seu patrimônio cultural.	50	
13	Clínica ativa Racializada no SUS	De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil é majoritariamente negro, Apesar disso, essa grande parcela da população é tratada como minoria e sente de forma cotidiana o racismo que afeta diretamente a subjetividade. Portanto, mostra-se essencial que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, compreenda os fenômenos psíquicos a partir das questões apresentadas nas singularidades dos sujeitos. Um equip. com cap. de profiss. /Educ. Antirracista p/ População	42	
14	Igualdade Social e Prosperidade Igualitária	Brasil possui muito RACISMO e NAZISMO no Judiciário, Política e Sociedadade. Com privilégios e impunidade para ricos e supremacia branca... com exclusão social para as demais raças negra, indígena, parda e mestiça. Esse é o problema e motivo de tanta Desigualdade Social e	37	

		POBREZA no Brasil. Precisamos com o Ministério da Igualdade Racial sanar essas "atrocidades" e Violação na Constituição Federal com o povo brasileiro. Por um BRASIL realmente com mais IGUALDADE SOCIAL e PROSPERIDADE igualitária.		
15	Posto de liderança negra no serviço público e economia mista	O mínimo de 30% nos cargos de liderança nas empresas públicas e de economia mista até o final do mandato do governo Lula ou seja, 2026...	36	
16	Criação da Fundação Nacional dos Quilombolas	Lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; o protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência do (a) jovem no quilombo e acima de tudo pelo uso comum do Território, dos recursos naturais e pela em harmonia com o meio ambiente.	36	
17	Encerrar as cotas raciais	Eliminar as cotas raciais de concursos públicos, universidades públicas e privadas e em todo o lugar. As cotas geram mais segmentação da sociedade e não são inclusivas como prometem.	35	
18	Fortalecendo a Identidade Negra nas Escolas Públicas e Combate ao Racismo (História e Cultura AFRO-BRASILEIRA e AFRICA), Conf. Lei 10.639/03	Despertar o senso de identidade e pertencimento dos ALUNOS, fortalecer AUTOESTIMA, confiança, valorização da cultura negra, combater estereótipos. Criar AMBIENTE EDUCACIONAL inclusivo e reflexão crítica sobre diversidade ÉTNICO-RACIAL, Ampliar conhecimento sobre contribuições de NEGROS na sociedade, realizando palestras, RODAS DE CONVERSA e leitura, exposições e capacitação de PROFESSORES e gestores, através de Programa de Fomento e Parceria com atores de interesse e/ou OSCs ligadas à temática.	33	
19	Formação e capacitação para Igualdade Racial	3)- Formação e capacitação: para gestores federais, Estaduais e municipais e especial da segurança pública em políticas afirmativas de gênero e raça, incluindo formação obrigatória para professores e professoras.	27	

20	Reparação às comunidades de Matrizes Africanas	Reparação para que as comunidades de Matrizes Africanas que por muitos anos foram Marginalizadas e Hoje ainda São Demonizadas possam ter seu direito constitucional de Professar sua Fé e se Legalizar sem custo algum devido a proibição até 1988 o que ocasionou o afastamento dessas comunidades dos centros urbanos perdendo assim a motivação para constituírem um CNPJ além de não possuírem fins lucrativos!	27
Total	20		3516

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Povos Tradicionais de Matriz Africana	Direitos Humanos e Cidadania

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Esta seção é destinada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 115
- Número total de votos: 69.822



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Estética e Cosmetologia (URGENTE - Lei 13.643/2018)	A Lei 13.643/2018 regulamentou as profissões de Esteticista e Técnico em Estética no Brasil. No entanto, ainda não existe um Conselho Federal e Conselhos Regionais de Estética e Cosmetologia, o que causa graves problemas. De acordo com a Constituição Federal, é competência exclusiva do Presidente da República apresentar projetos de lei para criar ou extinguir ministérios e órgãos da administração pública, como conselhos de classe (art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e" c/c Art. 84, inciso III).	67487	Ministério da Saúde
2	Criação de uma Política Industrial para o setor de bicicletas com DESONERAÇÃO tributária	Criação de uma Política Industrial para o setor de bicicletas com DESONERAÇÃO tributária	517	
3	Doação de áreas da União para fins de Desenvolvimento Econômico e Social no Município de Encantado/RS.	Doação sem ônus ao município de Encantado/RS das áreas matriculadas sob nº 27.501, 27.502 e 27 503 no Cartório de Registros Públicos da Comarca de Encantado/RS. O objetivo é permitir a regularização de seu uso para finalidade pública com a implantação de escola, parque de máquinas, parque multiesportivo e iniciativas de geração de emprego e renda em atividades industriais, comerciais e de serviços.	196	
4	Jornada de trabalho de 36 horas	Reduzir a jornada semanal de trabalho para 36 hs, o que posibilitaria a criação de mais postos de trabalho, diminuindo o alto índice de desemprego.	167	Ministério do Trabalho e Emprego
5	Credito a micro e pequena empresa	Durante a pandemia muitas empresas que já estavam comprometidas economicamente fecharão as portas ou seguiram até hoje com grandes problemas para funcionar; como tem gente passando fome também tem empresário fazendo malabarismo para tocar seu negócio. Cada dia a situação piora; estes empresários na maioria não tem mais crédito já que seu nome tem restrições assim	142	





		<p>se torna um círculo vicioso. Se torna necessário um programa de auxílio a esta importante parcela da economia.</p>		
6	<p>Criação dos Conselhos Federal e Estaduais de Estética</p>	<p>De acordo com a Lei 13643 de 2018 que REGULAMENTOU a profissão de Estética no Brasil de Técnicos e Tecnólogos, no artigo 6º exige a observância de um Regulamento. Isto vem causando muita insegurança jurídica e invasões de outras áreas. A população fica exposta a sérios riscos de saúde e de morte, uma vez que qualquer pessoa pode fazer cursos livres e até mesmo graduação em outros, e se intitular Esteticista. Esta é portanto uma atribuição do Conselho de Classe, e de acordo com a NT da ANVISA</p>	137	Ministério da Saúde
7	<p>Mercado Digital gov.br</p>	<p>Atuar na criação de um mercado gratuito preferencialmente digital, onde qualquer cidadão poderá comercializar produtos, principalmente oriundos de artesanato, agricultura familiar e produção sustentável. Justificativa: Atualmente as redes privadas e grandes marketplaces dominam esse mercado, oferecendo serviços a custos elevados que muitas vezes inviabilizam a comercialização de produtos produzidos em baixa quantidade, desta forma se demonstra fundamental o governo atuar nesse contexto.</p>	133	
8	<p>Regulamentação da eficiência energética e PBE para refrigeradores comerciais</p>	<p>Para a transição energética é necessário consumir menos. A infraestrutura de energia limpa vai demandar produtos mais eficientes. Considerando a presença de 6,8 milhões de freezers, estima-se um consumo de 16TWh/ano, quase o consumo do Ceará em 2022. Com o PBE para refrigeradores comerciais, estima-se -30% no consumo de energia. Propõe-se que (1) haja de MEPS e etiquetas indicativas de eficiência energética e (2) haja cronograma para ter refrigeradores comerciais mais eficientes no Brasil.</p>	76	
9	<p>Três Salários Mínimos</p>	<p>Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias com nível Técnico, passaram a receber três salários mínimos.</p>	63	Ministério da Saúde





10	#PropostaColetiva (Link externo) : Transição Energética Justa e Inclusiva	Promover a agenda verde no NE com base na economia regenerativa para: 1. descarbonizar a matriz elétrica com fontes solar, eólica e hídrica; 2. promover inclusão, justiça social e respeito às populações rurais e tradicionais, com menos impactos socioambientais e mais emprego e renda; 3. fomentar a indústria verde; e 4. revitalizar o Rio São Francisco.	62	
11	Conselho federal estética e cosmética	Precisamos de nosso conselho, precisamos de respeito estudamos muito fazemos graduação, aperfeiçoamento, cursos, pós graduação para sermos desvalorizados, não aceito precisamos q olhe por nós.	60	Ministério da Saúde
12	Incentivo a práticas sustentáveis no setor dos metais preciosos com a diminuição dos impostos cobrados nas operações comerciais de ouro/prata de reúso	A proposta busca impulsionar o mercado interno e os serviços de compra, reaproveitamento e venda de METAIS PRECIOSOS. Garantindo a origem lícita por meio de processos de governança (ESG). Para isso, sugere-se o estabelecimento de regimes tributários diferenciados, com redução de 50% nas alíquotas de referência, em todo o Brasil. As medidas incentivam as práticas responsáveis e sustentáveis, equilibram a arrecadação entre as esferas federativas e promove um setor mais competitivo e atrativo.	50	
13	Piso da enfermagem	Liberação do piso da enfermagem, no contra cheque já Aumento no piso da enfermagem, valorização pela classe	48	Ministério da Saúde
14	Reindustrialização Brasileira baseada numa migração de Matriz Energética e Geração de Hidrogênio Verde.	Realizar um projeto de Reindustrialização Brasileira baseada no desenvolvimento de setores da indústria relacionado a geração de Energia Renovável, Geração e Armazenamento de Hidrogênio Verde e Veículos movidos a hidrogênio, viável através, de conhecimento e pesquisas Brasileiras, como as da USP e COPPE da UFRJ, sobre uso de Hidrogênio em carros e ônibus, podendo ser impulsionadas por tecnologia de parceiros econômicos brasileiros como montadores de veículos chineses ou a marca japonesa Toyota.]	46	





15	Regulamentação da cosmética natural e artesanal	Existem políticas e forças políticas que fazem com que as exigências para que se permita a comercialização de cosméticos sejam impossíveis para um artesão. O objetivo aqui é uma mudança, como uma adequação na lei, que defina regras factíveis para a comercialização de cosméticos artesanais seguros. Assim milhares de mulheres poderão exercer essa atividade de forma digna e segura para o consumidor.	45	Ministério da Saúde
16	Proibição do comércio de ratoeira adesiva ("cola rato")	Cola rato é pedaço de plástico c/ cola adesiva, quando animais pisam ficam presos e quanto mais tentam escapar mais colados ficam. Em desespero roem as próprias patas pra tentar fugir e em geral levam dias pra morrer (fome, sede, frio e exaustão). Aves e animais domésticos tbm se ferem e morrem nessas armadilhas. Nas embalagens, orientação é descartar a armadilha no lixo (com o animal ainda vivo). Quem a manipula com o animal vivo pode ser mordido e se contaminar com urina e fezes. CRUEL DEMAIS!	37	
17	Beneficiamento de no mínimo 50% da produção de commodities para exportação	O Brasil é um grande exportador de commodities, mas um pequeno beneficiador, que perde a oportunidade de agregar valor às suas matérias-primas. Com uma obrigatoriedade no beneficiamento, a indústria ganharia força e se desenvolveria mais, gerava-se mais empregos, aumentando o valor agregado da matéria-prima extraída, e portanto aumentando o PIB do país. Precisamos de deixar de exportar diretamente as commodities, que utilizam nossos recursos naturais e não dão o retorno potencial que podemos ter	35	
18	Desapropriação de terras que não cumprem a sua função social a fim de reforma agrária, habitação e desenvolvimento estatal.	Hectares e mais hectares são deixados de lado pelos donos de propriedades privadas. Isso não permite com que aquela terra sem função abasteça as casas brasileiras com o que produz. O poder público deve ficar atendo às propriedades de terra que não cumprem com a sua função social, para desapropriar a fim de fazer habitações e reforma agrária.	34	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar





		O desenvolvimento também deve ter foco nessas terras. Indústrias sustentáveis e do setor alimentício podem se integrar com a habitação do governo no local.		
19	Criar padrões éticos mínimos para o uso de chatbots e assistentes virtuais no atendimento ao cliente	Padrões éticos mínimos para o uso de chatbots e assistentes virtuais no atendimento ao cliente, de modo a evitar que as pessoas humanas tenham seus direitos negados/negligenciados.	33	
20	Nova Ponte Binacional Uruguaiana/BR - Paso de Los Libres/AR	Assim, como a duplicação da BR 290 é fundamental para transportar nossas riquezas e assim para o coletivo principalmente para o turismo sendo o segundo meio de acesso de turistas no Brasil. Desta forma a passando pela estruturação da duplicação da BR 290 até Uruguaiana-RS, projeção de duplicar o volume nos transporte de cargas e turismo, ao qual, para contemplar o sucesso da duplicação da BR 290, o aumento da capacidade e fortificação da estrutural da ponte se torna necessário uma nova ponte.	25	Ministério do Transporte
Total	20		69393	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

Proposta	Ministério
Zona Proc. Exp. de Barcarena-PA	Integração e Desenvolvimento Regional
Criação da Rota Internacional Integrada do Turismo no âmbito do MERCOSUL denominada "Mundo Gaucho"	Turismo
O Brasil é um país do século XXI. Não do atraso... Já estamos ficando atrasados de muitos países	Banco Central
O Brasil é um país do século XXI. Não do atraso... Já estamos ficando atrasados de muitos países.	Planejamento e Orçamento



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Esta seção é destinada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

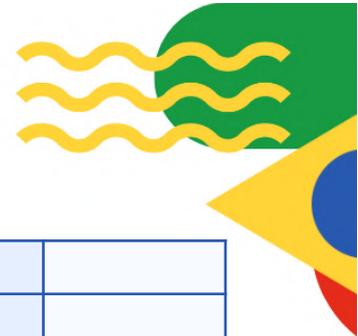
Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 107
- Número total de votos: 5.036



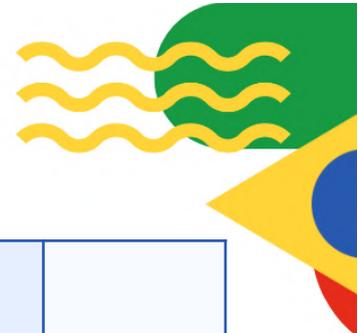
Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Criação de consórcio interfederativo da Região do Entorno do DF.	Criação de consórcio interfederativo entres os governos do Estado de Goiás, Distrito Federal e União para melhorar o transporte coletivo da Região Metropolitana do Entorno – RME, através de uma integração multimodal com eficiência, conforto e segurança para os passageiros. O consorcio também tem o objetivo de atender a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE nas áreas da saúde, segurança pública, educação, transporte, desenvolvimento econômico e social.	2445	
2 Implantação do Sistema Adutor de Negreiros para o Sistema do Araripe	Consiste em captar água no rio São Francisco, em Salgueiro e transportá-la para diversas localidades do estado de Pernambuco, onde a mesma é tratada e distribuída à população com a finalidade de reforçar o sistema adutor do Oeste e permitir redução do sistema de rodízio de abastecimento para os municípios de Parnamirim, Ouricuri, Bodocó, Exu, Granito, Moreilândia, Ipubi, Trindade, Santa Filomena, Santa Cruz e Araripina.	498	
3 Sistema de Esgotamento Sanitário da Ilha de Fernando de Noronha	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Arquipélago de Fernando de Noronha. A concepção do sistema completo consiste na construção de 15 (quinze) novas Estações Elevatórias e 01 (uma) nova Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), com capacidade de tratamento de 3 l/s, além da ampliação e/ou substituição das ETEs existentes (ETE Cachorro e ETE Boldró) e suas respectivas estações elevatórias. Ao todo são 17,7 mil metros de nova rede coletora além da substituição 3,5 mil metros existentes.	426	Ministério das Cidades
4 Plano de Cargos e salários para as Superintendências de Desenvolvimento Regional	Estabelecer Plano de Cargos para Sudam, Sudene e Sudeco tem caráter urgente e estratégico para a atuação do Governo Federal. Nos últimos anos, esses órgãos tem sofrido com a redução de seus quadros funcionais, vista a elevada qualificação técnica dos servidores e o baixo poder de retenção das remunerações. As Superintendências, que são responsáveis pela elaboração dos Planos Regionais de Desenvolvimento, são fundamentais à atuação do	230	





		Estado no combate às desigualdades regionais.		
5	Fortalecimento da Segurança Hídrica da Região Metropolitana do Recife	Tem como objetivo incrementar a produção e melhorar o abastecimento de água na Região Metropolitana do Recife por meio da perfuração de 71 poços, sendo 12 em Recife, 5 em Olinda, 38 em Paulista e 16 em Abreu e Lima, além da duplicação da adutora de água tratada do sistema Botafogo e a Construção do 4º Módulo da ETA Botafogo com o objetivo de ampliar e aumentar a eficiência dos Sistemas de Abastecimento de Água da sede dos municípios de Abreu e Lima, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma e Paulista.	198	
6	Ampliação da presença dos Correios nos municípios	Considerando a capilaridade dos Correios e seu importante papel como ente de ligação entre as comunidades, os cidadãos e o Estado nos municípios, a ampliação da oferta de serviços e a criação de novas unidades de atendimento é preponderante para a manutenção do papel social da empresa. Além disso, a consolidação da estatal como operador logístico do governo é a garantia de uma sustentabilidade do serviço postal	194	
7	Programa de Solicitação de benefícios aos atingidos da barragem de Mariana/MG	A COMISSÃO DE ATINGIDOS DE CACHOEIRA ESCURA/MG EM BUSCA DOS DIREITOS DOS ATINGIDOS, PROPÕEM: 1.Participação efetiva destes no processo de Repactuação e atuação nos Territórios dos atingidos 2.Audiências Públicas nos territórios impactados 3.AFE aos atingidos que ainda não receberam e pagamento integral das indenizações haja vista a quitação de apenas 71 meses 4.Indenização de dano moral à saúde humana, psicológica e física 5.Garantia aos atingidos de benefícios previdenciários.	149	Secretaria Geral da Presidência
8	Pavimentação da Rodovia Transcampesina	A Rodovia Transcampesina é estratégica para o desenvolvimento da região que visa tornar um corredor de interligação do Brasil com o Uruguai. Ligando o Porto de Rio Grande de um lado, e do outro à Montevideú/UY, que possui um dos mais importantes portos marítimos de cargas da América do Sul. Esta Rodovia, é uma das metas do Consórcio Público – CIDEJA/RS. A Rodovia possui	93	Ministério do Transporte





		uma extensão de 170Km, ligará Herval e Aceguá, percorrendo P.Altas, P.Machado, Candiota e Hulha Negra, beneficiando Piratini.		
9	Ferrovias transportes de passageiros	Meu nome e jefferson evangelis moro em AGUAS LINDAS GO gostaria de pedir uma linha de passageiro no entorno de brasilia para desafogar o transito na capital federal brasilia Ttrabalho todos os dias na capital federal as veses gatas 3 a 4 horas parados no transito se tivesse linha de trem de passageito em todos entorno acabav de vez com isso esse projeto vale para todos os estados e municipis para depender de rodovias trazendo desenvolvimento para todos os estados alem de melhorar o turismo	87	Ministério do Transporte
10	Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional-FNDR #propostacoletiva (Link externo) -Fórum dos COREDES RS	Criar um FNDR específico para financiar as ações voltadas para a redução das desigualdades intra-regionais. Os atuais fundos existentes priorizam a redução das desigualdades inter-regionais, Tendo em vista que as regiões não são homogenias, em muitos casos estes fundos não atendem aos sub-espacos regionais com baixo dinamismo ou estagnados. Com o FNDR seria possível atender as demandas intra regionais em todas as regiões do país (nacional), de acordo com os critérios de elegibilidade da PNDR,.	58	
11	Programa de Integração e de Desenvolvimento Sustentável para o território de abrangência da Bacia Transfronteira da Lagoa Mirim	Ações e metas para o fortalecimento das capacidades governativas de estruturas locais, regionais e transfronteiriças, no âmbito da bacia hidrográfica da Lagoa Mirim, espaço binacional entre os territórios de Brasil e Uruguai, cuja principal característica é sua natureza transfronteira, tendo a água como elemento de integração, assegurados seus múltiplos usos. A experiência histórica de institucionalização da gestão compartilhada do recurso hídrico, data da década de 1960, com a criação da CLM.	51	
12	Territórios de identidade	Criação de territórios de identidades em todos os estados do país	51	
13	Plano Nacional de Integração e Desenvolvimento Territorial	Considerando a necessidade de entender as complexidades e condições específicas de cada território do país para uma atuação mais assertiva e eficaz dos recursos públicos, é fundamental que o país possua um Plano Nacional de Integração	40	





14		Territorial, que integre diretrizes, objetivos e metas mensuráveis para o desenvolvimento regional, local e territorial, de forma participativa e transparente. É fundamental também, na governança desse plano, que seja realizado em parceria com os entes subnacionais		
	Integração ferroviária	Interligar as principais cidades do Brasil com tecnologia do trem - bala. As dimensões continentais do nosso país cria muitas barreiras para a troca de cultura, ideias e conhecimento. O brasileiro é plural em vários aspectos, somar e multiplicar toda essa diversidade pode criar incontáveis riquezas. O trem bala é a chave para uma revolução interna. Integração regional, turismo, cultura, transporte, mobilidade urbana, trabalho, ciência e tecnologia. Um projeto multitemal que a China pode ajudar.	40	Ministério do Transporte
15	Estudos, projetos e barramentos nos rios Piauí e Gravatá para segurança hídrica na bacia do rio Jequitinhonha.	A proposta visa perenizar os rios Piauí e Gravatá, garantir abastecimento humano, fortalecer atividades agrícolas e gerar trabalho e renda na bacia do Rio Jequitinhonha. Barramentos evitam inundações e erosões, beneficiando municípios como Novo Cruzeiro, Caraí, Itinga e Araçuá. Priorizar a participação social, estudos técnicos e segurança hídrica para desenvolvimento regional sustentável.	37	
	Zona Proc. Exp. de Barcarena-PA	Efetiva atuação do Governo Federal, por meio do MDICS, de apoio ao projeto de implantação da Zona de Processamento de Exportações de Barcarena-PA, o qual encontra-se suspenso no CZPE - Conselho Nacional das ZPE. O Estado do Pará aguarda a reativação do processo, com vista a dar seguimento ao processo de licitação pública para contratar empresa para a construção do empreendimento. Referido processo está conduzido pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC).	36	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços
17	Reforma do Canal do Trabalhador e construção da Barragem de Itaíçaba.	A reforma do Canal do Trabalhador e a construção da Barragem de Itaíçaba, seriam de extrema importância para a população e o desenvolvimento socioeconômico da região. Com o abastecimento regular de água, possibilitaria o fornecimento contínuo de água potável para as áreas atendidas,	33	





		suprindo as demandas diárias da população e garantindo acesso a um recurso essencial para a vida cotidiana de vários municípios do Vale Jaguaribe, Litoral Leste e Região Metropolitana de Fortaleza.		
18	Contorno Sul BR-116 - Terceiro Anel Viário Perimetral, em Caxias do Sul/RS	Devido ao alto fluxo de veículos, a baixa velocidade de tráfego e congestionamentos, aliada a impossibilidade de alargamento em virtude da alta densidade urbanística, o Contorno Sul é a transferência de traçado da BR-116 para uma região com menos interferências e de topografia mais favorável. Integra o Terceiro Anel Viário Perimetral na área sul da zona urbana, com interligação entre as rodovias RS/122, BR-116 e RSC/453. Visa a descentralização do tráfego e novo ordenamento viário.	28	
19	Ferrovia Transnordestina conectada a Pernambuco	A Transnordestina precisa ser feita em sua completude. Em Pernambuco a obra deve ser realizada ligando Salgueiro, no Sertão, ao Porto de Suape em Ipojuca, sendo fundamental para o desenvolvimento social e econômico do Estado. Somos o 5º maior produtor de avicultura do Brasil, e o milho em grão vem do Centro-Oeste de caminhão. O traçado Salgueiro-Suape, usará o porto de PE como rota de escoamento para o minério de ferro, representando o dobro de volume da exportação atual gerando novos empregos.	27	
20	Terceiro eixo da Transposição - Rio Pianco Conceição PB	O1 - A construção do terceiro Eixo da Transposição do Rio Sao Francisco. Trecho da Umburanas no Ceara ao Açude condado em Conceição - PB. Seria a redenção do território Rural vale Piancó em termos de água e geração de Emprego e renda no campo.	24	
Total	20		4745	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023



Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Inclusão digital	Ciência, Tecnologia e Inovação
2	Implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico – Água Branca – Estado de Alagoas	Meio Ambiente e Mudança do Clima
3	Construção de Moradias Populares e Regularização Fundiária Sustentável.	Meio Ambiente e Mudança do Clima
4	Aimorés – Construção do Cais da Barra do Manhuaçu e tanque de contenção de águas pluviais	Transportes

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Esta seção é destinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 322
- Número total de votos: 193.828



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Segurança Pública Cidadã – Segurança jurídica para os guardas municipais.	Incluir as Guardas Municipais no inciso VII do Caput do artigo 144 da CF/88, para dar Segurança Jurídica para a atuação dos Guardas Municipais no patrulhamento preventivo no âmbito das cidades brasileiras. Atualmente, os guardas municipais representam o segundo maior efetivo entre as categorias da Segurança Pública, em torno de 120 mil profissionais, presentes em mais de 1.256 Municípios. Segurança Pública começa nos Municípios.	75382	
2	Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	Estudo do TCU de 2006 sinalizava que o efetivo ideal da PRF naquele ano era de 18 mil policiais. Atualmente temos um efetivo máximo de 13.098, todavia a malha rodoviária mais do que dobrou no mesmo período, além do aumento dos crimes nas regiões de fronteira, desmatamento, tráfico de drogas entre outros. Nossa proposta visa corrigir o déficit histórico de agentes da PRF, bem como recompor de forma imediata o efetivo com a convocação de todos os 1.455 aprovados do último concurso.	73173	
3	Polícia Científica no Art. 144 da Constituição Federal.	Aprovar a PEC 76/2019, que inclui a Polícia Científica nos órgãos de Segurança Pública. É a ciência iluminando a Justiça Criminal! A Polícia Científica é responsável pelos exames de corpo de delito, realizados pelos Peritos Oficiais de Natureza Criminal, que são os Peritos: Médico-Legistas, Odontologistas e Criminais. Via de regra, os exames são solicitados por Delegados (Civil e Federal), Polícia Militar, Magistrados, Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados (via Magistrados), etc.	12928	
4	Criação do Estatuto da Polícias Penais – Lei Geral da Polícias Penais	A criação do Estatuto das Polícias Penais ou Lei Geral das Polícias Penais possibilitará resguardar minimamente direitos, além de prever deveres gerais, princípios de atuação e outras prerrogativas. A uniformização de carga horária de trabalho, grade curricular	7042	



5		mínima de formação, princípios de atuação e até mesmo um piso salarial irá beneficiar o sistema penitenciário brasileiro no que tange a valorização dos servidores e execução dos serviços penais de segurança e reintegração da pessoa presa.		
	Lei orgânica da Policia Penal ou lei geral da Policial Penal	Esta lei geral dispõe sobre princípios, diretrizes, competências, atribuições, garantias, direitos, deveres e prerrogativas dos policiais penais, como normas gerais de organização e funcionamento das Polícias Penais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, disciplinando o parágrafo 5º-A do art. 144 da Constituição Federal e sua Emenda Constitucional nº 104, de 4 de dezembro de 2019.	4206	
6	Inclusão do Sistema Socioeducativo no art 144 da CF	Incluir o Sistema Socioeducativo no Caput do artigo 144 da CF/88, para dar Segurança Jurídica para todo um sistema, que lida com menores e jovens adultos que cometeram crimes, onde estar figurando entre os órgãos de Segurança Pública na CF é promover um olhar profissional para um tema muito negligenciado e que influencia diretamente em toda a Segurança Pública e Defesa Social do país	3619	
	Reinclusão do Sistema Socioeducativo como órgão operacional do SUSP	Reincluir o Sistema Socioeducativo como órgão operacional no SUSP pois segurança pública abarca todo o cinturão de defesa social e tratar de maneira profissional a ressocialização de menores e jovens adultos que cometeram crimes é trazer justiça social paz a sociedade.	3365	
8	Quebra da cláusula de barreira PMRN 2023	Em nome da população do RN e de todos os 6 mil candidatos habilitados pedimos a quebra da cláusula de barreira do edital do concurso de praças da PMRN 2023, deixando assim todos os candidatos aprovados na prova objetiva disponíveis em cadastro de reserva para futuras convocações durante o prazo de validade do certame, assim diminuindo o déficit de mais	2317	

		de 6 mil soldados e evitando assim gastos e desperdício de dinheiro público.		
9	Inserir a Guarda Municipal no inciso VII do art 144 da CF/88	<p>Art. 144 da CF/88 : (...) VII – Guarda Municipal.</p> <p>§ 8º A Guarda Municipal é órgão permanente, organizado em carreira única e mantido pelo Município.</p> <p>I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e instalações do Município ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas;</p> <p>II – Exercer as funções de polícia administrativa no Município que atua ou naqueles consorciados;</p> <p>III – Atuar ,com exclusividade,as funções polícia judiciária do Município;</p>	1134	
10	Inclusão dos órgãos executivos da Segurança Viária no caput do art. 144 da Constituição Federal	<p>Sendo os sinistros de trânsito uma das principais causas de mortes no país e a os órgãos executivos federais, estaduais e municipais da Segurança Viária parte integrante do Sistemas Único de Segurança Pública, torna-se necessário que se incluam os órgãos executivos da segurança viária no caput do Art. 144 da Constituição Federal para fortalecer a missão de preservar vidas e a incolumidade pública das vias das três esferas da federação.</p>	986	
11	Incluir a Guarda Portuária no Art. 144 da CF, criando a Polícia Portuária Federal através da PEC 59/2007. Autoria de Marico França.	<p>A Emenda que ora se propõe, busca transformar a Guarda Portuária em Polícia Portuária Federal, fazendo justiça a essa competente corporação centenária que, desde sua criação, resistiu, se adaptou e assimilou com muita presteza as profundas modificações ocorridas durante essas décadas no sistema de segurança pública portuária. A vulnerabilidade dos sistemas de segurança dos portos, terminais e vias navegáveis do País é manifesto e tradicionalmente, a responsabilidade pela segurança é da Gport.</p>	884	

12	Aposentado Especial para as Guardas Municipais do Brasil	As guardas municipais são órgãos imprescindíveis nos municípios em que estão presentes, auxiliando diversos órgãos estaduais, federais e particulares em várias áreas, sendo o seu foco principal a segurança preventiva dos munícipes e o bem social. São linha de frente no controle e combate à criminalidade e a violência urbana. Correm risco de morte, acidentes, sinistro, assim como muitos profissionais do sistema que atuam na segurança pública em suas cidades. Conto com a sua aprovação. Obrig	702	
13	Reconhecimento da Guarda Municipal como (polícia Municipal)	Que as guardas municipais seja reconhecido como policia municipal, pelo o excelente trabalho que ja presta a sociedade.	546	
14	Inclusão dos órgãos executivos da segurança viária no caput do art. 144 da Constituição Federal	Sendo os acidentes de trânsito uma das principais causas de mortes no país e a os órgãos executivos federais, estaduais e municipais da Segurança Viária parte integrante do Sistemas Único de Segurança Pública, torna-se necessário que se incluam os órgãos executivos da segurança viária no caput do Art. 144 da Constituição Federal para fortalecer a missão de preservar vidas e a incolumidade pública das vias das três esferas da federação.	476	
15	Criação de um piso salarial para Guardas Municipais	Criação de um piso salarial que valorize o trabalho do guarda municipal como agente de segurança pública.	392	
16	Inclusão das Guarda Municipal	Incluir a Guarda Municipal, no artigo 144 da constituição Federal, coma aprovação da pec 275, para conseguirmos uma aposentadoria justa.	327	
17	Pela aprovação da PEC 37/2022 incluindo as GM e AT nos incisos caput do art. 144 CF -Polícia Municipal e Polícia de Trânsito dos Municípios estados DF	Pela aprovação da PEC 37/2022 incluindo os guardas municipais e os agentes de trânsito nos incisos VII e VIII do art. 144 da CF respectivamente como Polícia Municipal e Polícia de Trânsito dos Municípios, Estados e do Distrito Federal.	323	

18	Fortalecimento e Desenvolvimento da Segurança nas Faixas de Fronteira em Roraima	Fortalecimento e desenvolvimento da segurança na faixa de fronteira Brasil-Venezuela-Guiana Inglesa, com enfoque no combate ao tráfico de drogas, armas e garimpo ilegal. Propondo a implementação de soluções baseadas em tecnologias, Intel. Artificial, como sistema de vídeo monitoramento. Otimizando as ações preventivas proporcionando um aumento significativo na eficiência das operações integradas de segurança, fortalecendo a proteção dos cidadãos e garantindo a preservação da soberania nacional	273	
19	Quebra da Cláusula de Barreira do concurso público da PCBA 2022	Equiparação dos Editais do concurso público da PCBA de acordo a ISONOMIA, POLITEC, DPT-BA. Ambas são policiais Civis.	242	
20	Interiorização e fortalecimento da Defensoria Pública da União.	Criar alternativas às restrições orçamentárias para permitir a instalação da DPU nas 73% das seções judiciárias da Justiça Federal em que não está. O prazo constitucional (Art. 98, §1º do ADCT) para que isso ocorresse encerrou-se em 2022. Hoje, o orçamento total da DPU é de cerca de 700mi, enquanto MPF e JF têm 8bi e 15bi, cada. A assistência jurídica gratuita é direito fundamental e precisa ser viabilizada para garantir acesso à justiça aos mais vulneráveis a promoção dos direitos humanos.	224	
Total	20		188541	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo

Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Descriminalização e regulamentação da Cannabis para uso médico, adulto e industrial.	Ciência, Tecnologia e Inovação
2	Posse e Porte de armas para todos os brasileiros	Defesa
3	Cinturão de defesa tecnológica	Defesa
4	Mais Segurança nas escolas	Defesa
5	Guarda Municipal no 144 do rol	Segurança Institucional
6	Investimento em infraestrutura de segurança com câmeras	Segurança Institucional
7	Piso para Policiais Militares	Segurança Institucional
8	Escola Protegida	Segurança Institucional
9	Proposta especial, Escola Segura.	Segurança Institucional
10	Guardas municipais	Segurança Institucional
11	Fardamento com Câmera.	Segurança Institucional
12	Segurança nas Universidades	Segurança Institucional
13	Criação do Ministério da Segurança Pública e Cidadania	Segurança Institucional
14	Segurança nas escolas	Segurança Institucional
15	Segurança Pública	Segurança Institucional
16	Segurança digna	Segurança Institucional
17	Guarda municipal	Segurança Institucional
18	Rondas Rurais e Vigilância Solidária	Segurança Institucional
19	Câmara corporal no uniforme de toda a força policial de todos os estados da federação.	Segurança Institucional
20	Mais rondas nas ruas	Segurança Institucional
21	Desenvolvimento na Segurança	Segurança Institucional
22	Sobre criança autista educação e segurança e saúde	Comunicação Social
23	Ampliação Justiça do Trabalho	Trabalho e Emprego
24	Retirada dos Presídios da Ilha de Itamaracá/PE	Turismo

Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima

Esta seção é destinada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 469
- Número total de votos: 66.946

	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Política Nacional de Controle Populacional de Cães e Gatos	Política Nacional de Controle Populacional de Cães e Gatos	39980	
2	Agenda Nacional de Proteção, Defesa e Direitos Animais	Agenda Nacional de Proteção, Defesa e Direitos Animais	6131	
3	Proteção dos jumentos	Proibição do abate dos jumentos em todo o território nacional e criação de mecanismos de proteção, garantindo recursos e suporte para evitar a extinção desses animais e promover a conscientização a cerca de sua preservação.	4298	
4	Resposta aos animais em situações de desastres	Todos os anos nosso país enfrenta diversos tipos de desastres, sejam eles naturais ou não. Os animais, sejam eles silvestres, pets ou de grande porte são atingidos e tão vítimas quanto os seres humanos. É necessário que se tenha planos de resposta estruturado para a resposta eficiente a esses animais, bem como recursos necessários. A resposta aos animais em cenários de desastre transcende o assistencialismo – é um aspecto claro de Saúde Única.	1194	
5	Educação Ambiental	Garantir nas escolas de alfabetização até o grau médio, a Educação Ambiental, como disciplina.	969	
6	Direitos dos animais e protetores	Oi! Propostas: 1. Proibição da indústria, comércio e uso de fogos de artifício com estampido. 2. Subsídios para os produtos, serviços, medicamentos e criação de hospitais públicos 24h para animais e castramóvel (para ir às vilas para o povo que não tem como se deslocar até uma clínica ou dinheiro para pagar). 3. Banco de ração e/ou doação de ração para ONGs e protetores independentes, sob cadastro, e posterior abatimento no	641	

		IR (por exemplo) do doador, mediante comprovação.		
7	Fundo Nacional para as populações atingidas por barragens	Criação de um Fundo direcionado para o financiamento de iniciativas de reparação para comunidades atingidas por grandes empreendimentos, de água, minas e energia, em todo o Brasil, promoção de reparação de acidentes, incidentes e tragédias socioambientais, adaptação climática dessas regiões, proteção e segurança das comunidades em situação de risco envolvendo atividades como operação de barragens e rejeitos de mineração, redução da pobreza e promoção do desenvolvimento e revitalização.	609	
8	Proteção Animal	<ul style="list-style-type: none"> - O Brasil precisa URGENTE de mais POLITICAS PÚBLICAS voltadas para os animais; - Precisa de leis municipais/estaduais e federais que punam rigorosamente os donos de animais vítimas de maus-tratos; - Os órgãos públicos precisam incentivar a adoção responsável por meio de campanhas e publicações em redes sociais; - As autoridades precisam investigar os abandonos e punir os responsáveis; - A causa animal precisa ser levada a sério e discutida no meio político, entre executivo e legislativo. 	567	
9	Priorizar a criação e implementação de Unidades de Conservação, em especial no Bioma Marinho, em linha com a iniciativa 30x30.	O Brasil deve implementar, até 2030 e consoante suas obrigações com a Convenção da Diversidade Biológica, pelo menos 30% de áreas naturais protegidas e efetivamente manejados de forma representativa e equitativa. A proposta pretende que essa meta seja priorizada no planejamento E FINANCIAMENTO das ações do Ministério do Meio Ambiente no atual governo.	464	

10	Inclusão do Profissional Bombeiro Civil no Programa de Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios.	Integração do Profissional Bombeiro Civil ao programa de proteção ambiental, recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios. Com os Bombeiros Cíveis, promovemos a conscientização ambiental e a conservação dos ecossistemas, assegurando um futuro sustentável para todos. Eles desempenharão um papel fundamental na prevenção e controle de incêndios, na proteção da flora e fauna, e na preservação dos recursos naturais. Sua atuação complementar as ações de combate ao desmatamento.	428	
11	Proteção Animal – Política nacional	Precisamos de uma política nacional de proteção animal que garanta recursos e ferramentas aos Estados e Municípios para garantir a proteção animal, seja silvestres ou domésticos. <ul style="list-style-type: none"> - Recursos para fazer a proteção e controle populacional de animais domésticos. - Legislação eficiente para prevenir e punir exploração e maus tratos. - Educação animalista no currículo educacional, afim de termos uma próxima geração comprometida com a proteção animal. 	362	
12	Criação de hospitais públicos veterinários	Implementação de hospitais públicos veterinários em capitais e/ou regiões metropolitanas.	352	
13	Implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico – Água Branca – Estado de Alagoas	A implementação das ações do PMSB do município AB/AL, em execução, consta de um conjunto de serviços fundamentais para o desenvolvimento socioeconômicas da população e da preservação ambiental, a partir do acesso ao abastecimento de água com captação do canal do sertão alagoano e água subterrânea, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas	330	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

		pluviais, para atender áreas urbanas e rurais de cerca de mais de 20 mil hab. É preciso investimentos.		
14	Gestão de Resíduos Sólidos - Programa Lixo Zero	Iniciativa que visão a gestão integrada de resíduos sólidos por meio de soluções voltadas para a educação, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos com viabilidade técnica, ambiental e econômica – sugestão de implantação da usina de reciclagem integradas com as cooperativas de catadores de lixo.	316	
15	Programa de Resíduos Sólidos	É importante se ter atenção especial a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que está sendo negligenciada há anos no Brasil	273	
16	Direito Animalista	Criação e implementação de Programa Federal para controle populacional ético de cães e gatos em situação de rua e famílias multiespécies vulneráveis, por meio de repasse de recursos aos municípios brasileiros. Ministério: Meio Ambiente	263	
17	Microgeração energia solar	Fornecer subsídios e financiamentos para que famílias de baixa renda possam instalar painéis solares de forma que gere excedente para injeção na rede com o fim de diminuir a necessidade de ativação das usinas termoeletricas, barateando o custo da energia para a indústria e a população em geral.	258	Ministério de Minas e Energia
18	Potencializar a exploração sustentável da Cachoeira da Pedreira, no município de Amélia Rodrigues	Oportunizar infraestrutura na Cachoeira da Pedreira(município de Amélia Rodrigues–Ba), enquanto potencial de recurso Natural, configurando-a como Área de Proteção Ambiental (APA).	255	
19	Educação e sustentabilidade	Criar em todo o país mecanismos de educação visando o meio ambiente sustentável, valorizando nossa fauna e flora e a preservação dos profissionais de educação ambiental para que o Brasil possa ser um país renovado e	243	

		sustentável.		
20	Construção de Moradias Populares e Regularização Fundiária Sustentável.	Investimentos para construção de moradias populares, gerando trabalho e renda e assegurando o direito social à moradia e a elevação da qualidade de vida da população. Promover a regularização fundiária sustentável, como instrumento para a efetiva promoção da reforma urbana e a concretização do direito à cidade, garantindo o direito real fundamental à propriedade.	239	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Total	20		58172	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	O Petróleo, água e minérios são dos brasileiros	Casa Civil
2	Retirada das carroças puxadas a cavalos.	Ministério da Defesa
3	Controle populacional de cães e gatos.	Ministério do Planejamento e Orçamento
4	Cooperação internacional para combater o tráfico ilegal de tartarugas marinhas	Ministério das Relações Exteriores
5	Programa Economia Solidária e Transição Socioambiental	Ministério do Trabalho e Emprego

Ministério de Minas e Energia

Esta seção é destinada ao Ministério de Minas e Energia

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 97
- Número total de votos: 9.641



Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Reestatização da Eletrobrás	A privatização reduz a segurança energética do país. Os "jabutis" acrescentados à lei de privatização e o desejo de recuperar o mais rápido possível o que pagaram levará a aumento significativo das tarifas, comprometendo o acesso a energia aos mais carentes e áreas de maior custo pra levar a energia como áreas rurais. Com o controle dos nossos rios, ameaça comunidades ribeirinhas. A experiência internacional mostra que a ausencia de manutenção e investimento gera o risco inclusive de apagões .	3473	
2 Criação de um Fundo Soberano para a transição energética justa.	Propõe-se a criação de um Fundo Soberano para a transição energética justa, no intuito de utilizar parte das riquezas provenientes da exploração dos recursos energéticos para promover a transição energética justa. O Brasil tem uma vantagem competitiva, com amplo potencial energético e uma matriz 48% renovável. É preciso promover a transição energética justa associada à promoção de desenvolvimento nacional com garantia de sua soberania energética e distribuição do valor gerado por essa atividade.	1975	
3 Decreto 11307/22	Revogação do decreto 11307/22! A COPEL é uma das principais empresas estratégicas do estado do Paraná. Criada nos anos 50, foi construída com sangue e suor do povo paranaense e é objeto de disputa pelos grandes investidores por toda a RIQUEZA QUE GERA! O governador do Paraná está a passos largos, vendendo a nossa distribuidora de energia embasado no decreto citado, sendo assim peço a revogação do mesmo, para que a Copel, não siga o mesmo rumo que a Eletrobrás.	1354	
4 Transição energética justa e inclusiva para Usina Termoelétrica de Candiota FASE C/CGTELETROSUL Eletrobrás	Que seja incluído RS na lei federal 14.299/2022. Assim seja garantido à uma região pobre Transição Energética JUSTA e INCLUSIVA, pois com uma nova data à região poderá se adequar e também capacitar trabalhadores para a nova realidade de geração de energia. Para que se tenha Transição Energética e ela seja JUSTA e INCLUSIVA precisa-se manter o TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE:	647	





		"SOCIAL-ECONÔMICO-AMBIENTAL" os três precisam "andar" juntos. Queremos DIGNIDADE NÃO ASSISTENCIALISMO!		
5	Fundo Nacional para as populações atingidas por barragens	Criação de um Fundo direcionado para o financiamento de iniciativas de reparação para comunidades atingidas por grandes empreendimentos, de água, minas e energia, em todo o Brasil, promoção de reparação de acidentes, incidentes e tragédias socioambientais, adaptação climática dessas regiões, proteção e segurança das comunidades em situação de risco envolvendo atividades como operação de barragens e rejeitos de mineração, redução da pobreza e promoção do desenvolvimento e revitalização.	277	
6	Proposta de Reconhecimento da Energia Nuclear como Energia Limpa, Sustentável e Essencial para Transição Energética no Brasil.	Reconhecer a Energia Nuclear como Energia Limpa e Sustentável, destacando como opção essencial para a transição energética no Brasil. Sua capacidade de fornecer eletricidade de forma constante e confiável, independente das variações climáticas a torna um pilar importante na substituição das fontes fósseis, ajudando a reduzir a dependência, mitigar os impactos ambientais e garante o suprimento do crescimento da demanda. Incluir a Energia Nuclear em programas de incentivo às energias limpas.	237	
7	Reestatização da Eletrobras	Creio que a privatização da Eletrobras não deve contar com a aprovação da maioria dos brasileiros. Entretanto foi feita por decisão de uma minoria. Acho mais justo que isso deva ser avaliado/outorgado por todos. Para isso, creio que um PLEBISCITO seria a medida mais lógica.	195	
8	Energia fotovoltaica em todas as unidades da PRF do Brasil, começando no RS.	Sou o Superintendente da PRF/RS e gostaria de implantar sistema de energia fotovoltaica em todas as 35 Unidades Operacionais, 13 Delegacias e na Superintendência da PRF/RS. Já fizemos o projeto e custará 3 milhões de reais. A economia será de 1 milhão por ano com conta de energia elétrica. Pensamos, no futuro, em comprar viaturas híbridas. A economia com combustível fóssil será de 3 a 4 milhões por ano. Tema de Direitos Humanos de 4ª Geração. Meio ambiente	146	





		socialmente equilibrado.		
9	Transição energética justa, inclusiva e popular nas cidades	Combate à pobreza energética com programa de Geração Distribuída (GD) solar para a população em situação de vulnerabilidade. Priorizar escolas, postos de saúde e equipamentos culturais públicos, programas de habitação de interesse social (Minha Casa Minha Vida), urbanização de favelas (Moradia Digna/Periferia Viva), hortas urbanas, população inscrita no CadÚnico, atingidos por barragens e grandes empreendimentos energéticos.	112	
10	Energias Renováveis	Incentivar o investimento público para a criação de novas tecnologias de energias renováveis.	102	
11	Revitalização e revalorização da Petrobras	Mudar a política de gestão da Petrobras, deixando de priorizar que os lucros vão mais para dividendos passando para investimentos. Pois esses tem poder multiplicador na economia, permitindo aumento da empregabilidade. Que a estatal retome a atuação integrada da cadeia de energia, ou seja, do poço ao posto (combustíveis), ao poste (energia elétrica), e ao pasto (fertilizantes). E, por fim, que atue fortemente na transição energética, migrando das fontes fósseis para as energias renováveis.	93	
12	Geração de energia solar comunitária para universalização do acesso e descarbonização de sistemas isolados na Amazônia	Universalizar o acesso à energia elétrica no Brasil até 2025, com a implantação de sistemas individuais e microrredes (SIGFIs e MIGDIs), com ampla participação social, prevendo arranjos que viabilizem a participação da sociedade civil e comunidades locais no desenho/planejamento, implantação e autogestão dos sistemas, com programas de capacitação técnico-profissional para geração de emprego e renda local. Integrado aos Programas 'Luz para os Povos da Amazônia' e 'Programa Pró-Amazônia Legal'.	89	
13	Justiça Tributária na Mineração no Brasil	Regulamentar o parágrafo sexto do artigo segundo da Lei 13.540 de 18 de dezembro de 2017, onde é definido que o percentual de 20% dos recursos arrecadados pelos Estados e Municípios minerados (via CFEM) seja destinado à diversificação econômica, priorizando o incentivo a atividades produtivas e serviços que conservem e fortaleçam a sociobiodiversidade.	73	





14	Retorno do Horário de Verão no Brasil	<p>O horário de verão, consiste em adiantar o relógio em uma hora, durante determinado período do ano, buscando aproveitar melhor a luz natural e economizar energia elétrica. No Brasil, o horário de verão foi adotado por diversas décadas, mas foi interrompido em 2019. Dados/benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - redução no consumo de energia (em torno de 5%); - estímulo à economia: setores como turismo, comércio e serviços se beneficiam; - segurança pública: redução no número de crimes; estimula atividades ao ar livre. 	65	
15	Criar o Plano Nacional de Remineralizadores de Solos	<p>Coordenar, planejar e promover um Plano Nacional de Remineralizadores de solos, levantando os potenciais geológicos e agrícolas nos territórios brasileiros, bem como dar as condições financeiras para pesquisas, avanços tecnológicos e para viabilizar empreendimentos dessa cadeia produtiva, visando o fortalecimento da agroecologia, agricultura familiar e agricultura de baixo carbono.</p>	63	
16	Reestruturação da Agência Nacional de Mineração (ANM)	<p>A necessidade urgente de uma reestruturação na ANM é justificada por dados dos últimos três anos que mostram a importância da mineração para a economia do Brasil. Em 2020, as exportações de minérios atingiram US\$ 31,6 bilhões, o que representou 10,7% do total das exportações brasileiras. Já a arrecadação de CFEM alcançou R\$ 5,3 bilhões em 2020, um aumento de 15,2% em relação a 2019.</p> <p>No entanto, a ANM tem apresentado dificuldades em cumprir suas funções de regulamentação e fiscalização do setor.</p>	56	
17	Sustentabilidade energética no programa minha casa minha vida	<p>Incluir a instalação de placas fotovoltaicas nas residências do programa minha casa minha vida visando a redução da utilização de termoeletricas em períodos de estiagem, e ao mesmo tempo, gerando a sensibilização dos moradores em relação a matriz energética brasileira, inclusive, proporcionando a inclusão desta tecnologia para os menos favorecidos</p>	46	





18	Gestão de Riscos e Compliance na Agência Nacional de Mineração	Criação de ambiente favorável ao pleno exercício das competências atribuídas à ANM, tanto no plano técnico quanto no institucional. Promover o controle das operações e regulamentação das atividades conforme o determinado pela lei. Priorizar transparência, a padronização dos processos e a otimização dos recursos financeiros. Contratar urgentemente mais funcionários garantido uma reestruturação adequada. Promover capacitações de seus agentes para cumprimento de suas funções regulatórias.	46	
19	Energia renováveis descentralizadas justa e social.	Respeitando os Territórios e longe das propriedades dos Agricultores familiares E aproveitando os telhados e lagedos de pedras dos trabalhadores e financiamento para os Agricultores	45	
20	Fortalecer os trabalhadores da saúde no SUS	Construir possibilidades de concursos publicos no.SUS com planos de carreira e salários dignos e estímulo para realização de concursos nos 3 níveis de governo evitando a precarização do trabalho em saúde e a instabilizacao do cuidado aos nossos usuarios	35	Ministério da Saúde
Total	20		9129	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Fotovoltaica para todos: garantia de energia às famílias de baixa renda do campo e da cidade.	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.
2	Microgeração energia solar	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima



Ministério das Mulheres

Esta seção é destinada ao Ministério das Mulheres

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 182
- Número total de votos: 9.451



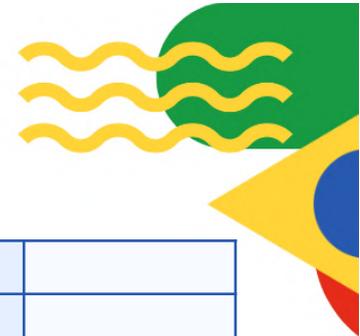
	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Proibição de Banheiros "Unisex" e "Por Gênero" em Escolas, Instituições de Ensino, Universidades e Espaços Públicos de Grande Circulação de Pessoas.	<ul style="list-style-type: none"> - Precisamos proteger nossas meninas e mulheres em locais íntimos. - Se a instituição quiser ter um banheiro unisex, que seja um terceiro banheiro, e não o banheiro feminino. - Não é possível permitir que homens invadam os espaços femininos. A segurança e privacidade das meninas e mulheres precisa ser garantida. - Atenção a regras de banheiros com ênfase em gênero, pois gênero não é parâmetro claro e objetivo para definir os sujeitos. Apenas o parâmetro sexo é. 	1349	
2	Capacitação de profissionais e acesso a tratamentos com hormônios bioidênticos e não-hormonais em mulheres no climatério e menopausa na UBS	A capacitação de profissionais da UBS para diagnóstico e tratamento do climatério e menopausa se faz necessária, uma vez que a literatura médica aponta para diversos prejuízos na saúde da mulher nesta fase associados a sintomas climatéricos, alteração de saúde mental, cardiovascular, metabólica e óssea. Os tratamentos não-hormonal e hormonal com bioidênticos, que mostram maior eficácia e segurança nos estudos publicados, devem ser acessíveis a todas as mulheres com indicação.	1064	
3	Pelo bem viver das mulheres	Construir creches noturnas, para que as mulheres, sobretudo as que são chefes de família, terem onde deixar seus filhos em segurança para trabalhar sem a preocupação de deixar com terceiros.	843	
4	Aposentadoria das mulheres	Que as idades para aposentadoria das mulheres fossem a idade menor para contribuição. E que as empresas fossem orientadas a contratar pessoas idosas se não estivessem aposentadas .	810	





5	<p>Políticas públicas para empregabilidade das mães. Revogação da LAP. Combate à violência contra mães e crianças. Renda básica para mães e crianças.</p>	<p>Precisamos de mais políticas públicas voltadas para a maternidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - incentivo a (re)integração de mães ao mercado de trabalho - atestado de acompanhante para mães de crianças doentes - revogação da Lei de Alienação Parental - ampliação e adaptação dos atuais serviços de proteção imediata para mulheres e mães vítimas de violência, incluindo as crianças - cota para mães em concursos, editais, cargos públicos e em empresas - remuneração para as mães que amamentam - escola em tempo integral 	676	
6	<p>Saúde Mental Materna Importa</p>	<p>O Governo Federal deverá estruturar iniciativas voltadas para a saúde mental materna, em especial no período da gestação e do puerpério, considerando inclusive os riscos para o desenvolvimento das nossas crianças. Os índices de adoecimento e de Suicídio nesse período são alarmantes! Temos que assistir as mães com apoio , tornando obrigatório o pré-natal psicológico e monitoramento dos riscos associados. Temos que dar visibilidade a essa grave questão de saúde no país.</p>	546	
7	<p>Politica de Cuidados</p>	<p>Criação da Política Nacional de Cuidados com oferta de creches pública e gratuita, educação em tempo integral, cozinhas e lavanderias comunitárias, restaurantes populares, centros dia e outros espaços de socialização dos cuidados de pessoas dependentes.</p>	522	
8	<p>Política Nacional de Cuidado e Apoio à Maternidade e a Primeira Infância</p>	<p>Mulheres representam 51,1% da população brasileira, no entanto, os indicadores sociais apontam que as oportunidades se restringem por falta de apoio à maternidade e cuidados com a primeira infância. Essa proposta visa criar uma ampla política de ações para oferta de creche e outros cuidados à primeira infância; criação de programa de saúde física e mental de mães, programa de inserção no mercado de trabalho; oferecer acesso à cultura e aos benefícios sociais e garantir o</p>	417	





		direito à amamentação.		
9	Projeto "Direto para Elas"	Assistência financeira emergencial para mulheres que sofrem violência doméstica, com recursos do governo já existentes. Na continuidade, o apoio econômico para atividades rurais e artesanais femininas, para mulheres que sofrem e sofreram violência doméstica, com recursos híbridos, privados e incentivos fiscais do governo nos seus três pilares, Governo Federal, Estadual e Municipal. Sendo assim, colaborando para autônoma financeira e liberdade de escolha para as mulheres vítimas de violência	241	
10	Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	Criar um programa com ações de prevenção da violência contra a mulher, em parceria com movimentos sociais e populares. (Proposta feita pela Central de Movimentos Populares - CMP)	204	
11	Violência contra a mulher	Ampliação das casas das mulheres nos municípios usando como critérios de seleção os índices de violência	192	
12	Mulher: Viver Sem Violência, proporcionando Autonomia Econômica e Participação Política.	A Secretaria de Estado da Mulher do Estado do Maranhão apresenta essas propostas com intuito de buscar todas as formas de enfrentamento de violência contra as mulheres, baseadas em gênero, classe, raça e etnia, em toda a sua diversidade, por meio da articulação, monitoramento e autonomia econômica baseada na qualificação para inserção do mercado de trabalho, cursos técnicos e profissionalizantes. Bolsas para órfãos do feminicídio e garantia de programas de renda para as mães solo.	136	
13	Criação da Casa Abrigo no Vale do Aço/MG	Falta na região do Vale do Aço local para acolhimento das mulheres - e de seus dependentes - vítimas de violência doméstica e familiar. Ante a ausência do espaço, as mulheres que se encontram em situação de violência na região ficam sujeitas à situação de vulnerabilidade, sem realmente conseguirem se libertar das violências que sofrem. Diante dessa realidade, a criação de uma "Casa Abrigo" possibilitaria o acolhimento e,	107	





		consequentemente, a efetivação dos mecanismos de proteção às mulheres.		
14	Minha casa Minha Vida para Mulheres Cis e Trans/Travestis em Situação de Violência Doméstica	<p>* Elaboração de plano estratégico federal e de planos estaduais e municipais para garantir moradia segura para mulheres cisgênero e transgênero/travestis violentadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar critérios de priorização com participação dos movimentos sociais e com base em indicadores sociais. • Criar sistema de informação, monitoramento e avaliação do financiamento de casas e da qualidade de vida das mulheres beneficiadas. • Garantir no Plano Plurianual (PPA)/Lei Orçamentária Anual (LOA) repasse orçamentário. 	106	
15	Observatório Nacional dos Femicídios no Brasil	O Observatório do Femicídio no Brasil terá entre seus objetivos o de promover a sistematização, análise e colocar à disposição da administração pública, do sistema de justiça e da sociedade civil, indicadores estratégicos dos casos de feminicídio, lesbocídio e transfeminicídio, com recorte racial, com o objetivo de contribuir para a formulação e execução de políticas de prevenção dessa violência feminicida que mata mulheres todos os dias, no Brasil (Levante Feminista Contra o Femicídio)	86	
16	Garantir espaço acolhedor e sigiloso para vítimas de violência doméstica	Muitas mulheres não denunciam casos de violência doméstica, pois mesmo com medida protetiva, o agressor consegue ir atrás da vítima e, além disso, muitas são dependentes financeiramente. Existem abrigos através dos CREAS, mas é necessário que o serviço se expanda dentro dos serviços de segurança pública e que, além de casas de acolhimento e sob sigilo de endereço, exista um programa de incentivo e auxílio para que elas possam ingressar no mercado de trabalho, como tb assistência para seus filhos[77	





17	Saneamento básico para as mulheres do Brasil	<p>Criar um programa de água potável, para ampliar a cobertura de água tratada, para as mulheres das áreas rurais e comunidades especiais (quilombolas, ribeirinhas, assentadas, extrativistas, indígenas) principalmente as que vivem nas regiões norte e nordeste . As mulheres são impactadas diretamente, e, essa invisibilidade, afeta sua vida, seu lar, sua dignidade, a saúde, a economia, Saneamento é direito fundamental, não podemos permitir esse secular descaso social com elas . Girlene Chucre...</p>	64	
18	Reconstruindo Sonhos: quando a violência termina, a vida recomeça.	<p>Sabemos que uma das formas mais eficazes de combate à violência é através de investimentos na autonomia econômica das mulheres. Reconstruindo sonhos é um proposta que visa oferecer uma escola de formação para mulheres nos municípios, para que dessa forma elas consigam romper com o ciclo de violência. Através de cursos profissionalizantes e incentivo às mulheres a serem inseridas no mercado de trabalho.</p>	62	
19	Casa da Mulher Camponesa - acolhimento à vítimas de violência	<p>Criação, em territórios camponeses, de espaços de acolhida a mulheres e seus dependentes vítimas de violência. As Casas devem se constituir como espaços seguros e de suporte físico e emocional, proporcionando também atividades de caráter formativo e profissional que permitam o desenvolvimento de suas habilidades, projetando condições seguras, também do ponto de vista material, para a retomada de suas atividades cotidianas fora destes espaços.</p>	60	
20	Construir Casas da Mulher Brasileira Regionalizadas	<p>A Casa da Mulher Brasileira é referência no enfrentamento à violência contra a mulher. É preciso construir Casas nas regionais e garantir recursos de manutenção para descentralizar os serviços e assim alcançar todas as mulheres vítimas de violência doméstica, familiar e de gênero, e assim evitar feminicídios.</p>	55	





Total

20

7617

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo

Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Criação da Lei Miriam Morata que visa garantir direitos para o Cuidador Familiar	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome



Ministério da Pesca e Aquicultura

Esta seção é destinada ao Ministério da Pesca e Aquicultura

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 29
- Número total de votos: 601



Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Prolongamento do Molhe Norte e dragagem do canal do Rio Mampituba que divide os municípios de Passo de Torres/SC e Torres/RS	A Barra do Rio Mampituba, divisa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina esta regularizada com dois molhes de fixação. A obra prevista em 2 etapas não foi concluída, ficando os moles menores que o previsto, acarretando assoreamento na barra e um banco de areia permanente dificultando a navegação e provocando acidentes com as embarcações. Solução: prolongamento do Molhe Norte, ficando o cabeço alinhado com o do Molhe Sul, beneficiando 40 embarcações pesqueiras e o turismo náutico nos dois Estados.	160	
2 Criar Diretoria de atenção aos pescadores e aquicultores atingidos por grandes empreendimentos, e o Conselho Nacional de atingidos e atingidas.	Criar uma Diretoria, no MPA, para atuar junto às demandas dos pescadores e aquicultores familiares atingidos por grandes empreendimentos, com foco na defesa pela reparação total e imediata; na revitalização dos recursos hídricos; na reativação econômica da classe pesqueira; na segurança alimentar; nas questões de moradia; e em adequação de políticas públicas q adequem a situação dos documentos (ex: carteira de pesca), às situações enquanto impactados, e a situação previdência. #propostacoletiva (Link externo)	82	
3 Curso profissionalizante para o pescador artesanal	Um dos grandes gargalos encontrado no segmento da pesca, é a falta de incentivo aos filhos dos pescadores de se manter no mesmo segmento que os pais. A falta de um curso profissionalizante no mercado, faz com que os próprios pescadores incentivem seus filhos a irem para capital, em busca de melhores oportunidades. Este curso teria a finalidade de profissionalização, com intuito de ensiná-los a otimizar tempo na atividade, comercializar, armazenar e gerir o negócio da família.	80	
4 Fortalecer a cadeia produtiva da pesca artesanal	Fortalecer o desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca artesanal considerando a sua diversidade	45	



5	Retirada da Cota da Tainha	Os pescadores artesanais do Estado de Santa Catarina clamam pela retirada da cota da tainha ou ao menos o aumento da cota haja vista que somente Santa Catarina tem cota para a pesca da tainha.	36	
6	Pesca Artesanal, políticas específicas para pescadoras	Reconhecimento e visibilidade dos trabalhos e da produção das .mulheres na cadeia produtiva da pesca, garantindo políticas públicas específicas para as Pescadoras, de acordo com as diferentes realidades de pesca (rio, lagos, lagoas, açudes,, estuários e mar)	62	
7	Inserção dos produtos da pesca artesanal no PAA	Inserção dos produtos/pescados da pesca artesanal no programa PAA, como garantia de renda, segurança alimentar e erradicação da fome e da pobreza nas comunidades tradicionais e no Brasil. É sabido que a maior parte dos alimentos saudáveis da pesca saem das Comunidades Pesqueiras que estão em unidades de conservação e fora delas. Somos geradores de alimentos ricos em nutrientes e livres de produtos químicos.	29	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
8	Pesca, Aquicultura e Meio Ambiente	Autonomia das Superintendências ferais de pesca e aquicultura, Secretarias de pesca e aquicultura estaduais, infraestruturas de portos, Câmaras frigoríficas, Fábricas de gelo (50 ton Dia), Caminhões frigoríficos, caminhão Baú, Máquinas para escavação de tanques piscicultura, embarcação de pesca, tecnologia pra embarcação de pesca, Praticas inovadoras em gestão de unidade para preservação ambiental, investimento para garantir as entidades e ONGs para preservação ambiental, entidade sustentável.	15	
9	Proibição de pesca de tubarões e raias	Essas espécies são predadores topos de cadeia alimentar, equilibrando a cadeia marinha. A sobrepesca ameaça sua existência, afetando a saúde dos oceanos e o equilíbrio climático. A proibição visa evitar a exploração insustentável e conscientizar sobre os impactos negativos. Alternativas sustentáveis devem ser incentivadas. Proteger tubarões e raias é garantir a saúde dos oceanos e a preservação do planeta.	15	

10	Campanha: Cação é tubarão	A carne de cação é obtida de forma insustentável, sem pesca de espécies-alvo. Dessa forma, diversas espécies de tubarão são consumidas, até mesmo as que são protegidas por lei. Esses peixes ocupam posições elevadas na cadeia alimentar marinha, acumulando metais pesados e toxinas em seus tecidos, como o mercúrio. O consumo dessas espécies pode levar à ingestão dessas substâncias prejudiciais, que podem causar danos à saúde, especialmente em grupos vulneráveis, como gestantes e crianças.	15	
11	Pesca e Aquicultura Sustentável	Descompartilhamento Ministério da Pesca e Meio Ambiente. o desenvolvimento da pesca e aquicultura no Brasil, Fortalecer as cadeias produtivas para gerar trabalho e renda, contribuindo para a segurança alimentar, melhorar a produtividade do setor. Dotar o setor Produtivo de infraestrutura e tecnologia, Que os recursos sejam aplicados pelas entidade, Secretarias de pesca e aquicultura com recursos para desenvolvimento do setor primário, Pesquisa e assistência técnica com infraestrutura.	14	
12	Censo socioeconômico de Pescadores Artesanais do Litoral Brasileiro	Obter informações precisas e atualizadas sobre a situação dos milhares de Pescadores Artesanais do litoral Brasileiro, tem como objetivo, construir políticas públicas em especial na área da assistência social, voltada as principais demandas dessas "personas", o que tornará em consonância com a captura do pescado, um processo mais sustentável, na perspectiva da produção e do atendimento socioeconômico, possibilitando ainda ter cada vez mais clareza do perfil nos tempos atuais do público alvo.	14	
13	Fortalecimento da piscicultura familiar.	Programas de incentivo à piscicultura familiar, com apresentação de novas tecnologias de cultivo sustentável e econômico, seja o cultivo em tanques escavados ou em caixas d' água, Fortalecendo a produção de pescado, gerando alimento, renda, emprego e fixação do homem no campo.	11	
14	Financiamento para embarcações de pesca artesanal	Investir em programas de capacitação em beneficiamento e comercialização de forma a garantir melhores condições de escoamento da	10	

		produção e agregação de valor da pesca artesanal		
15	Pesca artesanal	Criar projetos para pescadores artesanais ribeirinhos que complementem sua renda familiar agregando valor ao pescado.	9	
16	Fortalecer de forma sustentável a indústria pesqueira no litoral brasileiro	Investir na profissionalização e na infraestrutura da indústria pesqueira no litoral brasileiro, de maneira a ampliar a participação desse setor na economia nacional, manter a exploração marinha equilibrada e sustentável e desenvolver os profissionais da pesca, garantindo emprego e renda justos.	7	
17	Desenvolvimento socioambiental da pesca artesanal	A pesca artesanal é atividade produtiva com alta importância social, utilizando sustentavelmente os recursos pesqueiros em ambientes naturais ou degradados por sociedades urbanas e industriais. O perfil dela é polivalente, mistura culturas, raças, credos, gêneros na geração de alimento de alto valor nutricional, porém têm fragilidade socioambiental. Devem ter políticas com ações próprias, distintas da aquicultura e pesca industrial. Ser artesanal é cultura, alimento e renda, deve ser preservada.	5	
18	Aplicação dos "sisteminhas" da EMBRAPA nas penitenciárias femininas. Conheça o Sisteminha Embrapa/UFU/Fapemig e suas principais vantagens	Fomentar a aplicação da ferramenta Sisteminha Embrapa/UFU/Fapemig nas penitenciárias femininas dos Estados, através da integração do MJ, das Mulheres e da MPA. Como é possível verificar no próprio site da Instituição, o Sisteminha é uma ferramenta que possibilita a produção integrada de alimentos. Trazendo para o contexto das mulheres presas no Brasil, esse projeto pode possibilitar a implementação de capacitação, ampliando as oportunidades de geração de renda para elas.	4	
19	Controle da pesca predatória	A pesca predatória, especialmente com redes de arrasto e palangres, é uma das principais ameaças às tartarugas e outros animais marinhos em todo o mundo. A captura incidental desses animais, além de causar danos à biodiversidade, também afeta a pesca comercial, causando perdas econômicas para os pescadores. Controlar a pesca predatória beneficia tanto as tartarugas marinhas como promoverá a sustentabilidade dos recursos pesqueiros.	3	

20	Política pública e programa de incentivos aos pequenos e médios negócios da economia azul	<p>A PNRM possui foco em grandes empreendimentos de exploração do mar, mas negligencia os pequenos e médios negócios que poderiam aprimorar a pesca artesanal, estimular a criação das fazendas marinhas com o cultivo de crustáceos, algas e bivalves, estabelecer o turismo de base comunitária e náutico, além de uma série de outras atividades econômicas ligadas à economia do mar que são capazes de gerar emprego e renda às populações litorâneas, caiçaras e pequenos empreendedores.</p>	3	
Total	20		619	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
 Data: 16/07/2023

Ministério do Planejamento e Orçamento

Esta seção é destinada ao Ministério do Planejamento e Orçamento

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 125
- Número total de votos: 3.890



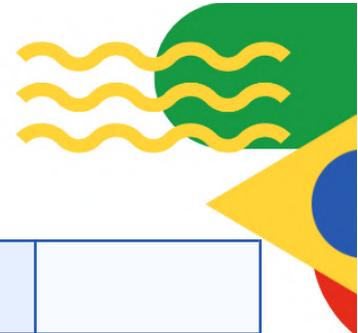
Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Aumento do quadro de pessoal da Caixa Econômica Federal	Quando o concurso foi realizado em 2014, a Caixa contava com 106.899 empregados com estimativa de atingir, em 2015, o total de 111.922, segundo DEST, de acordo com a portaria nº 14, de 16/07/2013. Contudo, as projeções, ao longo desses últimos 9 anos, devido aos sucessivos planos de desligamento voluntário e sem que houvesse reposição, o número de trabalhadores sofreu uma drástica redução e fixado em 87.544. (portaria nº 10.070 de 19/08/21) que resulta em um déficit de mais de 24 mil empregados.	1653	Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
2 Renda mínima universal	Uma renda de meio salário mínimo para cada brasileiro vivo e desempregado.	184	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
3 Mais tributos aos mais ricos, e menos aos mais pobres	O pobre, hoje em dia no Brasil, paga quase 50% da renda tributária brasileira, enquanto os mais ricos aproximadamente 20%. O ideal seria de aumentar os impostos sobre grandes terras, grandes acúmulos de capitais, produtos de luxo e lucros exorbitantes. E diminuir os impostos sobre consumo e produtos.	171	Ministério da Fazenda
4 Política do Orçamento Mulher - Movimento Elas no Orçamento	Instituir os seguintes temas: uma análise ex ante sob a perspectiva de gênero em todos os programas (continuados e investimentos) do PPA e o combate à desigualdade de gênero como objetivo estratégico de governo para todos os setoriais; uma contrapartida de gênero nos investimentos; e, a etiquetagem dos gastos sob a perspectiva de gênero para possibilitar a formulação de políticas baseadas em evidências, o monitoramento ativo dos gastos e a avaliação do desempenho orçamentário e seus resultados.	137	
5 Redução de gastos com políticos.	Vendo que a a média das famílias do Brasil sobrevivem com no máximo dois salários mínimos, é incoerente os representantes do povo receberem salários bem maiores que a média do Brasil e terem diversos benefícios que os demais trabalhadores não possuem, devemos ser coerentes com a realidade em que vivemos. Apoiar a redução do	134	Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos Secretaria de





		salário dos representantes do governo e realocar este valor em saúde, educação e saneamento básico.		Relações Institucionais da PR
6	Capacitação de Lideranças em Políticas Públicas para Cidades Inteligentes	Capacitação de gestores públicos na temática de Políticas Públicas para Cidades Inteligentes – os gestores, sobretudo os de cidades com menos de 100 mil habitantes nunca ouviram falar sobre Cidades Inteligentes, ODS, ESG, ou tem dificuldades para escrever projetos e Captar Recursos. Não tem como promover políticas públicas de cidades inteligentes e sustentáveis se nossas lideranças não sabem o que é isso. E acreditam que possam obter esse resultado com políticas de curto prazo.	100	Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
7	Teto para salários públicos	Impedir que qualquer cargo público possa propor, votar e aumentar o próprio salário acima do aumento% do salário mínimo. As regras se aplicam a todas as esferas de governo (federal, estadual, distrital e municipal) e de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), incluindo-se Ministério Público, Defensoria Pública, contratados temporários, empregados e dirigentes de empresas públicas que recebem recursos dos governos (dependentes) para pagar salários e custeio, militares e policiais militares,	99	Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos Secretaria de Relações Institucionais da PR
8	Diminuição dos Benefícios dos Políticos	Fazer um estudo em que apontem os gastos necessários para assim diminuir os benefícios, principalmente dos deputados federais. Se o governo já dá um apartamento funcional, para que auxílio moradia? Se o SUS é universal para todos e eles decidem anualmente quanto vai de verba para o programa, pra que atendimento médico e odontológico? Acredito que com algumas mudanças, o valor da máquina pública diminua.	78	Secretaria de Relações Institucionais da PR
9	Fortalecimento do Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas	Recuperar, expandir, modernizar, consolidar e integrar o Sistemas de Informações Geográficas e Estatísticas, sob a coordenação do IBGE, conforme já previsto pela legislação, a partir do diálogo permanente com a sociedade civil e com os trabalhadores, considerando também a articulação com as três esferas de governo. Viabilizar a disseminação de dados e informações geográficas e estatísticas com a finalidade de ampliar o	72	





		conhecimento da realidade brasileira e o monitoramento das políticas públicas		
10	Extinção do fundo eleitoral e uso do valor em saneamento básico	Atualmente com diversas redes sociais livres, as quais são os principais meios de divulgação, a justificativa de existir fundo eleitoral para custear candidatura vindo que já existe diversos políticos se candidatando com incentivo próprio já e realidade. Ao se ver diversas regiões com falta de saneamento básico, realocar estes valores de fundo eleitoral para o saneamento é progredir com a qualidade de vida da população. Se os políticos nos representam, representem ajudando a quem precisa.	71	Secretaria de Relações Institucionais da PR
11	Promover a padronização dos registros administrativos produzidos pelos entes federativos e investir em pesquisas usando Big Data	Promover a padronização dos registros administrativos gerados pelos diferentes entes federativos, permitindo a integração dos dados ao Sistema de Informações Geográficas e Estatísticas. Consolidar o uso do Big Data ao Sistema de Informações Geográficas e Estatísticas, permitindo sistematização, descrição e análise de grandes conjuntos de dados, com atenção especial para a soberania nacional na área de informação e proteção de dados.	59	Secretaria de Relações Institucionais da PR
12	Superando a dependência dos royalties por meio do investimento no desenvolvimento local e regional	Investir em ações estratégicas de acordo com as vocações local e regional para a recomposição orçamentária de municípios com queda na arrecadação de royalties. Para isso, o governo federal: subsidiará o diagnóstico das vocações locais e regionais; realizará abertura de editais para fomentar ações; criará fundo para o financiamento das ações e cronograma de repasse da União aos estados e municípios; fixará recursos dos royalties como fonte de financiamento. #PropostaColetiva (Link externo) #associacaoraizes (Link externo)	58	
13	Isenção de imposto para Organização da Sociedade Civil - OSC	Isentar de imposto Organização da Sociedade Civil que prestam serviço e contribuem social, cultural, educacional, saúde...para o desenvolvimento humano. Também anistiar débitos existentes nas esferas federais, estaduais e municipais destas instituições.	57	Secretaria Geral da PR
14	Piso salarial da enfermagem	Votação no STF favorável a enfermagem	52	Ministério da Saúde





15	Reducao do numero de politicos e seus beneficos.	Reduzir o numero de politicos visando economia para mais investimentos em saude, educaçao e seguranca publica para todos.	50	Secretaria de Relações Institucionais da PR
16	Criação do Brasil Cidades - Carteira de Projetos e Programa Nacional para uso racional das Emendas Parlamentares	Consiste num programa para retomada de obras de pequeno e médio porte nas cidades brasileiras. Destinação de 5 bilhões destinado a uma emenda especial, denominada Brasil Cidades. Cada parlamentar terá direito a 8 milhões. Para o Programa, será criada a "Carteira das Cidades", onde cada cidade brasileira terá ao menos um projeto de obra cadastrado e as emendas obrigatoriamente alocadas nessa carteira. Estima-se a geração de meio milhão de empregos diretos, além de moralizar o uso das emendas.	38	Secretaria de Relações Institucionais da PR
17	O Brasil é um país do século XXI. Não do atraso... Já estamos ficando atrasados de muitos países.	Liberdade ao mercado de investimento, com menos impostos. Dar incentivos aos alunos em sala de aulas, pra aprenderem como ganhar é gerir seus próprios recursos ao decorrer de sua existência, sem que o governo seja o seu primeiro cangote de apóio. Liberdade de expressão... Não ao PL da mordaza.	36	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
18	Fortalecimento do 3º Setor	Promover a integração nacional a partir do fomento às Organizações da Sociedade Civil das diversas áreas, de maneira transversal.	35	Secretaria Geral da PR
19	Controle populacional de cães e gatos.	Bom dia, o Brasil precisa encerrar a situação de animais abandonados, para isso precisamos do controle populacional de cães e gatos e educação e orientação aos tutores.	31	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
20	Auditoria da dívida pública interna e externa	Auditoria sobre a dívida pública interna e externa, a nível municipal, estadual e federal, a fim de encontrar e corrigir inconsistências e ilegalidades sobre a mesma, tais como dividas privadas de empresas e cidadãos sendo pagas pelo governo, corrupção, caixa 2, lavagem de dinheiro, taxa de juros abusivas, o principal já pago e ainda assim mantem-se o pagamento, enfim, saber porque é	30	Ministério da Fazenda





		que a dívida pública nunca é saldada ou abaixa mesmo sendo paga religiosamente em dia, só aumenta!		
Total	20		3145	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Programa de Metas Governamentais	Casa Civil



Ministério de Portos e Aeroportos

Esta seção é destinada ao Ministério dos Portos e Aeroportos

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

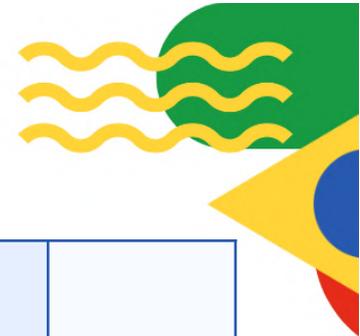
Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 22
- Número total de votos: 2.419



Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Banimento da exportação de bovinos vivos via marítima.	A exportação de bovinos vivos em portos brasileiros é, além de uma prática insignificante pra economia e terrível contra os animais, algo que pode colocar em risco a integridade da atividade portuária. Navios-sucata que transportam animais vivos têm o dobro de chances de naufragar. Acidentes como o ocorrido em 2015 em Barcarena (PA) pode prejudicar e até mesmo inviabilizar atividades de portos no país. É urgente alocação orçamentária para cessar essa atividade.	2055	
2 Dragagem do Porto de Natal	Solicitamos o apoio do Ministério de Planejamento e Orçamento do Brasil para incluir no PPA 2024-2027 a dragagem do canal do Porto de Natal – PORNAT, tendo em vista que o canal de acesso e a bacia de evolução precisam ser ampliados para atender às solicitações de navios de maiores dimensões. Valor estimado de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).	116	
3 Programa de Desenvolvimento da navegação na Barra Norte	A Barra Norte, que compreende as regiões circunscritas ao Rio Amazonas, é uma região fundamental para a logística de escoamento da produção nacional. No entanto, enfrenta dificuldades como a limitação do calado autorizado, inexistência de levantamentos hidrográficos atuais, falta de sinalização, entre outros . Um programa de desenvolvimento dos terminais portuários da região beneficiaria também as comunidades locais, gerando emprego, segurança e desenvolvimento.	67	





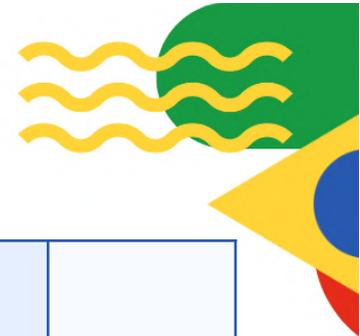
4	<p>Aeroporto Regional Intermodal de Mossoró em Novo Sítio Aeroportuário</p>	<p>A) Estado: Rio Grande do Norte b) Município: Mossoró c) Abrangência: 60 municípios d) Nr de Habitantes beneficiados: 1.000.000 milhão hab e) Expectativa de Empregos: 15.000 Diretos e 35.000 Indiretos f) Atividades Econômicas envolvidas: 1. Petróleo e Gás 2. Fruticultura 3. Salinicultura 4. Turismo 5. Educação 6. Energia Fotovoltaica 7. Energia Eólica 8. Carcinicultura 9. Logística 10. Imobiliário 11. Calcário 12. Mineração 13. Ovinocaprinicultura 14. Apicultura 15. Pescad 16. Construção Civ</p>	65	
5	<p>Dragagem de Adequação do Canal de Acesso à Baía da Babitonga</p>	<p>A Baía da Babitonga possui um dos maiores potenciais para navegação dentre os estuários brasileiros. Contudo, a entrada do Canal de Acesso aos portos de São Francisco do Sul e Itapoá apresenta a necessidade de adequação de uma curva específica que hoje, com 14 metros de profundidade, cria restrições para a navegação em sua capacidade máxima. A vantagem do investimento nesse canal, se dá em função da necessidade esporádica de intervenção.</p>	64	
6	<p>Porto de embarque e desembarque de pequenas cargas e passageiros</p>	<p>Construção de um terminal fluvial em fente a cidade de Macapá-AP para embarque e desembarque de pequenas cargas e passageiros no pier existente na frente da peixaria Amazonas na orla de Macapá-AP... Nossa cidade no momento não existe porto organizado</p>	11	





		Hoje existente vários embarque de cargas e passageiros em pontos diferentes na cidade trazendo inúmeras infração como tráfego de drogas doenças e outros irregularidades, sobretudo vai ajudar na organização e no turismo existente em nossa região..		
7	Investimento em ferrovias e cabotagem	Fomento à substituição da matriz logística, hoje pautada pelo transporte rodoviário, incrementado o a malha ferroviária e a oferta de navios para cabotagem, melhorando a infraestrutura dos portos.	6	Ministério do Transporte
8	Novo Aeroporto de Teresina-PI	Devido a grande demanda e ao crescimento populacional das cidades do entorno de nossa capital se faz necessário uma nova infra estrutura moderna ampla que tenha condições de abrigar vôo internacionais. Para isso precisamos construir um novo Aeroporto em area mais afastada do centro da capital onde tenhamos condições de atender as exigências da ANAC.	6	
9	Ampliação do Aeroporto de Cachoeiro de Itapemirim/ES	Ampliação do Aeroporto de Cachoeiro de Itapemirim considerando que esta é uma cidade polo do sul do ES, com empresas de grande porte e a maior população da região, e a estrutura do aeroporto atual não atende às necessidades locais. Com a ampliação, as empresas e cidadãos da região poderão contar com um hub logístico eficiente, melhorando a prestação de serviços, gerando desenvolvimento socioeconômico e atraindo novos investimentos para as cadeias produtivas locais.	5	
10	Quadro de sargento especiais da aeronáutica	Equiparação do quadro Especial de sargento da aeronautica.	5	
11	Regulamentação turistica	Regulamentar uma lei que possibilita empresas privadas construir aéroportos e portos no brasil	4	
12	Porto do Espadarte em Curuçá-PA.	1-Porto do Espadarte em Curuçá(escoar o minério e a produção do agro do norte e centro-oeste) Obs: O minério sai pelo Maranhão, pois o Pará não tem porto adequado.	3	





13	Hidrovia do Rio Tocantins – Derrocagem Pedral do Lourenço e Manutenção do Tramo de Navegação	<p>Remoção do Pedral do Lourenço para desobstrução de um novo canal de navegação interior através do Rio Tocantins e viabilização de uma operação hidroviária perene de produtos entre a região de Marabá e os portos de Belém e Vila do Conde.</p> <p>O objetivo é a diversificação da matriz de transporte, formação de um corredor multimodal, redução dos custos de transporte e diminuição das emissões de carbono.</p>	3	
14	Aeroclube de Brasília	<p>Reativação do Aeroclube de Brasília, na condição de Escola de Aviação! A instituição precisa de apoio jurídico e financeiro, vez que a Prefeitura de Luziânia – para quem a administração do Aeroclube foi indevidamente transferida – terceirizou o aeródromo, e a terceirizada vem tentando expulsar o Aeroclube de Brasília do espaço – que lhe foi cedido pelo antigo DAC, do Ministério da Aeronáutica)! A renda dos alugueres dos hangares vai para o bolso da INFRAEIA – sem qualquer benefício social</p>	2	
15	Implantação de um Hub Aeroportuário em Goiânia-GO	<p>A Grande Goiânia se consolida como hub logístico nacional e pode se tornar um grande centro de distribuição internacional. Para tanto, são necessários investimentos na consolidação do Aeroporto Santa Genoveva como uma base operacional para diversas companhias e empresas.</p>	2	
16	Desmilitarização do Controle de Espaço Aéreo Brasileiro	<p>Em consonância com a recomendação feita por órgãos internacionais como a ICAO após o caos aéreo de 2010, desmilitarizar o controle do espaço aéreo de aeronaves civis que sobrevoam FIR brasileiras e oceânica sob o controle do SISCEAB</p>	2	
17	Adequação dos Aeroportos Regionais de Minas Gerais – Revitalização e Modernização	<p>Visando a ampliação do acesso ao transporte aéreo pela população, solicitamos a revitalização dos aeroportos nos municípios de ARAGUARI E ITUIUTABA, como também a modernização dos aeroportos de PATOS DE MINAS, PATROCINIO E ARAXÁ no Estado de MINAS GERAIS.</p>	2	





18	<p>Plano Portos, Marinas e Atracadouros. Criar, revitalizar e restaurar infraestruturas de transporte de passageiros e carga e de abrigo de barcos</p>	<p>O plano objetiva criar, ampliar, revitalizar e restaurar infraestruturas de transporte de passageiros e de carga e de instalações de abrigo de barcos na Zona Costeira Brasileira.</p> <p>A capacidade de transporte da costa Brasileira é pouco ou mal explorada, assim como os locais de abrigo de embarcações não são adequados. É necessário dispor das infraestruturas já citadas e também do estabelecimento de linhas regulares de transporte de passageiros e de cargas.</p>	1	
Total	18		2419	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
 Data: 16/07/2023



Ministério dos Povos Indígenas

Esta seção é destinada ao Ministério dos Povos Indígenas

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 33
- Número total de votos: 1.216



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Regularização fundiária dos Povos Indígenas no Brasil	Garantir dotação orçamentária para a implementação das diferentes etapas dos processos de demarcação territorial e de aquisição, além da desintrusão de terras indígenas já homologadas, garantindo ações de defesa, vigilância, monitoramento, fiscalização e prevenção de conflitos em terras indígenas, realizando ações conjuntas de retirada de invasores, pela Funai em parceria com os demais órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.	243	
2	Universidades Indígenas Decoloniais	Dotar os territórios indígenas do Brasil com as suas próprias Universidades Indígenas Decoloniais. Espaço de aprendizagem do conhecimento não indígena e indígenas, seus saberes, sua cultura. Onde os métodos pedagógicos, o currículo, as habilidades profissionais estarão alinhados com o desenvolvimento sustentável seu território.	241	
3	Proteção Dos Povos Indígenas	Proteção aos povos indígenas, em diversas áreas, respeitando suas tradições, línguas e costumes, devolvendo a eles o direito de viver em paz em suas terras, uma guarda florestal ARMADA eficiente que dê a proteção e o direito de defesa aos povos indígenas, com amparo da justiça federal, apoio das forças armadas, PF e outros órgãos de defesa, também levar até eles saúde, educação e segurança alimentar, enquanto a recuperação total da região ainda não foi concluída. Pondo fim a todas ameaças.	196	
4	PNGATI - Gestão territorial e ambiental	Estabelecer programas, projetos e ações voltadas à implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, promovendo o etnodesenvolvimento, a partir da sustentabilidade dos territórios indígenas, da justiça ambiental e climática, da preservação da biodiversidade e das diferentes formas de bem viver dos povos indígenas, com respeito à diversidade social e cultural e ao usufruto exclusivo e às formas próprias de gestão das riquezas naturais das terras indígenas	111	
5	Implementação de políticas públicas específicas nos Territórios Indígenas no Brasil	Promover a implementação de políticas específicas voltadas à garantia de educação escolar e saúde indígena, bem como, realizar a inclusão dos povos indígenas nas ações, projetos e programas de etnodesenvolvimento dos territórios indígenas,	110	



		habitacionais, de garantia e geração de renda, acesso à eletrificação rural e o financiamento das cadeias e arranjos produtivos indígenas no Brasil		
6	Povo indígenas.	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a demarcação, proteção ambiental e territorial dos territórios indígenas. - Incentivo para Vigilância, monitoramento e brigada de incêndio nos territórios indígenas - Aumentar o recurso do Sistema de Atenção a Saúde indígena para recuperação, prevenção e promoção da saúde indígena e saúde da mulher indígena. - Implantar sistema específico de empreendedorismo, turismo comunitário, sustentabilidade e geração de renda para os povos indígenas. - Implantar sistema de educação indígena. 	83	
7	Atendimento veterinário aos animais das aldeias indígenas	A proximidade dos indígenas com seus cães e gatos, especialmente pelas crianças, e embasados no conceito de Saúde Única, exige que a saúde indígena inclua o atendimento veterinário com controle de ecto e endo parasitas, campanhas de castração, e acidentes peçonhentos ou com outros animais.	62	
8	Incentivo a Agricultura Sustentável Indígena	Garantir dotação orçamentária à Funai em Roraima para o incentivo do desenvolvimento da agricultura indígena sustentável por meio de implementação dos PGTA's já construídas das terras indígenas em Roraima. Afim de proteger os recursos naturais e valorizar os conhecimentos tradicionais para a prática de atividades produtivas, agregando e conservando as sementes tradicionais para o fortalecimento da soberania e segurança alimentar.	26	
9	Regularização Fundiária em Roraima	Garantir dotação orçamentária para a implementação das diferentes etapas dos processos de demarcação, ampliação e homologação territorial em Roraima, além da desintrusão de invasores não indígenas de terras indígenas já homologadas, garantindo ações de proteção, vigilância, monitoramento, fiscalização e prevenção de conflitos em terras indígenas pela Funai de Roraima.	25	
10	Defesa dos direitos dos povos indígenas do Acre	Instauração do Conselho Estadual Indígena do Acre, previsto na Constituição Estadual do Acre, no Artigo 220-A, §4º, (Constituição Estadual do Acre). Para o fortalecimento das pastas que tratam de política indígenas e meio ambiente, cotas em concurso público para o acesso em todos os poderes e geração de	18	

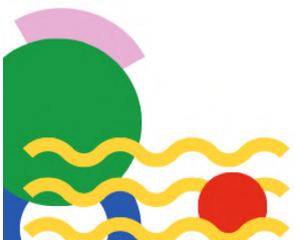
		políticas de emprego e renda;		
11	Fundo de desenvolvimento socioeconômico dos povos indígenas do Acre	Criação do Fundo de desenvolvimento sócio-econômico dos povos indígenas do Acre, para garantir: O desenvolvimento da economia indígena; Proteção territorial; Fortalecimento da educação escolar indígena, da saúde e cultural, com políticas de gênero que contemplem os povos indígenas;	15	
12	Implementação e Construção do PGTA Acre	Implementação e construção do plano de gestão territorial e ambiental dos povos indígenas – PGTA, das comunidades do Acre, para que se possa ter uma política específica de desenvolvimento e financiamento dessa política de gestão dos territórios.	12	
13	Cota Indígena em Concursos Públicos Federais	Incluir cotas em concurso público federal a cota para indígenas, além de atender os deficientes e afrodescendentes, A missão de corrigir desigualdades que impedem grupos sociais historicamente discriminados de acessar não somente o ensino superior no Brasil, como o ingresso em concursos públicos. Políticas de cotas para os povos indígenas em concursos federais !	11	
14	Criação de Unidades Básicas de Saúde Indígena-UBSI	A população indígena , embora com uma POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS – Portaria do Ministério da Saúde nº 254, de 31 de janeiro de 2002 (DOU nº 26 – Seção 1, p. 46 a 49, de 6 de fevereiro de 2002) , vivencia todas as dificuldades na promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento. A criação de UNIDADES BÁSICAS DE SAUDE INDÍGENA-UBSI vem de encontro aos princípios do SUS, haja visto que significa a porta de entrada do cidadão ao atendimento primário em saúde .	11	
15	Bem viver no espaço urbano	Pessoas de origem indígena não são reconhecidas no espaço urbano. Incentivo ao uso de aprimoramento do transporte público urbano, Criação de espaços coletivos para trocas e empréstimo, como se faz de livro, mas de materiais de uso pouco comum, como escadas, furadeiras, entre outros. Criação de hortas urbanas em terrenos desocupados e praças públicas. Criação de casas de acolhimento coletivas, supervisionadas, para	9	

		<p>pessoas que estão em situação de rua.</p>		
16	<p>Políticas Públicas Para Povos Indígenas</p>	<p>1. Criação de um Programa para Demarcação, Desintrusão e Proteção dos Territórios Indígenas; E também a criação de Universidade Nacional para os Povos Indígenas, com instalações adequadas para acolhimento aos estudantes indígenas, criando cursos específicos e diferenciados que atendam as demandas dos Povos e ainda criar uma Central de Regulação de Saúde Indígena, ampliando a RENAME para atender as demandas na área da saúde.</p>	9	
17	<p>Dignidade aos Índios / povos originários</p>	<p>Capacitação Indígena / povos originários em Agrofloresta (de acordo com Ernst Götsch)</p> <p>Motivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) subsistência e variedade alimentar durante todo o ano 2) fixação dos índios em sua aldeia 3) dignidade 4) produtos saudáveis que poderão ser consumidos e comercializados, caso queiram 5) preservação e regeneração do solo 	8	
18	<p>Desenvolvimento de projetos agroambientais que promovam a sustentabilidade territorial dos Povos Originários</p>	<p>É possível enriquecer as florestas e capoeiras, bem como, todo e qualquer ambiente edafoclimático, com espécies socioeconômicas, especialmente alimentares, adaptadas às regiões, permitindo, aos povos originários, obtenções de melhores condições de vida. Ademais, de forma menos impactante, sem dependência de grandes pacotes tecnológicos, criação de peixes de reprodução rápida e natural em ambientes de viveiros escavados ou em lagos, como o acará-açu (<i>Astronotus ocellatus</i> (agassiz, 1831)).</p>	7	
19	<p>Programa: Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, Sustentabilidade e Enfrentamento à Emergência Climática</p>	<p>: Garantir aos povos indígenas o reconhecimento, a posse plena e a sustentabilidade dos seus territórios com usufruto exclusivo, assegurando plenas condições materiais de alcance do bem viver, a integridade do patrimônio indígena, o ambiente saudável, protegido e conservado, soberania alimentar, bem como justiça socioambiental e climática, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.</p>	5	



20	PEC: Atividade econômica em terras indígenas.	Proposta de Emenda à Constituição ao art. 231, §3º da CF, estabelecendo que o aproveitamento dos recursos hídricos e florestais, incluindo os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras de comunidades tradicionais e indígenas somente poderão ser realizadas pela própria comunidade local, em parceria e apoio técnico da União, ouvido o órgão de proteção das referidas comunidades, após autorização do Congresso Nacional.	3	
Total	20		1205	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023



Ministério da Previdência Social

Esta seção é destinada ao Ministério da Previdência Social

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 240
- Número total de votos: 64.381



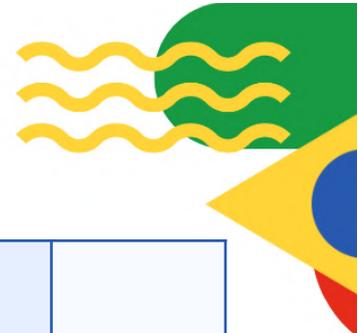
Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Aposentadoria Especial para os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias	Os agentes de combate as endemias e os agentes comunitários de saúde são profissionais imprescindíveis para o atendimento primário do SUS, visitando todas as famílias brasileiras para promover saúde pública. São expostos a toda sorte de agravos à saúde já merecendo na Constituição Federal a aposentadoria especial, agora falta a regulamentação da Emenda Constitucional 120/22, para que possam exercerem este direito aos 25 anos de exercício de atividade profissional com integralidade e paridade	19842	
2 Proposta de enquadramento da Carreira do Seguro Social como Carreira Típica de Estado	Visando o fortalecimento da carreira e a retenção dos profissionais altamente capacitados na Instituto, uma vez que esta possui relevante papel social, econômico e fiscal no Estado brasileiro, tanto como responsável pelo reconhecimento de direitos, como pela fiscalização e apuração de irregularidades e pela gestão dos benefícios sociais federais, de caráter contributivo ou não, cumprindo a finalidade de atender ao interesse público e possibilitar a melhoria da qualidade dos serviços prestados.	16986	
3 Justiça aos aposentados e pensionistas	Revogação da carta-branca, dada aos Estados e Municípios com a reforma previdenciária de Temer, para confiscar aposentadorias e pensões ferindo os princípios da constituição federal e imputando o caos financeiro na fase em que esse público mais precisa de cuidados para sua saúde física e mental. Rogamos pela revogação da redação dada ao artigo 149 da C.F. através da E.C. 103/19. Nada obstante, outras medidas não cumpridas pelos estados e municípios deterioram ainda mais seus parques salários.	15405	Advocacia Geral da União
4 Reposição emergencial do quadro de Técnicos do Seguro Social do INSS	O INSS perdeu mais de 50% do quadro de servidores desde 2016. A fila de espera e o indeferimento de benefícios feito pelo sistema automatizado crescem cada dia mais,	4978	





5		ultrapassando 5 milhões. O gasto na justiça pelo INSS em 2022 foi de 4,8 bilhões , em contrapartida, a contratação de novos servidores seria cerca de 5% desse total. O INSS necessita urgentemente da reposição do quadro de Técnicos do Seguro Social, a fim de propiciar um atendimento digno a população.		
	Aposentadoria especial para pais ou responsáveis por pessoas com deficiência	Deve-se pensar na tripla ou mais jornada de trabalho enfrentada pelos pais ou responsáveis por pessoas com deficiência que trabalham, pois além da jornada de 6 até 8 horas de jornada diárias, tem que se desdobrar para acompanhar seus filhos, tutelados em acompanhamentos de saúde, terapias, bem como geralmente é o cuidador principal da pessoa com deficiência em casa, portanto, se faz necessária a aposentadoria especial, com menos tempo de trabalho e contribuição, até 25 anos no máximo.	1072	
	Aprovação do Plano Especial de Cargos e reestruturação do Ministério da Previdência Social.	O Ministério da Previdência Social destaca o papel do sistema como mecanismo de distribuição de renda, aquecimento econômico e proteção contra os riscos sociais, tendo como um dos objetivos a universalidade da cobertura e do atendimento. Para isso precisa ser aprovado o novo Plano Especial de Cargos do Ministério da Previdência Social, que regulará competências técnicas, criatividade e inteligência emocional já exercidas para a melhor condução de processos operacionais e tomada de decisões.	798	
	Aposentadoria especial para agente de saúde e agente de edemias	Aposentadoria digna	595	
8	Programa Nacional de Apoio ao Adulto no Espectro Autista (TEA)	Objetos do Programa: a) lugar de fala e de decisão dos autistas adultos dentro do mesmo; b) estudos e pesquisas interdisciplinares sobre o autismo na fase adulta, incorporando toda a bibliografia acadêmica mundial sobre o tema, e considerando todos os lugares sociais possíveis dessas pessoas; c) sistema público nacional de saúde, voltado às demandas de autistas	509	





		adultos, com investimento e fiscalização; d) campanha informativa permanente, cientificamente respaldada, sobre o autismo adulto.		
9	Previdencia social/aposentadoria	Sugiro ao atual governo que reveja essa reforma da previdência de 2019. Muitas pessoas foram lesadas com a reforma que se tornou quase inatingível a aposentadoria nas regras atuais. Sugestão: independentemente da idade a pessoa que atingir 38 anos de contribuição seja contemplado com a aposentadoria integral. Na forma que esta a regra, tomado como exemplo o meu caso e de milhares de brasileiros, irei me aposentar somente com 60 anos de idade 44 de contribuição. Nos socorra por favor presidente	475	
10	Política Nacional de Previdência Complementar Fechada	O Estado Brasileiro deverá formular a política de previdência complementar fechada de forma detalhada de como e quem irá assegurar o estabelecido no art. 202 da Constituição Federal e o art. terceiro da Lei Complementar 109/2001 com destaque para os seguintes compromissos: proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios e determinar padrões de segurança econômico-financeira e atuarial, preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio evitando deficits.	329	
11	Aposentadorias - idade mínima	Retirada das idades mínimas das aposentadorias	265	
12	Valorização dos Conselheiros do CRPS -Aumento Jeton a ser calculado sobre CCE 1.07	Conforme Portaria mpt 653 /2022. o Jeton é calculado em 1/50 avos sobre o jeton do presidente de sua unidade julgadora e não podia ultrapassar o dobro do que o presidente tem direito. condicionar a remuneração do Conselheiro ao valor recebido pelo respectivo presidente é parâmetro que sempre estará defasado, já que a remuneração dos mesmos é fixa, a depender do CCE ; Assim, é imperiosa alteração do cálculo do jeton sobre CCE 1.07	188	Ministério da Gestão e Inovação
13	Mais benefícios para pessoas com deficiências	É muito complicado conseguir benefícios para PCD, pois as exigências são inúmeras e eles julgam pela capacidade ou não da pessoa	170	Ministério dos Direitos Humanos e





		trabalhar. E no caso de pessoas que tem uma capacidade motora reduzida, existem diversos gastos que ultrapassam até o valor do salário mínimo, a pessoa precisa de calçados apropriados para pessoas que tem uma perna menor que a outra. Um calçado adaptado custa mais de 300 reais, o gasto com transportes particulares, psicólogo e remédios. Ultrapassa o salário.		Cidadania
14	Correção dos salários dos aposentados e pensionistas do Governo Federal e INSS	Muitos daqueles que trabalharam durante suas vidas, bem como viúvas e seus filhos tem sofrido com a defasagem de, aproximadamente, uma década nos seus salários. Por causa disso, muitos deles estão em condição de baixa renda. Assim, é necessário corrigir essa defasagem de renda dos aposentados e pensionistas pelo Governo Federal e do INSS.	129	
15	Garantia de aposentadoria para os catadores e catadoras de materiais recicláveis	Garantir os serviços de seguridade social (aposentadoria) para a categoria de catadores e catadoras de materiais recicláveis.	112	
16	Unir Fundos Previdenciários das empresas Estatais no BNDES	1- Os recursos dos fundos de previdência das empresas estatais seriam úteis para financiar investimentos que o país necessita. 2- Tais recursos sob a administração do BNDES seriam melhor renumerados pelos tomadores de empréstimos por níveis superiores as metas de superávit dos Fundos. 3- Essa lógica calculada atuarialmente permitiria que os recursos fossem concentrados no BNDES, o qual ficaria responsável pelo pagamento das remunerações dos aposentados sem equacionamento, como ocorre no INSS.	98	
17	Aposentadoria especial sem limite de idade	Revogar a idade mínima para os trabalhadores ter acesso ao benefício. Pois já trabalha em áreas penosas a saúde, e tem expectativa de vida reduzida	72	
18	Previdência Social	Na Pensão por morte volte ao valor de 100% do benefício para a(o) Pensionista.	64	
19	Fim da pensão para filhos de Senadores. Se é para	É sabido que o Senado Federal encaminhou uma proposta para acabar com a pensão para	61	





	acabar para uns, tem que acabar para TODOS.	filhos de militares. Ou seja, em caso de uma guerra os militares defenderão a família de TODOS, mas se morrer deixará a sua família desamparada. Por outro lado, temos a seguinte notícia na mídia : https://politicos.org.br/Post/1060/senado-ainda-vai-pagar-por-decadas-pensao-de-filhas-solteiras-de-ate-r-54-mil (Link externo) Ora, aproveitando esse ar de moralidade do nosso Senado, vamos aprovar o fim da pensão para TODOS.		
20	Curso técnico, 3 salários, insalubridade de 40%, desprecarizacao, aposentadoria especial	Curso técnico acs ace, 3 salários, insalubridade de 40%,desprecarizacao,aposentadoria especial	60	
Total	20		62208	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Benefício assistencial ao responsável cuidador da pessoas com deficiência independente de BPC	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
2	Fim da contribuição previdenciária incidente sobre aposentadorias de servidores públicos e seus pensionistas.	Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos
3	Valorização dos servidores públicos concursados	Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos



Ministério das Relações Exteriores

Esta seção é destinada ao Ministério das Relações Exteriores

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

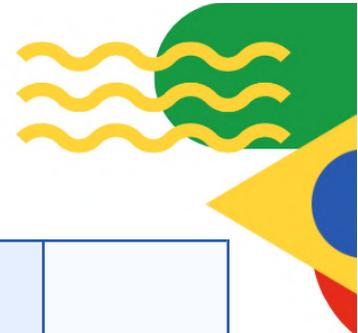
Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 13
- Número total de votos: 341



Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Estruturação dos escritórios, diretorias e coordenações de assuntos internacionais das IFES federais	Destinar verbas específicas para estruturação dos escritórios de assuntos internacionais das IFES federais, criando projetos de implantação com recursos de pessoal, capital e custeio para garantir as condições necessárias de funcionamento. Verbas destinadas aos programas de mobilidade, como PEC-G, PEC-PG e reimplantar o Ciências sem Fronteiras, aprimorando-o. Implantar estruturas para ensino do português como língua de acolhimento e língua estrangeira, com postos de aplicação do Celpe-bras.	115	
2 Passaporte mais rápido e menos burocrático	Se exige muitos documentos para renovar o passaporte, isso só sobrecarrega as embaixadas que as vezes demoram muito para emitir um novo passaporte, ou outros serviços, sobretudo quando a pessoa morra fora do Brasil, muitas pessoas reclamam da quantidade de papeis para renovar um passaporte que na lógica e comparado com outros países que só pedem a taxa para emissão do passaporte, 2 fotos e comprovante de identidade, com a modernização das tecnologias o MRE deveria emitir passaportes mais rápido	102	
3 Criação do Conselho Nacional de Política Externa - CONPEB	No mundo globalizado, as decisões de política externa impactam diretamente a vida da população a nível nacional. Por isso, devem estar subordinadas a critérios de participação e controle social. A política externa deve contribuir para proteger e promover direitos, reparar injustiças e desigualdades. A Rede Brasileira Pela Integração dos Povos recomenda a criação do CONPEB para maior transparência, diálogo, democratização e diversidade de atores nos processos decisórios da política externa.	79	
4 Aprimoramento da plataforma Concórdia para fins de transparecer a horizontalidade do processo de internalização dos	A presente proposta tem por finalidade conferir uma maior transparência ao processo de internalização dos atos internacionais celebrados pelo Governo brasileiro. A Plataforma Concórdia, mostra-se como uma	27	





	Tratados Internacionais.	importante e inovadora ferramenta para promover a transparência ao público, no entanto, o repositório ainda carece de ajustes, pois as fases de tramitação dos atos poderiam ser mais detalhadas e demonstrada uma maior horizontalidade no processo, com uma maior participação dos órgãos envolvidos.		
5	Implementação de uma política externa feminista	Propõe-se a implementação de uma política externa feminista para o Brasil, o que quer dizer aplicar uma perspectiva de defesa dos direitos das mulheres no âmbito das ações de política externa do Brasil, não apenas no posicionamento acerca de questões atinentes em fóruns internacionais, como também na relação com outros Estados.	6	
6	Fomentação de Estudos no Exterior	Criação de programa para apoio aos brasileiros que desejam estudar fora (graduação, mestrado, doutorado, etc), auxiliando no alcance dos critérios (ex: capacitação e certificado de língua estrangeira), facilitando burocracias interrelacionais, impulsionando a participação pessoas em vulnerabilidade social, apoio financeiro durante todo processo (ex: desde ao custo de algum certificado, viagem, estadia, retorno) e impulsionamento através de parcerias com universidades estrangeiras.	3	
7	Criação de bolsas de aperfeiçoamento profissional - não acadêmicas - para cidadãos de países em desenvolvimento em Universidades e Institutos Federais	A criação de bolsas não acadêmicas de aperfeiçoamento profissional para cidadãos de países em desenvolvimento poderá fortalecer os vínculos sul-sul e contribuir para o desenvolvimento global.	2	
8	Fortalecimento do Mercosul e do BRICS através do Espanhol e Inglês como língua adicional para os Brasileiros.	Os países fronteiriços com o Brasil tem no idioma Espanhol um componente que pode vir a ser um forte aliado na reorganização e fortalecimento do Mercosul. Temos 11 idiomas, mas só fala-se o Português como língua oficial e seria oportuno que o MEC tratasse o Espanhol como língua adicional já na educação de base, junto com o idioma inglês, ao invés de língua estrangeira. Além de preparar a	2	





		sociedade para aptidões linguísticas ,teríamos plenas condições de avanços na Economia e Tecnologia.		
9	Entretenimento	Promover curtas, longas e séries de assuntos relacionados a história do Brasil e também de assuntos fictícios gerando a aproximação de blocos específicos políticos mais populares no âmbito internacional afim de projetar a mídia brasileira no topo do mercado se aproveitando do vácuo de poder gerado pelos atuais líderes mediante às relações q criaram ao longo dos últimos anos.	2	Secretaria de Comunicação Social
10	Valorização da imagem internacional do Brasil	O objetivo é melhorar, estrategicamente, a projeção da imagem internacional do Brasil perante o mundo, para evidenciar o Brasil como destino de turismo, de experiências culturais, riqueza do cinema, tecnologia e arte, assim como incentivar a cooperação internacional técnica e financeira entre países. Espera-se o fortalecimento das relações internacionais do Brasil, atraindo também investimentos no comércio e indústria.	1	
11	Cooperação internacional para combater o tráfico ilegal de tartarugas marinhas	As tartarugas marinhas são criaturas migratórias e sua conservação requer esforços além das fronteiras nacionais. O trafico ilegal para a comercialização de ovos, carne e produtos derivados ameaça a sobrevivência dessas espécies em todo o mundo. A cooperação internacional é essencial para compartilhar informações, recursos e melhores práticas na implementação de medidas de conservação.	1	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
12	Taxação para produção e exportação de alimentos básicos maior do que o consumo interno	Taxar alimentos que são básicos e utilizados na culinária brasileira, mais que os consumidos no mercado fora do país, que não sejam priorizados no mercado interno	1	Ministério da Fazenda
Total			341	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023



Ministério da Saúde

Esta seção é destinada ao Ministério da Saúde

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 1.225
- Número total de votos: 306.740

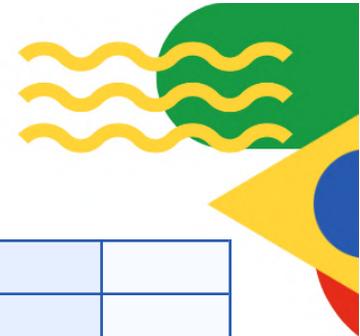


	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS. dos	Objetivo: investimentos na qualificação técnica, na capacitação continuada, na valorização profissional e em equipamentos necessários, para o desempenho das atividades de agente comunitário de saúde (ACS) e de agente de combate às endemias (ACE) com vistas à oferta e a ampliação dos serviços na estratégia saúde da família na atenção básica e de vigilância epidemiológica e ambiental, mediante a participação social, com educação popular em saúde.	95731	
2	Aumento do Piso da Enfermagem	Aumento do valor referente ao piso salarial nacional dos profissionais de enfermagem (enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras)	92502	
3	Cumprimento dos Pisos Salariais de todos os profissionais da Odontologia de todo o território Nacional	Garantia do Piso Salarial dos Trabalhadores de Saúde Bucal Cirurgiões(ãs)-Dentistas com aprovação do PL 1365/2022 tendo com base a Lei n 3.999/1961 e aprovação do PL 2504/2019 para Tecnicos em Saúde Bucal, Auxiliares de Saúde Bucal, Tecnico em Prótese Dentária e Auxiliares em Prótese Dentária	52840	
4	Implementar a Política Nacional de Cuidados Paliativos integrada às RAS e como componente de Cuidado na APS. com garantia de financiamento	Cuidados paliativos é uma estratégia que deve ser ofertada precocemente à todas as pessoas que apresentam doenças que ameaçam à vida, com objetivo de melhorar a Qualidade de Vida através do alívio de sofrimento de ordem física, emocional, social e espiritual, cuidando de pacientes e familiares, estendendo a fase de luto (OMS). No Brasil, 7% das pessoas que precisam recebem Cuidados Paliativos, A Frente PaliATIVISTAS defende: Cuidados Paliativos como Um direito Humano - Políticas Publicas JÁ.	11419	
5	Aprovação da PEC 14.	PEC 14/2021 Altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.	8407	
6	Novo Hospital Escola da UFPel	Referência em oncologia, cuidados intensivos adulto e neonatal, tratamento de HIV e gestação de alto risco. O projeto da sede própria é composto de 3 blocos, numa área de mais de 33 mil metros quadrados, com espaço para 250 leitos de internação clínica, projetado para	7408	



		promover a integração de ensino, pesquisa e assistência e a consequente prestação de modernos serviços à população. Ensinar para transformar o cuidar! Apoie este projeto de ensino e assistência à saúde da população da metade Sul!		
7	Criar um hospital federal, regional, transfronteiriço, 100% SUS em rede, para atender média/alta complexidade em saúde na fronteira, em Uruguaiana.	Regiões de fronteira, como a região 3 de saúde do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 500 mil habitantes, estão muito desassistidas em relação ao acesso a média e alta complexidade em saúde, ferindo os princípios de equidade, descentralização e regionalização do SUS. Agrega-se isso a distância de até 640 km para os centros maiores a que estes municípios são referenciados. O Município citado justifica-se em razão do amadurecimento da Unipampa, com 5 cursos de saúde, incluindo medicina, ativos.	6927	
8	Inserção do Nutricionista na equipe Basica da ESF	Considerando o aumento das DCNT, da vulnerabilidade da população, da situação do país voltando ao mapa da fome, a inserção do Nutricionista (profissional diretamente envolvido com as políticas de SAN) vai garantir acesso e resolutividade na APS. Alguns municípios, como Cabedelo/PB, que já tem este profissional nas USFs, são um exemplo para o Brasil. Sem definição pelo MS os municípios não irão aderir e a Segurança Alimentar corre o risco de não ser atendida	4651	
9	Construção do Hospital Universitário da UFT	A realidade tocantinense (1,5 mi de habitantes) clama por um novo hospital de grande porte. O único que atende todo o estado (HGP) segue lotado e atendendo acima do limite. Ademais, os cursos da saúde da UFT, que há anos tem formado médicos, enfermeiros, nutricionistas e psicólogos, não possuem um hospital próprio para formação e estágio. Assim, além de oferecer uma melhor formação técnica, também auxiliará o atendimento da população tocantinense, bem como das regiões Norte e Nordeste do Brasil.	3502	
10	Regulamentação do profissional naturólogo, ampliação da inserção do profissional no SUS e criação de cursos de Naturologia em Universidades Públicas	A regulamentação da profissão de naturólogo tramita no Congresso Nacional. O bacharelado existe há 25 anos no Brasil. Atualmente temos 14 cursos superiores. Este profissional trabalha com as terapias naturais no cuidado integral a saúde. A regulamentação é essencial evitando os riscos à saúde inerentes à prática, garante também o acesso integral e eficaz à população, além de contribuir para a ampliação da Naturologia no SUS e o número de cursos em universidades públicas. #propostacoletiva	2924	





		(Link externo)		
11	Lei das 30h da Enfermagem e Equiparação do Piso a esta carga horária	Precisamos de uma carga horária de 30h sugerida pela OMS e da mesma forma que o piso da categoria se equipare a esta jornada de trabalho	2723	
12	Construir do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Hospital Conceição	*Construir do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Hospital Nossa Senhora Conceição* permitindo o aumento de 700 mil exames/ano com a incorporação de novas tecnologias destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde/SUS.	2440	
13	Construir o Centro de Atendimento ao Paciente Crítico e Cirúrgico do Hospital Conceição	Construir o Centro de Atendimento ao Paciente Crítico e Cirúrgico do Grupo Hospitalar Conceição, destinado aos usuários do Sistema Único de Saúde/SUS* ampliando a oferta anual em mais de 15 mil cirurgias de média e alta complexidade para 16 especialidades e 14 mil novas internações em leitos de tratamento intensivo.	2418	
14	Construir e/ou reformar duas Unidades de Atenção Primária à Saúde do Hospital Conceição	*Construir e/ou reformar duas Unidades de Atenção Primária à Saúde do Grupo Hospitalar Conceição* para qualificar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde/SUS que buscam a atenção primária em saúde.	2298	
15	Reestruturação da Carreira da Saúde. Trabalho e Previdência de que trata o art. 1º da Lei 11.355/2006, com instituição de adicional de qualificação.	Os servidores da Carreira de Trabalho, Saúde e Previdência de que trata o art. 1º da Lei 11.355/2006 exercem atividades que são imprescindíveis para a população brasileira usufruir de todos os direitos trabalhistas e abarcados pela seguridade social. Esses servidores nunca foram valorizados, apesar de sua grande importância. Assim, é preciso valorizá-los e reestruturar essa carreira instituindo, dentre outros benefícios a estes trabalhadores: o adicional de titulação e o de qualificação.	2290	
16	Insalubridade para os profissionais da EBSERH aplicada sobre o SALÁRIO BASE.	Neste momento, com sentimento de injustiça pairando sobre o profissional da saúde que presta assistência direta ao pacientes, reiteramos o pedido para que haja a revisão e que sejam corrigidas as distorções salariais e revogação de atos administrativos e da Norma Operacional - SEI nº 2/2019/SSOST/CAP/DGP-EBESERH que prejudicam o trabalhador.	2115	
17	"Cannabis sativa" na política pública de saúde - SUS/PICs-Farmácia	A criação de procedimento administrativo/agência, para concessão de autorização de cultivo de "Cannabis sativa" em ambiente doméstico, com finalidade terapêutica para pacientes humanos e animais no SUS, com suporte nos	1638	





	Viva	Programas de Plantas Medicinais/Farmácia Viva (tipo 1) e nas Práticas Integrativas Complementares –PICS/Saúde Mental. A fim de que haja o direito à saúde e a reparação histórica com a retirada da planta da lista "E" de plantas proscritas e entrada na Farmacopeia Brasileira.		
18	Fortalecer as práticas corporais e atividades físicas na atenção primária à saúde do SUS	<p>Programa Academia da Saúde, ampliar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - polos custeados: chegar no final do quadriênio com 2.500 polos custeados (incremento de 300 por ano). Custo anual de R\$ 90 milhões; - valor de custeio: R\$ 4.000 (33%), custo anual de R\$ 48 milhões a cada 1.000 polos; Incentivo federal (IAF): - chegar a 4.000 unidades de saúde (US) custeadas no quadriênio (incremento de 750 por ano). Custo anual de R\$ 72 milhões*; *modalidade 2 <p>Descréditar polos e US que não cumprirem as condições normativas.</p>	1531	
19	Criação da Carreira da Auditoria Federal do SUS para fortalecer o controle, a avaliação e a fiscalização das ações e serviços em saúde e seus recursos	<p>O direito à saúde como prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impõe ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal direito.</p> <p>Assim, o controle sobre a aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde nas políticas públicas de saúde, é imprescindível para o funcionamento administrativo do SUS e para a efetiva avaliação da qualidade da prestação dos serviços de saúde a população.</p>	1488	
20	Dentista na Escola	<p>A inserção do Dentista nas escolas do Brasil será de extrema importância à prevenção da doença Cárie, em crianças em idade escolar, fase onde a atividade da doença se manifesta com maior prevalência, o Programa Dentista na Escola vai contribuir para melhorar e proporcionar um desenvolvimento saudável da saúde bucal da população, principalmente em Estados com baixa na cobertura odontológica pelo SUS (a exemplo, o Distrito Federal), garantido o acesso da população à Saúde Bucal.</p>	1459	
Total	20		306711	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo

Data: 16/07/2023



Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Auxiliar em saúde bucal	Advocacia Geral da União
2	Aposentadoria aos profissionais da enfermagem	Advocacia Geral da União
3	Profissionais da enfermagem do Brasil inteiro.	Advocacia Geral da União
4	Luta pela enfermagem	Advocacia Geral da União
5	Criação do laboratório de terapia de células tronco	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
6	Autonomia Administrativa e financeira através de dotação orçamentaria para os conselhos de saúde	Controladoria Geral da União
7	Programas direcionado pra deficientes físicos receberem aparelhos mecanismos como pernasmecanicas em todo Brasil participativo	Controladoria Geral da União
8	Portaria 400 16/11/2009	Ministério da Defesa
9	Concelho dos Esteticistas	Ministério da Defesa
10	Sistema Único de Saúde para animais (SUS ANIMAL)	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
11	Desprecarização de vínculo dos Agentes de Saúde e Agentes de Combate às Endemias	Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos
12	Criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Estética e Cosmetologia (URGENTE – Lei 13.643/2018)	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
13	Criação dos Conselhos Federal e Estaduais de Estética	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
14	Três Salários Mínimos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
15	Conselho federal estética e cosmética	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço
16	Piso da enfermagem	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço
17	Regulamentação da cosmética natural e artesanal	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço
18	Fortalecer os trabalhadores da saúde no SUS	Ministério de Minas e Energia
19	Piso salarial da enfermagem	Ministério do Planejamento e Orçamento

20	Criação de Unidades Básicas de Saúde Indígena-UBSI	Ministério dos Povos Indígenas
21	Sobre criança autista educação e segurança e saúde	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
22	Piso da enfermagem	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Esta seção é destinada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 41
- Número total de votos: 542



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Realização das Conferências em Comunicação - Confecoms	Justificativa: as conferências são essenciais para articulação de uma política de comunicação democrática e diálogo com a sociedade em defesa dos direitos e da democracia.	128	Ministério das Comunicações
2	Reinstalação do Conselho Curador da EBC	O Conselho Curador foi extinto em 2016 como espaço estratégico de participação social e afirmação do caráter público da EBC. Por isso, a necessidade urgente de sua reinstalação.	105	Ministério das Comunicações
3	Novas Fontes de Receita para EBC	Incrementar novas fontes de Receita à Lei de criação da EBC para fomentar a Comunicação Pública e de Governo, integrando Universidades e Institutos Federais, empresas privadas e outros órgãos, com o objetivo de gerar riqueza, promover a valorização dos colaboradores da EBC e entregar mais informação ao cidadão brasileiro, direcionada, onde quer que ele esteja. A EBC é uma empresa incrível e ajuda a mais de 214 milhões de brasileiros no Brasil e no mundo com informação de qualidade diariamente.	46	Ministério das Comunicações
4	Povos e Biomas Brasileiros	Fomentar conteúdos para os veículos de comunicação pública, abordando os 6 biomas brasileiros, os 305 povos originários e 27 povos tradicionais de forma transversal em linguagem direta e popular, revelando o Brasil de dimensão continental com relevo, clima e vegetação diversificada, povoado de riquezas e conhecimentos ancestrais. Levar para todos os públicos suas complexidades e belezas, desafios e importâncias para o futuro climático, econômico, científico e social.	42	
5	Formação de rede de comunicação popular	Formação de redes a partir da SECOM envolvendo os blogs progressistas, comunicadores populares, rádios comunitárias. Essas redes receberiam esses materiais informativos condensados (memes, cards com formato para aplicativos) e rapidamente fazer a disseminação da informação.	41	
6	Melhorar a comunicação do Governo com grupos dentro de cada ministério e apoio de críticos e influencers!	Criar grupos de comunicação dentro de cada ministério para divulgar as notícias do governo em cada área e principalmente combater a fakenews e distorções. E tem que ser atuação imediata, constante.	24	





7	Informar ações e Combate a desinformação	E atuar em todas as vertentes de comunicação: entrevistas , redes sociais, tv, radio... Necessário fazer parceria com críticos das redes sociais e blogs , e grandes influencers. Necessário Lula aparecer mais e fazer lives. Não só no canal dele mas nos canais de podcats.USA O INSTAGRAM DO LULA COM AÇÃO		
	Educomunicação	Criar Programa Nacional de Educomunicação, com vistas a realização de ações no âmbito da educação formal e não formal, com possibilidade de execução de projetos via editais acessados por entidades da sociedade civil, com foco, principalmente, na juventude.	18	Ministério da Educação
8	Comunicação Social: fortalecer a Mídia Alternativa Popular	Destinar um percentual mínimo de 10% (dez por cento) das verbas de publicidade contratadas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo Federal para os meios alternativos de comunicação popular, constituídos por portais, blogs e rádios e tvs web, como forma de democratizar, na prática, a comunicação no país.	17	
9	Comunicação democrática	Acabar com todas as rádios que tem donos políticos.	14	Ministério das Comunicações
10	Programa de Inclusão Digital para Todos	O Programa de Inclusão Digital para Todos tem como objetivo principal promover o acesso universal e igualitário à internet e às tecnologias digitais em todo o Brasil. Reconhecendo a importância cada vez maior da conectividade e da alfabetização digital na sociedade contemporânea, esta proposta visa garantir que nenhum cidadão brasileiro seja excluído das oportunidades proporcionadas pelo mundo digital. Este programa abrangente irá abordar diferentes aspectos da inclusão digital.	13	Ministério das Comunicações
11	Ao menos 10% das verbas publicitárias de todos os setores da União destinadas para as mídias independentes, como portais, blogs, rádios e tvs web.	Destinar um percentual mínimo de 10% (dez por cento) das verbas de publicidade contratadas pelos órgãos da União Direta e Indireta para as mídias independentes de comunicação popular, constituídos por portais, blogs e rádios e tvs web, como forma de democratizar, na prática, a comunicação no país. As mídias independentes estão na linha de frente, dando a cara a tapa e	11	





		acabam sempre ficando esquecidas, com a verba publicitária concentrada as grandes empresas de comunicação.		
12	Redes Sociais Voluntários	Criação de uma Secretaria Nacional de Comunicação em Redes Sociais, com objetivo de abastecer militantes ativos e simpatizantes com propostas e ações implementadas pelo Governo Federal BRASIL UNIÃO e RECONSTRUÇÃO 🇧🇷, onde às informações cheguem de maneira rápida e organizada.	11	
13	Adição de Libras como disciplina obrigatória em todas as escolas do Brasil	Deficientes auditivos sofrem com a dificuldade de se comunicar com ouvintes, visto que, a maior parte da população brasileira não sabe se comunicar em libras. Lecionando libras desde a entrada de uma criança à sua primeira rede de ensino(creche) garante que ela aprenda a língua com maior facilidade, pois essa fase proporciona uma captação melhor de conteúdo. Já a permanência da disciplina até o ensino médio garante que o conteúdo aprendido não seja esquecido pelas pessoas.	9	Ministério da Educação
14	Comunicar com a sociedade de forma sucinta e bem humorada	Desmentir as fakenews e comunicar as ações e as polêmicas envolvendo o governo com vídeos curtos, significativos e cheios de humor. Pedir ajuda aos estudantes dos cursos de comunicação das universidades federais, na forma de estágio ou extensão, especialmente nos cursos sob orientação do Felipe Nunes da UFMG e do Felipe Pena da UFF. Também, na mesma linha, encher as redes com a agenda positiva do governo, em comunicações curtas, objetivas e menos racionais (mais afetivas e divertidas).	8	
15	Rede Social Brasileira (EBC)	Criação, via EBC, de uma rede social exclusiva brasileira, de modo a ter um ambiente seguro e transparente entre os usuários, além de servir como um canal oficial para governo e cultura.	8	
16	Regulamentação da mídia	Regulamentar a atuação dos meios de comunicação, especialmente as TV que são concessão do Estado, afim de evitar que este setor se ache um outro "poder" político, criando mecanismos efetivos de controle social para preservar a soberania e o interesse público.	7	Ministério das Comunicações





17	Sobre criança autista educação e segurança e saúde	A primeira e sobre mais segurança no nosso estados principalmente no bairros carentes .outro mais educação pro nos filho mais esportivo e lazer pra as crianças não está nas ruas e outras sobre nossa criança ter mais clínicas pra os tratamentos que não tem fora os direitos que não temos	6	Ministério da Saúde Ministério da Educação Ministério da Justiça e Segurança Pública
18	Selo Vegano/Vegetariano	Criação de um selo para ser inserido em embalagens em produtos de empresas que se provem 100% veganas ou vegetarianas. Tem como finalidade facilitar a identificação de produtos veganos e vegetarianos pelos consumidores, incluindo aqueles que possuem restrições alimentares, como pessoas alérgicas, veganos e vegetarianos. O selo deverá ser facilmente legível e visível na embalagem do produto, posicionado de forma a não causar interferência na comunicação geral do produto.	4	Ministério da Agricultura e Pecuária
19	Valorização e reconhecimento do trabalho da imprensa pelos poderes do Brasil	A valorização e o reconhecimento do trabalho da imprensa pelos três poderes do Brasil são essenciais para fortalecer a democracia, promover a transparência e garantir o direito à informação. Através da implementação das medidas propostas, estaremos criando um ambiente propício para o exercício livre e responsável do jornalismo, contribuindo para uma sociedade mais justa, informada e participativa. A imprensa livre e independente é um pilar fundamental do Estado democrático de direito.	4	
20	Publicidade e propagandas no website do Portal Mulher Amazônica	Divulgar ações do Governo Federal em Website (https://portalmulheramazonica.com.br/site/ (Link externo))	3	
Total	20		519	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023



Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Entretenimento	Secretaria de Relações Exteriores

**Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da
República**

Esta seção é destinada à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 29
- Número total de votos: 466



Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Reforma Política – Redução do número de políticos no Brasil	Realizar uma Reforma Política, reduzindo o número de vereadores, deputados estaduais e distritais, deputados federais e senadores, bem como extinguir as chefias de gabinete, secretárias, assessorias e auxílios parlamentares (moradia, terno, entre outros). Reduzir o teto salarial de políticos para o equivalente a no máximo 15 salários mínimos brutos. Criar uma metodologia em que os próprios políticos não possam alterar seus salários, apenas receber o reajuste, conforme atualização do nosso mínimo	127	
2 Reforma Política – Rotatividade nos cargos políticos	Atualmente no Brasil, a política virou emprego e não abre a oportunidade para novas pessoas, bem como a candidatura de verdadeiros representantes do povo. Sugiro que cada cidadão só possa exercer uma única vez cada cargo político, com um mandato de cinco anos. Por exemplo, a pessoa que foi vereador em um mandato só poderia se candidatar para outro cargo político na sequência, como por exemplo Prefeito. A pessoa que foi Deputado por um mandato não poderia ser reeleito, mas poderia ser Senador.	60	
3 Fim da Reeleição para qualquer cargo	Promover a Verdadeira Democracia Com Fim da Reeleição Continua para Qualquer Função . Criando Uma Verdadeira Renovação e Fim do Político Profissional.. Obrigatoriedade de Primárias Em Partidos e Fim do Fundo Partidário/eleitoral. Oficialização da Candidatura Independente.	59	
4 Centro de Referência em Cidadania, Direitos Humanos, Políticas Públicas, Saúde, Educação e Economia Criativa LGBTQIAPN+ no Estado do Amazonas	Centro de Referência LGBTQIAPN+ no Estado do Amazonas, nos segmentos : Delegacia LGBTQIAPN+, Serviços Jurídicos, Acompanhamento Social e Familiar , mapeamentos como Observatório de Mortes e Violências , Observatório de Políticas Públicas LGBTQIAPN+ para que PL já aprovadas serem exercidas , como o Conselho de Combate a Discriminação ,Habilitação do Ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero, Inclusão do tema sobre Diversidade Sexual e Gênero na Educação , Centro de Cultura e Economia Criativa	58	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
5 Mais empregados.	A CAIXA como ente público, precisa estar à altura	35	Ministério





		das demandas da população. Isso acontecerá com maior efetivo no quadro de empregados no Banco.		da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
6	Cargos públicos	Está proibido de concorrer a cargos públicos, todo aquele que tem escândalo, provas irrefutáveis de corrupção.	29	
7	Conselhos de Governança na União, Estados, Municípios e DF	Criar uma convergência nacional entre os entes da federação e suas prioridades nas políticas públicas.	19	
8	Fim ao fórum privilegiado	Acabar com o fórum privilegiado de todos os políticos.	16	
9	Candidatar sem associação partidária	Dificultar o tráfico de influência e o loteamento de cargos públicos por associação de pessoas, para manutenção de poder e desvio de recursos públicos. Qualquer candidato poderia ser eleito diretamente deste que obteve coeficiente eleitoral e votos superior ao coeficiente partidário menos votados e que elegeria pelo reaproveitamento de votos.	13	
10	Governos ficha limpa	Proposta para que os nossos governantes para atuar no governo possam ter suas fichas limpas e nunca ter passagem pela polícia!	9	
11	Tornar obrigatório que todo candidato a cargo político tenha formação superior !	Exigir a todo candidato a algum cargo político, que seja desde um vereador ao candidato a presidência, que tenham o mínimo grau de instrução com formação superior em áreas de gestão, administração, contabilidade, política ou relacionadas. Isso não vai impedir pessoas desonestas e corruptas entrem na gestão pública, mas ao menos vamos ter a nossa frente pessoas com um grau de instrução para ser líder e ter consciência do que é melhor para a população ao invés de pessoas incapazes como tem hoje	7	
12	Limitação de reeleição a Mandato Parlamentar	Fica a reeleição a mandato parlamentar de Senador, Deputado Federal e Estadual. Limitada à uma reeleição	6	
13	Eleições sem extremos: a virtude está no meio	Trata-se de alteração na forma de votação na urna eletrônica.	4	





		A ideia é que o eleitor, para qualquer cargo eletivo, vote em seu candidato e, logo em seguida, vote em outro candidato que ele não queira de jeito nenhum; que seja muito rejeitado por ele. Ou seja, um voto positivo em quem ele quer e outro negativo em quem ele não quer. Será eleito quem tiver o maior saldo de votos. Dessa forma, o candidato eleito seria aquele com menor rejeição e não precisaria ter dois turnos.		
14	Brasil sem corrupção	Para que nossos políticos sejam todos ficha limpa. Quaisquer deles que tenham denúncia por corrupção, que se tornem inelegíveis. Político limpo, exemplo para a população!	3	
15	Promoção de quesa.	Promoção a sub oficial da aeronáutica	3	Ministério da Defesa
16	Relações Institucionais	Promover na Secretaria Geral da Presidência da República, a coordenação das políticas e ações públicas elaboradas e implementadas no Governo Federal a partir do compartilhamento de informações entre todas as áreas de ação governamental. Para isso, estruturar banco de dados que possa cruzar essas informações para evitar sobreposição de ações, e estabelecer calendário para reuniões de alinhamento de informações e estabelecimento de estratégias de ação. Incentivar a prática em estados e municípios.	3	
17	Suporte Técnico, Convênios e Parcerias com Associações de Moradores e Conselhos Comunitários brasileiros	As Associações de Moradores e Conselhos Comunitários de todo o Brasil tem cumprido o importante papel de combate às desigualdades sociais identificando e encaminhando as demandas às autoridades mas infelizmente ainda não conseguem garantir as condições estruturais, de formação e qualificação. O reconhecimento como importância devida a estas entidades comunitárias e seus respectivos líderes e dirigentes não podem passar despercebidos pelas gestões democráticas desse país e seus entes federados.	2	Secretaria Geral da Presidência da República
18	Fortalecer a Democracia Fim da Reeleição	Fim da reeleição para Executivo e Legislativo, mandato único de 6 anos. Desmembrar a eleição Federal e Estadual, tendo assim eleições a cada 2 anos no Brasil. É proibido o Mandatário de disputar outra eleições; para disputar tem que renunciar o mandato!	2	





19	Um olhar e um aceno de um governo democrático e poplar pacifica um segmento que tanto cresce!	Durante muito tempo o movimento evangélico tratou a política como algo do Diabo e por isso a política durante muito tempo foi conduzida por pessoas que muitas vezes não tinham o temor de uma pessoa cristã e que não defendiam o Evangelho. Hoje vivemos em um país que se diz cristão e por isso é importante que tenhamos representantes desse segmento para defender a reconstrução do Brasil	2	
20	Redução dos benefícios extras dos políticos brasileiros e estipular piso máximo de salário em 10 salários mínimos	Visto que os políticos são funcionários públicos, cujo patrão é o POVO QUE OS ELEGEM. Estes, não podem receber absurdamente a mais do que seus patrões, O POVO, sendo assim, o salário destes, deve ser apenas para suprir necessidades básicas de sobrevivência; assim como a maioria dos brasileiros.	2	
Total	20		459	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	FIM do Art 29 VI, da Constituição	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
2	Redução de gastos com políticos.	Ministério do Planejamento e Orçamento
3	Teto para salários públicos	Ministério do Planejamento e Orçamento
4	Diminuição dos Benefícios dos Políticos	Ministério do Planejamento e Orçamento
5	Extinção do fundo eleitoral e uso do valor em saneamento básico	Ministério do Planejamento e Orçamento
6	Promover a padronização dos registros administrativos produzidos pelos entes federativos e investir em pesquisas usando Big Data	Ministério do Planejamento e Orçamento
7	Reducao do numero de politicos e seus beneficios.	Ministério do Planejamento e Orçamento
8	Criação do Brasil Cidades - Carteira de Projetos e Programa Nacional para uso racional das Emendas Parlamentares	Ministério do Planejamento e Orçamento



Secretaria Geral da Presidência da República

Esta seção é destinada à Secretaria Geral da Presidência da República

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 86
- Número total de votos: 2.434



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Apoio à construção de políticas transversais de investimento e acesso à informação para o 3º Setor	Galpões para as cooperativas de reciclagem, maquinário e capital de giro. Educação específica para a categoria, que tem um projeto chamado PONAREP, que vai apoiar a educação e a reciclagem popular, voltada à categoria dos catadores. Aposentadoria especial (dar andamento à PEC). Melhoria na saúde dos trabalhadores da categoria, com feiras dentro das cooperativas e associações. - Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Material Reciclado do Brasil. MNCR	734	
2	Reedição e atualização do programa território de cidadania	1. Aumentar a participação social 2. Melhorar os resultados da execução das políticas públicas nos territórios de cidadania 3. Definir os territórios de cidadania como local privilegiado para a produção de alimentos saudáveis com base em processos também saudáveis na produção.	458	
3	Apoio aos catadores e catadoras da reciclagem	Galpões para as cooperativas de reciclagem, maquinário e capital de giro. Educação específica para a categoria, que tem um projeto chamado PONAREP, que vai apoiar a educação e a reciclagem popular, voltada à categoria dos catadores. Aposentadoria especial (dar andamento à PEC). Melhoria na saúde dos trabalhadores da categoria, com feiras dentro das cooperativas e associações. - Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Material Reciclado do Brasil. MNCR	308	
4	Transversalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a construção do PPA Participativo do Brasil	Utilização da Agenda 2030, que estabelece os ODS, como guia e ferramenta para alinhamento de programas e políticas do PPA no Brasil. Com objetivo de inserir debates transversais e interseccionais e servir como mecanismo para articulação interministerial – com a formação de redes de boas práticas, lições aprendidas e facilitação dos meios de implementação. Utilizar os 17 ODS para alinhar elementos do PPA, permitindo integração temática e o caráter indivisível das dimensões de sustentabilidade.	195	
5	Programa Nacional para a Juventude Rural – Gestão Compartilhada (sucessão rural)	Proposta de criação do Programa Nacional para a Juventude Rural – Gestão compartilhada, onde os jovens rurais de baixa renda receberão um fomento e os demais, acesso garantido a uma linha de crédito com juros baixos, para o desenvolvimento de uma atividade econômica, com acompanhamento das empresas públicas de ATER. Justificam esta proposta, dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017, que demonstram uma tendência de envelhecimento relativo	72	



		da população rural brasileira.		
6	Programa de desenvolvimento e oportunidades de carreira para a juventude	A proposta consiste em oferecer cursos gratuitos de engenharia de robôs para capacitar jovens em habilidades relacionadas a tecnologias e robótica, visando prepará-los para a era digital e aumentar a empregabilidade na área. É necessário estabelecer parcerias com escolas e universidades locais, empresas e organizações para fornecer experiências práticas de trabalho e oportunidades de emprego, além de coletar feedbacks dos participantes para melhorar o programa.	69	
7	Fortalecimento do Controle Social	Fortalecimento das instâncias de controle social: conselhos de direitos, fóruns da sociedade civil e conferências nos três níveis de governo, mediante aporte de recursos financeiros e tecnológicos para o funcionamento dos coletivos, do incremento de recursos humanos para operacionalização das ações e viabilização da efetiva participação social.	57	
8	Cadê as juventudes? – Plataforma de monitoramento e mapeamento de políticas	Criação de plataforma federal de monitoramento de políticas públicas voltadas para as juventudes, com o objetivo de mapear iniciativas e projetos a nível municipal e estadual, para assim ter a consolidação de dados focados especificamente nesse público. Nesse sentido, é fundamental que haja um mecanismo de acesso e acompanhamento de informações referentes às juventudes como forma de garantir a Lei de Acesso à Informação, primordiais para reivindicação de direitos. #PropostaColetiva (Link externo)	43	
9	Comissão Permanente para políticas positivas Carcerária	A criação de uma comissão Permanente para políticas públicas efetivas e positivas para o sistema prisional. Muito importante essa comissão ser composta a nível federal com a participação de representantes de áreas técnicas somadas a participação da sociedade civil a exemplo de grupos e associações de visitantes do sistema prisional. Além desta comissão, ainda ser criada a nível estadual e municipal comitês de trabalho. Hoje a FCCRS que é uma associação aqui no RS já tem um formato semelhante.	38	
10	*Recicla Ilha Grande Piauí	Tornar a troca de material reciclável por plantas, uma política pública eficaz na promoção de Serviços Ambientais e valorização das famílias de catadores na Planície Litorânea do Estado do Piauí.	37	



11	Casa do Projeto Popular: Espaço das Juventudes	Propomos a construção de um espaço físico que agregue diferentes movimentos sociais e organizações da sociedade civil com foco nas políticas públicas de Juventude. O objetivo da Casa do projeto popular é criar um ambiente capaz de gerar acolhimento para os jovens de periferia, realizando atividades de Educação, formação política, atividades artísticas e culturais. A casa vem como ferramenta política para fortalecer as organizações do campo popular que também buscam incidir na política do país	35	
12	Juventude para todos.	Cobramos a presença do (JiB) Jovens Independentes pelo Brasil, demais Movimentos Cívico-Políticos e ONG's sem ligação com a UNE nos Conselhos de Juventude, em busca do diálogo amplo. uma vez que a UNE não representa a totalidade dos jovens brasileiros. 1) Programa Estação da Juventude em território nacional. 2) Conscientização com ênfase cívica para jovens 3) Conferência Nacional da Juventude 5) Criação da Ouvidoria 6) Fomento de programas esportivos no âmbito das Associações de Moradores,	29	
13	Criação do Fundo Nacional de Juventude (FUNJUVE)	O Fundo Nacional de Juventude (custeará) o fomento de políticas públicas, programas e projetos voltados para a juventude dos Municípios, Estados e Distrito Federal e da Sociedade Civil nos eixos de Saúde Educação, Desporto, Lazer, Cultura, Direitos Humanos e Meio Ambiente, bem como, garantir a participação juvenil de forma equânime e plural no espaço de controle social considerando os aspectos em cada região (território).	26	
14	Piso da enfermagem	Aumento do piso da enfermagem.	26	Ministério da Saúde
15	Democracia Direta	Consulta Pública ANUAL a População pra DEFINIR os rumos do Orcamento Anual, O PODER nas Mãos do Povo funciona como um Limite ao Poder na mãos dos Políticos. Gostei da proposta do Brasil Participativo, mas QUERO SER OUVIDO muito mais. até nos municípios.	26	
16	Criação do Fundo Estadual das Juventudes Paraenses	Propomos a criação de um fundo estadual voltado para a promoção de políticas públicas e projetos que atendam as juventudes do Estado do Pará, atrelado ao Conselho de Juventude do Estado do Pará. O fundo ajudará a garantir que milhares de jovens negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, LGBTI+, das diferentes regiões do estado tenham acesso aos seus direitos. O COJUEPA reúne jovens representantes das 12	21	





		regiões de integração do estado e poderá auxiliar na boa utilização desses recursos.		
17	Acesso a primeira residência própria na juventude - Interiores Nordestinos	Programa destinado a aquisição de moradia própria para Jovens de 24 a 30 anos (ou dependendo da situação alterar) para a sua primeira residência. O programa seria vinculado ao Minha Casa Minha Vida, além de consócios das casas populares, financiamento, além de fornecer 50% de uma construção de moradia e terreno ao Jovem. Com essa proposta a análise tanto econômica e histórico familiar seriam coletadas, renda e motivo de adquirir sua primeira residência desde que contribua socialmente.	18	Ministério das Cidades
18	Movimento Nacional para Educação Popular de Base: Mutirão de Educadores Populares para o despertar da consciência política e cidadã.	Movimento nacional em mutirão/agentes comunitários visando a formação de cidadãos atuantes na ação transformadora da sociedade. Ojetivos: 1) Fortalecimento da democracia para enfrentamento às ameaças do neoliberalismo , extrema direita, nazifascismo; 2) Despertar de uma consciência política/cidadã que transforme os cidadãos em protagonistas das lutas sociais em defesa da vida (Teto, Terra e Trabalho/Renda), visando o combate a fome e a redução das desigualdades,	17	
19	Ampliação do parlamento jovem	Além dos jovens de 16 a 22 anos, deveria ter crianças e adolescentes de 10 a 15 anos. Funcionando no mesmo sistema de agora. Com o jovem aprendiz para 14 a 17 anos, no modelo presencial ou virtual, nas áreas executiva, legislativa e judiciária, á escolha dos jovens.	14	
20	Programa Aqui Tem Jovem	Programa Nacional de incentivo a geração de oportunidades de emprego para a juventude. O governo concederá isenções de tributos e incentivos fiscais a empresas e organizações que tiveram jovens de 15 a 29 anos nos seus quadros de colaboradores, além disso, disponibilizará repasses financeiros para municípios que tenham programas de estágios (remunerado ou não) e outras políticas de empregabilidade destinada a juventude.	14	
Total	20		2237	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023



Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Como resolver o problema do catadores de lixo	Advocacia Geral da União
2	Pagamento por serviços ambientais aos catadores de materiais recicláveis organizados nas associações e cooperativas solidárias.	Ministério da Fazenda
3	Projeto de lei complementar dos sindicatos, centrais, federações e confederações	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
4	Programa de Solicitação de benefícios aos atingidos da barragem de Mariana/MG	Ministério da Integração
5	Isenção de imposto para Organização da Sociedade Civil - OSC	Ministério do Planejamento e Orçamento Público
6	Fortalecimento do 3º Setor	Ministério do Planejamento e Orçamento Público
7	Suporte Técnico, Convênios e Parcerias com Associações de Moradores e Conselhos Comunitários brasileiros	Secretaria de Relações Institucionais
8	Fortalecimento do Controle Social na Construção e Efetivação das Políticas Públicas de Seguridade Social	Casa Civil
9	Participação Popular	Casa Civil

Ministério do Trabalho e Emprego

Esta seção é destinada ao Ministério do Trabalho e Emprego

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 363
- Número total de votos: 17.516



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Jornada de 40 Horas Semanais para todas as categorias	Hoje o país permite jornadas de até 44 horas semanais. Este tempo impossibilita o trabalhador de buscar uma formação continuada ou se dedicar mais a sua família. Com uma jornada universalizada de 40 horas poderemos contribuir para uma melhor qualidade de vida da população.	4914	
2	Aprovação do Plano Especial de Cargos do Ministério do Trabalho e Emprego: instrumento de governança e fortalecimento da capacidade institucional	O novo Plano Especial de Cargos do Ministério do Trabalho e Emprego (formada por Analistas e Técnicos do Trabalho), exigirá dos servidores administrativos novas competências técnicas, criatividade e inteligência emocional para a melhor condução de processos operacionais e tomada de decisões. A carreira é orientada pelo mérito, entregas e resultados produzidos pelo servidor com potencial para ser utilizada como instrumento de governança de pessoal e fortalecimento da capacidade institucional.	3919	
3	Envio do Plano Especial de Cargos do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Previdência Social – PECMTE/MPS para o MGI	Solicito aos Ministros Luiz Marinho (MTE) e Carlos Lupi (MPS) que o “Produto Final” realizado pelo Grupo de Trabalho – GT Interministerial (instituído pela Portaria M.T.E. nº 1.610/2023.), instituído pela Portaria M.T.E. nº 1.610/2023, seja encaminhado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, até 31 de maio de 2023, prazo fixado no art. 4º do decreto nº 9.739/2019 e nas duas portarias ministeriais.	1379	
4	Ampliação Justiça do Trabalho	Abertura de novos concursos e criação de novas varas do trabalho no âmbito da Justiça do Trabalho	1120	Ministério da Justiça e Segurança Pública
5	Regulamentação do profissional biotecnologista	A biotecnologia é muito importante para a obtenção de produtos sustentáveis e com alto valor agregado, como biofármacos, biofertilizantes, biocombustíveis, entre outros. Desta forma, a regularização do profissional biotecnologista, assim como estava escrita no PL 3762/2019, torna-se fundamental para a bioprospecção dos nossos recursos naturais, tendo em vista que há interesse do atual governo de explorar os recursos naturais, sobretudo da Amazônia.	430	



6	Direito de adicional de periculosidade para trabalhadores de áreas de barragens	O número de incidentes relacionados a ruptura de barragens de rejeito de mineração tem aumentado nos últimos anos, sendo observado uma média de três acidentes mundialmente por ano. As rupturas entre 1915 e 2022 resultaram em cerca de 2650 fatalidades. A Constituição Federal brasileira não prevê o pagamento de adicional de periculosidade para quem trabalha com barragens. A proposta é para que os trabalhadores que acessam barragens sejam incluídos e tenham direito a receber esse adicional.	339	
7	Economia solidaria	*INSERIR NO TEMA TRABALHO E EMPREGO* Proposta: Fomento aos empreendimentos da economia solidária liderados ou compostos majoritariamente por mulheres com formação, estruturação produtiva, apoio à gestão e ao acesso aos mercados à partir da perspectiva da economia feminista.	265	
8	Apoio e Fomento a Bancos Comunitários e Moedas Sociais	Bancos Comunitários são serviços financeiros, descentralizados e auto gerenciados. Atuam com uma linha de crédito para produção a juros muito baixos e uma linha de crédito para o consumo em moeda social, oxigenando as economias do território. Podem ser criados pela sociedade civil ou pelas prefeituras, que pagam seus programas sociais na moeda do município, aumentando a venda no comércio local. Já existem 152 bancos comunitários no Brasil em 20 estados. Estamos redesenhando o sistema financeiro	222	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
9	Capacitação em direção defensiva para estudantes de escolas de tempo integral.	Como sabe, a habilidade de dirigir é valiosa que traz benefícios tanto na vida acadêmica quanto profissional dos estudantes. Pra essa capacitação, escola de tempo integral ofereceria curso de direção defensiva com abordagem prática e teórica. O curso seria desenvolvido em conjunto com autoescola credenciada, com duração de 30 horas e divididas em aulas teóricas e práticas. Ao final do curso, com seus certificados de conclusão do curso, aumentar suas chances de inserção no mercado de trabalho.	208	Ministério da Educação



10	Descongelamento do direitos dos servidores públicos Municipais, Estaduais e Federais	<p>Precisamos dos nossos direitos DESCONGELADOS ! O que se fez com os funcionários públicos é inadmissível. Fomos lesados nos nossos direitos que deveriam estar resguardados. Congelaram anuênio, sexta–parte, licença premio e outras verbas. Pessoas que aguardavam sexta–parte para aposentar estão tendo que trabalhar um ano e sete meses a mais para ter o seu direito,</p> <p>Não é licito isso que passamos ! Fomos roubados Pelo descongelamento dos nossos direitos retroagindo ao momento em que foram suspensos.</p>	207	
11	Profissional de Ergonomia Incorporado ao SESMT	<p>Discutir a obrigatoriedade de inserção de profissional de Ergonomia ao SESMT das empresas, com a finalidade garantia de desenvolvimento da gestão de riscos ergonômicos, bem como suas atribuições possíveis de serão realizadas e difundidas no dia a dia da empresas e não mais somente quando exista intervenções do Ministério do Trabalho, auditorias e afins.</p> <p>Pelo histórico nacional, a intervenção somente ocorrerá com o profissional especialista na área com as devidas capacitações inseridos na cultura</p>	204	
12	Painel Dinâmico para o Fomento ao Trabalho, Emprego e Renda	<p>Criação de projeto piloto nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) de fomento ao emprego, trabalho e renda, atribuição prevista no Decreto nº 11.359/2023, art. 36, incisos I e II, de criação do Painel Dinâmico de Informações do Mundo do Trabalho, consolidando dados do CAGED e RAIS, órgãos parceiros e informações locais coletadas por servidores da SRTE norteados pela matriz SWOT, ofertando cenário microeconomia para empreendedores, gestores públicos, cidadãos e pesquisadores.</p>	201	
13	Investimento: Uma criação de um mercado cannabico no Brasil!	<p>Com o objetivo que seja criado um novo setor industrial e econômico no país, a criação de um novo mercado geraria novos empregos e auxiliaria no desenvolvimento do país. Tendo em vista que, a planta contém uma versatilidade grandiosa podendo ser trabalhada de diversas formas.</p>	183	Ministéri o da Fazenda
14	Instituir um Sistema Nac. de Economia Solidária com a criação Fundo de Financiamento e estruturação da SENAES	<p>Instituir um Sistema Nac. de Economia Solidária com a criação de Fundo de Financiamento e estruturação da SENAES com orçamento suficiente para atender as demandas da Ecosol, quanto à incubação dos EES rurais e urbanos, incluindo catadores de resíduos sólidos, com acesso ao crédito, assessoria técnica multidisciplinar e formação, o fomento à criação de redes de produção, comercialização e consumo para acesso aos mercados e a criação de um prog. de aquisição de bens e serviços da Ecosol.</p>	154	





15	Programa Nacional Fortalecimento de Economia Solidária	Instituir o Prog. Nat. de Fort. de Econ. Solidária, transversalizado em todas as áreas, que contemple: incubação, de novos grupos e fort. dos existentes, com fomento, crédito, investimento, qualificação socioprofiss. e gerencial, assess. técnico, incluindo apoio aos trabalhadores/as populares urbanos por conta própria com articulação de redes, de colaboração solidária. Acesso a mercados, incluindo o mercado institucional como criação de uma política de aquisição de bens e serviços nos moldes do PPA	154	
16	Implementação de Políticas Estruturais de Capacitação e Geração de Emprego e Renda para a população LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade.	Propomos a criação de um Plano de Capacitação e Geração de Emprego e Renda para a população LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade, contemplando o acesso à educação formal e mitigando as barreiras enfrentadas nas tentativas de ingresso ao mercado de trabalho formal. O Plano envolveria de esforços de diferentes agências e ministérios, tais como Trabalho, Direitos Humanos, Planejamento, Desenvolvimento Social, dentre outros, respondendo aos complexos desafios enfrentados por tal comunidade.	150	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
17	Auxílio Desemprego	O auxílio desemprego visa colaborar com a inserção de pessoas desempregadas na economia do país. O desemprego proporciona insegurança alimentar, financeira, prejuízos educacionais, problemas de saúde mental e outros. O auxílio desemprego proporcionará um avanço significativo na incerteza de milhões de brasileiros. Contribuindo com a cidadania e vida digna das pessoas em situações de vulnerabilidade econômica e social.	127	
18	Programa Nacional de Reestruturação e Promoção da Economia Solidária - NAPP PAUL SINGER	Fomentar a economia solidária como eixo transversal e necessário para o bem viver, reindustrialização, geração de trabalho e renda, enfrentamento da desigualdade social, emergência climática, racismo e machismo estruturais e para democratização do país. Eixos: 1 Sistema Nacional de Promoção da Ecosol; 2 Programa Nacional de Educação, Tecnologia e Cultura em Ecosol; 3 Programa de Reindustrialização Solidária, cooperativismo e sustentabilidade; 4 Segurança Alimentar e Nutricional.	120	
19	Redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução dos salários	A fim de aumentar a oferta de empregos e dar aos trabalhadores mais horas de lazer, o governo deve investir na aprovação de lei que altere gradualmente a jornada máxima de trabalho para 30 horas semanais sem redução dos salários. Enquanto a lei não é aprovada, o governo deve conceder incentivos fiscais às empresas que escolham aderir às 30h antecipadamente, bem como desincentivar a "Pjotização" do trabalhador, fortalecendo os contratos CLT.	118	





20	Programa Economia Solidária e Transição Socioambiental	Promover a transição socioambiental de desenvolvimento sustentável, de modo efetivo e sinérgico, por meio da organicidade socioprodutiva da economia solidária, agregando ações estruturantes de geração de trabalho e renda, erradicação da pobreza, democratização econômica, sustentabilidade ambiental, justiça social, com a participação plena e autogestionária dos trabalhadores livremente associados e beneficiários do programa. Contribui com os eixos estratégicos 1, 2 e 3.	99	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Total	20		14513	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

Proposta	Ministério
Pisa Salarial Nacional para Jornalistas	Secretaria Geral da Presidência da República
Moradia Rural para Famílias de Baixa Renda	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Jornada de trabalho de 36 horas	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços



Ministério dos Transportes

Esta seção é destinada ao Ministério dos Transportes

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 444
- Número total de votos: 38.694



Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1 Duplicação BR 290 - Rodovia do Mercosul - Trecho RS	Como coordenador da FRENTE PARLAMENTAR PELA DUPLICAÇÃO DA BR 290, propomos a duplicação da BR, no trecho Eldorado do Sul a Uruguaiana. Rodovia do Mercosul. Realçamos sua importância estratégica para a região, para o país e fundamentalmente para o Mercosul. A referida obra está incluída nos acordos internacionais do país com a Argentina desde 2004,	9100	
2 Duplicação da BR-304	A BR 304 é uma rodovia federal que desempenha papel fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte em razão da integração regional. Dos mais importantes corredores logísticos do Estado, é necessário para o acesso a destinos turísticos, para o transporte de produtos agrícolas, comerciais e industriais fundamentais para a economia potiguar e interligação com outros estados do Nordeste. Sua duplicação qualifica a segurança e otimiza o tempo de deslocamento, promovendo desenvolvimento.	4775	
3 Federalização da BR 163, de São Miguel do Oeste-SC a Itapiranga-SC, e construção da ponte que liga Itapiranga-SC e Barra do Guarita-RS	Federalização da BR 163, de São Miguel do Oeste a Itapiranga, rodovia com grande fluxo diário de veículos, e construção da ponte que liga Itapiranga-SC e Barra do Guarita-RS. A federalização da rodovia é fundamental para a construção da ponte, uma demanda tanto de Santa Catarina, quanto do Rio Grande do Sul. Atualmente, são mais de 600 veículos que, todos os dias, realizam uma travessia de balsa.	1526	
4 Duplicação das Estradas Caminho do Meio/Protásio Alves/ Frederico Dohl - RS	A obra de Duplicação abrange o trecho da Av Protásio Alves - Poa, com o alargamento da via e corredor de ônibus desde a Av. Saturnino de Brito até o Caminho do Meio; o trecho da Estrada Caminho do Meio entre a Av. Manoel Elias e a ERS-040 em Viamão e a Duplicação da Frederico Dohl em Alvorada. Obra que beneficiará milhares de pessoas que ali transitam diariamente e enfrentam congestionamentos e acidentes.	1449	
5 BR-235 - Pavimentação Asfáltica da Obra BR-235	PAVIMENTAÇÃO DA BR-235-TO/MA, trecho de PEDRO AFONSO-TO a ALTO PARNAÍBA-MA, região do MATOPIBA, abrange 12 municípios, Esperada há+de 30 anos e é uma das apostas de via de escoamento de produtos originados do MATOPIBA, desafogando a br-153, e por um fim no chamado corredor da pobreza de qd Tocantins ainda era Goiás, De 2019 a 2021-EVETEA; 2022 licitação do Projeto de Engenharia/início, gastos de R\$ 26 (vinte e seis) milhões.	1310	





		Necessitando de Licitação e Execução da Obra/PPA-2024/2027.		
6	Construção dos dispositivos de acesso da Br 324 Bahia	Implementação dos dispositivos de acesso na BR324, nos kms 545, 548 e 560, para garantir o direito básico de ir e vir com segurança da sociedade do Território Portal do Sertão	1234	
7	Política nacional de tarifa zero no transporte público, com prioridade para as regiões metropolitanas	A tarifa zero é uma proposta para permitir um exercício mais pleno da cidadania. Com ela, podemos ampliar o acesso ao emprego, educação, lazer e religião, a democratização do espaço público, a diminuição da emissão de carbono, a redução da poluição do ar e do número de acidentes de trânsito. É uma tendência mundial. Entretanto, nenhum país ainda teve a ousadia de implementá-la em grandes cidades – oportunidade que colocaria o Brasil na vanguarda do tema. GOURA NATARAJ Deputado Estadual pelo PR	1055	
8	Asfaltamento Estr Mun Claudino Antônio Costa – Cx do Sul/RS	Caxias do Sul/RS, localiza-se no nordeste do estado , sendo a cidade mais importante da Serra Gaúcha, a segunda cidade gaúcha mais populosa, superada por Porto Alegre, 47º > cidade Brasileira, pólo Metal Mecânico. O Distrito Santa Lúcia do Piaí situa-se em local estratégico, entre a Região Uva e Vinho e a Região das Hortências, tem forte apelo turístico e a agricultura configura as páginas de notícias desde 1965. A referida estrada é prevista como corredor ao futuro Aeroporto de Vila Oliva.	1013	
9	Projetos e obras de adequação de capacidade e duplicação da rodovia BR-282/SC	A rodovia BR-282/SC possui 680km entre os municípios de Florianópolis e Paraíso, na dívida com a Argentina. A rodovia é rota turística que liga o litoral, com o planalto Serrano e o grande Oeste. Há necessidade de executar terceiras faixas, viadutos e duplicação de diversos trechos entre Lages e São Miguel do Oeste. Próximo ao litoral há demanda por um contorno em Santo Amaro do Imperatriz e terceiras faixas onde a rodovia está saturada. Valor estimado: R\$ 800 milhões	966	
10	Ponte entre Rio Grande e São José do Norte	São 51 anos de luta, hoje funciona essa ligação atravésse balsas ultrapassadas um serviço desumano, cobram 50 reais por veículos, e 500 reais para caminhões. Uma travessia de apenas 20 minutos, o que impede o desenvolvimento de toda a região do litoral. O EVTEA foi licitado em 2014 pela presidente Dilma, foi concluído em março deste ano, 2023, agora queremos incluir no PPA participativo e ver este sonho de 51 anos de luta sendo	791	





		construído pelo presidente Lula.		
11	Implantação do Terminal Rodoferroviário de Cargas de Vacaria	<p>Sendo o custo de logística um fator preponderante para a competitividade das empresas gaúchas, seja na comercialização dos produtos e/ou para a compra de insumos, é necessário combater um dos vilões que tira esta competitividade, para isso se faz imprescindível a estruturação do empreendimento em Vacaria, cidade que possui a conexão ferroviária do Rio Grande do Sul com os demais Estados Brasileiros.</p> <p>Sendo de total acordo das demais regiões envolvidas neste pleito em nossa região.</p>	758	
12	Anel Viário Metropolitano de Goiânia	<p>A Região Metropolitana de Goiânia – RMG é composta por 21 (vinte e um) municípios, possui aproximadamente 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) habitantes e, segundo estudos, este número chegará a quase 3.000.000 (três milhões), tem significativa participação como rota de escoamento da produção e exportação de commodities agrícolas e minerais, bem como os complexos de soja, carne, milho, cobre e ferroligas, etc. O projeto do Anel foi criado na década de 1980. Posição estratégica logística!</p>	693	
13	Elaboração de Projeto de Duplicação da BR-470/SC entre Indaial e Curitiba	<p>Este é o principal corredor logístico do estado Catarinense, liga o grande Oeste com o vale do Itajaí e o litoral no município de Navegantes.</p> <p>A rodovia, atualmente em duplicação entre os km 0 e 74, chega nos portos de Itajaí e Navegantes, com altíssima movimentação de cargas, especialmente de carnes congeladas vindas do Oeste para exportação.</p> <p>A perspectiva de conclusão do trecho em andamento é 2025/26, sendo urgente projetar a Duplicação do trecho remanescente. Valor estimado R\$ 45 milhões.</p>	636	
14	Aimorés - Drenagem pluvial e pavimentação asfáltica das principais ruas e avenidas da cidade	<p>Aimorés-MG, é penalizada com constantes alagamentos por causa de chuvas, em vários pontos. O comércio e as residências sofrem prejuízos constantes pelas inundações. É necessário a realização de projetos e obras que permitam a drenagem eficiente de águas pluviais. As principais ruas e avenidas necessitam de pavimentação asfáltica para melhoria do tráfego local, melhor preservação dos veículos e mais eficiência do trânsito de viaturas, ambulâncias e ônibus, e particulares.</p> <p>#proposta (Link externo) coletiva</p>	624	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional





15	Restauração/Conservação da BR-174 no Estado de Roraima: trecho km-0,00 (divisa com Estado Amazonas) ao km - 719 (fronteira Brasil/Venezuela).	Principal e única rodovia federal de ligação de Roraima com o restante do país, por onde trafega toda produção agrícola do Estado, transporte de cargas e passageiros e principalmente combustível para as usinas termelétricas que fornecem energia elétrica para todo o Estado, que necessita de uma intervenção mais profunda com serviços de restauração para permitir a trafegabilidade devido o aumento da frota de veículos e do comércio entre os Estados da federação e ao país vizinho Venezuela	564	
16	Revitalização da Rodovia Federal BR 280	Revitalizar e implantar terceiras faixas na rodovia federal BR 280 no trecho entre os municípios de São Bento do Sul e Porto União em SC.	516	
17	Aimorés - Construção do Cais da Barra do Manhuaçu e tanque de contenção de águas pluviais	A Barra do Manhuaçu é um bairro que sofre recorrentes enchentes, com prejuízo material e da qualidade de vida de seus moradores. O Rio Manhuaçu precisa ser contido através da construção de um cais que impeça que o aumento de volume do rio, que ocorre nos meses de verão, e geralmente associados com chuvas mais intensas, transborde para o bairro. Além disso, é necessário a construção de um tanque para drenagem das águas pluviais do bairro, assim como o mecanismo para o seu escoamento para o rio.	473	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
18	Duplicação de 7 Km de duas rodovias federais que se cruzam na saída da cidade de Marabá. BR 155 e BR 230 e construção de um Anel Viário no trevo Km06.	Marabá é o ponto de encontro do sudeste do Pará. E o KM 6 é uma das nossas portas de entrada, onde a BR-155 se encontra com a Transamazônica. Por aqui são transportados grãos, minérios e gado, riquezas fundamentais para a balança comercial do País. Para que estas vias de acesso sejam eficientes é preciso duplicar a BR-155, do KM 6 ao Distrito Industrial, e a Transamazônica, do KM 6 até o Campus III da Unifesspa. Ao todo, são pouco mais de 14 quilômetros que vão aprimorar a malha rodoviária,	426	
19	Ampliar as obras de duplicação da BR-470 no trecho entre Indaial e Rio do Sul	A ampliação da BR 470 entre Indaial e Rio do Sul é crucial para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina e a segurança viária da região. Reduzirá congestionamentos, acidentes e custos logísticos, impulsionando o comércio, turismo, geração de empregos e qualidade de vida. Além disso, facilitará o acesso a serviços essenciais e fortalecerá a economia local. Neste ano o presidente Lula destinou importantes recursos para os 4 trechos, propomos agora a ampliação deste novo trecho.	421	





20	Interligação do sistema nacional por meio da linha de transmissão (linhão de Tucuruí) com 715km de extensão entre os Estados do Amazonas e Roraima.	<p>A construção do linhão de energia que interligará Roraima ao Sistema Interligado Nacional está a cargo da empresa TNE – Transporte Energia S.A., por meio do contrato de concessão n. 003/2012–ANEEL. A obra que inicialmente tinha previsão para começar no ano de 2012 e conclusão em 2015, teve seu início adiado por conta do impasse em relação a travessia do linhão pela Terra Indígena Waimiri–Atroari. Em 2022, as partes entraram em acordo, possibilitando assim o início das obras do linhão.</p>	387	
Total	20		28717	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023

Propostas que foram cadastradas em outros Ministérios e que podem ser de pertinência temática ou relação com o presente Ministério:

	Proposta	Ministério
1	Construção do BRT Luziânia/GO e Distrito Federal (DF)	Ministério das Cidades
2	#PropostaColetiva Ampliação da linha 1 do metrô BH-Contagem	Ministério das Cidades
3	Nova Ponte Binacional Uruguaiana/BR – Paso de Los Libres/AR	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
4	Pavimentação da Rodovia Transcampesina	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
5	Ferrovias transportes de passageiros	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
	Integração ferroviária	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
6	Investimento em ferrovias e cabotagem	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional



Ministério do Turismo

Esta seção é destinada ao Ministério do Turismo

Nesta parte, é possível encontrar as 20 propostas mais votadas para este Ministério.

Importante pontuar que:

- As propostas foram cadastradas e indicadas às respectivas pastas pelo(a) próprio(a) proponente;
- O texto das propostas não foi alterado;
- Propostas com zero votos não foram incluídas;
- Alguns Ministérios não receberam 20 propostas. Nestes casos, estão apresentadas somente as propostas enviadas, excluindo as com zero votos.

Na última coluna, quando pertinente, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) deixou como sugestão para análise de outras pastas as propostas que podem ser transversais ou, eventualmente, de competência de outro ministério. Se for o caso deste ministério ter recebido propostas que foram para outras pastas, essa informação constará após o ranking das 20 mais votadas. A SNPS também sugere o diálogo entre as equipes de Assessoria de Participação Social e Diversidade para dirimir qualquer dúvida ou questão entre os órgãos, além de se colocar à disposição neste processo.

Caso alguém queira conhecer todas as propostas recebidas, é possível fazer o *download* da base de dados na própria Plataforma Brasil Participativo (gov.br/brasilparticipativo), clicando no rodapé em "Baixar arquivos de Dados Abertos". É possível aplicar o filtro por tema e ordenar por número de votos.

Visão geral do Ministério

- Número total de propostas recebidas: 113
- Número total de votos: 8.787



	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Valorização da profissão de turismólogo	Obrigatoriedade da contratação de um turismólogo (bacharel ou tecnólogo em turismo) , preferencialmente e prioritariamente através de concurso público, em toda secretaria de turismo ou órgão da administração pública voltada ao planejamento e ordenamento do turismo nas esferas federal, estadual e municipal.	2384	
2	Obrigatoriedade do guia de turismo acompanhando grupos	Segundo lei 8.623 de 1993 em seu artigo 2º as principais atribuições dos guias de Turismo: : acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoaor grupos em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais a Constituição Federal em seu inciso XIII diz que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Sendo assim queremos solicitar a obrigatoriedade da contratação do guia de turismo em excursão	1187	
3	Fiscalização da lei de obrigatoriedade de guias de turismo	De acordo com a lei 8.623 de 28 de janeiro de 1993 e seus incisos, solicitamos um órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da lei,visando a manutenção de empregos e da categoria.	633	
4	Constituição do Conselho Federal de Turismo -CFTur	Trata-se de política de Estado, em âmbito nacional para criar e constituir o Conselho Federal de Turismo-CFTur para regularizar as atividades características do turismo- ACTs e os turismólogos e profissionais de turismo conforme recomendação e referência no processo do TC 033057/2014 e o Acórdão número 1163/2016 enviado ao Ministério do Turismo.	566	
5	Meio Ambiente e Mudança Climática	Proposta de Criação de um Projeto de "ORLA TURÍSTICA" na Praia de Outeiro na ilha de Caratateua, a 30min do Centro de Belém do Pará, o que trará o Desenvolvimento Turístico da Ilha, a infra estrutura dos bairros próximos a praia e consequentemente oportunidades de emprego e renda para os moradores da Ilha e a Preservação do Meio Ambiente Local.	452	
6	Infraestrutura Turística para os Geoparques Mundiais da UNESCO do Rio Grande do Sul	Os GEOPARQUES são àreas geograficas com um Patrimônio Geológico significativo e que é gerenciado de forma sustentável para fins Turisticos.As Areas são escolhidas por sua importância científica, ,educacional e cultural,além de serem locais de grande beleza natural. São Gerenciadas de forma sustentável garantindo a conservação do patrimônio geológico e do Turismo	408	



		<p>Sustentável.</p> <p>O Rio Grande do Sul é detentor do Geoparque Quenions do Sul, Geoparque Quarta Colonia e Geoparque Caçapava do Sul</p>		
7	<p>Fomentar o Ecoturismo nas Áreas Protegidas e áreas naturais como ferramenta para a melhoria de bem-estar, educação, geração de renda e conservação</p>	<p>Fomentar o ecoturismo genuíno é promover o uso sustentável do vasto patrimônio natural brasileiro, indutor da crescente demanda do turismo doméstico e internacional no Brasil, especialmente em suas áreas protegidas e entornos.</p> <p>Benefícios: bem-estar das populações locais, estímulo à consciência ambiental, minimização dos impactos ambientais, conservação, geração de emprego e renda, respeito à cultura local.</p> <p>Saiba mais em https://drive.google.com/file/d/1940xH3NeCsOLnUk1SS7Qx2pByWzX1fRL/view (Link externo)</p>	392	
8	<p>Regulamentar a Profissão de Turismólogo</p>	<p>O turismólogo precisa de sua profissão regulamentada, o que virá a garantir que projetos do setor sejam desenvolvidos e acompanhados por profissionais devidamente capacitados e preparados para tal. A regulamentação da profissão virá a estimular o ingresso de mais alunos nos cursos superiores, bem como irá gerar mais empregos no segmento, além de fomentar a presença deste profissional nas ações de planejamento e desenvolvimento de projetos em destinos, municípios e regiões turísticas.</p>	359	
9	<p>Infraestrutura Turística para os Geoparques Mundiais da UNESCO do Rio Grande do Sul</p>	<p>Os GEOPARQUES são áreas geograficas com um Patrimônio Geológico significativo e que é gerenciado de forma sustentável para fins Turisticos.As Areas são escolhidas por sua importância científica, ,educacional e cultural,além de serem locais de grande beleza natural.</p> <p>São Gerenciadas de forma sustentável garantindo a conservação do patrimônio geológico e do Turismo Sustentável.</p> <p>O Rio Grande do Sul é detentor do Geoparque Quenions do Sul, Geoparque Quarta Colonia e Geoparque Caçapava do Sul</p>	261	
10	<p>Estrada Parque Quarta Colonia</p>	<p>Pavimentação da estrada com ciclovia, via Arroio Lobato (Arroio Grande distrito de Santa Maria RS) e Linha Mantuano, passando pela Cascata do Moinho (Silveira Martins RS), extensão de 17,5 km.</p> <p>Estrada de extrema importância para o turismo e escoamento da produção da agricultura familiar.</p>	258	

11	Incentivo Federal às Instâncias de Governança de Turismo Regional	O turismo é uma das principais fontes econômicas do Brasil, por isso é necessário que se estabeleça um programa que incentive as instâncias de governança regionais de turismo formalizadas, a fim de desenvolver o setor e gerar mais oportunidades de emprego e renda. A gestão descentralizada do turismo e a gestão dos territórios através das governanças regionais está prevista na Lei Geral do Turismo Nº 11.771/08, artigo 9º III.	209	
12	Criação do Fundo Nacional do Turismo	Criação do Fundo Nacional do Turismo para o financiamento de todas as ações necessárias ao desenvolvimento do turismo no Brasil, como a qualificação da gestão/governança pública-privada, infraestrutura, promoção e marketing dos destinos do Brasil incluídos no Mapa Brasileiro do Turismo em apoio ao Programa de Regionalização do Turismo.	173	
13	Guia de turismo obrigatório no turismo pedagógico	A atividade de turismo com finalidade pedagógica não deve ser uma ação única e exclusiva dos profissionais dedicados a área de educação. Temos em nosso país uma única profissão regulamentada na área do turismo que desenvolve com segurança a logística e apresentação dos atrativos turísticos em nosso país, que é o guia de turismo, e com o incentivo desta área nas escolas públicas de nosso país com as recentes propostas de lei que formenta o setor se faz necessário a presença deste profissional	140	
14	Criação da Lei de Incentivo ao Turismo (LIT)	Criação da Lei de Incentivo ao Turismo para incentivar a capacitação, qualificação, melhoria, construção e conservação dos equipamentos turísticos, infraestrutura turística, praças, parques, museus, logística turística e todos aqueles investimentos relacionados a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do turismo, a exemplo da Lei Federal de Incentivo à Cultura.	121	
15	Retirada dos Presídios da Ilha de Itamaracá/PE	Itamaracá, é um município localizado na RMR, que detém um potencial turístico imensurável, com praias de água mornas e o Forte Orange construído pelos holandeses. Porém esta cidade é muito prejudicada por ter em seu território um verdadeiro complexo penitenciário, composto por 2 presídios, Penitenciária Prof. Barreto Campelo, e agroindustrial São João e 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico onde por vezes, se tem rebeliões causando prejuízos a sociedade e aos desenvolvimento econômico.	91	Ministério da Justiça e Segurança Pública

16	Turismólogo obrigatoriamente inserido na Gestão Pública do turismo	Fica estabelecido que toda secretaria ou órgão da gestão pública voltada para a gestão do turismo no território brasileiro, sendo em nível municipal, estadual e federal deverá contar obrigatoriamente com o profissional do turismo, turismólogo (bacharel ou tecnólogo) em seu corpo técnico de funcionários, sem ser necessariamente ter passado pelo processo de concurso público para haver a contratação.	76	
17	Proposta de estágio no turismo	Tinham que gerar mais emprego na aérea do turismo como também estágios e cursos gratuitos de qualificação profissional voltados para o turismo e ser mais divulgado o curso para os jovens por que muitos não conhece e não sabe nem o que se faz e o piso salarial também que tinha que ser melhor. sou moradora do rio e tinha que ter aqui turismo também lgbtqia trazer mais gente da comunidade para cá.	70	
18	Orçamento Próprio para as Secretarias Municipais de Turismo	Orçamento próprio para as secretarias municipais de turismo a fim de garantir a contratação de Turismólogos , para elaboração de inventários, e planos de turismo. Assim, garantir o desenvolvimento do turismo de forma ordenada e planejada. Pedimos apoio de todos em prol do turismo. #ABBTUR (Link externo) CE	62	
19	Criação da Rota Internacional Integrada do Turismo no âmbito do MERCOSUL denominada "Mundo Gaúcho".	Projeto para a criação da Rota Internacional de Turismo Integrado do MERCOSUL denominada "MUNDO GAUCHO", envolvendo cinco países integrantes do bloco (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile), a exemplo da Rota Internacional de Turismo "MUNDO MAIA" (México, Belize, El Salvador, Honduras e Guatemala). OBJETIVOS: promover o desenvolvimento econômico e social sustentável do território abrangido, com a diversificação da economia local através da ampla cadeia produtiva do turismo.	61	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
20	Realização de Conferências de Turismo	Realização de Conferências Estaduais e Municipais de Turismo, a fim de pautarmos as demandas do setor, assim como ocorre em outros segmentos; Pedimos apoio de todos em prol do Turismo. #ABBTUR (Link externo) CEARÁ	50	
Total	20		7953	

Fonte: Painel de Administrador(a) da Plataforma Brasil Participativo
Data: 16/07/2023





BRASIL
PARTICIPATIVO
UM PAÍS COM A CARA DO SEU POVO